

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 06/2024
08 a 21 de maio de 2024



SÉ PARTE DEL PLAN

Día Internacional
de la Biodiversidad
2024

Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 23 de maio de 2024



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

SUMÁRIO

.....

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

Sistema Nações Unidas

14 - O diagnóstico - *Santiago Alcázar*

18 - A renewed international cooperation/partnership framework in the XXI century - *Juan Garay*

25 - E a Assembleia Mundial da Saúde chegou - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

29 - Sobre a necessidade de um não alinhamento de maior intensidade e a superação da desumanização na compreensão e avanço dos direitos humanos - *Armando De Negri Filho*

42 - Mudanças Climáticas: Urgência de Adaptação e Resposta em Saúde Pública - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

51 - Promover o trabalho digno na “economia do cuidado” é tema de destaque na agenda da 112ª Conferência Internacional do Trabalho - *René Mendes*

65 - Fórum Global de Refugiados 2023: Promovendo a inclusão e fortalecendo de compromissos globais para a proteção e bem-estar dos refugiados - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Giulia Mariano Machado, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

69 - Cuidando de Crianças Sobreviventes de Abuso Sexual - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

75 - Redução do consumo de sal: precisamos colocar mais luz sobre o tema - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

93 - Um olhar sobre o *Novo Ensino Médio* pela Unesco-Brasil - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Heliton Barros e Vitor Rodrigues*

95 - A União Faz a Força? Bancos Multilaterais de Desenvolvimento Criam Ações em Conjunto para Enfrentar as Crises Globais - *Isis Pillar Cazumbá*

99 - Multilateralismo, Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

108 - É Tempo de Cuidar de quem Cuida: A Sociedade Civil Alerta Sobre o Trabalho Invisível Das Mulheres na Saúde - *Laurenice Pires, Diana Reyna Zeballos Rivas, Elwira Gliwska, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

123 - Perto do fim e longe de um começo: analisando os movimentos sociais contra exploração - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

137 - Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Tiago Nery*

- 161 - Desastre no Rio Grande do Sul pauta discussões no G20; Ministros da Justiça se encontram no G7; Alerta para as tecnologias digitais no radar da OCDE - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*
- 175 - Xi e Putin não deixam dúvidas sobre o seu alinhamento em um mundo dividido e demonstram seu apoio ao BRICS - *Claudia Hoirisch*
- 179 - A política em crise na América Latina - *Samia de Brito, Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 191 - Institutos de Saúde Pública Colaborativos - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 210 - Health and justice in Sudan: a political will broken down by the war - *Eslam Elbasheer*
- 213 - Europa à direita - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 217 - Cúpula da Liga Árabe: consenso árabe sobre Gaza e solução de dois Estados - *Lúcia Marques*
- 223 - Vulnerability, politics and emergencies: a personal report from bad days in Syria and Turkey - *Amina Suveha*
- 228 - Quem tem um amigo tem tudo - *André Costa Lobato*
- 232 - Atualização EUA - *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 236

****Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 239**

*****Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 240**

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 08/2024 – 08 a 21 de maio de 2024

Apresentação

O CRIS, como toda a Fiocruz, continua com olhos e ações voltadas para a tragédia humanitária e climática que se abateu sobre o **Rio Grande do Sul**, a cujo povo reiteramos nossa maior solidariedade. A crise nos enseja trazer ao leitor algumas reflexões sobre o recém-lançado relatório do **Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos**¹ (IDMC, na sigla em inglês), que aponta que em 2023 houve 46,9 milhões de deslocamentos forçados de pessoas em 151 países e territórios, mais da metade dos quais (26,4 milhões) devido a desastres ditos naturais, como inundações, secas e ondas de calor extremas, terremotos, ciclones e furacões. Ao todo, 75,9 milhões de pessoas vivem hoje como deslocadas internas em seus países, por desastres naturais, violência e conflitos armados, uma grande parte delas mulheres, crianças e idosos. É um número que tende a crescer indefinidamente, porque as principais causas para os mesmos não têm sido resolvidas e depende de ações nacionais e internacionais.

A saúde global entra na semana mais importante do seu ano político, com a realização, na semana que vem – 27 de maio a 1º de junho – da **77ª Assembleia Mundial de Saúde (WHA77)**, em Genebra, sede da **Organização Mundial da Saúde (OMS)**. A Assembleia Mundial da Saúde (AMS) é o órgão de decisão máximo da OMS. Realizada anualmente em Genebra, conta com a presença de delegações de todos os Estados-Membros da Organização e centra-se numa agenda de saúde específica preparada pelo Conselho Executivo. As principais funções da Assembleia são determinar as políticas da Organização, nomear o Diretor-Geral, supervisionar as políticas financeiras e rever e aprovar o orçamento do programa proposto.

Uma agenda complexa² espera os Ministros da Saúde dos 193 Estados-membros na sua reunião anual de 2024, que adotou o lema “*All for Health, Health for All*”.

A agenda inclui o exame e aprovação do **14º Programa Geral de Trabalho da OMS (GPW14-PGT14)**, ou seja, *a nova estratégia da OMS para a saúde global de 2025 a 2028*, que procura abordar as implicações para a saúde e o bem-estar de *megatendências globais*, como: as alterações climáticas, o envelhecimento, a migração e os deslocamentos forçados, e os avanços na ciência e tecnologia. O PGT também procura colocar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com a saúde numa perspectiva de prioridade.

Dois processos importantes para o futuro da saúde global e da diplomacia da saúde estarão sob o escrutínio dos Ministros da Saúde na 77ª AMS: o *acordo de prevenção, preparação e resposta a pandemias*, liderado pelos Estados-membros da OMS, que pretende garantir que todos os países estejam melhor preparados e sejam capazes de responder de forma eficaz e equitativa a futuras pandemias; e a revisão do *Regulamento Sanitário Internacional (RSI)*, acordo internacional que visa abordar emergências em saúde pública, incluindo doenças, agravos, desastres e outros eventos relevantes.

A identificação de mecanismos para o financiamento sustentável da OMS, além de uma série de prioridades de saúde serão examinadas: clima e saúde, emergências sanitárias,

¹ Ver: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2024/>

² Ver: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA77/A77_1-en.pdf

resistência antimicrobiana, doenças transmissíveis, doenças não transmissíveis (DNT), saúde mental, saúde das mulheres e a transformação da própria OMS. Evidentemente o impacto dos conflitos militares em curso e seu preço cobrado em vidas perdidas, mutilações, doenças mentais crônicas e tantas outras consequências em saúde é tremendo para a humanidade. Sem contar a destruição de infraestruturas para a qualidade de vida posterior das populações – habitações, saneamento, água potável etc. – e a destruição dos serviços de saúde, incluindo instalações prediais, equipamentos etc. Este tema será examinado pelo colegiado de ministros reunidos em Genebra.

Em paralelo aos espaços de decisões políticas (as Comissões A e B), que são traduzidas em resoluções e decisões, serão realizados eventos relevantes sobre prioridades em saúde pública, com discussões entre delegados da Assembleia, organizações parceiras, representantes da sociedade civil e outros especialistas. As reuniões públicas (plenária, Comitês A e B) da WHA77 são acessíveis ao vivo, com tradução simultânea nos 6 idiomas oficiais, pela web: <https://www.who.int/about/accountability/governance/world-health-assembly/seventy-seventh>. A OMS fornecerá atualizações regulares da Assembleia via: X -- follow@WHO e hashtag#WHA77.

Um diário com a agenda provisória e documentos da Assembleia estará disponível para download em: [WHA77 JOURNAL \(who.int\)](#) O PDF da agenda provisória está em: [Provisional agenda \(who.int\)](#), onde todos os documentos da reunião estão disponíveis em seis idiomas da ONU. A agenda provisória contém hiperlinks para os documentos da reunião.

A Assembleia é precedida pela *40ª Reunião do Comitê de Programa, Orçamento e Administração do Conselho Executivo* (22-24 de maio de 2024). Após a AMS, realiza-se a *155ª Reunião do Conselho Executivo* (3-4 de junho de 2024).

Em 12 de junho, os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS** vão abordar a **Agenda da Saúde Global II**, focando nos resultados da 77ª Assembleia Mundial da Saúde, suas principais decisões e resoluções, assim como os resultados dos processos supre-mencionados. Esperamos você!

A necropolítica global continua com suas dolorosas consequências. Uma de suas manifestações mais tangíveis hoje são os tremendos deslocamentos de populações humanas de seus lugares de origem, seja por eventos climáticos, seja pela violência vigente nos conflitos armados em curso, que já mencionamos acima.

A falta de planejamento, preparação e resposta aos câmbios climáticos e suas brutais consequências, anunciadas fartamente há décadas pelos cientistas e, na mesma medida, ignorados por governantes globais, nacionais ou locais, é a manifestação concreta do que já poderíamos denominar uma *'necropolítica climática'*. De fato, as inundações, ondas de calor e frio intensos, incêndios florestais, secas tremendas, crise na disponibilidade de água potável, perdas de colheitas e de animais, entre outras manifestações climáticas, com suas trágicas consequências fartamente conhecidas em termos de perdas de vidas humanas, multiplicação de adoecimentos (inclusive mentais), expansão das áreas geográficas de doenças, são apenas a ponta de um imenso iceberg.

Ainda no campo ambiental, os dois grandes complementos da grave tríplice crise planetária – a perda da biodiversidade e a poluição do ar, das águas, dos oceanos, das terras – continua agravando a saúde e a qualidade de vida humana e do planeta, sem que se vislumbrem

avanços nas negociações internacionais e com importantes omissões de muitas autoridades nacionais e locais.

A outra dimensão, a “*necropolítica das violências*”, manifesta-se pelas perdas e consequências de longo prazo sobre a vida e a saúde produzidas pelas centenas de conflitos militares, não solucionados pelas partes em conflito (os responsáveis políticos pela não-solução), com o paradoxo dos obscenos 2,4 trilhões de dólares aplicados em gastos militares para a morte e a destruição, apenas em 2022 e, comparativamente, os irrisórios investimentos em desenvolvimento de forma geral, em prol da qualidade da vida humana e planetária.

Como apontávamos na apresentação do Caderno 7 (e reiteramos aqui) algumas causas desta condição: “Na economia, a altíssima e crescente concentração de renda; investimentos insuficientes em políticas sociais, resultado de políticas de austeridade fiscal cobradas a governos de países em desenvolvimento; dívidas externas impagáveis, acumuladas por juros escorchantes determinados pelo capital financeiro internacional; descumprimento de aportes a fundos globais para financiamento da Agenda 2030, para enfrentamento das mudanças climáticas, para redução da pobreza, para combate à fome, para a ajuda humanitária, entre outros, demonstram a negligência de atores políticos globais poderosos no enfrentamento dos determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde, o que avança em definitivo a necropolítica instalada no nosso já muito frágil planeta. O resultado é que milhões de vidas estão sendo perdidas, bilhões de casos de doenças deixando de ser evitados, e um planeta agredido revidando com desastres ambientais”.

Utilizando como referência o clássico da década de 1950-60, *A Arte de Amar*, do psicanalista, filósofo e sociólogo Erich Fromm, publicado em 1956, **Alcázar** introduz uma série de considerações sobre a situação global, dialogando com as visões e interpretações do grande pensador. É um artigo demolidor pelos questionamentos que traz a um conjunto importante de ‘acontecimentos políticos’ de alta relevância na conjuntura, mas que, de fundo, também se referem à deformações estruturais de proa.

Juan Garay apela a um debate para discutir se a tendência atual de parcerias “baseadas em negócios” (ao invés da antiga “cooperação baseada na solidariedade”) é pertinente com os desafios globais atuais e coerente com os princípios éticos inerentes aos acordos globais humanos e ambientais relacionados com e para o bem-estar global em termos de *sustentabilidade* (emissões de CO2 inferiores a 1,8 mT por pessoa e ano –ppa-) e *equidade* (desigualdade internacional e subnacional GINI < 0,2). Conclui que, para progredir na redução das desigualdades globais e alcançar um mundo neutro em carbono até meados do século e, assim, evitar um desastre climático para a próxima geração, é necessário um maior foco no rural *versus* local, na colaboração *versus* competição, na justiça *versus* acesso ao mercado, serviços sociais universais baseados em direitos, e uma mudança dos gastos militares, visando alcançar todos os acordos de paz e financiar uma colaboração significativa, de acordo com as capacidades e necessidades. A cooperação para o desenvolvimento (definimo-la como uma relação de benefício mútuo) tem sido a Cinderela das relações internacionais e parece agora estar “*lost in translation*”.

Gaza continua pagando o doloroso preço de milhares de mortos, desaparecidos, mutilados, órfãos, mulheres, crianças e idosos, com as vidas destruídas, pela insensatez de Netanyahu e seus aliados ocidentais que, inescrupulosamente e com as mãos manchadas pelo sangue de inocentes, valem-se da guerra para aumentar os lucros imorais da indústria armamentista e defender o indefensável: um genocídio calculado. Segundo *Guga Chacra*, de *O*

Globo, em sua coluna de 16/05, pg. 22, passados 7 meses de guerra, Bibi Netanyahu não alcançou nenhum dos objetivos que tinha traçado para a questão palestina até 6 de outubro, nem os que redesenhou a partir de 7 de outubro, devido ao ataque terrorista do Hamas, em 7 de outubro; em compensação, Yahia Sinwar, líder do Hamas, literalmente 'auxiliado' pelos erros políticos do ensandecido líder israelense, sequer precisou mudar sua estratégia. Enquanto isso, com 143 votos a favor do reconhecimento da Palestina como Estado soberano, a votação na Assembleia Geral da ONU sinalizou que cresce mundialmente o isolamento dos EUA e de Israel.

No **Haiti**, cerca de 360 mil pessoas – mais da metade delas na capital, Porto Príncipe – fugiram de suas casas no último ano, estimando-se que ultrapassem 400 mil nos próximos meses, segundo as Nações Unidas. Uma multidão de cerca de 90 mil pessoas está em abrigos improvisados, em uma cidade dominada por gangues, com um governo nacional que mal funciona. Milhares são crianças órfãs ou separadas de seus pais durante o caos estabelecido; segundo a ONU, cerca de 180 mil. Escolas, serviços de saúde e serviços de água e esgoto são deficitários nesses espaços, levando a atrasos irreversíveis na educação e doenças que ficam sem atenção. Uma iniciativa da ONU para arrecadar necessários USD 674 milhões para a ajuda humanitária ao país conseguiu apenas 16% da meta. A competição por atenção e recursos vem sendo eclipsada por outras crises no mundo, inclusive em Gaza, na Ucrânia e no Sudão. São números estarrecedores, que permanecem como uma chaga aberta nas Américas.

De Negri Filho apresenta seu informe neste momento de intervalo entre as sessões 55 e 56 do Conselho de Direitos Humanos da ONU, introduzindo reflexões sobre os desafios que atualmente rodeiam o tema dos **direitos humanos**, como desumanização, humanização e transumanização, os movimentos de não-alinhamento, o neoliberalismo e a tecnologia.

Na **OMS**, o mês de maio já é tradicionalmente central para a Saúde Global por causa da **Assembleia Mundial da Saúde (AMS)**. A 77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) ocorrerá de 27 de maio a 1º de junho de 2024 em Genebra, Suíça, abordando temas centrais como o Acordo Pandêmico e a revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). O evento, com o tema "*Todos pela Saúde, Saúde para Todos*", continua a enfatizar a saúde como direito básico. A AMS, órgão máximo de decisão da OMS, define políticas, nomeia o Diretor-Geral, supervisiona finanças e aprova o orçamento do programa. **Reges, Bermudez e Galvão** informam que este ano, a AMS também avaliará o *14º Programa Geral de Trabalho da OMS para 2025-2028*, focando em mudanças climáticas, envelhecimento, migração e avanços tecnológicos. O *Acordo Pandêmico* visa garantir melhor preparação e resposta a futuras pandemias, enquanto as revisões do *RSI* buscam melhorar a capacidade global para lidar com emergências de saúde pública. Ambos são considerados marcos importantes para a saúde global. Em paralelo, ocorrerão eventos relevantes, como mesas-redondas estratégicas e discussões sobre financiamento da OMS, imunização, inteligência artificial em saúde, resistência antimicrobiana e mudanças climáticas. As alterações no RSI, previstas para serem adotadas em 1º de junho de 2024, incluem melhorias na detecção e resposta a emergências, com foco na equidade e na solidariedade.

Magalhães e Galvão destacam na área de **ambiente e saúde** que a América Latina e Caribe (ALC) enfrentam riscos de saúde crescentes devido às mudanças climáticas, como ondas de calor, fumaça de incêndios e mudanças nas doenças, resultando em problemas cardiovasculares, respiratórios e desnutrição. O relatório de 2023 da **Organização Mundial de Meteorologia** e da **Organização Pan-Americana de Saúde** prevê um aumento de 10% nos anos

de vida ajustados por incapacidade (DALYs) até 2050, com a mortalidade relacionada ao calor aumentando em 140%. Esforços para enfrentar esses riscos incluem a integração das ciências do clima e da saúde nos Planos de adaptação nacionais e sistemas de alerta precoce. Alguns países da ALC estão desenvolvendo Planos Nacionais de Adaptação da Saúde (HNAPs) e Avaliações de Vulnerabilidade e Adaptação (V&As), mas há lacunas significativas nas respostas de adaptação e financiamento climático. Serviços climáticos eficazes requerem boa comunicação e acesso à informação. No entanto, apenas 38% dos membros da OMM fornecem produtos climáticos personalizados para o setor de saúde. No Brasil, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou chuvas intensas e inundações severas, causando deslocamento e mortes. Especialistas destacam que a tragédia foi exacerbada por problemas de gestão pública e ocupação do solo. O relatório "*Brasil 2040*" recomendava medidas de adaptação climática, mas foi acusado de ser alarmista. O estudo, essencial para o Plano Nacional de Adaptação, avaliou impactos nas áreas de água, infraestrutura urbana, agricultura e energia, propondo estratégias para aumentar a resiliência e promover um desenvolvimento sustentável.

Nosso especialista **René Mendes** selecionou um dos três grandes temas que serão discutidos ao longo da *112ª Conferência Internacional do Trabalho*, promovida pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, na primeira quinzena de junho próximo. Trata-se da "economia do cuidado", ou em denominações alternativas, que incluem a "sociedade dos cuidados", "ecossistema do cuidado" "organização social do cuidado", "sistemas de cuidados" – entre outros. A leitura atenta do documento preparatório da Conferência Internacional do Trabalho – o qual foi aqui sintetizado e resumido – pode ajudar a impulsionar um debate nacional e internacional sobre os desafios do cuidado, em distintas perspectivas (incluindo a econômica, com geração de emprego). O foco principal das questões aqui abordadas refere-se ao reconhecimento formal da natureza econômica e jurídica das pessoas que trabalham em atividades do cuidado; ênfase em questões de gênero e raça, sem deixar de lado a grande questão: quem cuida do cuidador (e da cuidadora)? As reflexões a propósito do tema pautado pela OIT foram também cotejadas e comentadas à luz do texto da nova Política Nacional de Cuidado do Brasil, o qual incorpora várias das dimensões analisadas pelo Informe da OIT, e que serão debatidas nos próximos dias, em Genebra. Por certo, um tema de mais elevada relevância, que se mostrou crítico na recente pandemia da Covid-19 – por sua importância e pelos problemas desvelados – e que será cada vez mais necessário, seja em função de turbulências sociais e ambientais e suas sequelas, seja em função do envelhecimento das pessoas.

Neste informe, o **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** apresenta o *Pacto Global de Refugiados* e os resultados do *Fórum Global sobre Refugiados* de 2023. Os compromissos pactuados durante o evento visam criar condições mais justas e sustentáveis para os refugiados, reduzindo a pressão sobre os países anfitriões e promovendo uma integração mais eficiente e digna dos refugiados em suas novas comunidades. No dia 29 de maio, os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS** vão abordar o tema ***Migração, refúgio e saúde: Políticas globais e nacionais***, com atores políticos globais e nacionais relevantes. Fique atento!

Na área da **Saúde da Mulher Criança e Adolescente**, nossas analistas **Massari e Gomes** destacam que o *abuso sexual perpetrado contra crianças* é uma das crises mais significativas do nosso tempo. Ele pode ter consequências graves a curto e longo prazo sobre o corpo físico, bem-estar mental, social, emocional e econômico das crianças, famílias e comunidades. Nesse contexto, o **UNICEF** publicou uma atualização de sua diretriz *Cuidando de Crianças Sobreviventes de Abuso Sexual*. O documento oferece orientações técnicas globais atualizadas sobre como

proporcionar um modelo de cuidados de qualidade para crianças e famílias afetadas por abuso sexual.

Nilson, Oliveira, Ell e Ubarana aproveitam a *Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal (World Salt Awareness Week)* para falar dos avanços e desafios no enfrentamento deste problema de saúde pública global, incluindo a situação no Brasil. O consumo excessivo de sal é um dos principais fatores de risco dietético para a morbimortalidade por doenças cardiovasculares e as políticas mais custo-efetivas para seu enfrentamento são conhecidas; contudo o progresso nessa agenda tem sido mais lento do que o necessário.

Ao acompanhar de perto os desafios globais atuais, dez **Bancos Multilaterais de Desenvolvimento** uniram forças para elaborar medidas conjuntas que ajudem no enfrentamento das crises, assim avançando rumo ao desenvolvimento, o que é analisado no informe de nossa analista **Isis Cazumbá**.

A Diretora-Geral da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, Ngozi Okonjo-Iweala, concluiu visita de alto nível a Chile, Uruguai e Peru, reafirmando o compromisso da região com o sistema de comércio multilateral. Durante a reunião do *Conselho de TRIPS, da OMC*, os membros debateram as lições da pandemia da COVID-19 e discutiram estratégias para enfrentar futuras pandemias. Após duas décadas de discussões, a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** sedia a *Conferência Diplomática sobre Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados* em sua sede em Genebra, de 13 a 24 de maio de 2024, com base nos esforços e na revisão do *Comitê Intergovernamental da Propriedade Intelectual e dos Recursos Genéticos, dos Conhecimentos Tradicionais e do Folclore*. O Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota do Brasil foi eleito por consenso para presidir a Conferência. A **UNCTAD** completa 60 anos e anuncia mudança de marca para "Comércio e Desenvolvimento da ONU". São os temas abordados por nossos analistas **Chamas e Cesário** neste fascículo dos Cadernos.

Em informe sobre a **UNESCO**, nossos analistas **Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues** buscam contribuir para as discussões do *ODS 4 da Agenda 2030: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*. Concentram-se em uma ação do escritório brasileiro da agência internacional, que fez uma pesquisa com docentes, discentes e gestores a fim de entender qual é a percepção dos estudantes, docentes e gestores escolares a respeito do primeiro ano de implementação do *Novo Ensino Médio*, que entrou em vigor em novembro de 2022, procurando perceber em que medida esta reforma contribui para o alcance das metas deste objetivo estratégico no país.

Nas últimas duas semanas, 26 das 50 organizações monitoradas, tanto públicas quanto privadas, expressaram suas preocupações sobre diversas temáticas pertinentes à saúde global. Entre as **Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de interesse público**, houve manifestações relativas aos conflitos armados, como os ataques à infraestrutura médica no Sudão e a destruição em Gaza devido ao bloqueio israelense, os bombardeios nas Filipinas, a longa guerra na Síria além da violência policial contra estudantes nos EUA. A crise climática continuou sendo um tópico central, com destaque para seu impacto na saúde das comunidades vulneráveis e a necessidade de incluir jovens africanos nas discussões. A questão de gênero também foi relevante, abordando desigualdades no diagnóstico de doenças, a situação das mulheres na saúde e as diferenças de remuneração. As **OSC de interesse privado** compartilharam atualizações sobre pesquisa científica, como vacinas contra o HPV e o uso da tecnologia na saúde em países africanos. Outros temas também foram abordados, como: doenças crônicas e promoção da saúde, prevenção de HIV e outras IST, financiamento da saúde global, pesquisa e

desenvolvimento, força de trabalho da saúde, saúde do idoso, saúde bucal, biossegurança, nutrição, pandemias, vacinação, população e desenvolvimento, finanças globais e governança global. Registrando a convergência, entre as OSC de interesse público e as de interesse privado, de um tema específico, o título deste informe produzido pelo **GT do CRIS sobre Sociedade Civil Global**, liderado por **Luis Eugênio de Souza**, trata das desigualdades gênero na área da saúde.

De Negri e De Negri Filho dedicam-se neste informe às três seções de praxe: *Sistema Financeiro Internacional* como guardião das desigualdades; *Saúde*; e *Clima*. Acrescentam uma quarta seção especial: *movimentos estudantis pró-Palestina*. Exploram alguns documentos relevantes, como a *Negociação da Convenção Fiscal da ONU*, o mais recente projeto de *Tratado sobre a Pandemia*, e o relatório *Exportação de Extinção*, da Third World Network, que explora a conexão entre as políticas neoliberais, que representam enorme perigo ao sistema terra.

O **Sul Global** é tratado por **Ungerer, Kastrup e Nery**. A **UNOSSC** publicou mais um boletim informativo com as atividades mais importantes da cooperação Sul-Sul e triangular, com destaque para a integração da Agenda 2030 e agenda 2063 da África. Destaque também para o Fórum Multilateral sobre Ciência, Tecnologia e Inovação do ECOSOC para os ODS.

A **Cooperação Sul-Sul do Brasil** se estende aos países da ASEAN e o Brasil já recebeu o status de parceiro de diálogo setorial do bloco. Outro grupo regional que está entre as prioridades da política externa brasileira é a *União Africana*, por meio da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), com foco no desenvolvimento de capacidades técnicas e institucionais em governo digital, transformação do Estado, gestão e ciência e tecnologia e inovação. Especificamente na área da saúde, o destaque foi a realização do *I Congresso de Bancos de Leite Humano da CPLP*, em Angola.

O **G-77 e a China** participaram de mais uma rodada de discussões sobre o *Pacto Digital Global e o Pacto para o Futuro*, chamaram a atenção para a importância de financiamento adequado para os Coordenadores Residentes e o sistema de desenvolvimento da ONU e para as atividades operacionais do ECOSOC. Durante o *Fórum Multilateral sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS*, o foco foi a revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável, o déficit da AOD e a importância de incluir os jovens nas tomadas de decisão para criar melhores políticas de CTI e TIC, já que estas são mecanismos impulsionadores para a transformação e realização da Agenda 2030.

O **MNA** destacou sua participação na 10ª sessão especial de emergência da AGNU que permitirá a Palestina ser um Estado observador da ONU com privilégios e obrigações e restabelecimento da sua dignidade. O *Movimento Jovem dos Não Alinhados* já começou a se preparar para a COP29, que será realizada no Azerbaijão.

O **Centro Sul** reiterou seu compromisso em manter a resistência antimicrobiana como alta prioridade na agenda de saúde global. Apresentou um ensaio sobre a *Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Fiscal Internacional*. Destacou a importância do direito ao desenvolvimento, justiça climática e perdas e danos e ao direito ao desenvolvimento das crianças e das gerações futuras. Escreveu sobre o desmatamento, conhecimentos tradicionais e biopirataria e sobre o tratado Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados.

A enchente histórica ainda em curso em diversas cidades do Rio Grande do Sul pautou grande parte das discussões que ocorreram no **G20** nesta quinzena, mobilizando temas da bioeconomia, do judiciário e da agenda de desastres. Ainda, durante a quinzena, a Fiocruz

apresentou o *Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde sobre Saúde no G20*. O destaque da quinzena no **G7** vai para o encontro dos Ministros da Justiça dos países que compõem o grupo. A responsabilização dos crimes internacionais cometidos na guerra da Ucrânia, a criação do Grupo de Justiça de Veneza e o combate ao crime organizado estão entre os tópicos mais discutidos pelos ministros. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a publicação de uma série de estudos e documentos de temas variados e a atualização de três de seus índices estatísticos sobre economia global. É o que informam **Burger e colegas** do grupo de analistas do CRIS neste informe da quinzena.

No **BRICS**, **Hoirisch** destaca que Putin reuniu-se em maio com Xi em Pequim, para celebrar 75 anos de relações diplomáticas entre os dois países. Os presidentes divulgaram uma declaração conjunta de 7 mil palavras, na qual abordaram estratégias para contornar as sanções ocidentais; acusaram Washington de perturbar o equilíbrio da segurança estratégica no Pacífico (e Ucrânia) e comprometeram-se a barrar o movimento de Washington de dupla contenção dos seus países. Concordaram em aprofundar sua parceria estratégica, reforçando a cooperação espacial, militar, econômica e energética para combater o comportamento “não construtivo e hostil de Washington”. Mostraram-se dispostos em trabalhar com outros membros do BRICS para implementar as declarações anteriores do grupo, promover a integração de novos membros e explorar modelos de cooperação entre os países-parceiros. Prometeram aumentar o nível de cooperação entre os países do BRICS no cenário internacional, incluindo em *saúde pública*, ao mesmo tempo em que promovem o uso de moedas locais, ferramentas de pagamento e plataformas para negócios comerciais entre os países do BRICS.

A Rússia, como presidente pró-tempore do grupo, anunciou que pretende convidar chefes de estado e de organizações regionais do Sul Global para a reunião dos MRE do BRICS e para a próxima Cúpula. Os líderes do BRICS optaram em formar essa nova categoria de “países parceiros” ou “parceiros de diálogo” que substituirá o formato BRICS+ existente até o momento. O grupo já passou por duas ondas de expansão desde a sua fundação em 2006 e enfrentará uma pressão crescente para operacionalizar um terceiro alargamento, à medida que a Cúpula de outubro se aproxima. O BRICS consolidará suas posições no G-20 à medida em que for admitindo novos membros. A divisão formal do G-20 em G7 e BRICS+ já está tomando forma.

Na **América Latina**, os analistas **Tobar, Brito e Minayo** apresentam o panorama político e econômico recente da região latino-americana. Observam o lançamento pelo BID da última edição do Índice de Melhores Empregos e a III Conferência Geral do Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior. Por fim, acompanham as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o **COMISCA**, que realizou oficinas nas áreas de formação em epidemiologia e doenças zoonóticas; a **OTCA**, que cumpriu agenda em eventos sobre segurança alimentar e biodiversidade na Bacia Amazônica; e o **Mercosul**, que realizou Seminário de Alto Nível sobre o futuro do bloco.

Segundo nossos analistas **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**, a **África** acelera a execução do *Programa no âmbito do Quadro de Sendai para a redução do risco de catástrofes*. Estados-Membros capacitados para melhorar à *Atenção Primária* a nível comunitário. Lançada iniciativa pioneira, o *African Public Health Institutes Collaborative*. O *I Congresso de Bancos de Leite Humano da CPLP*, realizado em Luanda, teve o foco na segurança alimentar e nutricional para recém-nascidos de risco e lactentes. Um seminário da **CPLP** foi dedicado ao *Acordo sobre a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade marinha* nas zonas não sujeitas à jurisdição nacional. Estados-Membros e organizações internacionais com a categoria de Observador Associado celebraram o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP. O Fórum de

Envolvimento da Indústria 2024, realizado na Nigéria e com a participação da Fiocruz, debruçou-se sobre acesso equitativo a produtos de saúde sustentáveis e de qualidade garantida. Os Ministros africanos da Saúde, Finanças e Comércio, reunidos no Quênia, concordaram que a compra agrupada de insumos estratégicos, liderada pelo **CDC África**, facilitará a transição contínua da iniciativa farmacêutica no continente. A 25ª Assembleia Ordinária de Ministros da Saúde da **CEDEAO**, realizada na Nigéria, sob o lema A qualidade dos cuidados de saúde na região da CEDEAO: determinantes e perspectivas e à margem desse evento, lançado novo projeto regional para o fortalecimento de recursos humanos em saúde pública. O banco 'Standard Chartered' da China anuncia o financiamento significativo de empresas chinesas que defendam ethos (etos) verde para expandir sua presença em África.

A guerra do **Sudão** e a situação de **Síria e Turquia** têm testemunhos candentes de duas estudantes de Oxford que fazem estágio no CRIS - **Eslam Elbasheer** e **Amina Suveha**, respectivamente – que vivenciaram as duras realidades de seus países e neste fascículo do Caderno refletem também com elementos de natureza política.

O capítulo sobre a **Europa**, elaborado por **Freire**, aborda o crescimento e a articularção da extrema-direita às vésperas das eleições para o Parlamento Europeu. Na esfera da saúde, a Região registra aumento nos casos de sarampo e coqueluche.

A **Cúpula da Liga Árabe** acontece em um momento crucial para a mudança de rumo para palestinos e para a região árabe, segundo **Marques**. O consenso dos países árabes para essas e outras questões é reflexo de amadurecimento e entendimento de que há muito em jogo. Como disse um diplomata do Bahrein, o destino da causa palestina, é o destino do mundo árabe. E como destacou o Secretário Geral da ONU “a unidade e a solidariedade em todo o mundo árabe amplificariam a voz vital da região e aumentariam ainda mais a sua influência na cena global.” A solução de dois Estados – Palestina e Israel – tem recebido cada vez mais adeptos. Com 143 votos a favor do reconhecimento da Palestina como Estado soberano, a votação na ONU também sinalizou que cresce o isolamento dos EUA e de Israel nessa questão.

Positivo de um lado, mas o cenário na região pede calma e união. A morte em acidente do presidente iraniano, pode não significar que um líder menos linha dura poderia assumir. Considerado herdeiro do Ayatolá Khamenei, a morte de Raisi pode jogar o aparato do Estado em um pandemônio e disputas e, como mostra a história, em momentos de crise, os regimes encrudescem. Somam-se isso a divisão no poder de Israel sobre a guerra em Gaza e o mandado de prisão expedido pelo Tribunal Penal Internacional para Netanyahu e seu ministro da defesa Gallant e de líderes do Hamas, envolvendo acusações de crimes de guerra e contra a humanidade. Contra o Hamas, acusações de extermínio, assassinato, tomada de reféns, estupro e agressão sexual durante a detenção. Contra Netanyahu e Gallant incluem causar extermínio, causar fome como método de guerra, incluindo a negação de suprimentos de ajuda humanitária, visando deliberadamente civis em conflito.

No informe sobre **China**, **Lobato** reporta que Vladimir Putin visitou a China, a convite de Xi Jinping, para comemorar os 75 anos de relações bilaterais, oportunidade em que foram destacadas a proximidade dos líderes e a “Declaração Conjunta” para aprofundar parcerias estratégicas. A declaração abordou a guerra na Ucrânia, a cooperação dos BRICS e a saúde global, com ênfase na resistência ao hegemonismo e na promoção do multilateralismo justo. Casos de dengue no sul da China e em Xangai e a busca de equilíbrio entre maternidade e emprego também constam do informe.

Nos **Estados Unidos**, o tema da saúde vem ganhando crescente espaço no processo eleitoral. Relatório da Kaiser Family Foundation (KFF) dá uma descrição detalhada das principais tendências sobre as perspectivas dos eleitores relacionadas aos preços de medicamentos do Medicare, política de aborto, confiança nos candidatos, programas de direitos e o futuro dos cuidados de saúde, reporta **Guto Galvão** para os Cadernos.

Para finalizar, é impossível deixar de registrar a reunião da internacional nacional populista de extrema direita, promovida pelo partido espanhol Vox, em Madri, no último final-de-semana, e a lamentável conduta política e diplomática de Milei que, com sua proverbial verbosidade, “entregou” as posições neofacistas e antidemocráticas do grupo e, ademais, implodiu as tradicionais relações de amizade entre Espanha e Argentina.

Nosso colega dr. Mustafa Barghouti, médico na Cisjordânia, tem enviado dezenas de mensagens, o que queremos deixar registrado aqui pela crueza da realidade de mortes e mutilações produzidas pelas forças militares de Israel que tem ocorrido na Faixa de Gaza.

Dia 22 de maio é o **Dia Mundial da Biodiversidade**, que registramos com muita ênfase para que todos possam dirigir pensamentos e reflexões neste dia para este tema de vital importância para a saúde humana e planetária. Preocupa-nos as ameaças aos seres vivos que correm o risco de sumir da história do planeta – nossos ‘companheiros de viagem’ na saga do planeta Terra no Universo – sem deixar rastros, talvez muitas saudades, entre os quais dezenas de mamíferos, plantas essenciais para a vida e mesmo insetos, como as adoráveis abelhas, que nos dão o mel, mas sofrem de males que as estão exterminando.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 24 maio de 2024

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz



O diagnóstico

Santiago Alcázar

O amor e a sua desintegração na sociedade ocidental contemporânea é o título do terceiro capítulo do livro *A arte de amar*, de Erich Fromm. Nestes tempos de desintegrações de toda classe, talvez seja oportuno recuperar o caminho que levou esse pensador ao diagnóstico de época, apenas sugerido no título.

A sociedade capitalista, nas palavras de Fromm, *baseia-se, por um lado, no princípio da liberdade política e, por outro, no mercado como regulador de todas as relações econômicas e sociais*. É importante sublinhar que Fromm não faz a observação desde um ponto de vista estático, que seria banal, mas como resultado de um processo histórico que revela uma crescente centralização e concentração de capital. O ponto importante, que tem que ser sublinhado, ainda que Fromm não o diga – é a crescente desumanização do homem.

As palavras de Fromm são necessárias para explicar o ponto de vista:

O capitalismo moderno precisa de homens que cooperem mansamente e em grande quantidade; que queiram consumir cada vez mais; e cujos gostos estejam estandardizados e possam modificar-se e antecipar-se facilmente. Precisa de homens que se sintam livres e independentes, não submetidos à autoridade, princípio ou consciência moral – dispostos, no entanto, a que se deixem levar; a fazer o que deles se espera; a que se encaixem sem dificuldade na maquinaria social; a que se deixem guiar sem recorrer à força; a conduzir, sem a necessidade de líderes; a motivar, sem finalidade alguma – exceto a de cumprir, apressar-se, funcionar, seguir em frente.

Qual é o resultado, pergunta Fromm? *O homem moderno está alienado de si mesmo, de seu semelhante e da Natureza.*

O que significa estar alienado de si mesmo? Como é possível isso? Não se trata de exagero, de abuso de linguagem ou de licença poética?

Cambridge Analytica vem à mente, talvez por algum processo de associação, mas isso não tem importância. A empresa negou qualquer envolvimento na decisão que levou ao Brexit, mas isso tampouco tem importância, a não ser por alguma associação que tampouco importa. Economistas, analistas e palpiteiros de toda ordem dizem que a exclusão do Reino Unido da UE é um desastre. A eleição de Trump teria sido auxiliada por dados da Cambridge Analytica. Coincidência? Os dois eventos ocorreram em 2016 e poder-se-ia imaginar que os dados já estavam aí, prontos para serem usados.

Não é absurdo imaginar que votos possam ser direcionados para um ou para outro lado. Afinal, quem tem tempo, paciência e disposição para examinar com lupa o que cada alternativa representa? *Homens dispostos a que se deixem levar, a fazer o que se espera deles.*

Onde estão os líderes? Onde, de fato, onde estão os que têm o dever e a obrigação de indicar o caminho? Ainda que alguém levante a mão e comece a recitar nomes esquisitos, que passada meia hora ninguém mais lembrará, de que nos serve? Do jeito que as coisas estão, com risco de guerra nuclear, fome, pobreza e inequidades generalizadas – o que esperar? Com certeza não será coisa boa, mas o importante é *funcionar, seguir em frente*. Porto Alegre ficará

na memória de muitos como o maior desastre ambiental, porque choveu, e criminoso, porque flexibilizaram normas que não poderiam ter flexibilizado. De quem é a culpa? De ninguém, posto que não há líderes. Não dissemos que o inferno está vazio? Siga em frente, ainda que sem finalidade, sempre em frente.

O genocídio em Gaza é quase universalmente reconhecido. O Conselheiro de Segurança dos EUA, Jake Sullivan é um dos que mantém posição contrária. Em 13 de maio, segundo a respeitável agência de notícia Reuters, Sullivan teria dito, em conferência de imprensa: “Nós não acreditamos que o que está acontecendo em Gaza constitui genocídio”. Há mais de 35 mil mortos, inclusive crianças mortas por inanição; mais de 10 desaparecidos sob escombros; mais de 77 mil feridos, muitos em estado grave. Não é acidental que o suprimento de alimentos, água, energia, medicamentos, primeiros socorros entre outros tenha sido interrompido. É proposital. E ainda assim não acredita em genocídio? Talvez Jake Sullivan seja advogado criminalista e nesse caso terá emprego garantido na sequência da série da Netflix *Better call Saul*. Não seria mal título *Better call Jake*. Que tipo de homens dizem essas coisas sem corar? *Homens sem princípios ou consciência moral*.

Nas universidades americanas, antes palco de protestos contra a guerra no Vietnã, jovens são agora, de novo, violentamente reprimidos por forças policiais. Muitos são presos por defenderem os direitos do povo Palestino, por exigirem o fim do apoio incondicional dos EUA a Israel ou por protestarem contra a brutalidade do regime de Tel Aviv. Quem faz isso? *Homens que se encaixam sem dificuldade na maquinaria social*, ainda que sejam uma minoria, como se desprende do fato que a 10ª Sessão Especial de Emergência da AGNU adotou, no dia 9 de maio, por 143 votos a favor e 9 contra, a resolução A/ES/10/L.30/Rev.1³, intitulada “Admissão de novos membros às Nações Unidas”.

A resolução amplia os direitos do Estado Observador Permanente da Palestina ao tempo que urge com o Conselho de Segurança para que acolha a solicitação para torná-lo Estado membro permanente das Nações Unidas. A resolução reconhece que o Estado da Palestina reúne as condições para a sua aceitação como Estado membro da Organização. Em consequência, a Palestina terá direito a assento entre os países, conforme a ordem alfabética; poderá fazer uso da palavra em nome de algum grupo; poderá fazer, submeter e apoiar propostas e emendas; levantar questões de ordem e de procedimento; ser eleito para cargos no âmbito da plenária AGNU, bem como para as comissões principais da Assembleia: 1ª, desarmamento e segurança internacional; 2ª, assuntos econômicos e financeiros; 3ª, assuntos sociais, humanitários e culturais; 4ª, política especial e descolonização; 5ª, assuntos administrativos e orçamentários; 6ª, assuntos legais; e participar de todas as reuniões convocada sob auspícios das Nações Unidas. A única exceção, reservada aos Estados membros, é a faculdade de candidatar-se aos demais órgãos da Organização (CS, ECOSOC, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça e Secretariado).

O resultado é extraordinário e revela o grau de isolamento, ou alienação, dos EUA, que em 18 de abril havia interposto o seu direito de veto no CS à proposta de recomendar, a AGNU, que a Palestina seja aceita como membro permanente da Organização⁴. O que está acontecendo? A maioria parece que não *se encaixa sem dificuldade na maquinaria social*. Por

³ A resolução e o seu anexo podem ser acessados em:

<https://documents.un.org/doc/undoc/ltd/n24/129/97/pdf/n2412997.pdf?token=OV5nOI2Tco5FFKl8nT&fe=true>

⁴ Ver: <https://press.un.org/en/2024/sc15670.doc.htm>

que não se encaixam? Como o personagem de Jim Carrey no *Show de Truman*? A bolha, claro, teria que ser maior, mas isso é factível. Afinal, não é esse o sentido do diagnóstico de Erich Fromm?

Em 10 de maio, houve um incêndio criminoso⁵ nas instalações do escritório da UNRWA, certamente não provocado pelos seus funcionários, nem pelos palestinos ocupados em morrer sob os ataques do exército de Israel.

Em 13 de maio, funcionário de segurança das Nações Unidas foi morto⁶. O SG, Antônio Guterres, exigiu investigação. Uma coisa é certa: é altamente improvável que o funcionário tenha cometido suicídio ou que tenha sido vítima de crime passional.

Truman, Truman, não se vá. Aqui a vida é como um sonho. Ignore Ardi Imseis⁷, esse Professor do Queen's College que teve um livro sobre as Nações Unidas e a Palestina publicada pela Cambridge University Press, em outubro de 2023; esqueça Arthur Bomber Harris⁸, que fez treinamento de bombardeio na Palestina, durante a revolta árabe, de 1936 a 1938, antes de destruir Dresden em grande estilo. Esqueça tudo, Truman. Aqui nada acontece, tudo é igual, nada muda. Os dias se sucedem sem novidade. É mais simples assim. Onde você está, Truman? Aqui! Em toda parte! Truman são vocês! Somos todos Truman. Fomos robotizados. Somos livres e independentes, mas nos encaixamos perfeitamente na maquinaria social e nos deixamos levar. Às vezes não. Professor Fromm, às vezes é preciso conduzir os homens com o uso da força!

Tive um amigo que queria ser personagem de comercial de televisão, pois como dizia ele – lá tudo é bom, todos são felizes. Nunca perguntei se havia lido o livro do Fromm. Morreu antes de conhecer Netflix, que é mais complexo, pois permite a autocrítica, mas como é um produto de massa, pensado para atrair e uniformizar gostos e hábitos é um comercial, mais longo e complicado, mas ainda assim, um comercial. O meu amigo certamente teria gostado de ser personagem de algum filme ou série de Netflix. Afinal, todos eles entram e saem de nossas vidas com um toque no comando. Que inferno seria se tivessem que fazer várias chamadas para a operadora do telefone celular e tentar explicar que a fatura que chegou está errada!

O diagnóstico de Erich Fromm é importante para a atualidade. Em 1956, quando a *A arte de amar* foi publicado, os sinais da fragmentação do amor ainda eram latentes. Com o tempo, o homem foi-se encerrando, buscando a sua identidade, reclamando a sua personalização. O problema é que teve que ater-se com o vazio paradoxalmente situado na convivência sem sentido de uma sociedade que parecia valorizar a estandardização do comportamento. Assim, aos poucos, o homem foi se desfazendo de si mesmo, pôs de lado as suas entranhas e esqueceu em algum lugar o seu coração, que de qualquer maneira não servia mais, pois, egoísta, alimentava de oxigênio apenas as suas células e não às do sistema que procura a felicidade no consumo estandardizado, ainda quando personalizado. *Eu, Robot*, de Asimov, tornou-se uma realidade, mas somente no aspecto da desumanização que nada promete. O vazio é bom porque pode ser preenchido com qualquer coisa. O vazio é porque sempre espera algo, sem reclamar.

⁵ Ver em: <https://www.un.org/en/ga/>

⁶ Ver em: <https://www.un.org/en/ga/>

⁷ Ver em: https://www.passblue.com/2024/03/18/palestine-never-had-a-chance-for-statehood-legally-speaking-an-expert-argues/?utm_source=PassBlue+List&utm_campaign=630fadd21f-RSS_SetonHall_27Jan_UN-Study&utm_medium=email&utm_term=0_4795f55662-630fadd21f-55039690

⁸ Para conhecer o papel de Arthur Bomber Harris na revolta árabe ver: <https://www.bbc.com/news/magazine-29441383>

O discurso de ódio, cada vez mais estridente e boçal, proveniente da extrema direita, é resultado dessa fragmentação do amor, como diagnosticado por Eric Fromm, bem como pela progressiva desumanização. Gasta-se muito mais em armas que em programas sociais. Líderes que deveriam ter a sua cabeça examinada preferem dizer que não podem permitir a derrota da Ucrânia. Não se lhes ocorre que a solução diplomática é melhor. Joe Biden e Jake Sullivan dizem que não há genocídio em Gaza. Reclamam que o exército de Israel deveria ter mais cuidado e afirmam que se continuarem a se comportar de maneira desmedida, não aplaudirão. Não o farão, mas por debaixo da mesa passarão aviões, mísseis, tanques e alguns bilhões de dólares.

Muitos dizem que se fosse hoje, a Agenda 2030 e os seus 17 ODS não seria aprovada. E acrescento, se fosse hoje, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, a Declaração de Doha sobre Direito de Propriedade Intelectual e Saúde Pública, o Acordo de Paris e até mesmo a Rio-92 – tampouco seriam aprovadas. O que nos garante que a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos seriam aprovadas hoje? Nada. Não há garantia!

Diante de tanta barbárie lendo e ouvindo altos representantes e funcionários de governo a única coisa certa é a correção do diagnóstico do Professor.

A renewed international cooperation/partnership framework in the XXI century

Juan Garay

Summary. *This reflection piece calls for a debate to discuss whether the present trend of "business-based" partnerships (from former solidarity-based cooperation) is pertinent with the evolving global challenges and coherent with the ethical principles inherent to the human and environmental global agreements related to global wellbeing in sustainable (CO₂ emissions below 1,8 mT per person and year –ppy-) equity (international and subnational inequality GINI⁹ < 0,2). It concludes that in order to progress to lower global inequities and achieve a carbon neutral world by the mid of the century and so prevent a climate disaster for the next generation, a greater focus on rural vs local, collaboration vs. competition, justice vs. market access to right-based universal social services and a shift from military spending to exhaust all peace agreements and fund a meaningful collaboration according to capacities and needs. Development co-operation (let us define it as a relation of mutual benefit) has been the Cinderella of international relations, and it seems now to be "lost in translation".*

Historically, interactions between larger groups, tribes or countries, translated in benefiting those with greater power by poaching minerals, crops and/or slaves. It often came with taking over the governance through colonization in different shapes and in the name of "civilization" or "conversion". Europe was most often in that power side throughout history.

Other relations aimed at counter-balancing those power relations and focus on the benefit those in the "losing side". Those intentions were often related to religious groups and came with other interests, as evangelization, and a "vertical" approach (from those knowing better or having more than those in the receiving end) under different shapes of "charity".

After the world wars in the XXth century, the cry for peace led to the foundation of the United Nations and the adoption of the Universal Declaration of Human Rights. Such new spirit, together with the impact of the war in the colonial powers, led to the wave of independence of most of the African, Caribbean and Pacific countries, while the European Union (EU) was born. Soon after, the former EU colonial and colonized countries gathered in the Youndee, Lome, Cotonou Agreement. As the Breton Woods institutions progressed with the post war reconstruction of Europe, they started to offer finance to lower income countries in return for opening up their economies to investments of former metropolia and introduce "adjustment programmes" which often meant lower government spending (especially for public services) , a move called by some as neo-colonization.

Development cooperation bid to respect national priorities and governance, which led in 2000, in parallel to the Millennium Development Goals (MDGs), to the Paris principles on *Aid Effectiveness (meant to respect country's priorities and sovereign processes)*. Ten years later, and aware and alarmed by the threat of global warming and the responsibility of the "developed" countries, the world agreed in Busan 2011 on a more horizontal approach where all countries shared challenges and all could learn from each other. In Addis Ababa 2015, as total

⁹ The Gini index measures the extent to which the distribution of income or consumption among individuals or households within an economy deviates from a perfectly equal distribution.

Overseas Development Assistance was less than 0,2% of the world's Gross Domestic Product /GDP- (0,4% un the EU), the global consensus on financing for development called to increase aid and domestic revenues, remittances and foreign investment towards sustainable development.

Limited ODA, appropriation and weak links with additional financing for development undermined compliance with the MDG targets which were swiftly replaced by the Sustainable Development Goals (SDG) 2030 agenda relevant to all countries and called on enhanced global collaboration beyond former vertical north-south dynamics.

Soon after, in 2020, just after Brexit, the Covid pandemic hit the world and greed to hoard vaccines ruled over solidarity. When the pandemic seemed to vanish, Russia's invasion of Ukraine further confronted the countries with greater military power (members of the United Nations' Security Council) and the world increased spending in arms and in burning coal. The EU embraced more clearly than ever security under United States of America (USA)-led North Atlantic Treaty Organization, sided -without the cracks of the Iraq war- with the USA and confronted Russia's military invasion and China's leading world trade. So it was that the EU remained allied with the biggest army while confronting as enemies its main energy (Russia) and manufactured import sources (China).

The EU's (claimed) leading roles on peace, human rights, equity and ecology were blurred by providing arms, rejecting refugees, eroding its social model, burning coal and dismissing the imports' factor in carbon emissions.

The world's leading economies gradually shifted the focus of international cooperation to Foreign Direct Investment, eight -times higher than annual ODA, some 1,6% of the world's GDP, which, if adjusted to SDG needs, could meet the estimated SDG gap in ten years.

In reaction to China's 2013 Belt and Road Initiative (BRI) one-trillion initiative signed with 151 countries, the USA launched with G7 in 2021 the B3W (build back better world) as a "values-driven, high-standard, and transparent infrastructure partnership led by major democracies" aimed to narrow the \$40 trillion (Tn) world estimated (by McKinsey investment gap (60% by emerging economies) infrastructure (power, roads, telecom, water, rail, airports, ports) required by 2035¹⁰. As part of it and claiming its own leading role as still the world's main investing, trading and ODA partner in the world, the EU launched its Global Gateway aimed to mobilize €300 billion (Bn) in investments focused on quality and transparent connectivity as the way of "showing political presence and ambition"¹¹. However, the financial muscle of EU's GG is a third of China's BRI and 0,7% of the G7 B3W gap.

Besides the limited funds in relation to the estimated gap, the EU's GG is uncertain as it is engineered to attract or direct EU investments towards development, a call that has frequently fallen short to expectations in the last decades. Besides, offering public subsidies, often to profitable multinationals (and dropping past principles as untied aid) may echo the recent public uproar at governments rescuing banks after the 2008 crisis.

While China, the US and the EU and other G7 members add up 70% of the world's GDP what is their legitimacy to promote "Sustainable Equity"?

¹⁰ <https://www.mckinsey.com/capabilities/operations/our-insights/bridging-global-infrastructure-gaps>

¹¹ <https://www.euractiv.com/section/global-europe/interview/eu-must-offer-alternative-to-russia-and-china-borrell-says/>

In terms of sustainability, the EU's carbon footprint per capita is 6 metric Tonnes (mT), four times above the ethical threshold (above which we're bound to catastrophic global warming) compared to 7.6 of China and 14.6 of the USA. They together mean 80% green-house emissions, close to 90% if carbon emissions of imports were factored in. Their production-trade-consumption pattern are unsustainable. Despite many waves of global strategies as the MDG and SDG agendas and the recurrent G7 and Chinese initiatives in the name of development inequities have widened and CO₂ emissions have increased or remained far from the ethical threshold mentioned above. The world's growing inequity means 16 million excess (from feasible levels for all) deaths per year¹² (one in four of all deaths) and the progress towards the 1.5° warming ("point of no return"¹³) predicted over 200 million excess deaths in the remains of the century¹⁴, the worst-ever intergenerational legacy in human history.

With such a record of low legitimacy in terms of their own carbon emissions, it is unclear how China, the USA and the EU will bring about the change the world needs towards sustainable equity. As per the EU's GG, it is unclear its added value on digital connectivity (most chips are produced in Taiwan and the majority of communication satellites are from the US), clean transport (green hydrogen will still be a high-cost fuel and e China controls most key minerals for energy storage) or renewable energy sources (with China's lead in solar panels scale production and decreasing prices).

Is the present EU cooperation framework, under the GG investment lead, coherent with the challenge of a carbon neutral EU and the strength of promoting its social model?

Many studies question how FDI to developing countries may make them more reliant on the depletion of natural resources to keep their economies running¹⁵. The link between ODA subsidizing private FDI and the impact on wellbeing in sustainable equity in lower income countries, embeds the following uncertainties: 1) will the level of ODA, still a very low share of global GDP and FDI, attract higher flows to low-income countries? 2) If so, will that flow be clearly linked to sustainable equity, often meaning lower profits (equities, the "s" meaning often the opposite)? 3) If flows increase and increase sustainable equity, will they increase countries' debts and dependency? And, 4) if FDI, as often aims, boosts EU trade, will it increase our already unsustainable and harmful ecological and carbon footprint and undermine the wellbeing of coming generations?

So, is it the right direction for the EU to bet, with unclear global lead, on connectivity, under the shadow of the US-led B3W, through the uncertain and questionable leverage on the private sector and aimed at gaining political ambition?

What is the primary responsibility of the EU in the context of global challenges?

The EU has reduced (21% lower) more than any other region of the world its carbon emissions since 1990. However, it needs to further reduce them by three fourths (and other green-house emissions and ecological footprint) by changing its production-trade-consumption patterns, a *sine-qua-non* which is, more often than not, ignored. Its contribution to excess

¹² <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190632366.013.62>

¹³ <https://www.ipcc.ch/sr15/chapter/spm/>

¹⁴ <http://www.peah.it/2018/07/5498/>

¹⁵ <https://environment-review.yale.edu/foreign-direct-investment-developing-countries-blessing-or-curse>

mortality through excess emissions may be 15% of the global projected burden of mortality due to climate change during the XXI, that is, over 30 million deaths.

In contrast, the EU's positive impact in the world is uncertain through 65 years of EU ODA and through the questionable link of innovation improving global wellbeing given the evidence of market failures of the potential public goods as Covid vaccines have recently shown. So, the first challenge of the EU to be good for the rest of Humanity, as the "*primum non nocere*" (first, do no harm) medical oath states, is to reduce carbon emissions including through imports.

The EU commitment to a carbon neutral economy by 2050 meets the ethical challenge but it may come too late and insufficient especially if such commitment does not include the carbon emissions attributed to others, mainly China, whose exports are consumed in the EU. A reduction by three-fourths of the EU emissions means less production, less trade (as with China) and less consumption. The innovation, technology and scale of investments required to shift completely to energy based on renewable energies and fuels (as green hydrogen), will not come in time to meet the ethical goal without changing, urgently, our unsustainable lifestyles.

Which is then the main singularity of the EU to contribute to a better world in sustainable equity based on universal rights and as the solid base for global peace and prosperity?

While the EU reduces the harm imposed on others through excess carbon emissions, mainly the less polluting tropical countries, the EU should preserve at home and promote globally its social model regulating the market towards equity by a strong social contract between institutions -duty bearers- and citizens -right holders- enabling fiscal space and universal right-based social services as health, education, justice and social protection of those in greater need.

The EU's main difference with China and the USA is its **rights-based social model**, with the most advanced and equitable regulation and taxation (with a tax-to-GDP revenue rate of 41% , compared to 26% in the USA and 12% in China) of the market so as to reduce inequalities (EU's GINI stands at 0.3 vs China's and USA around 0.4) and provide universal social protection. The EU social model translates in the highest regional average life expectancy (80 years vs. 78 in China and 77 in the USA). The other main global lead in equitable wellbeing is Japan, with GINI of 0,32 (yet with a tax revenue rate of only 13% of GDP) and world's highest life expectancy at 84 years. Equity dynamics call for a GINI <0,2 which may limit inequalities to a fair distribution between dignity and excess thresholds¹⁶.

A global strategy to effectively progress towards human wellbeing in sustainable equity

If ODA did not reach the necessary scale and impact, and private FDI has many uncertainties to translate in global sustainable equity, where could the EU and global cooperation head to?

One approach to be considered, on which we have based its upcoming EU cooperation in Cuba is to focus at the local rural level. This is based on two main reasons: On the one side, ecologically basic needs need to be met with local means if we really commit to a carbon neutral world by 2050 and escape the 1,5° point of no return. On the other side, it is by recovering local and rural dimensions, blurred by national and global dynamics, how we can increase empathy with the communities we live with and the nature which supports our lives.

¹⁶ <http://www.peah.it/2021/04/9658/>

Hence, local sustainable development should aim at sovereignty (self-sufficient based on local means and capacities) of basic living needs, that is, food through sustainable agriculture, clean energy through renewable sources, both linked to sustainable water supply and circular economy and collaborative innovation (including 3D manufacturing) of housing and basic "wellbeing technology".

The regional level links local communities under a shared geographic, cultural or national or sub-national administration, where cooperation may promote fiscal and territorial cohesion strategies aimed at socioeconomic equity and universal coverage of rights-based services of education, health, justice and social protection, where the EU has a strong record and potential lead.

Cooperation should also aim at promoting global collaboration towards public goods, shifting from the present focus on global competitiveness for market-driven inequitable access to raw materials, manufactures and services, including global public goods as recently revealed with the Covid pandemic.

The above-mentioned approach requires sharing information online (as travels for work, and less for tourism are most often non-essential and unsustainable in terms of carbon emissions) and contributing with means meant to reach every person as a public good, according to added values in each country and region of the world.

The main local basic needs include basic food, energy, water, housing, key appliances local transport and access to internet needs -FEWHATI-. They require global investments in solar panels (1kw pc costing in China 220\$/kw), basic agroecology technology at some 2000\$/Ha (feeding 10p), basic water supply and sanitation networks (solar pumps for 1500\$/kw pumping from 150 feet depth and serving 100 person needs), basic comfort appliances (clima, fridge, kitchen appliances, screen) at some 800\$/4p, shared electric light vehicle (1000\$/4p) –yet with the challenge of short-lived batteries- and access to internet (smart phone and modem 400\$/4p), all around \$1000/p, with circular economy dynamics linked to building materials and decent housing. Some 3Bn people in the world lack those basic sustainable needs, which means, besides the workforce, transport and some machinery as drilling and tillion- 3Tn investment for the next decade. That may seem close to the 3,3 Tn annual investment estimates by McKinsey¹⁷ for G7¹⁸ which led to the B3W gap estimate by 2035. But while the basic local needs' investment aims at sustainable wellbeing, the McKinsey and G7 B3W is based on keeping up the present destructive model of growth, transport and trade (including estimates to upscale airports and roads' capacities in high income countries...).

The mentioned 3Tn basic needs funds are 3,3% of global GDP, close to the world's military spending and some 10% of the redundant GDP in high income countries¹⁹. It could help prevent 16 million annual deaths and reduce some 3-5 Bn CO₂ ton emissions per year.

Collaboration between education and research centres should promote open software, and additive manufacture capacities so as to promote local knowledge sovereignty, repairs, adjustments and progressive local design and production.

¹⁷ McKinsey & Company is a global management consulting firm that serves leading businesses (e.g., Fortune 1,000 companies like Coca-Cola and Microsoft), investors (e.g., Private Equity firms like KKR), governments (e.g., US Dept. of Energy) and nonprofits (e.g., Bill and Melinda Gates Foundation).

¹⁸ <https://infrastructure.aecom.com/infrastructure-funding>

¹⁹ <http://www.peah.it/2021/04/9658/>

If ODA meets the (though arbitrary²⁰) 0.7% in high income countries, the cost of such basic local needs for almost half the planet would mean 10 years of global ODA void of unnecessary flights, hotels and experts' fees now accounting to 40-50% of ODA. Such minimal economic redistribution, 20 times lower than the equitable tax rate of the top 10% in the EU, could be uploaded by financial markets so as to reduce carbon emissions and prevent excess mortality due to global inequity.

Such 3Tn gap aims at the basic needs which in Maslow's scheme²¹ is the base but should be complemented by protection (health and justice services), opportunities and sense of belonging (education and culture). While fiscal equity and territorial cohesion should fund such human rights-based social services, the global competition for what-should-be global public goods (eg. essential vaccines and medicines) and for basic-services' civil servants' salaries (as health, education and justice professionals), means that the inequity (unfair distribution) of global salaries fuels brain drain and undermines access to those essential protection and belonging needs. The estimates of the basic salaries that would prevent such migration flows are in the range of another 1000 per person and year ppy which could be provided by a sort "*universal social protection fund*" to operationalize the International Covenant on economic, social and cultural rights. That would be part of the empirical evidence of minimum \$4000 ppy CV –dignity threshold²²- (in contrast with insufficient world bank set poverty thresholds) below which no country in 60 years has been able to achieve the best feasible and sustainable levels of wellbeing (by proxy of life expectancy). Such reality calls, after the local needs' investment, for a gradual shift of the ODA present insufficient (from 0.7%) and vertical (from "aid") flows to required levels (some 7% of global GDP towards equity of < 0,2 GINI cross and sub-national) and framework (international fund, as with the national social insurance schemes), if the world truly commits to universal rights as it did, though in a non/committal way- 74 years ago.

The above-described approach guides global dynamics to rural vs. urban, local sovereignty vs. global trade, universal vs market driven right-based social services, global collaboration vs. competition to advance on global public goods and a renewed cooperation framework based on fair redistribution of global resources rather than profit oriented investments, as the current trend (China's B&R, US B3W and EU's GGI) reflects.

Such global collaboration should strengthen multilateralism, a renewed global and binding commitment to the Universal declaration of Human Rights and question international oligarchic structures as the Security Council, the G7, G20 and other restrictive groups, through a truly democratic UN governance promoting the mentioned strategy towards sustainable equity.

The EU's main added value is to champion equitable wellbeing, siding with Japan as global leads, collaborate with China's lead in solar cells and other key global goods while reducing import high carbon dependency, with Taiwan's semiconductors, with the USA's innovative capacities, promote tireless peace talks with Russia and promote, with like-minded regions especially in the global South, a new deal based on universal right based framework and services towards sustainable equity led by a democratic renewed UN system.

²⁰<https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/the07odagnitarget-ahistory.htm>

²¹ <https://www.simplypsychology.org/maslow.html>

²² <http://www.peah.it/2021/04/9658/>

There is an urgent need to change direction and avoid climatic tragedy and transform the present global lack of trust in institutions driven by market forces rather than by active participation and ethical principles on sustainable equity. In EU and the USA public trust accross generations have declined from over 70% in the 60s to less than 30% presently. Such trend is similar to wider surveys in both “developed” and “developing” countries²³. A new global deal should promote collaborating to global justice through hope, rather than competing for power or privileges through fear.

This debate needs to reach schools and universities, workers and scholars, mass media and social networks and local, national and global politics. The future of our children is at stake as never before and Humanity needs courage and wisdom to change the present state of unethical inequities and direction towards apocalyptic disaster.

²³ <https://www.un.org/development/desa/dspd/2021/07/trust-public-institutions/>

E a Assembleia Mundial da Saúde chegou

Paula Reges
Luana Bermudez
Luiz Augusto Galvão

Resumo. A 77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) ocorrerá de 27 de maio a 1º de junho de 2024 em Genebra, Suíça, abordando temas centrais como o Acordo Pandêmico e a revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). O evento, com o tema "Todos pela Saúde, Saúde para Todos", continua a enfatizar a saúde como direito básico. A AMS, órgão máximo de decisão da OMS, define políticas, nomeia o Diretor-Geral, supervisiona finanças e aprova o orçamento do programa. Este ano, também avaliará o 14º Programa Geral de Trabalho da OMS para 2025-2028, focando em mudanças climáticas, envelhecimento, migração e avanços tecnológicos. O Acordo Pandêmico visa garantir melhor preparação e resposta a futuras pandemias, enquanto as revisões do RSI buscam melhorar a capacidade global para lidar com emergências de saúde pública. Ambos são considerados marcos importantes para a saúde global. Em paralelo, ocorrerão eventos relevantes, como mesas-redondas estratégicas e discussões sobre financiamento da OMS, imunização, inteligência artificial em saúde, resistência antimicrobiana e mudanças climáticas. As alterações no RSI, previstas para serem adotadas em 1º de junho de 2024, incluem melhorias na detecção e resposta a emergências, com foco na equidade e na solidariedade.

Palavras-chave: AMS, Acordo Pandêmico, RSI

Abstract. *The 77th World Health Assembly (WHA77) will take place from May 27 to June 1, 2024, in Geneva, Switzerland, addressing key topics such as the Pandemic Agreement and the revision of the International Health Regulations (IHR). The event, themed "All for Health, Health for All," continues to emphasize health as a basic right. The WHA, the WHO's highest decision-making body, sets policies, appoints the Director-General, oversees finances, and approves the program budget. This year, it will also evaluate the 14th WHO General Programme of Work for 2025-2028, focusing on climate change, aging, migration, and technological advancements. The Pandemic Agreement aims to ensure better preparedness and response to future pandemics, while the IHR revisions seek to enhance global capacity to handle public health emergencies. Both are considered significant milestones for global health. Concurrently, there will be important events such as strategic roundtables and discussions on WHO financing, immunization, artificial intelligence in health, antimicrobial resistance, and climate change. The IHR amendments, expected to be adopted on June 1, 2024, include improvements in emergency detection and response, emphasizing equity and solidarity.*

Keywords: WHA, Pandemic Accord, IHR

Ao longo de muitos dos informes anteriores apresentados neste caderno, a expectativa pelo mês de maio de 2024 foi mencionada. A 77ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA77, em inglês, ou AMS) se inicia em 27 de maio e dura até 1º de junho, em Genebra, Suíça. Tem como pautas esperadas a validação do Acordo Pandêmico e a adoção das revisões do Regulamento

Sanitário Internacional (RSI). Ambos processos que estão no centro das discussões de diplomacia em saúde e movimentaram o cenário pós pandemia de covid-19, continuam movimentando os trâmites dos negociadores, com sessões adentrando a madrugada às vésperas da Assembleia.

A AMS deste ano tem como tema "Todos pela Saúde, Saúde para todos", e segue a linha do que tem sido apresentado ao menos nos últimos cinco anos. O planejamento central do Diretor-Geral Tedros Adhanom segue abraçando o reforço à saúde como direito básico e para todos. A AMS é o órgão de decisão máximo da OMS. Realizada anualmente em Genebra, conta com a presença de delegações de todos os Estados-Membros da Organização e centra-se numa agenda de saúde específica preparada pelo Conselho Executivo. As principais funções da Assembleia são determinar as políticas da Organização, nomear o Diretor-Geral, supervisionar as políticas financeiras e rever e aprovar o orçamento do programa proposto.

A agenda inclui a avaliação e aprovação do 14º Programa Geral de Trabalho da OMS (GPW14-PGT14), o que se entende como a nova estratégia da OMS para a saúde global de 2025 a 2028, que procura abordar as implicações para a saúde e o bem-estar globais, como: as alterações climáticas, o envelhecimento, a migração e os deslocamentos forçados, e os avanços na ciência e tecnologia. O PGT com duração de quatro anos representa uma janela de oportunidade para se avaliar e manter o compasso em direção ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com a saúde numa perspectiva de prioridade.

Como mencionado, estará sob o escrutínio dos Ministros da Saúde presentes na 77ª AMS: o Acordo de prevenção, preparação e resposta a pandemias, liderado pelos Estados-membros da OMS, que pretende garantir que todos os países estejam melhor preparados e sejam capazes de responder de forma eficaz e equitativa a futuras pandemias; e a revisão do RSI, documento vinculativo internacional que visa abordar emergências em saúde pública, incluindo doenças, agravos, desastres e outros eventos relevantes.

Em paralelo aos espaços de decisões políticas (as Comissões A e B), que são traduzidas em resoluções e decisões, serão realizados eventos relevantes sobre prioridades em saúde pública, com discussões entre delegados da Assembleia, organizações parceiras, representantes da sociedade civil e outros especialistas. As reuniões públicas (plenária, Comitês A e B) da WHA77 são acessíveis ao vivo, com tradução simultânea nos 6 idiomas oficiais, pela web: <https://www.who.int/about/accountability/governance/world-health-assembly/seventy-seventh> A OMS fornecerá atualizações regulares da Assembleia via: X -- follow@WHO e hashtag#WHA77.

Ademais, a grande questão da subsistência e sustentabilidade do financiamento da OMS estará também nas pautas da AMS. Neste ano, após apresentação do planejamento de financiamento da Organização da assembleia passada, será sede da primeira "rodada de investidores" ("*Investment round*" em inglês), que acontecerá logo no domingo que antecede a abertura da AMS. Durante o curso da Assembleia, ainda ocorrerão as chamadas "*strategic roundtables*", momento de apresentação técnica sobre diferentes temáticas relevantes. São eventos interativos, organizados pelo escritório do Diretor Geral, com participação dos delegados da Assembleia, organizações parceiras, representantes de organismos da sociedade civil, dentre outros especialistas. Os temas desse ano incluem: "*All for Health, Health for All: the WHO Investment Case, 2025-2028*"; "*Celebrating 50 years of immunization progress: honouring achievements, embracing innovation, and envisioning the future*"; "*Economics and financing of health and well-being for all: A bold new vision for achieving universal health coverage*";

"Artificial intelligence for health: opportunities, risks, and governance"; "Charting a new path forward for global action against antimicrobial resistance"; e "Climate change and health: a global vision for joint action".

Regulamento Sanitário Internacional

As discussões e conclusões do RSI são postuladas como um marco histórico para a saúde pública global. As alterações do RSI se basearam em mais de 300 propostas apresentadas por países na sequência da pandemia da COVID-19. Tiveram por objetivo melhorar a capacidade dos países para se prepararem, detectarem e responderem a Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e farão parte de um pacote a ser apresentado à AMS.

O RSI, que foi adotado pela primeira vez pela AMS em 1969 e revisto pela última vez em 2005, foi concebido para maximizar os esforços coletivos para gerir eventos de saúde pública e, ao mesmo tempo, minimizar os distúrbios na mobilização de pessoas e produtos. Têm 196 Estados Partes, incluindo todos os 194 Estados-Membros da OMS, mais o Liechtenstein e a Santa Sé. Estas Partes lideraram o processo de alteração do RSI através do Grupo de Trabalho sobre Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (2005) (WGIHR). Um aspecto importante destas alterações é que não são apenas alterações técnicas. São alterações significativas que reconhecem a importância da equidade, mas também dão passos concretos para a pôr em prática. E esse é um compromisso partilhado e universal que é realmente significativo.

Um potencial novo acordo sobre a pandemia e os RSI alterados seriam instrumentos internacionais complementares concebidos e negociados pelos Estados-Membros para ajudar os países a proteger melhor os seus povos contra futuras ameaças pandémicas. O RSI centra-se no reforço das capacidades dos países para detectar e responder a eventos de saúde pública que possam assumir dimensões internacionais, enquanto o projeto de acordo pandémico centra-se numa resposta internacional coordenada às pandemias, com o acesso equitativo a vacinas, terapêuticas e diagnósticos no centro.

As divergências sobre a necessidade de um novo mecanismo financeiro para ajudar a implementação do RSI e a linguagem em torno da transferência de tecnologia durante emergências de saúde, entre outras áreas seguem em aberto nas negociações para alterar o Regulamento e tem impedido a chegada a um consenso sobre um pacote completo de medidas. Também persistem divergências sobre o texto referente ao acesso a produtos médicos e sobre se a diversificação da produção estava alargando o âmbito do RSI.

Apesar destes desafios, os países realizaram progressos substanciais em questões fundamentais, incluindo quase chegarem a acordo sobre uma definição sobre "emergência pandémica e reconhecerem a equidade e a solidariedade como princípios do RSI, entre outras áreas de convergência. A incorporação desta definição tem implicações nas medidas que entrariam em vigor com a declaração de uma emergência pandémica, incluindo potencialmente como serão governadas as questões relativas ao acesso e à atribuição de produtos médicos. Há um reconhecimento de que a emergência pandémica é uma espécie de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII).

"Emergência pandémica" significa uma emergência de saúde pública de importância internacional causada por uma doença transmissível e:

(i) está, ou é provável que esteja, se espalhando para e dentro de vários Estados Partes nas regiões da OMS; e

(ii) excede, ou é provável que exceda, a capacidade de resposta dos sistemas de saúde nesses Estados Partes; e

(iii) esteja causando, ou seja, susceptível de causar, perturbações sociais e/ou económicas, incluindo perturbações desnecessárias nas viagens e no comércio internacionais;

(iv) requer uma acção internacional coordenada, rápida, equitativa e reforçada, com abordagens que envolvam todo o governo e toda a sociedade.

A definição de uma emergência pandémica também é importante para o potencial novo Acordo Pandémico. Há complementaridade entre os dois processos, e esta definição mostra as ligações cruzadas entre estes instrumentos, enfatizando a natureza juridicamente vinculativa de um potencial tratado.

As alterações foram estruturadas de forma a não apenas tornar o RSI independente das discussões do Acordo sobre a Pandemia, mas ao mesmo tempo torná-lo complementar a qualquer instrumento futuro para governar pandemias.

Outra definição que é relevante diz respeito ao que anteriormente era referido como um alerta de ação precoce – uma espécie de sistema de alerta intermédio entre uma ESPII e uma pandemia. Uma sugestão reformulada para inclusão ficou da seguinte forma:

“Aconselhamento de ação reforçada” significa informações e conselhos não vinculativos emitidos pelo Diretor-Geral aos Estados Partes sobre um evento que, no momento da consideração nos termos do parágrafo 4 do Artigo 12, foi determinado como não constituindo uma emergência de saúde pública de interesse internacional.

Há controvérsias quanto a essa classificação tendo em mente o recente episódio vivido pelo África do Sul, que ao detectar a variante Omicron do SARS-CoV-2 e alertar o mundo, sofreu sanções comerciais graves. Assim, tal proposta é vista com preocupação pelo Grupo África e pela China, por exemplo. O posicionamento chinês é de que não apoiaria a adição de alertas de saúde intermédios. A China concorda com a opinião do Comitê de Revisão do RSI de que a simples introdução de um alerta formal de nível intermediário não resolveria realmente o problema atual. Os verdadeiros problemas são que o atual sistema de alerta não é suficientemente sensível e os Estados-Membros não agem de acordo com as recomendações da OMS.

Às vésperas da AMS, espera-se que o gabinete do RSI finalize as suas deliberações em 25 de maio, sobre o pacote de alterações que será submetido à Assembleia.

As alterações deverão ser adotadas em 1º de junho de 2024, na 8ª sessão plenária da Assembleia. A data é significativa tendo em conta também uma alteração anterior ao RSI que foi adotada em 2022. Esta alteração foi importante, pois encurta o período de tempo em que as alterações ao RSI entram em vigor. Além disso, a força do RSI é a sua universalidade. Se os países manifestarem reservas sobre certas alterações, isso afetará a implementação.

Sobre a necessidade de um não alinhamento de maior intensidade e a superação da desumanização na compreensão e avanço dos direitos humanos

On the need for greater non-alignment and on the need to overcome dehumanization in the understanding and advancement of human rights

Armando De Negri Filho

Abstract. *As we are right now in a break between the sessions number 55th and 56th from the Council, this inform lays itself into reflections upon the challenges that currently surround the theme of human rights, such as dehumanization, non-alignment movements, neoliberalism and technology.*

Keywords: *Human Rights Council. Dehumanization. Humanization. Transhumanization. Non-alignment movements. Neoliberalism and Human rights.*

Abstrato. Sendo este momento um período de intervalo entre as sessões 55 e 56 do Conselho, este informe introduz reflexões sobre os desafios que atualmente rodeiam o tema dos direitos humanos, como desumanização, humanização e transumanização, os movimentos de não-alinhamento, o neoliberalismo e a tecnologia.

Palavras-chave: Conselho de Direitos Humanos. Desumanização. Humanização. Transumanização. Movimentos de não alinhamento. Neoliberalismo e Direitos Humanos.

Como estamos no período interseccional entre as sessões 55^{a.} e 56^{a.} do Conselho de Direitos Humanos, me permito convidá-los reflexões sobre os desafios que cercam os direitos humanos em suas fronteiras éticas, assim como sobre as dinâmicas de poder que cercam os processos de decisão referentes aos Direitos Humanos no Sistema ONU.

“Todos os direitos são humanos!” Esta chamada utilizada por Médicos do Mundo Espanha há alguns anos para contrapor-se às limitações do direito à saúde dos migrantes não-documentados, nos remete à necessidade de pensar os direitos como expressão máxima do humano. Em momentos de uso intenso da desumanização para justificar os preconceitos raciais, sociais e de gênero, criando discriminações de todo tipo, com um exemplo extremo na desumanização que permite o genocídio ao vivo em Gaza, necessitamos estabelecer um debate radical sobre a eliminação da desumanização que afinal anula todos direitos, de recuperar a humanização como processo de recuperação da universalidade do estatuto dos direitos como inerentes ao humano e entender desta maneira os desafios de fronteira onde se localiza a transumanização que representa os recursos dos dispositivos neurológicos que são inclusive objeto de estudo solicitado pelo CDH ao seu Comité Consultor.

A razão pela qual destaco este debate sobre a (des)umanização e transumanização é porque ela está no centro do conceito de direitos humanos, pelo seu caráter intrinsecamente humano. Por óbvio que possa parecer a condição humana constitui a vertebração dos direitos ditos humanos e, portanto, a degradação da condição de humano representa o cancelamento de todos os direitos. Cancelamento que está hoje na ordem do dia em razão da tragédia de Gaza, como visibilização da negação total de direitos a raiz da desumanização total das populações

palestinas que aí vivem. Teríamos inúmeros outros exemplos de desumanização que afetam o acesso dos seres humanos à sua condição de sujeito de direitos, em razão de sua desumanização que finalmente visam desacreditá-los de sua condição humana. Assim como ocorre com a enorme massa de empobrecidos do mundo, de trabalhadores informais, de mulheres subalternizadas em vários marcos societários, em povos indígenas, em populações negras, em culturas consideradas inferiores, em preconceitos religiosos.

O texto referência de *Nadia Batok*, traduzido na sequência, também explora os desafios éticos de uma transumanização, onde as novas desigualdades que podem gerar os dispositivos neurológicos, conjugando humanos e máquinas, necessitam ser melhor entendidos sob pena de aprofundar desumanizações ou humanizações de uma geração secundária aos seus malefícios ou benefícios fortemente condicionados pelo poder econômico.

Estamos frente a desafios éticos, vinculados por um lado ao passado colonial e imperial – a desumanização e suas dívidas sociais persistentes, ou vinculados ao futuro da ciência em contexto de hegemonia do interesse econômico global. A conjugação desses dois desafios atualiza a humanização essencial requerida para poder defender a vigência dos direitos humanos como base de um pacto ético global. Este debate nos urge para poder encontrar função e alcance das antigas ou novas instituições que defendam e projetem os direitos humanos como imperativos das políticas e sistemas de garantias e respostas para o bem-estar das populações.

Minha segunda reflexão, inspirada no texto de *Boaventura de Sousa Santos*, “*O Desalinhamento Hoje*” (igualmente traduzido do inglês), nos remete a uma reflexão sobre o como perseguir esta reumanização mediante uma tradução em outro nível de intensidade do não alinhamento, atualizando o não alinhamento da primeira guerra fria para um novo momento onde a hegemonia da globalização neoliberal deixou um rastro de insuficiências neste bloco de não alinhamento do Sul Global, o qual segue sendo uma referência de aglutinação de esforços e que se reflete nas votações do CDH e da UNGA que configuram maiorias em favor de um mundo multipolar em construção, mas que ainda carece de uma identidade renovada em torno ao que podem ser os elementos de não alinhamento de maior potência. Sem dúvida os caminhos passam por um direito ao desenvolvimento capaz de uma nova ordem econômica mundial, mas a exigência principal radica na capacidade de propor mecanismos que permitam enfrentar o sistema produtor do conjunto das desigualdades injustas que afetam um mundo profundamente dividido no âmbito inter e intranacional.

Para alcançar o que Boaventura chama de forte não alinhamento, ele destaca a necessidade de um giro epistêmico, o qual nos urge nas formas como representamos os temas de saúde global e diplomacia da saúde:

“A especificidade do forte não alinhamento é a questão epistêmica. Basicamente, trata-se de que tipo de conhecimento deve nos guiar na compreensão do paradigma atual e no estabelecimento da estrutura para sua transformação. O fraco não-alinhamento satisfaz-se com as epistemologias desenvolvidas no Norte global a partir da prioridade exclusiva da ciência/tecnologia modernas, pois foi essa epistemologia que, juntamente com o direito moderno e o Estado moderno, legitimou a construção do paradigma capitalista ocidental cujos fundamentos o fraco não alinhamento não questiona.

Pelo contrário, o forte não alinhamento questiona esses fundamentos e, para isso, não pode recorrer exclusivamente ao conhecimento que os sustenta. Um forte não alinhamento exige novas epistemologias que chamei de epistemologias do Sul, em que o Sul não é nem

geográfico nem mesmo geopolítico. É sobretudo epistêmica e está presente nas lutas sociais que ocorrem tanto no Sul geográfico quanto no Norte geográfico. Muito resumidamente, as epistemologias do Sul consistem nos processos de validação de conhecimentos que não sejam os científicos, conhecimentos nascidos nas lutas contra a dominação ocidental moderna – capitalista, colonialista e patriarcal – por parte dos grupos sociais que mais sofreram com essa dominação: trabalhadores, povos colonizados, povos indígenas, camponeses, mulheres. Em suas lutas, sempre circulou uma pluralidade de saberes, incluindo o conhecimento científico, mas também o saber ancestral, popular e vernáculo.”

Em uma aproximação realista, a possibilidade deste forte não alinhamento depende de forças fáticas dispostas a sustentá-lo, no caso ganha proeminência o papel da China como alternativa de capacidades econômicas, capaz de sustentar o movimento de não alinhados assim como o G77 em suas pretensões de alternativas de desenvolvimento. Porém segue sendo necessária uma mudança de mentalidade, de definição de formas não subalternas de organização econômica global e de uma circulação de riquezas orientadas a eliminação das condições que geram o empobrecimento e não apenas sua mitigação, isto imerso na urgência da crise ambiental e climática e sob a pressão do atual conflito geopolítico global.

Agrega Boaventura: “Emergem duas questões complexas. Na frente econômica, a situação é dilemática. Enquanto os EUA continuam a defender a relevância econômica do neoliberalismo, apesar de todos os seus fracassos e do surgimento de versões extremistas (Javier Milei na Argentina, Daniel Noboa no Equador, Nayib Bukele em El Salvador), a China propõe um capitalismo não neoliberal com forte intervenção estatal e controle estatal do capital financeiro. Nessa área, é difícil prever uma terceira via. No plano político, os EUA exigem atualmente não só alinhamento, mas vassalagem, tanto na Europa como na América Latina. Além disso, depois de Hugo Chávez, a América Latina nunca mais teve um líder interessado em uma política autônoma para o continente. A esperança agora está em Lula da Silva, presidente do Brasil, sem dúvida um dos líderes mais respeitados do mundo. Mas Lula é obrigado a se concentrar nos problemas internos do país, dado o nível de destruição e degradação institucional durante o período Bolsonaro e o fato de Lula ter a maioria do Legislativo contra ele e apenas tolerância insincera de amplos setores das Forças Armadas. Uma articulação entre África e América Latina poderia ser promissora nessa área. Por seu lado, a Índia estará atenta a este desenvolvimento e, se se envolver ativamente, a proposta de não alinhamento ativo (talvez combinada com neutralidade ativa) terá outra força.”

Considerando a provocação de Boaventura, poderíamos como governo e como instituições científicas do Brasil contribuir mais ativamente para um forte não alinhamento? Quais os requisitos epistêmicos para esta construção?

1. Humanismo, desumanização e transumanismo. Navegando pelas implicações éticas da evolução tecnológica da humanidade. 15 de maio de 2024. Nadia Batok²⁴. [nadia batok](https://www.meer.com/en/79907-humanism-dehumanization-and-transhumanism) <https://www.meer.com/en/79907-humanism-dehumanization-and-transhumanism>

Os valores e objetivos fundamentais da humanidade são: garantir que cada vida humana seja respeitada, valorizada e protegida, em vez de desrespeitada, desvalorizada e atacada e pôr fim à violência contra os seres humanos em todas as fases da vida, desde a concepção até a morte natural. Criar uma cultura de paz e vida, para substituir nossas culturas atualmente

²⁴ Nadia Batok é cientista política, na área de relações internacionais. É licenciada em Ciências Políticas - Relações Internacionais. Fala e escreve em inglês, italiano, sérvio e croata, macedônio e francês básico.

existentes de guerra, conflito violento e assassinato (nossa cultura tem uma alta tolerância para matar e vê apoio para a guerra). Em vez disso, nos unimos em torno do que temos em comum: o apoio ao primeiro e mais fundamental direito humano – *o direito à vida*. Ver uma sociedade que valoriza a vida humana de cada indivíduo.

O humanismo é definido como um sistema de pensamento e ação no qual predominam os valores, os interesses e a dignidade humana. As ideias humanistas são que todo ser humano deve ser tratado com respeito e igualdade por todas as pessoas; Eles devem escolher o que acreditam e pensam com base na razão, empatia e preocupação com os seres humanos e outros animais sencientes. O humanismo é uma atitude e uma abordagem da vida e dos valores do homem confinados à sua vida. Os humanistas rejeitam a ideia ou crença em um ser sobrenatural como Deus; Eles se concentram em buscar a felicidade nesta vida e não acreditam em uma vida após a morte. Petrarca (*Francesco Petrarca*) foi chamado de pai do humanismo em 1859 por seu compromisso pessoal com o modo de vida encontrado na literatura e filosofia antigas. Além de seu trabalho científico, Albert Einstein foi um influente humanista que falou amplamente sobre ética, política e causas sociais. O neo-humanismo como teoria filosófica holística promove o progresso individual e coletivo, e o universalismo desempenha um papel central nessa filosofia. De acordo com o professor espiritual indiano P. R. Sarkar (um defensor do neo-humanismo), essa filosofia expande o humanismo para abranger o amor e a compaixão por todos os seres humanos.

Por que, então, humilhamos, escravizamos e exterminamos os outros?
(David Livingstone Smith)

A desumanização é uma brecha mental que nos permite prejudicar outras pessoas. Desumanizar: degradar, desgraçar, humilhar, derrubar, derrubar ou reduzir em valor ou caráter. A desumanização é uma das formas de desengajamento moral. A desumanização é facilitada pelo status, poder e conexão social, o que resulta em comportamentos como violência, apoio à violência contra os outros e exclusão. A desumanização organizada pelo Estado tem sido historicamente dirigida contra grupos minoritários políticos, raciais, étnicos, nacionais ou religiosos percebidos. A desumanização é usada para justificar a guerra, a escravidão, o confisco de propriedades, ataques a inimigos ou adversários políticos, e é uma forma de incitação ao genocídio. Desumanizar alguém significa privar alguém de qualidades humanas, personalidade ou dignidade, ou submeter alguém (como prisioneiros) a condições ou tratamentos desumanos ou degradantes. As pessoas usam a desumanização para justificar a ganância, a violência e o abuso. Os seres humanos são capazes de crimes terríveis, abuso de crianças e insultos com base em raça, gênero, orientação sexual e estado de saúde.

São também vítimas desumanizantes; culpar é uma estratégia favorita de muitos perpetradores. Desumanização na história: os proprietários de escravos ao longo da história consideraram os escravos sub-humanos e animais. Durante o Holocausto, nazistas se referiram aos judeus como ratos, hutus envolvidos no genocídio de Ruanda chamaram baratas tutsis, e tropas americanas no Afeganistão chamaram a equipe de extermínio, posando com afegãos mortos e levando partes do corpo como troféus. Um fenômeno de desumanização em que o inimigo é visto como um jogo. Os exemplos mais horríveis de desumanização são os métodos de tortura, abusos e tratamento brutal de prisioneiros árabes em centros de detenção americanos no exterior (no Afeganistão, Abu Ghraib e Guantánamo). Homens-bomba, ataques terroristas, matando civis e soldados sendo agressivos com crianças e civis são um lembrete constante do que acontece quando um realmente não se importa se o outro lado vive ou morre. Alguns pensadores americanos descobriram que os americanos médios classificaram

perturbadoramente muçulmanos, imigrantes mexicanos e árabes como menos evoluídos. As políticas e a retórica de Donald Trump alimentam o medo e desumanizam os muçulmanos e outros grupos, e isso provoca uma resposta mais violenta de certos indivíduos da comunidade muçulmana. O israelense B. Netanyahu chamou os palestinos de "animais humanos"; O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, chamou o líder russo, Vladimir Putin, de "louco SOB" (filho da puta); etc. A percepção da alteridade é bastante preocupante, e as previsões são de que o poder de desumanização torna o mundo um lugar mais hostil.

O avanço da tecnologia e da inteligência artificial (IA) enganou e desumanizou todas as células vivas de nossos seres humanos. A IA tem o poder de transformar inúmeros aspectos de nossas vidas diárias. A tecnologia cria vários materiais que parecem ser de qualquer pessoa que tenha conteúdo de vídeo suficiente disponível online. Alguém pode pegar sua persona e criar e distribuir vídeos ou fotos de você se envolvendo em qualquer ato que desejar. Obviamente, isso é extraordinário e desumanizante. Há um movimento crescente de IA (deep fake e áudio e vídeos pornográficos) que colhe imagens da internet para gerar uma imagem composta com base nas especificações de um usuário. A violação aqui é generalizada e todos nós também temos o potencial de desumanização. Se aceitarmos uma sociedade em que alguém pode criar um objeto personalizado (por exemplo, um objeto sexual) sob demanda, quais são as expectativas dos usuários para as pessoas no mundo real? Seria uma tragédia se nos permitíssemos ser diminuídos pela IA. Somos humanos; não somos apenas imagens. A IA nunca pode ser humana. No entanto, há uma preocupação crescente de que uma dependência excessiva da IA possa levar à desumanização. Uma terrível desumanização digital é o uso de drones, máquinas e robôs em guerras e genocídios (israelenses usaram cães-robôs pela primeira vez na guerra, que é desumanização e genocídio contra o povo palestino). Equilibrar os avanços tecnológicos e o toque humano é crucial, pois ambos são essenciais para um futuro melhor. No entanto, tendemos a ignorar as consequências potenciais da substituição de papéis humanos por algoritmos devido ao fascínio das capacidades da IA.

A empatia humana está em risco; A falta de empatia pode levar a decisões tecnicamente corretas com impactos emocionais ou morais negativos (um complexo de inteligência emocional, pistas não verbais e experiência humana compartilhada). Não devemos parar o progresso da IA ou vê-la como um perigo para a humanidade; Temos de adotar uma atitude equilibrada. A IA pode ser uma ferramenta valiosa que resolve problemas matemáticos complexos e automatiza tarefas tediosas. No entanto, devemos preservar os aspectos humanos. Empatia e respeito, como o oposto da desumanização, são melhor expressos pela Regra de Ouro, que pede que todos deem aos outros o mesmo tratamento que gostariam de receber. A regra de ouro significa que todos os seres humanos ou seres vivos fazem parte de "nós". Se queremos uma sociedade mais humana, não podemos nos envolver em violência e assédio. Os ciclos viciosos da desumanização podem girar sem fim por séculos. O ciclo de desumanização pode ser interrompido, mas está longe de ser fácil.

Transumanismo é ver a condição humana como pobre, fraca e "não muito boa", tanto física quanto moralmente. Transumanismo é a ideia de que os seres humanos devem transcender seu estado natural atual e limitações através do uso da tecnologia. Tecnologias como nanotecnologia, biotecnologia, tecnologia da informação e ciência cognitiva estão dando origem a possibilidades que há muito estão no reino da ficção científica. Essas tecnologias buscam acabar com todas as realidades humanas – doenças, envelhecimento e até morte. Poderíamos usar interfaces cérebro-computador para nos conectarmos à inteligência artificial avançada. Os nanobots poderiam viajar pela nossa corrente sanguínea para monitorar nossa

saúde e melhorar nossas propensões emocionais para amor, alegria e outras emoções. E esses avanços em muitas áreas podem levar a mudanças radicais em nosso mundo em um futuro próximo. O transumanismo propõe que a tecnologia pode ser usada para superar as limitações do corpo e da mente humanos. O transumanismo se concentra em mudar e melhorar as características humanas naturais por meio de modificações biológicas, tecnológicas e cognitivas.

O transumanismo enfatiza o potencial da tecnologia para superar as limitações do corpo humano. Os transumanistas acreditam que, por meio dos avanços na engenharia genética, cibernética e inteligência artificial, a humanidade pode alcançar um novo nível de existência – mais inteligente, mais gratificante e mais resiliente. O objetivo do movimento transumanista é ir além dos humanos atuais e se tornar pós-humanos. O pós-humanismo oferece uma estrutura para a criação de um futuro mais sustentável. O pós-humanismo engloba uma visão crítica da coexistência entre tecnologia e homem. Transhumanistas e pós-humanistas rejeitam visões essencialistas da natureza humana, incluindo posições religiosas ou éticas que tomam a natureza humana como moralmente normativa.

A ideia de que a tecnologia poderia ser usada para aumentar as habilidades humanas ganhou atenção nas décadas de 1950 e 1960 com o desenvolvimento da cibernética, um campo que explorava a relação entre computadores e organismos vivos. Tanto o transhumanismo quanto o pós-humanismo compartilham um foco na tecnologia e seu impacto na humanidade, mas diferem significativamente em suas filosofias subjacentes e objetivos de usar a tecnologia para superar as limitações do corpo humano. O pós-humanismo tem uma visão mais crítica do progresso tecnológico e reconhece que nossa relação com a tecnologia é complexa e que as novas tecnologias podem ter impactos profundos em nossos sistemas sociais, políticos e ecológicos. A pesquisa de consciência digital e de carregamento da mente busca explorar a possibilidade de transferir a consciência humana para um espaço digital ou virtual. E os transumanistas veem isso como uma forma de alcançar a imortalidade e criar novas formas de existência. Os pós-humanistas são mais cautelosos, enfatizando as implicações éticas e existenciais de uma transformação tão radical. A questão da ética do aprimoramento humano, bem como da identidade e da humanidade, permanece central no debate transumanismo versus pós-humanismo. O Dr. Nich Bostrom resume três capacidades centrais gerais do pós-humano:

1. Tempo de saúde: a capacidade de viver uma vida saudável com uma vida infinita divergente do envelhecimento bem-sucedido, visado pela medicina convencional.
2. Cognição: os sentidos comuns que os seres humanos têm atualmente em comum, bem como os sentidos que ainda não foram descobertos nos seres humanos.
3. Emoção: a capacidade de se deleitar em uma vida e o desejo de viver a vida boa.

Para alguns pensadores (Kurzweil), o pós-humanismo descreve um futuro tecnológico de humanidade aprimorada, e para outros (Horaway), o pós-humanismo é uma posição ética que estende a preocupação moral às coisas que são diferentes de nós e, em particular, a outras espécies e objetos com os quais coabitamos no mundo. O pós-humanismo nos convida a pensar fora das categorias humanas tradicionais de raça, gênero ou nacionalidade além dos interesses de nossa espécie e através das divisões convencionais entre animais, humanos e máquinas. O pós-humanismo é um modo de pensar sobre os interessantes mundos humano, não humano e tecnológico que questionam o papel dos humanos na formação do destino da Terra. O pós-humanismo demoliu a natureza binária tal como foi consagrada na tradição euro-americana. A perspectiva de aprimoramento humano, a expansão da inteligência artificial (IA) e a ética desses desenvolvimentos afetam os seres humanos, a lei e a ordem social. O pensamento pós-

humanista demonstra como toda a matéria é interligada, mutuamente dependente e co-evoluída (quer os seres humanos impactem a tecnologia ou vice-versa).

Os transumanistas têm muitas visões diferentes de como deve ser a nossa evolução em curso. Por exemplo, alguns deles acham que devemos atualizar nossa biologia por meio de engenharia genética ou outros métodos e defendem o upload da mente para a forma digital, estabelecendo o cosmos. Eles preveem úteros artificiais, bebês e terapias antienvelhecimento no futuro. Trans-humano e pós-humano, por sua própria definição, são corpos ciborgues sagrados com uma expectativa de vida infinita e inteligência artificial auto-organizada. Entre os maiores promotores do pensamento transumanista estão os bilionários da tecnologia.

A empresa de Elon Musk, a Neuralink, pretende fundir humanos com IA no futuro. E as inovações tecnológicas poderiam ser usadas para melhorar as habilidades de todos (incorporando chips no cérebro humano). A inteligência artificial geral (AGI) é um sistema de IA que pode fazer todas as tarefas cognitivas que um ser humano pode fazer e muito mais. A AGI é vista como vital para nos permitir projetar nossos próprios futuros evolutivos. E empresas como Open AI, Deep Mind e Anthropic continuam a desenvolver o AGI, apesar de especialistas alertarem que ele pode levar à extinção humana. Essas empresas têm muito a ganhar, fazendo-nos pensar que estão arquitetando um poder divino que pode criar utopia ou destruir o mundo. A elite planeja fundir homem e máquina para criar uma nova ordem mundial na era do transumanismo. E o objetivo final do transhumanismo é criar uma espécie pós-humana que se adapte melhor aos desafios do mundo moderno e que seja controlada por um grupo de elite de cientistas e tecnocratas. Como o próprio nome sugere, o pós-humanismo é definido por sua rejeição do humanismo e por seu apelo a uma era cultural que vá além das reivindicações centrais do humanismo.

2.Desalinhamento Hoje. 16 de maio de 2024. Boaventura de Sousa Santos²⁵.
<https://www.other-news.info/non-alignment-today/>

O movimento original de não-alinhamento ocorreu em 1961, após a Conferência de Bandung (Indonésia), realizada em 1955, que contou com a participação de 29 países, quase todos recentemente libertados do colonialismo europeu. Eles representavam 54% da população mundial, mas seu peso na economia mundial era quase nulo. Em 1955, o não alinhamento significava querer decidir sobre o modelo de desenvolvimento nacional sem ter que aderir a nenhum dos dois modelos rivais em vigor na época: o bloco comunista soviético e o bloco ocidental capitalista. O conceito de Terceiro Mundo decorre dessa aspiração. As rivalidades entre eles começaram a se cristalizar na Guerra Fria. As diferenças entre os dois modelos eram tão grandes que apontavam para dois modelos civilizacionais. As diferenças entre os participantes são bem conhecidas. O uso da força e da guerra para resolver conflitos, que dominavam a política internacional desde o século 19, era a questão mais unânime. O bloco soviético tinha uma vantagem comparativa na medida em que, desde o Congresso dos Povos do Oriente realizado em Baku (Azerbaijão) em 1920, havia reconhecido o papel dos movimentos de libertação colonial na luta contra o capitalismo e o imperialismo. O não-alinhamento era acima de tudo um estado de espírito, o espírito de Bandung. Os então jovens países do que hoje é conhecido como o Sul global queriam fazer valer seus interesses nacionais por meio da

²⁵ *Professor português Boaventura de Sousa Santos, colaborador regular do Othernews, professor de Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal (aposentado), ilustre jurista da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison, cofundador e ativista do Fórum Social Mundial*

cooperação, a fim de se concentrar neles e não nos interesses ditados a eles pelo Norte global. Esses interesses incluíam o anticolonialismo, o antirracismo, a saída do subdesenvolvimento e a expansão de áreas de paz.

Desde o início, o Movimento dos Não-Alinhados foi contestado pelos EUA, uma vez que as ideias de neutralidade, neutralismo ou não-alinhamento eram anátema para os EUA, enquanto a URSS pressionava para intensificar sua orientação anti-imperialista. Com isso, as divergências cresceram e o movimento perdeu relevância, o que se agravou com o fim da Guerra Fria.

Em 2024, a situação geopolítica e econômica do mundo é muito diferente da de 1955. Que sentido faz hoje falar em não alinhamento? Não alinhamento entre o quê e para quê? Vivemos em um mundo multipolar (ou mesmo bipolar), embora muito diferente do mundo de 1955. Hoje, os dois pólos de atração geopolítica são os EUA e a China e as rivalidades entre eles se intensificam. Uma nova Guerra Fria está surgindo, nada parecida com a que existia entre a União Soviética e os EUA. Nesse sentido, 1955 e 2024 são distintos em três aspectos principais.

1. Se em 1955 as diferenças entre os dois pólos eram enormes, um comunista e outro capitalista, a ponto de visar opções civilizacionais diferentes, hoje essas diferenças são muito menores. É verdade que os discursos e a autodescrição dos regimes apontam para realidades muito diferentes, mas na realidade as diferenças são consideravelmente menores. Basta lembrar que até muito recentemente a China era considerada um parceiro estratégico dos EUA, algo que nunca foi o caso da União Soviética. Embora haja debate sobre a natureza do regime econômico chinês (comunismo, socialismo, capitalismo de Estado?), a evolução da China nos últimos trinta anos e o papel que ela desempenhou na globalização da economia deixam cada vez mais claro que estamos lidando com duas variantes de um mesmo modelo capitalista: de um lado, o capitalismo multinacional com capital financeiro globalizado (EUA) e, de outro, o capitalismo de Estado com controle estatal do setor financeiro (China). Visto dessa perspectiva, os dois sistemas têm mais em comum do que se imagina. As diferenças são importantes, mas ocorrem dentro de um mesmo modelo de desenvolvimento econômico capitalista. A opção socialista tal como foi concebida em 1955 desapareceu. E, com ela, seu oposto também desapareceu do léxico econômico: hoje não falamos de capitalismo, mas de economia de mercado, como se os mercados, que sempre existiram, sempre tivessem sido capitalistas.

2. A segunda diferença em relação a 1955 é que naquela época havia uma diferença radical entre países democráticos (porque eram multipartidários) e países autocráticos (porque eram de partido único), embora estes últimos afirmassem ser outro tipo de democracia: democracia popular, democracia desenvolvimentista. Hoje, as diferenças são muito mais tênues dada a degradação das democracias liberais nos últimos trinta anos. Não é exagero dizer que, enquanto a China é uma autocracia de partido único, os EUA são uma autocracia bipartidária. De fato, isso foi afirmado com extraordinária clarividência pelo presidente Julius Nyerere em 1991: "Os Estados Unidos são uma democracia por uma definição e não por outras. É uma plutocracia, mas o nativo recebe o voto; Então é uma democracia! Mas os Estados Unidos têm muita sorte. Há dois partidos; mas eles são realmente uma festa! Ambas as partes estão de acordo quanto aos objetivos nacionais fundamentais. Internamente, ambos são altamente capitalistas. Externamente, ambos são imperialistas. Então, suas políticas não diferem muito. Não foi Kennedy quem planejou a Baía dos Porcos. Foi planejado por Eisenhower e Kennedy o executou, ou seja, tentou realizá-lo. Então, eles basicamente concordam." Obviamente, as diferenças são significativas, especialmente no front doméstico, mas em termos geopolíticos elas se traduzem na diferença entre uma autocracia monolítica e uma autocracia pluralista.

3. A terceira diferença em relação a 1955 é a emergência da questão ecológica. Naquela época, o assunto não passava de especulação filosófica no Norte Global, e quando era tratado pelos países do Sul Global, era chamado de outra coisa, como a luta pela terra, a reforma agrária ou o controle das operações de mineração. A situação mudou radicalmente desde então e hoje só a China é responsável pela segunda maior percentagem das emissões de dióxido de carbono, depois dos EUA. Por sua vez, os países do Sul global têm centrado suas demandas na responsabilidade histórica dos países do Norte global e, se não se distinguem por serem mais ativos nos processos de transição ecológica, é porque muitas vezes são vítimas desses processos quando adotados pelo Norte global, o chamado colonialismo energético. Em suma, também nesta área, os dois pólos parecem mais semelhantes do que diferentes. O não alinhamento entre os dois pólos pode significar nada mais do que escolher entre a tempestade e a inundação. Diante disso, o novo não alinhamento hoje tem muitas dimensões, todas urgentes. Eu distingo entre dois principais, que eu chamo, por falta de um termo melhor, de não-alinhamento fraco e não-alinhamento forte.

Não alinhamento fraco

Como expliquei no meu resumo acima, o mundo multipolar de hoje é um sistema único com duas variantes principais. O fraco não alinhamento ocorre dentro desse sistema sem desafiá-lo como um todo. Mas não pense que as opções são fracas ou não envolvem riscos – muito pelo contrário. O não-alinhamento fraco ou intra-sistêmico tem duas características principais, ambas implicando ativismo.

Neutralidade ativa. Não apoiando e fazendo de tudo para evitar a eclosão da guerra entre os dois blocos. A neutralidade ativa é o que se chamava de neutralismo. Não se trata apenas de ficar fora dos conflitos de forma isolacionista e não tentar intervir neles. Pelo contrário, implica políticas de intervenção ativas para promover soluções pacíficas e evitar a ocorrência de guerras. Dada a globalização e a interdependência da economia e do mundo, a neutralidade ativa será mais eficaz se ocorrer regionalmente e não em nome de países isolados. A neutralidade ativa é assimétrica. Ninguém no Sul global acredita que a China quer uma guerra com os EUA. A história nos ensina que os impérios em ascensão avançam criando zonas de influência por meio de benefícios desiguais, mas recíprocos. A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) é hoje a afirmação mais poderosa disso. Ninguém no Sul global acredita que a Rússia é um país militarmente expansionista. Pelo contrário, tem sido historicamente vítima do expansionismo europeu, tendo sido invadida duas vezes desde o século 19 por duas potências europeias, a França de Napoleão e a Alemanha de Hitler. A Rússia está se defendendo de uma nova forma de expansionismo, desta vez euro-norte-americana, a Otan. Na verdade, a guerra russo-ucraniana, assim como a guerra Israel-Palestina, tem o mesmo objetivo de deter o grande rival dos EUA, a China, neutralizando seus aliados mais importantes, seja a Rússia ou o Irã. Impérios em declínio, como os EUA, afirmam-se através da guerra, quando nem sequer são dominados pela máquina de guerra permanente alimentada pelo complexo militar-industrial. Hoje, os EUA têm oitocentas bases militares em todo o mundo.

A neutralidade ativa exige a não participação em pactos militares, sejam eles promovidos pelos EUA ou pela China. É preciso distanciar-se militarmente de qualquer um deles e promover iniciativas de mediação e negociação pacíficas, especialmente a partir de uma base regional, seja a África ou a América Latina. O poder econômico de alguns dos países do Sul global pode ser suficiente para ter algum impacto no fim da guerra que se aproxima.

Não alinhamento ativo. Esse conceito foi cunhado recentemente em um livro de Carlos Fortin, Jorge Heine e Carlos Ominami, (Eds), Políticas Externas Latino-Americanas na Nova Ordem Mundial: A Opção de Não-Alinhamento Ativo (2023). Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a neutralidade ativa e o não-alinhamento ativo são duas políticas interdependentes – quanto mais intensa e tensa a rivalidade militar entre os EUA e a China, menos espaço de manobra há para os países do Sul global executarem políticas ativas de não-alinhamento.

Tomando a América Latina como foco de sua análise, os autores apontam que o adjetivo "ativo" tem um forte significado porque implica a política de uma região que hoje tem um peso significativo na economia mundial e fortes relações tanto com a China (principal investidor) quanto com os EUA. Em linha com o que argumento aqui, o não-alinhamento ativo forçaria a América Latina a sair de acordos militares com os EUA, porque estes serão cada vez mais voltados para forçar a América Latina a um alinhamento ativo com os EUA em todas as áreas – militares, econômicas, instituições internacionais, etc.

Emergem duas questões complexas. Na frente econômica, a situação é dilemática. Enquanto os EUA continuam a defender a relevância econômica do neoliberalismo, apesar de todos os seus fracassos e do surgimento de versões extremistas (Javier Milei na Argentina, Daniel Noboa no Equador, Nayib Bukele em El Salvador), a China propõe um capitalismo não neoliberal com forte intervenção estatal e controle estatal do capital financeiro. Nessa área, é difícil prever uma terceira via. No plano político, os EUA exigem atualmente não só alinhamento, mas vassalagem, tanto na Europa como na América Latina. Além disso, depois de Hugo Chávez, a América Latina nunca mais teve um líder interessado em uma política autônoma para o continente. A esperança agora está em Lula da Silva, presidente do Brasil, sem dúvida um dos líderes mais respeitados do mundo. Mas Lula é obrigado a se concentrar nos problemas internos do país, dado o nível de destruição e degradação institucional durante o período Bolsonaro e o fato de Lula ter a maioria do Legislativo contra ele e apenas tolerância insincera de amplos setores das Forças Armadas. Uma articulação entre África e América Latina poderia ser promissora nessa área. Por seu lado, a Índia estará atenta a este desenvolvimento e, se se envolver ativamente, a proposta de não alinhamento ativo (talvez combinada com neutralidade ativa) terá outra força.

O não-alinhamento fraco contém uma tensão que tenderá a aumentar com o tempo. Assim como no não-alinhamento original o bloco soviético oferecia vantagens difíceis de rejeitar, agora é com a China. Na verdade, a ideia de não alinhamento é frequentemente associada ao Sul global e a organização mais consistente desse espaço geopolítico é o BRICS+, no qual a China desempenha um papel importante. Até que ponto é possível falar em não alinhamento? Em certa medida, a Índia, embora ainda pertença aos BRICS, está mostrando uma autonomia que poderia ser seguida por outros países. À medida que mais países (quarenta candidatos) se juntarem ao grupo, a heterogeneidade política também aumentará. No campo do fraco não-alinhamento, caminhamos para uma solução assimétrica de maior proximidade com a China, mas mantendo distâncias determinadas por interesses nacionais ou lealdades regionais. Se, em essência, esse for um alinhamento condicional, tenho certeza de que a China o aceitará. O mesmo não aconteceria com os EUA, que hoje, mais do que nunca, exigem alinhamento incondicional.

Forte não-alinhamento

O forte não-alinhamento baseia-se na ideia de que vivemos um tempo de transição entre paradigmas civilizacionais, entre o paradigma da civilização ocidental cuja dominação global começou com a expansão colonial europeia e um ou mais paradigmas emergentes que ainda não foram determinados. Estamos, portanto, em um tempo de interregno no sentido que lhe foi dado por Antonio Gramsci: o velho paradigma ainda não morreu completamente e o novo ainda não se mostrou de forma crível, um tempo de monstros ou fenômenos mórbidos, como acrescentou Gramsci. Nessa perspectiva paradigmática, vivemos em uma sociedade capitalista globalizada em que rivalidades oficialmente reconhecidas visam perpetuar o sistema por meio da mudança de protagonistas. As mudanças são de longo prazo, seculares, mas também podem resultar de catástrofes que aceleram processos históricos. Na maioria dos casos, as mudanças são quantitativas por muito tempo e ocorrem sem serem detectadas pelo radar geoestratégico. Em algum momento, no entanto, o mundo se depara com uma mudança qualitativa de paradigma.

No entanto, são as mudanças dentro de cada uma das variantes que são significativas para os coletivos humanos que foram socializados nelas, e assim as insatisfações, demandas ou aspirações desses coletivos raramente colocam em questão a variante como um todo. De qualquer forma, a mudança de variante não altera a permanência do atual paradigma civilizatório baseado no crescimento econômico infinito e na exploração do trabalho e da natureza. O forte não-alinhamento visa mudar o paradigma e, portanto, propõe tanto a distância quanto o não-alinhamento de qualquer uma das duas variantes atuais. Como o paradigma atual nasceu no Norte global, o forte não-alinhamento, embora majoritariamente promovido pelos movimentos sociais do Sul global, visa acabar com este último, como consequência lógica do fim do Norte global. Só há um Sul global porque há um Norte global.

A especificidade do forte não-alinhamento é a questão epistêmica. Basicamente, trata-se de que tipo de conhecimento deve nos guiar na compreensão do paradigma atual e no estabelecimento da estrutura para sua transformação. O fraco não-alinhamento satisfaz-se com as epistemologias desenvolvidas no Norte global a partir da prioridade exclusiva da ciência/tecnologia modernas, pois foi essa epistemologia que, juntamente com o direito moderno e o Estado moderno, legitimou a construção do paradigma capitalista ocidental cujos fundamentos o fraco não-alinhamento não questiona.

Pelo contrário, o forte não alinhamento questiona esses fundamentos e, para isso, não pode recorrer exclusivamente ao conhecimento que os sustenta. Um forte não alinhamento exige novas epistemologias que chamei de epistemologias do Sul, em que o Sul não é nem geográfico nem mesmo geopolítico. É sobretudo epistêmica e está presente nas lutas sociais que ocorrem tanto no Sul geográfico quanto no Norte geográfico. Muito resumidamente, as epistemologias do Sul consistem nos processos de validação de conhecimentos que não sejam os científicos, conhecimentos nascidos nas lutas contra a dominação ocidental moderna – capitalista, colonialista e patriarcal – por parte dos grupos sociais que mais sofreram com essa dominação: trabalhadores, povos colonizados, povos indígenas, camponeses, mulheres. Em suas lutas, sempre circulou uma pluralidade de saberes, incluindo o conhecimento científico, mas também o saber ancestral, popular e vernáculo. Esses saberes não científicos foram desprezados, suprimidos e banidos pelas epistemologias do Norte global, processo que chamo de epistemicídio. As epistemologias do Sul consideram que a ciência moderna (ela mesma internamente muito diversa) é um conhecimento válido e até precioso, mas que não é o único conhecimento válido e precioso, e que, portanto, deve ser capaz de dialogar com outros saberes.

Não se trata de adoção incondicional, romântica ou celebração de alguma era de ouro do passado à qual tais conhecimentos possam estar relacionados. Trata-se de investir na diversidade epistêmica do mundo para tornar possível um futuro mais justo nas relações entre os humanos e mais equitativo entre os humanos e a natureza.

Propostas para um forte não alinhamento

1. Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

2. Não há direitos sem deveres. Os deveres devem existir na proporção da capacidade de prevenir a violação dos direitos humanos e devem ser exigidos na proporção das consequências que podem resultar de tal violação. Os deveres não podem se limitar à esfera ética. Devem ser aplicadas pelos sistemas jurídicos existentes e futuros.

3. São reconhecidos os direitos da natureza, entendidos como o princípio vital que sustenta a vida humana e não humana no planeta. Os deveres correspondentes cabem ao Estado, às comunidades e aos cidadãos. As violações mais graves desses direitos constituem um novo crime contra a humanidade/natureza: o ecocídio.

4. O respeito à vida e à dignidade implica reconhecer a infinita diversidade de modos de conhecer e viver (no) mundo e conceber a vida, a dignidade, o bem viver e o viver bem.

5. O direito à educação deve ser entendido como o direito de conhecer o mundo, a diversidade de modos de conhecer, bem como os direitos e deveres entre os seres humanos e em suas relações com a natureza. A educação, em geral, e as universidades, em particular, devem ser reformadas para intervir efetivamente na disputa de narrativas sobre a transição paradigmática que se seguirá nas próximas décadas.

6. Os diferentes modelos de desenvolvimento, incluindo modelos alternativos de desenvolvimento, devem dar lugar a alternativas ao desenvolvimento: desmercantilização, descolonização, despatriarcalização e democratização. É proibida a obsolescência programada de produtos industriais.

7. Os bens comuns são todos os bens que devem ser partilhados por todos os seres humanos, homens e mulheres, sem discriminação, pois são essenciais para que a vida floresça e a dignidade prevaleça. É reconhecido o direito ao livre acesso aos bens comuns fundamentais, como a água, o ar, o espaço, as florestas, os rios, os mares, as sementes, o espaço público, a cultura, a educação, a saúde, a eletricidade, a informação, a comunicação e a internet.

8. A soberania alimentar deve ser um dos princípios orientadores da política agrícola. Povos indígenas, descendentes de escravos e camponeses têm direito a seus territórios ancestrais e seu subsolo.

9. A renda básica universal é um dos instrumentos importantes para combater a crescente vulnerabilidade dos trabalhadores e suas famílias, especialmente diante do impacto da inteligência artificial nos processos produtivos.

10. A saúde é um bem público, não um negócio. As vacinas são um bem comum, público e universal. Eles devem ser produzidos com os interesses do povo em mente e disponibilizados para acesso gratuito e universal. Assim que uma pandemia ou uma emergência de igual gravidade é declarada, todos os embargos e sanções econômicas que impedem os países afetados de proteger a vida de seus cidadãos são suspensos.

11. Deve ser assegurada a deslocalização industrial de bens necessários para garantir a proteção da vida nas recorrentes emergências que poderão caracterizar as próximas décadas. Pela mesma razão, as pequenas empresas e o comércio local devem ser as principais formas de distribuição de produtos aos consumidores.

12. Devido à sua pegada ecológica, a indústria do turismo internacional deve ser cada vez menos importante em termos de criação de riqueza e de emprego.

13. O direito à urbanidade é tão válido quanto o direito à ruralidade. É urgente um novo tipo de relação entre o campo e a cidade. O campo não precede a cidade, nem a cidade representa um estágio superior de convivência do que o campo. É preciso redimensionar as cidades e ressignificar e dar um novo sentido e dignidade.

14. A dívida pública dos países periféricos deve ser anulada sempre que o seu peso os impeça de atingir os objectivos acima referidos. Assim que uma pandemia ou emergência de igual gravidade for declarada, todos os embargos e sanções econômicas que impedem os países afetados de proteger a vida de seus cidadãos devem ser suspensos.

Conclusão

O não-alinhamento fraco é a condição necessária para pensar em não-alinhamento forte. Por sua vez, o forte não-alinhamento é o horizonte utópico para o qual o fraco não-alinhamento deve almejar para não se tornar um placebo para os males que a boa consciência internacionalista padece hoje. Sem um horizonte pós-ocidental, as lutas de não alinhamento não impedirão que o capitalismo se torne cada vez mais violento contra os humanos e a natureza.

Trata-se de redistribuir o medo e a esperança de forma mais equitativa. Hoje em dia, as grandes majorias têm demasiado medo face às vicissitudes do seu quotidiano e pouca esperança de que as coisas melhorem, enquanto uma pequena minoria tem demasiada esperança de que o mundo lhes continue a garantir os seus privilégios e muito pouco medo de que isso não aconteça, porque estão convencidos de que eliminaram ou cooptaram os seus inimigos. Um forte não-alinhamento pressupõe que não será possível devolver a esperança às grandes majorias sem incutir medo nas minorias muito pequena.

Mudanças Climáticas: Urgência de Adaptação e Resposta em Saúde Pública

Climate Change: Urgency of Adaptation and Public Health Response

Danielly Magalhães

Guto Galvão

Abstract: *Latin America and the Caribbean (LAC) face increasing health risks due to climate change, such as heatwaves, wildfire smoke, and shifts in diseases, leading to cardiovascular, respiratory problems, and malnutrition. The 2023 report from the World Meteorological Organization and the Pan American Health Organization predicts a 10% increase in Disability-Adjusted Life Years (DALYs) by 2050, with heat-related mortality rising by 140%. Efforts to address these risks include integrating climate and health sciences into National Adaptation Plans and early warning systems. Some LAC countries are developing Health National Adaptation Plans (HNAPs) and Vulnerability and Adaptation Assessments (V&As), but there are significant gaps in adaptation responses and climate financing. Effective climate services require good communication and access to information. However, only 38% of World Meteorological Organization members provide customized climate products for the health sector. In Brazil, the state of Rio Grande do Sul has faced intense rainfall and severe floods, causing displacement and deaths. Experts highlight that the tragedy was exacerbated by public management issues and land occupation. The "Brazil 2040" report recommended climate adaptation measures but was accused of being alarmist. The study, essential for the National Adaptation Plan, assessed impacts in water, urban infrastructure, agriculture, and energy sectors, proposing strategies to increase resilience and promote sustainable development.*

Keywords: *Brazil 2040. Rio Grande do Sul. Climate Adaptation Plans. Health Preparedness and Response.*

Resumo: *A América Latina e Caribe (ALC) enfrentam riscos de saúde crescentes devido às mudanças climáticas, como ondas de calor, fumaça de incêndios e mudanças nas doenças, resultando em problemas cardiovasculares, respiratórios e desnutrição. O relatório de 2023 da Organização Mundial de Meteorologia e da Organização Pan-Americana de Saúde prevê um aumento de 10% nos anos de vida ajustados por incapacidade (DALYs) até 2050, com a mortalidade relacionada ao calor aumentando em 140%. Esforços para enfrentar esses riscos incluem a integração das ciências do clima e da saúde nos Planos de adaptação Nacionais e sistemas de alerta precoce. Alguns países da ALC estão desenvolvendo Planos Nacionais de Adaptação da Saúde (HNAPs) e Avaliações de Vulnerabilidade e Adaptação (V&As), mas há lacunas significativas nas respostas de adaptação e financiamento climático. Serviços climáticos eficazes requerem boa comunicação e acesso à informação. No entanto, apenas 38% dos membros da OMM fornecem produtos climáticos personalizados para o setor de saúde. No Brasil, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou chuvas intensas e inundações severas, causando deslocamento e mortes. Especialistas destacam que a tragédia foi exacerbada por problemas de gestão pública e ocupação do solo. O relatório "Brasil 2040" recomendava medidas de adaptação climática, mas foi acusado de ser alarmista. O estudo, essencial para o Plano Nacional de Adaptação, avaliou impactos nas áreas de água, infraestrutura urbana, agricultura e energia, propondo estratégias para aumentar a resiliência e promover um desenvolvimento sustentável.*

Palavras-chave: Brasil 2040. Rio Grande do Sul. Planos de Adaptação Climática. Preparação e resposta em Saúde.

A região da América Latina e Caribe (ALC) enfrenta riscos crescentes à saúde devido às mudanças climáticas, incluindo ondas de calor, fumaça oriunda de incêndios florestais e mudanças nos padrões de doenças, levando a problemas cardiovasculares e respiratórios, desnutrição e aumento da insegurança alimentar. O relatório da Organização Mundial de Meteorologia sobre o [Estado do Clima na América Latina e Caribe](#) de 2023 traz pela primeira vez dados associados a saúde em colaboração com a Organização Pan Americana de saúde. Segundo o mesmo, baseado em análises ecológicas e estimativas de modelos, espera-se que os impactos na saúde aumentem os anos de vida ajustados por incapacidade (DALYs) em 10% até 2050. As análises do relatório anunciam que a mortalidade relacionada ao calor aumentou em 140% e que a poluição do ar afeta mais de 150 milhões de pessoas na região. O relatório também conclui que as mudanças climáticas também alteram a distribuição de doenças, com novos casos de doenças como dengue e chikungunya surgindo em áreas anteriormente não afetadas.

Os esforços para enfrentar esses riscos à saúde incluem a integração das ciências do clima e da saúde, a melhoria dos sistemas de alerta precoce (EWS) e o aumento da cooperação entre os serviços de saúde e clima. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) lançaram a plataforma [ClimaHealth](#) para proteger as populações dos riscos à saúde relacionados ao clima. Na COP28, 124 países, incluindo 17 da região da ALC, endossaram [a Declaração sobre Clima e Saúde](#), enfatizando a necessidade de resiliência no setor de saúde e cooperação intersetorial.

Nas Américas, alguns países estão desenvolvendo Planos Nacionais de Adaptação da Saúde (HNAPs) e Avaliações de Vulnerabilidade e Adaptação (V&As), mas ainda há uma lacuna significativa nas respostas de adaptação eficazes e financiamento climático limitado para a adaptação do setor de saúde. As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) dos países da ALC focam em água, agricultura e saúde, com particular preocupação para doenças transmitidas por vetores, lesões causadas por eventos climáticos extremos e doenças relacionadas ao calor. No entanto, o progresso geral na adaptação do setor de saúde às mudanças climáticas permanece lento.

Os serviços climáticos envolvem o uso de dados e informações climáticas para apoiar a tomada de decisões. Serviços climáticos eficazes requerem uma boa comunicação entre os provedores e os destinatários e um sistema para acesso oportuno à informação. Na região da ALC, 50% dos membros da OMM oferecem serviços climáticos em capacidades essenciais ou completas, indicando fortes capacidades regionais. Esses serviços incluem sistemas de monitoramento e alerta para impactos climáticos relacionados à saúde, como fumaça de incêndios florestais e temperaturas extremas.

No entanto, apenas 38% dos membros fornecem produtos climáticos personalizados para o setor de saúde, e o nível de engajamento geralmente está na fase inicial. Uma pesquisa da OPAS em 2021 observou que 17 países latino-americanos integram dados meteorológicos na vigilância da saúde. O desenvolvimento de Estruturas Nacionais para Serviços Climáticos (NFCS) em 16 países está melhorando a coordenação e o uso de serviços climáticos.

Os serviços meteorológicos, cruciais para a saúde pública, mostram lacunas significativas, com apenas 6% dos membros da OMM oferecendo serviços meteorológicos

completos ou avançados. A maioria dos membros fornece apenas serviços básicos, destacando a necessidade de melhorias na infraestrutura. Melhorar os serviços meteorológicos é essencial para uma melhor preparação e resposta aos riscos climáticos relacionados à saúde, especialmente à medida que os eventos climáticos extremos se tornam mais frequentes e severos.

No Brasil – o caso do Rio Grande do Sul

No ano passado o estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, foi afetado por eventos de chuva intensa. Em um desses eventos, a chuva torrencial trazida por um ciclone extratropical desencadeou inundações e deslizamentos de terra em 16 de junho. No total, 49 municípios do estado foram afetados por chuvas fortes e ventos intensos. Em Maquiné, choveu até 300 mm em 24 horas. Em 4 de setembro, chuvas intensas e inundações resultaram em pelo menos 48 mortes, 20.978 pessoas deslocadas e 4.904 desabrigadas. Houve danos generalizados no estado, onde várias estações registraram mais de 100 mm de chuva em 24 horas, levando a um aumento de 12 m no nível do Rio Taquari nos dias 6 e 7 de setembro. Chuvas fortes continuaram a afetar o estado durante todo o mês de setembro e início de outubro. Em 10 de outubro, 136 dos 295 municípios de Santa Catarina foram afetados pelas chuvas e enchentes, dos quais 89 declararam estado de emergência.

Este ano, o Estado vem sofrendo novamente com inundações, dessa vez ainda mais severas. As fortes chuvas que castigam o Rio Grande do Sul desde o fim de abril causaram estragos ainda não calculados. As inundações afetaram um total de 458 cidades, representando mais de 90% dos municípios gaúchos e impactando mais de 2 milhões de pessoas.

O volume de chuva ultrapassou 800 milímetros em mais de 60% do estado, deixando mais de 500 mil pessoas desalojadas, e 77 mil vivendo em abrigos. Até o momento, foram registradas 151 mortes e 104 pessoas continuam desaparecidas.

Para explicar algumas causas dessa tragédia sem precedentes no estado, a [Radioagência Nacional](#) entrevistou o geólogo Rualdo Menegat, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Autor do Atlas Ambiental de Porto Alegre (<https://www.ufrgs.br/atlas/>), Menegat argumenta que não se pode culpar apenas a grande precipitação pela tragédia, mas também os sérios problemas de gestão pública dos espaços e equipamentos urbanos de proteção, assim como a ocupação intensiva do solo, que amplificaram os impactos.

O professor menciona cinco eixos estruturantes para entender o desastre: a grande quantidade de chuva em um ambiente propício, com vales de rios que escoam a água rapidamente; a desestruturação dos serviços ecossistêmicos naturais, com o avanço das plantações de soja até a margem dos arroios e em áreas alagadiças, assim como a especulação imobiliária que ocupa áreas de extravaso dos corpos d'água e reduz as áreas de proteção ambiental; o desmantelamento da infraestrutura de proteção, como órgãos reguladores e instrumentos de contingência como diques e bombas de água; uma Defesa Civil ineficiente que atua apenas no socorro e não na prevenção; e uma população sem treinamento sobre como agir em caso de desastres.

O Relatório Brasil 2040

O Intercep publicou uma matéria sobre um relatório de estudo, "Brasil 2040" que o governo federal havia encomendado em 2015 que apontava para a probabilidade de chuvas fortes no Sul e recomendava medidas de adaptação climática. Uns dizem que o relatório foi engavetado por ser muito alarmista, porém a ex-presidente Dilma Rousseff publicou uma nota

rejeitando a acusação. Este relatório, elaborado durante seu primeiro mandato, visava produzir conhecimento estratégico para formular a política nacional de adaptação às mudanças climáticas. Dilma esclareceu que o documento foi enviado ao Ministério do Meio Ambiente no primeiro semestre de 2015 e incorporado ao [Plano Nacional de Adaptação](#) (PNA), publicado em 2016.

Ela destacou que "Brasil 2040" foi crucial para compromissos climáticos assumidos no Acordo de Paris de 2015 e que o relatório continua disponível para consulta.

O Brasil 2040 foi um estudo realizado por várias entidades e especialistas que avaliaram os padrões climáticos e através de distintas modelagens, analisaram a e extrapolaram os efeitos das mudanças climáticas em várias estruturas e setores para períodos de 30 anos (2010-2040, 2041-2070, 2071-2099). Os padrões observados foram então analisados e estratégias de adaptação e prevenção por meio de simulações baseadas em modelos climáticos globais foram recomendadas visando para minimizar os efeitos nas populações.

Coordenado pela Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável da Presidência da República, o projeto envolveu diversas áreas do conhecimento, como engenharia, agricultura, economia, recursos hídricos, climatologia e sociologia, para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, contribuindo para políticas de longo prazo.

O estudo consistiu em quatro etapas principais: projeções climáticas para diferentes períodos até 2100, identificação dos impactos sobre os recursos hídricos, análise dos impactos sobre os recursos naturais e setores econômicos, e identificação de medidas de adaptação. A disponibilidade hídrica é central na análise, dado seu papel fundamental em diversos setores econômicos e na concentração humana.

Entretanto, o desenvolvimento da modelagem climática global e das variáveis de disponibilidade hídrica enfrentaram desafios, como a interação de múltiplas variáveis naturais e a incerteza sobre o comportamento futuro das variáveis antrópicas. Portanto, o relatório comunica claramente as incertezas associadas aos resultados das simulações para que sejam compreendidos e utilizados corretamente.

O projeto Brasil 2040 disponibiliza um [Resumo Executivo](#) dos documentos produzidos, em linguagem acessível, para promover a participação da sociedade nesse debate. Apesar das limitações inerentes a um estudo dessa magnitude, os resultados destacam a importância de integrar as mudanças climáticas no planejamento de longo prazo e aumentar a resiliência das estruturas econômicas e sociais do país para um desenvolvimento sustentável.

Os especialistas por meio do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC), definiu um conjunto de cenários:

- ✓ RCP2.6 - cenário de mitigação, levando a um nível muito baixo da forçante
- ✓ RCP4.5 e RCP6.0 - dois cenários de estabilização
- ✓ RCP8.5 - cenário com emissões muito altas de gases de efeito estufa

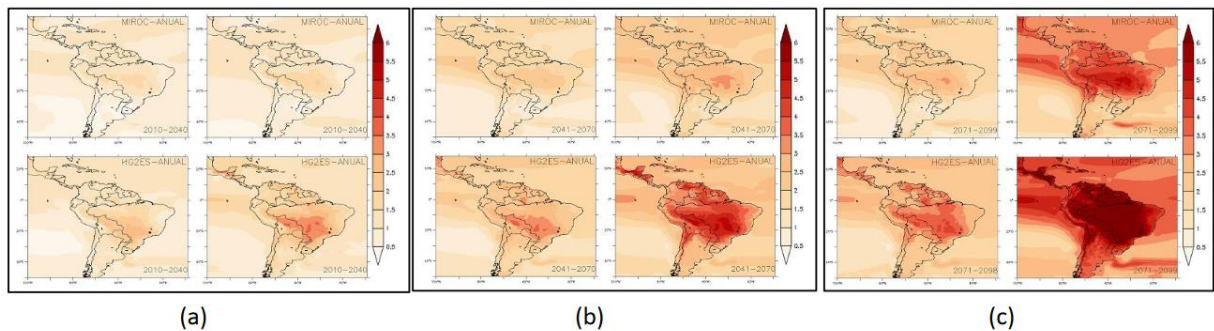
✓ **Temperatura Média**

O estudo "Clima Futuro" realizou simulações climáticas para os períodos de 2011 a 2100, com base nos cenários RCP8.5 e RCP4.5. As anomalias de temperatura média foram avaliadas para os períodos de 2011-2040, 2041-2070 e 2071-2100. Observou-se que o centro-oeste do

Brasil apresentou as maiores anomalias de temperatura em comparação com outras regiões do país. No período de 2011-2040, foi estimado um aumento de temperatura de 2,5°C, conforme o modelo RCP8.5. No terceiro período, de 2071-2100, o modelo indicou anomalias superiores a 6°C para o RCP 8.5 em todo o Brasil, enquanto para o RCP4.5 foi em torno de 4,5°C. Já um segundo modelo apresentou anomalias em torno de 4,5°C para o RCP 8.5 e cerca de 2°C para o RCP 4.5.

Essa grande diferença de estimativa entre os modelos são cruciais para entender os possíveis impactos das mudanças climáticas no Brasil e destacam a importância de políticas de mitigação e adaptação para lidar com os desafios futuros.

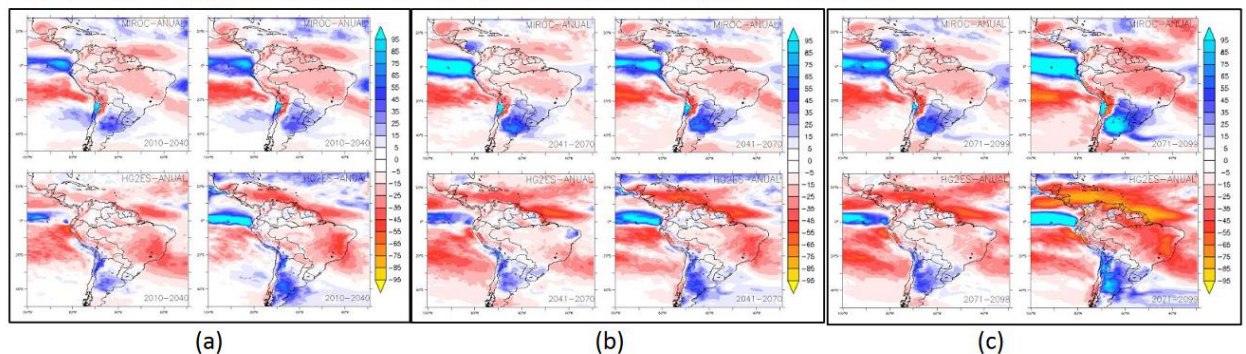
Figura 3.2 Anomalia de temperatura média (°C) para o ETA/MIROC5 e ETA/HadGEM2-ES (cenários RCP4.5 e RCP8.5, da esquerda para direita): (a) período 2010-2040 (b) período 2041-2070 e (c) período 2071-2099.



✓ Recursos Hídricos

As mudanças climáticas podem causar impactos significativos nos recursos hídricos, afetando diretamente a disponibilidade de água devido a alterações nos padrões de precipitação e temperatura. Isso pode exercer pressão nos sistemas de água do Brasil, especialmente devido ao aumento da demanda projetada para as próximas décadas.

Figura 3.3 Anomalia de precipitação média anual (%) para o ETA/MIROC5 e ETA/HadGEM2-ES (cenários RCP4.5 e RCP8.5, da esquerda para direita): (a) período 2010-2040 (b) período 2041-2070 e (c) período 2071-2099.



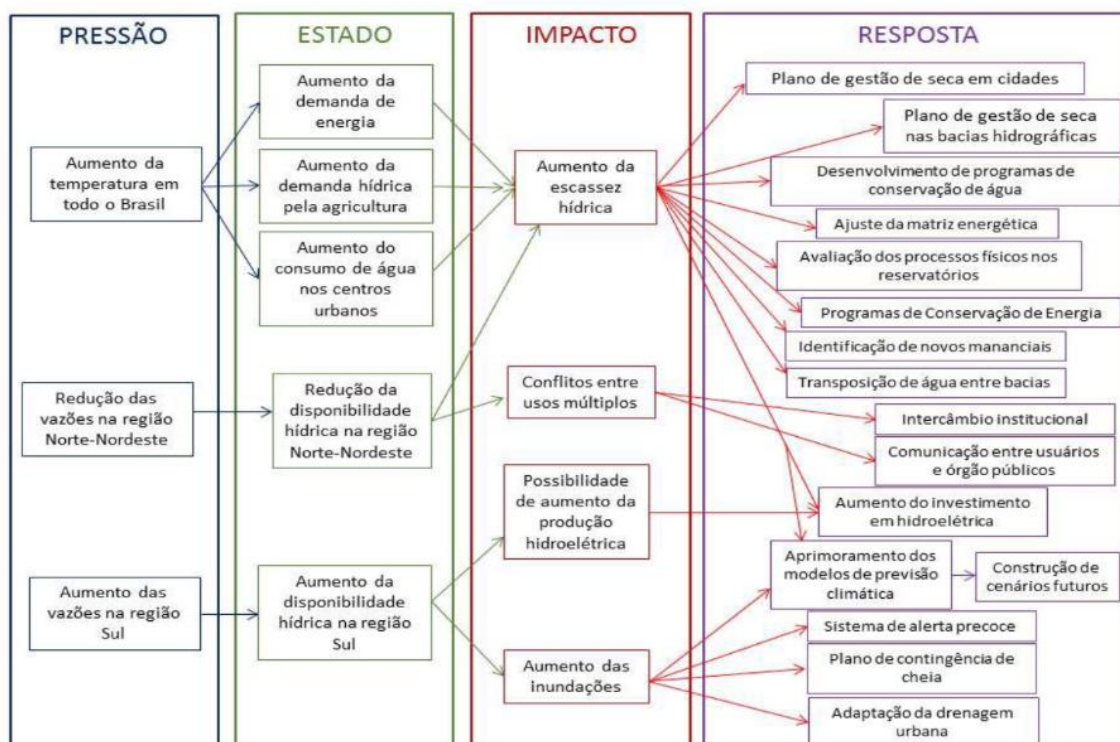
De acordo com os resultados, o estudo aponta uma forte tendência para enchentes no Sul e secas no Norte e Nordeste do país, e recomendou a necessidade de ações proativas para reduzir as vulnerabilidades dos sistemas e das populações diante dos riscos decorrentes das mudanças climáticas, sendo crucial evitar uma abordagem reativa e de curto prazo, optando por medidas que envolvam gestão da oferta e demanda de água, fiscalização de usos e participação dos diversos agentes sociais.

Porém os vários resultados dos modelos geraram também uma complexidade de incertezas do cenário atual, então foram sugeridas diretrizes gerais, como promover a água como política pública para garantir justiça social, aumentar a resiliência do sistema, adotar flexibilidade e capacidade de adaptação, melhorar os instrumentos de gestão e incorporar informações climáticas na tomada de decisão. Além disso, a gestão de conflitos e o gerenciamento de riscos são fundamentais, com foco na segurança hídrica.

Essas diretrizes conduzem à definição de um conjunto integrado de medidas de adaptação, a saber:

- Desenvolvimento e implantação de sistema de alerta precoce;
- Adaptação da drenagem urbana com vista a evitar problemas relativos a inundações;
- Ajuste da matriz energética frente à possibilidade de redução hídrica nas regiões Norte e Nordeste;
- Elaboração e implantação de programas de conservação energética;
- Aumento do aproveitamento e investimento em hidroeletricidade;
- Aumento da capacidade de armazenamento de água por meio do transporte da água no tempo e espaço por meio da transposição de bacias;
- **Elaboração de planos de contingência específicos para eventos de cheias, os quais deverão estar associados a um planejamento de longo prazo, devendo ser frequentemente atualizados para que sejam orientadores das ações durante a ocorrência desse o extremo climático;**
- Elaboração de planos de gestão de secas, com foco nas bacias hidrográficas, os quais devem passar por
- processos de atualização, a fim de que sejam instrumentos eficientes e aderentes à realidade;
- Elaboração de planos de gestão de secas para cidades, os quais devem ser atualizados, a fim de que as ações propostas possam ser revisitadas e adequadas para cada situação e/ou estágio de seca;
- Identificação de novos mananciais, para que possam ser utilizados em situação de escassez hídrica;
- Promoção de intercâmbio institucional entre órgãos que lidam com a administração dos recursos hídricos, como mecanismo de atualização do conhecimento sobre mudança e variabilidade climática;
- Realização de avaliações dos processos físicos nos reservatórios do sistema, como forma de promover o aprimoramento do conhecimento da natureza para prever mudanças;
- Aprimoramento dos modelos de previsão climática, com o intuito de aperfeiçoar seu acoplamento aos modelos hidrológicos, possibilitando a avaliação dos impactos na agricultura, economia, recursos hídricos e no setor elétrico;
- Promoção da gestão de riscos, através da construção de cenários futuros para o planejamento de longo prazo;
- Implantação de programa de difusão tecnológica para alcance do uso racional da água;
- Desenvolvimento de estudos de impactos da mudança climática com base em modelos globais, uma vez que os modelos regionais possuem um viés que intensifica o sinal das anomalias.

Figura 4.6 Fluxograma dos impactos das mudanças climáticas no setor de recursos hídricos utilizando a metodologia PEIR.



✓ Infraestrutura Urbana

Os dados coletados revelam que, em São Paulo e Rio de Janeiro, as mudanças climáticas não estavam sendo consideradas nos planos de planejamento de macrodrenagem, que tendem a reproduzir o histórico climático existente. No entanto, as projeções climáticas indicam uma possível redução na precipitação média anual, mas com um aumento na variação dos extremos, o que pode exigir medidas de maior resiliência nas redes de drenagem. Para lidar com enchentes urbanas, é essencial que os planos diretores das cidades contemplem áreas permeáveis e promovam a preservação de áreas de várzeas e leitos de rios. No entanto, técnicas não-estruturais podem não ser suficientes para resolver os problemas de enchentes, especialmente em áreas urbanizadas intensamente. O estudo também recomenda a elaboração de planos de contingência para lidar com eventos extremos de forma mais eficiente até que as condições normais sejam restauradas.

✓ Agricultura

O setor agrícola é crucial para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e para a segurança alimentar, mas é vulnerável às mudanças climáticas. O Projeto BRASIL 2040 buscou avaliar os impactos potenciais dessas mudanças no setor agrícola do país e propor medidas de adaptação para um horizonte de 30 anos (2010-2040).

O maior risco climático está relacionado às condições hídricas durante o cultivo, já que a maior parte do suprimento de água vem das chuvas. Os resultados indicam que as mudanças climáticas podem ter impactos significativos no setor agropecuário brasileiro, incluindo uma possível redução na área potencial de baixo risco agroclimático, afetando não apenas a produção, mas também a geografia produtiva e causando impactos socioeconômicos locais relevantes. O Quadro 6.1 resume as medidas de adaptação propostas, destacando o nível de

dificuldade, incertezas e recomendações de políticas públicas para sua implementação em larga escala.

Quadro 6.1 Principais medidas de adaptação identificadas, ação esperada, regiões prioritárias, dificuldades e incertezas, políticas públicas

Prática de manejo / Sistemas produtivos/ Infraestrutura	Objetivo e ação de adaptação esperada	Regiões e atividades prioritárias	Dificuldades e incertezas para implementação	Políticas públicas necessárias / Prioridade
Irrigação	Promover a implantação de tecnologias já existentes e desenvolver e/ou adaptar tecnologias para a conservação do solo e da água no sistema de produção para evitar perdas por eventos mais frequentes de chuvas intensas, especialmente as tecnologias que permitem a redução de evaporação, maior infiltração de água do solo, maximizar o aproveitamento e armazenamento de água, adoção de sistemas de irrigação eficientes.	Prioridades por região / estados: Sul, especialmente para o cultivo de soja; São Paulo para cana-de-açúcar; Minas Gerais para o cultivo de milho; oeste da Bahia (onde deve ser intensificado o uso de irrigação para evitar perdas nas áreas atuais de sequeiro); Piauí e Mato Grosso do Sul para o cultivo de soja.	Alto grau de dificuldade para adoção larga escala devido a elevados investimentos para implementação de projetos de irrigação e incertezas sobre disponibilidade hídrica nos cenários de mudança do clima.	Gestão integrada das bacias hidrográficas: aumento de oferta de água para regiões mais afetadas no setor agropecuário; incentivos para implementação de projetos de irrigação localizados; assistência técnica para produtor. Prioridade: alta; ações de curto, médio e longo prazos.
Melhoramento genético	Desenvolvimento de sementes adaptadas às restrições hídricas, à elevada temperatura e a pragas e doenças durante o desenvolvimento das lavouras (especialmente soja, milho e cana-de-açúcar); evitar perdas de produtividade por hectare e migração produtiva regional.	Para melhoramento genético da soja: Oeste da Bahia, Piauí e Mato Grosso do Sul; Para a lavoura de cana-de-açúcar: estado de São Paulo; Para o milho primeira e segunda safras: região Sul e Minas Gerais.	Incerteza em relação a: disponibilização das tecnologias em larga escala; prazo para finalizar os testes desalinhados com as necessidades atuais (como no Sul) e futuras; preços de mercado das variedades; disseminação de tecnologia.	Investimentos em pesquisa e desenvolvimento de variedades adaptadas às restrições climáticas regionais e para as lavouras identificadas; fomentar a disseminação das tecnologias e práticas de manejo adaptadas às restrições climáticas. Prioridade: muito alta; ações de curto e médio prazos.
Integração Lavoura-Pecuária-Floresta	Melhorar as estruturas de conservação do solo (ex. terraços, canais de escoamento gramados, vegetação de áreas suscetíveis à erosão), recuperação de áreas de preservação permanente, condicionadores orgânicos de solo e preservação e ampliação de áreas florestais geradoras de serviços ambientais (ex. recuperação da vegetação ripária e de nascentes em bacias de captação para abastecimento rural e urbano).	A adoção deste sistema integrado de produção deve ser prioritária nas regiões mais suscetíveis às restrições climáticas, combinado a importância na produção nacional (de grãos, carne bovina e cana-de-açúcar), como as regiões Sul e Sudeste.	Alto grau de dificuldade para implementação em larga escala devido à baixa capacitação do produtor e disponibilidade de recursos financeiros para investimentos; incertezas em relação ao mercado madeireiro no futuro.	Avaliar necessidades do mercado florestal via zoneamento agroflorestal; incentivos para implementar esta tecnologia em detrimento de monocultura; assistência técnica para avaliação e implementação do projeto ILPF; crédito rural específico orientado para este sistema (além do Plano ABC); mecanismos para redução de riscos de mercado. Prioridade: alta; ações de curto e médio prazos.
Infraestrutura / Parque industrial	Considerando a realocação produtiva projetada para grãos, oleaginosas, suínos, aves e cana-de-açúcar haverá impactos sobre a infraestrutura logística e “realocação” do parque industrial. Melhorias nos sistemas de transportes de grãos e de cana-de-açúcar são necessários para minimizar os custos e reduzir os impactos nos preços dos alimentos.	Realocação de grãos e oleaginosas (e consequentemente suínos e aves): Centro-Oeste e Amazônia; Setor sucroalcooleiro: região Sul e Sudeste	Incerteza em relação a: real capacidade das outras regiões em expandir produção mais rapidamente; avaliar potencial infestação de pragas e doenças não captadas pelo estudo nas regiões com potencial apto para expansão; entraves em relação a infraestrutura logística para acesso a insumos e comercialização; disponibilidade de mão-de-obra nas regiões potenciais.	Investimentos em infraestrutura logística nas regiões com potencial de expansão produtivo (Centro-Oeste, Norte Amazônia, Nordeste Cerrado); capacitação de mão-de-obra local; incentivos para investimentos na economia local; investimentos em pesquisa para combater pragas e doenças provenientes das mudanças climáticas.

✓ Energia

Os sistemas energéticos são impactados por mudanças climáticas, afetando tanto a produção quanto o consumo de energia. Fontes renováveis, como hidroeletricidade, biomassa, energia eólica e solar, são especialmente suscetíveis, dependendo diretamente das condições climáticas locais.

O estudo inovador avalia as mudanças nas variáveis climáticas e no regime hídrico para entender o impacto no sistema energético brasileiro. A redução na disponibilidade de água afetaria a geração hidroelétrica, resultando em menor capacidade de produção para as usinas, impactando a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Propõe-se aumentar a capacidade de geração de outras fontes para compensar essa redução, mantendo-se o aumento nos cenários de impacto das mudanças climáticas.

Considerações sobre os impactos na saúde

Os acontecimentos recentes e a ciência apontam para a urgência de se adaptar às mudanças climáticas e criar planos de preparação e resposta aos seus efeitos, destacando a necessidade de desenvolver estratégias de antecipação de desastres e eventos climáticos extremos. Essas estratégias são fundamentais para lidar com os impactos das mudanças climáticas em diversos setores, incluindo saúde, recursos hídricos, infraestrutura urbana, agricultura e energia.

Por exemplo, a disponibilidade de água é crucial para a saúde pública, pois afeta o abastecimento de água potável e a produção de alimentos. A falta de água pode agravar problemas de saúde, como doenças relacionadas à água e à higiene inadequada, como cólera e leptospirose. Portanto, medidas de adaptação e prevenção, como o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce, ajustes na matriz energética, elaboração de planos de contingência para eventos climáticos extremos e promoção de práticas agrícolas sustentáveis, são essenciais para proteger a saúde das populações vulneráveis e garantir um desenvolvimento sustentável diante dos desafios das mudanças climáticas.

A elaboração e implementação de planos robustos de adaptação climática baseados na ciência são essenciais para proteger a saúde, a economia e o meio ambiente, garantindo um desenvolvimento sustentável e resiliente. Planos robustos de adaptação climática ajudam a prevenir esses impactos ao integrar a saúde pública com políticas climáticas, melhorando a vigilância e resposta a surtos de doenças. As comunidades vulneráveis são frequentemente as mais afetadas por desastres climáticos. Planos de adaptação robustos garantem que essas comunidades recebam o suporte necessário para aumentar sua resiliência, reduzindo o risco de perdas humanas e materiais.

Mudanças nos padrões de precipitação e temperatura afetam diretamente a produção agrícola. Estratégias de adaptação ajudam a implementar práticas agrícolas resilientes, garantindo a segurança alimentar e a estabilidade dos preços dos alimentos.

Eventos climáticos extremos podem causar danos significativos à infraestrutura urbana e rural, afetando também os estabelecimentos de saúde e o acesso à saúde, dificultando não só o atendimento das emergências durante os desastres, mas também a atenção e acompanhamento de pacientes com doenças crônicas. Planos de adaptação robustos envolvem a construção e a manutenção de infraestrutura resiliente, como sistemas de drenagem eficientes, barreiras contra inundações e edifícios projetados para suportar eventos extremos, incluindo estabelecimentos de saúde resistentes a eventos extremos.

Além disso, a adaptação climática pode ser vista como uma oportunidade para impulsionar a inovação e a criação de empregos em setores verdes, como energia renovável, agricultura sustentável e construção civil, fortalecendo a economia e promovendo um desenvolvimento sustentável.

Planos robustos de adaptação são essenciais para cumprir compromissos assumidos em acordos internacionais, como o Acordo de Paris, que visam limitar o aumento da temperatura global e promover a resiliência climática. Planos de adaptação bem elaborados garantem que todas as camadas da sociedade, especialmente as mais vulneráveis, sejam incluídas nas estratégias de adaptação, promovendo a equidade e a justiça climática. Mas o mais importante, não basta somente ter o plano, mas sim implementá-lo.

Promover o trabalho digno na “economia do cuidado” é tema de destaque na agenda da 112ª Conferência Internacional do Trabalho

Promoting decent work in the “care economy” is a prominent topic on the agenda of the 112th International Labor Conference

René Mendes

Resumo - O presente artigo resultou da seleção de um dos três grandes temas que serão discutidos ao longo da 112ª Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na primeira quinzena de junho próximo, isto é, sobre a “economia do cuidado”, ou em denominações alternativas, que incluem a “sociedade dos cuidados”, “ecossistema do cuidado” “organização social do cuidado”, “sistemas de cuidados” – entre outros. A leitura atenta do documento preparatório da Conferência Internacional do Trabalho – o qual foi aqui sintetizado e resumido – pode ajudar a impulsionar um debate nacional e internacional sobre os desafios do cuidado, em distintas perspectivas (incluindo a econômica, com geração de emprego). O foco principal das questões aqui abordadas refere-se ao reconhecimento formal da natureza econômica e jurídica das pessoas que trabalham em atividades do cuidado; ênfase em questões de gênero e raça, sem deixar de lado a grande questão: quem cuida do cuidador (e da cuidadora)? As reflexões a propósito do tema pautado pela OIT foram também cotejadas e comentadas à luz do texto da nova Política Nacional de Cuidado do Brasil, o qual incorpora várias das dimensões analisadas pelo Informe da OIT, e que serão debatidas nos próximos dias, em Genebra. Por certo, um tema de mais elevada relevância, que se mostrou crítico na recente pandemia da Covid-19 – por sua importância e pelos problemas desvelados – e que será cada vez mais necessário, seja em função de turbulências sociais e ambientais e suas sequelas, seja em função do envelhecimento das pessoas.

Palavras-chave: OIT; trabalho digno (decente); cuidado; economia do cuidado; cuidadores; saúde dos trabalhadores.

Abstract: *This article resulted from the selection of one of the three major themes that will be discussed throughout the 112th International Labor Conference, promoted by the International Labor Organization (ILO), in the first fortnight of next June, that is, about the “care economy”, or in alternative denominations, which include “care society”, “care ecosystem”, “social care organization”, “care systems” – among others. A careful reading of the preparatory Report for the International Labor Conference – which has been summarized and summarized here – can help drive a national and international debate on the challenges of care, from different perspectives (including the economic one, with job creation). The main focus of the issues addressed here refers to the formal recognition of the economic and legal nature of people who work in care activities; emphasis on issues of gender and race, without leaving aside the big question: who takes care of the caregiver? The reflections on the theme guided by the ILO were also compared and commented in light of the text of Brazil’s new National Care Policy, which incorporates several of the dimensions analyzed by the ILO Report, and which will be debated in the coming days, in Geneva. Certainly, a topic of the highest relevance, which proved to be critical in the recent Covid-19 pandemic – due to its importance and the problems revealed – and which*

will be increasingly necessary, whether due to social and environmental turbulence and its consequences, whether due to the aging of people.

Keywords: ILO; decent work; care; care economy; caregivers; workers' health.

Introdução

Como ocorre anualmente, desde 1919 – com poucas interrupções – , de 3 a 14 de junho deste ano reúne-se em Genebra a Conferência Internacional do Trabalho, em sua 112ª edição. São esperadas delegações tripartites – governos, empregadores e trabalhadores – de todos os 187 estados-membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A cidade recebe, habitualmente, de duas a quatro mil pessoas, entre delegados, assessores e acompanhantes, e os grandes temas pautadas para a Conferência mobilizam as delegações nacionais tripartites, mas que também se juntam, debatem e negociam com os seus pares de outros países, segundo sua natureza ou ‘posição de classe’, buscando alianças, parcerias, formação de blocos, enfim, todas as alternativas possíveis nos jogo aparentemente democrático e participativo, em torno dos grandes temas pautados. Além disto, inúmeras atividades paralelas correm ‘por fora’, segundo interesses comuns e oportunidades para negociações, alianças e até negócios.

Para esta 112ª Conferência, além dos temas de praxe - administrativos, organizacionais e orçamentários - destacam-se as apresentações da Comissão de Normas Internacionais do Trabalho (cujo Relatório/Informe apresenta e analisa centenas de denúncias de violações das convenções internacionais, documento este, já disponível, com quase 1.200 páginas, e que inclui denúncias contra o Brasil); assim como três grandes temas que foram pautados: “Debate recorrente sobre o objetivo estratégico dos princípios e direitos fundamentais no trabalho”; “Debate regulatório sobre proteção contra riscos biológicos no ambiente de trabalho”, e o “Debate geral sobre o trabalho digno e a economia do cuidado”. Por certo, todos estes grandes temas são de grande relevância não apenas para a OIT e os países-membros, mas para o mundo, quando vistos sob a perspectiva de Saúde Global, Saúde Internacional, Diplomacia da Saúde, com suas obvias interfaces com a Economia, o Trabalho, o Meio Ambiente, entre outras áreas de interesse convergente. Pretendemos abordar alguns destes temas, nesta série de Cadernos do CRIS, também no Seminário Avançado (26 de junho). Nesta edição no. 8 dos Cadernos CRIS, faremos uma breve síntese do tema e dos desafios que levaram a OIT a pautar na Agenda da 112ª Conferência, sob o título **“Trabalho digno (decente) e a economia do cuidado”**.

Com efeito, além de um robusto Informe preparatório²⁶, o Escritório (Office, Oficina, Bureau) da OIT elaborou três grandes questões/perguntas que serão levadas para os debates em torno do tema, ao longo de quase dez dias de trabalho da Conferência, a saber:

1. Dada a diversidade de contextos sociais, econômicos e políticos em que os cuidados são prestados, remunerados ou não, e a grande heterogeneidade da força de trabalho dos cuidados, quais são os aspectos e componentes essenciais que constituem a economia dos cuidados?
2. Quais são as lacunas e que medidas eficazes tomaram os constituintes da OIT para promover a resiliência e uma economia de cuidados que funcione bem, que promova o trabalho digno,

²⁶ <https://www.ilo.org/es/resource/conference-paper/el-trabajo-decente-y-la-economia-del-cuidado>

a igualdade de gênero, serviços de cuidados acessíveis e de qualidade, e o desenvolvimento econômico e social inclusivo e sustentável?

3. À luz do mandato da OIT, das transformações no mundo do trabalho e da evolução da economia do cuidado, que ações prioritárias os constituintes da OIT e o Escritório Internacional do Trabalho devem empreender para promover, e apoiar políticas coerentes e integradas, investimentos na economia dos cuidados, em especial através do diálogo social, da coordenação multilateral e de parcerias?

Com efeito, a “Comissão sobre Economia do Cuidado” se reunirá de segunda-feira, 3 de junho, a quarta-feira, 12 de junho de 2024, na Sala XVII do Palais des Nations. O plano de trabalho da Comissão consiste em três segmentos:

- 3-4 de junho: discussão geral em sessão plenária da Comissão com base no Relatório VI – Trabalho digno e economia do cuidado e pontos para discussão (já referido neste texto).
- 6 a 7 de junho: preparação do projeto de documento final (Conclusões) da Comissão pelo grupo de redação.
- 10 a 12 de junho: discussão das alterações ao projeto de conclusões na sessão plenária da Comissão.

Na sua sessão final, espera-se que a Comissão adote um documento final (Conclusões) que será submetido à sessão plenária da Conferência para adoção na quinta-feira, 13 de junho ou na sexta-feira, 14 de junho.

Serão, a seguir, transcritos ou destacados alguns pontos do Informa elaborado pela OIT.

Uma Breve Panorâmica sobre a Economia do Cuidado e o Informe²⁷

As sociedades e as economias exigem trabalho de cuidados - remunerado e não remunerado - para funcionar e sustentar o desenvolvimento humano, social e econômico. As pessoas dependem de cuidados, quer como beneficiários, quer como prestadores. As atividades e relações no setor de cuidados consistem em atender às necessidades físicas, psicológicas e emocionais de crianças e adultos, portadores ou não de deficiência ou doença, e incluem também o autocuidado. Os cuidados assumem muitas formas, incluindo cuidados infantis, cuidados de longa duração, serviços de apoio, educação e cuidados de saúde.

Os prestadores de cuidados são essenciais para a prestação de cuidados. **A economia do cuidado gera 381 milhões de empregos em todo o mundo, cerca de 11,5% do emprego total.** O trabalho de cuidados não remunerado ocorre predominantemente em lares ou famílias e estima-se que contribua anualmente com 11 bilhões de dólares para a economia global.

As formas como as necessidades de cuidados são satisfeitas e como os cuidados são prestados e recompensados é importante para a luta pela **igualdade de gênero**. Globalmente, as mulheres dedicam em média 4 horas e 25 minutos por dia a trabalhos de cuidados não remunerados, em comparação com uma média de 1 hora e 23 minutos para os homens. Estima-se que 606 milhões de mulheres em idade ativa estão fora da população ativa porque se dedicam a cumprir as suas responsabilidades de cuidado e reprodução social. A indisponibilidade ou o acesso limitado a serviços de cuidados remunerados tem um impacto significativo no acesso das mulheres ao trabalho digno e ao emprego produtivo, uma vez que

²⁷ Também rotulada como “organização social do cuidado”, “sistemas de cuidados”, “ecossistema do cuidado”, “sociedade dos cuidados”, entre outras denominações.

afeta as suas oportunidades de participar em condições de igualdade no trabalho remunerado ou em atividades geradoras de rendimentos, bem como nas suas oportunidades de participação em condições de igualdade no trabalho remunerado ou em atividades geradoras de rendimentos, na vida sociopolítica. Ao mesmo tempo, **dois terços da força de trabalho remunerada no setor dos cuidados são mulheres**. Aumentar o acesso aos serviços de cuidados e melhorar as condições de trabalho no setor dos cuidados poderia ajudar a impulsionar a participação de mulheres e homens no mercado de trabalho e o seu acesso a um trabalho digno, o que, por sua vez, melhoraria as suas oportunidades socioeconômicas e o seu bem-estar geral. Isto contribuiria para a consecução dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, em particular o **Objetivo 5 sobre a igualdade de gênero**, o **Objetivo 8 sobre o emprego pleno e produtivo para todos** e o **Objetivo 10 sobre a redução das desigualdades**.

A **pandemia de COVID** e as crises econômicas e sociais que desencadeou realçaram a importância da economia dos cuidados, mas também expuseram as suas deficiências, como as **más condições de trabalho dos prestadores de cuidados** e a **escassez de pessoal**. Durante a pandemia, intensificou-se a carga de trabalho de cuidados não remunerados, realizados principalmente por mulheres e moças. Neste contexto, é provável que o aumento da procura de cuidados aprofunde a distribuição desigual do trabalho entre mães e pais e aumente as necessidades de cuidados não satisfeitas, perpetuando assim um **ciclo de pobreza e exclusão social**. Muitos trabalhadores e trabalhadoras enfrentam **défices de trabalho digno**, o que também pode afetar a qualidade geral dos cuidados prestados.

Os **investimentos na economia dos cuidados** podem ajudar a estabelecer infraestruturas e serviços de cuidados robustos e inclusivos que sejam mais resilientes a choques externos, como pandemias, catástrofes naturais e conflitos, bem como crises econômicas. Os investimentos permitem melhorar as competências dos prestadores de cuidados e oferecer oportunidades de emprego digno e melhores condições de trabalho a uma força de trabalho que, atualmente, é altamente feminizada, contratar um maior número de homens no setor dos cuidados para acabar com a segregação profissional, corrigir a distribuição desigual de trabalhadores não remunerados no trabalho de prestação de cuidados, e promover a conciliação da vida profissional e familiar dos trabalhadores com responsabilidades familiares. Por sua vez, tudo isto pode contribuir para a promoção dos **direitos humanos**, do **bem-estar**, tanto de quem presta cuidados como de quem os recebe. No que diz respeito aos prestadores de cuidados, o exercício do direito de organização e o pleno funcionamento dos mecanismos de diálogo social são também essenciais. Investir na economia do cuidado pode reduzir as desigualdades a ela associadas, aumentando o valor social, o reconhecimento e a priorização das atividades de cuidado, dos prestadores de serviços de cuidado e das pessoas que realizam trabalho de cuidado remunerado e não remunerado.

Este relatório (informe) pretende contribuir para um debate geral bem fundamentado sobre questões relacionadas com a economia do cuidado. Examina o papel da OIT e dos seus mandantes na promoção do trabalho digno na economia dos cuidados e a sua importância para o trabalho digno.

O relatório apresenta o quadro estabelecido pela OIT para compreender a economia dos cuidados e a organização social dos cuidados com vista à **igualdade de gênero**. A coleta de dados abrangentes, comparáveis e harmonizados sobre a economia e as atividades de prestação de cuidados é reconhecida como uma área importante em que é necessário realizar mais progressos. O relatório examina a situação no que diz respeito aos **princípios e direitos fundamentais no trabalho** e às **condições de trabalho** dos prestadores de cuidados, e destaca

a ligação entre o trabalho digno para os prestadores de cuidados e a qualidade dos serviços de cuidados. Além disso, é destacado o papel proeminente que os profissionais de cuidados desempenham na economia dos cuidados em todas as regiões e a sua importância crucial para a igualdade de gênero. São examinadas as normas internacionais do trabalho relevantes para a economia do cuidado, bem como as políticas globais, regionais e nacionais relevantes e a sua evolução. Estas políticas incluem as relacionadas com a **proteção social e laboral**, incluindo a **não discriminação**, a **migração** e o **emprego**, bem como as políticas macroeconômicas. Analisa também as implicações das mudanças transformadoras que estão ocorrendo no mundo do trabalho, especialmente em relação às **novas tecnologias**, ao **clima** e à **demografia**, e o seu impacto na economia dos cuidados, e destaca a necessidade de um diálogo social eficaz para uma economia dos cuidados sólida.

São apresentados exemplos de iniciativas destinadas a fortalecer a economia do cuidado, como o investimento no trabalho de cuidado e em políticas e serviços de cuidado, bem como a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores do cuidado, entre outras coisas. Do mesmo modo, analisa a relação dinâmica e a interligação entre os cuidados e a proteção social universal, o investimento nos cuidados para criar oportunidades de emprego digno na economia dos cuidados e os resultados positivos para os empregadores, os trabalhadores, os beneficiários dos cuidados e a sociedade como um todo. O relatório destaca o papel de liderança da OIT na geração de conhecimento e na promoção da agenda de cuidados a nível global, regional e nacional.

O relatório examina políticas e regulamentos que fortalecem a economia dos cuidados e identifica áreas que requerem maior atenção e ação, promovendo ao mesmo tempo o **trabalho digno para todos** e a consecução dos ODS. Neste sentido, é necessária uma abordagem coerente e integrada para **reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidados não remunerado, garantir um trabalho digno aos trabalhadores do setor e garantir a liberdade de associação, o diálogo social e o direito à assistência à negociação coletiva** dos trabalhadores do setor. Para isso, é necessário investir recursos financeiros em sistemas e infraestruturas de cuidados, bem como empreender ações sociais que favoreçam políticas relacionadas com os cuidados.

O relatório é composto por cinco capítulos. O Capítulo 1 aborda a importância da economia dos cuidados e o seu lugar num mundo em mudança; examina a evolução das tendências internacionais a este respeito, e detalha o trabalho recente realizado pela OIT no domínio da economia dos cuidados. O Capítulo 2 examina primeiro os conceitos-chave, a questão das estatísticas e a organização e distribuição do trabalho de cuidados e, em seguida, os princípios fundamentais, os direitos laborais e as condições de trabalho na economia dos cuidados. O Capítulo 3 analisa políticas e tendências políticas relacionadas com a economia dos cuidados, citando exemplos de países, e descreve abordagens políticas coerentes e integradas para a economia dos cuidados. O Capítulo 4 examina a questão do investimento financeiro na economia dos cuidados para a igualdade de gênero, o trabalho digno e o desenvolvimento sustentável. Por último, o Capítulo 5 apresenta as linhas de ação e o possível trabalho futuro do Escritório da OIT em relação ao trabalho digno e à economia do cuidado.

Estudo de caso: a proposta de Política Nacional de Cuidados no Brasil

No Brasil, segue avançada a construção de uma **Política Nacional de Cuidados**, e algumas citações e transcrições serão aqui feitas, com base no documento disponibilizado pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família²⁸.

Este documento tem como objetivo apresentar uma versão do Marco Conceitual para a formulação da **Política Nacional de Cuidados** e do **Plano Nacional de Cuidados**. Ele foi produzido a partir das discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído em março de 2023 para a formulação da Política e do Plano Nacional de Cuidados (GTI-Cuidados), coordenado pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS) e pela Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres (SENAEC/Mulheres). Este Marco Conceitual apresenta os principais aspectos conceituais que orientam a formulação da Política e do Plano Nacional de Cuidados e está organizado em cinco partes: 1) breve histórico da formulação da Política Nacional de Cuidados no Brasil; 2) conceito de cuidado; 3) transformação do cuidado em objeto de política pública; 4) a Política Nacional de Cuidados no Brasil: componentes e estratégias de ação; e 5) considerações finais.

Seguem alguns trechos transcritos da mesma fonte. Os grifos em negrito foram acrescentados.

Um trabalho essencial para a sustentabilidade da vida humana, da economia e da sociedade

“O **cuidado** pode ser definido como **um trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e reprodução da vida humana, da força de trabalho, das sociedades e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas.**(...) Portanto, de trabalhos como a preparação de alimentos, a limpeza, gestão e organização da casa, bem como das atividades de assistência, apoio e auxílio diários para pessoas com diferentes graus de dependência, como bebês e crianças pequenas, pessoas idosas ou pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade, quando essas não conseguem, sozinhas, realizar atividades como alimentar-se, caminhar, utilizar o transporte público, fazer compras, realizar sua higiene, etc.

A forma como esse trabalho se concretiza na vida diária é variada. O trabalho de cuidado pode ser remunerado, compreendendo atividades destinadas à produção de bens e/ou serviços de cuidados realizados para terceiros em troca de remuneração e benefícios, a exemplo de profissões como o trabalho doméstico remunerado, cuidadoras/as de pessoas idosas e com deficiência, babás e cuidadoras de crianças e adolescentes, profissionais da educação infantil e da saúde, dentre outras. De forma diversa, ele pode ser exercido de maneira não remunerada, no âmbito familiar ou comunitário - fora de relações laborais do mercado de trabalho -, abarcando tarefas como produção de alimentos, manutenção dos domicílios e cuidado das pessoas do próprio núcleo doméstico e/ou familiar, sem contrapartida financeira.

Na esteira dessa dualidade, tem-se que o local em que o trabalho de cuidado é realizado é variado. A provisão de cuidados, nesse sentido, pode se dar tanto no âmbito doméstico ou familiar, como nos âmbitos comunitário e em instituições públicas ou privadas (creches, centros-dia ou residências inclusivas e instituições de longa permanência para pessoas idosas ou com deficiência etc.). É importante destacar, aqui, que o local em que os cuidados são

²⁸ <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>

ofertados não se constitui em um elemento demarcador do que é entendido como cuidado ou não. O trabalho de cuidar de uma criança é trabalho, seja ele realizado no domicílio ou em instituições educacionais, por exemplo. No entanto, cabe destacar e reconhecer que o local em que ele é realizado pode definir a qualidade de cuidado recebido ou a carga de trabalho que recai sobre famílias e cuidadoras

Outro elemento importante neste marco conceitual refere-se à necessidade ou não de interação pessoal na definição do que é trabalho de cuidado. O trabalho de cuidados pode ser prestado de forma direta ou indireta. O **trabalho direto** é aquele que envolve uma interação face a face entre quem cuida e quem é cuidado, como brincar com uma criança ou ajudar uma pessoa idosa com restrição de autonomia a tomar banho ou a alimentar-se. Já o **trabalho indireto** inclui atividades de manutenção, gestão, planejamento, entre outras, e que dão suporte à realização dos cuidados diretos, como limpar a casa, preparar alimentos, fazer compras ou lavar as roupas. O cuidado indireto não abrange, necessariamente, a interação pessoal. Podem ser consideradas, também nessa categoria, os trabalhos realizados para a subsistência - como o cuidado com hortas e animais - que são especialmente importantes para a reprodução social de povos do campo, da floresta e das águas, além de comunidades e povos tradicionais.

Por fim, outros dois elementos são também importantes nessa estratégia de construção de uma linha demarcatória do objeto de uma política de cuidados. São eles: a recorrência deste trabalho e a possibilidade de que seja compartilhado entre diferentes instituições (em especial entre famílias, empresas, governos e comunidades).

Em relação à recorrência, o trabalho é entendido como de cuidado se envolve a realização de atividades cotidianas para sustentação da vida e de apoio e auxílio à vida diária. Dessa forma, trabalhos esporádicos, como a aplicação de uma vacina ou a realização de uma cirurgia não estão incluídos na definição do que se entende por cuidado na política aqui tratada, ainda que, por suposto, componham o que se poderia chamar de cuidado em saúde. O trabalho de uma mãe que aplica insulina em sua filha todos os dias, por outro lado, é compreendido como um trabalho cotidiano, necessário para a garantia do bem-estar e para a manutenção e reprodução da vida daquela pessoa que recebe o cuidado. A recorrência pode ocorrer, inclusive, em intervalos específicos (a exemplo de uma pessoa que tem uma depressão profunda e que demanda apoio e assistência familiar ou profissional por um ano, quando o trabalho é recorrente e cotidiano).

Já a possibilidade de compartilhamento da execução e/ou da responsabilidade pelas condições em que é exercido o cuidado refere-se àquelas atividades que são passíveis de serem exercidas/compartilhadas pelo Estado, mercado/empresas, comunidade e famílias. É essencial que o trabalho de cuidar possa ser de responsabilidade, execução ou exercício da família, mas também de uma instituição pública (como um centro-dia para pessoas idosas) ou privada (como um hospital) ou, ainda, pelas comunidades (creches comunitárias). Caso o trabalho só possa ser exercido em um ambiente hospitalar, por exemplo, não sendo passível de ser compartilhado por outras instituições, entende-se que esse não é o trabalho de cuidado objeto desta política, ainda que, mais uma vez, ele possa ser enquadrado como cuidado na semântica e nas características que definem outras políticas setoriais.”

A organização social (desigual, injusta e insustentável) dos cuidados

“O cuidado é não apenas um trabalho, mas também uma necessidade de todas as pessoas, central para a sustentabilidade da vida humana, assim como para o funcionamento da

economia e das sociedades. Todas as pessoas necessitam de cuidados ao longo de suas vidas ainda que, em alguns momentos ou em condições específicas, nas quais é menor a sua autonomia e maior a sua dependência, essas necessidades sejam mais intensas e/ou mais complexas. Em algumas situações, inclusive, as pessoas não podem prescindir do cuidado realizado por terceiros/as, por ele ser fundamental para o seu bem-estar, ou, no limite, para a sua própria sobrevivência. É o caso, por exemplo, dos bebês, que dependem integralmente do cuidado ofertado por outras pessoas, ou de pessoas idosas e pessoas com deficiência que, em determinadas condições, podem necessitar de assistência, auxílio e apoios para realizar tanto as atividades básicas da vida diária (ex. tomar banho, vestir-se, alimentar-se etc.), quanto as atividades entendidas como instrumentais (ex. gerenciar recursos, fazer compras, sair de casa etc.).

A forma como esse cuidado é ofertado nas sociedades é bastante variável. Em cada sociedade e em diferentes etapas históricas, estabelece-se uma organização social dos cuidados específica, que produz, organiza e distribui os cuidados, e que tem componentes sociais, econômicos, culturais e políticos. A conformação dessa organização social dos cuidados congrega e responsabiliza um amplo conjunto de atores sociais e instituições pela sua provisão, em especial as famílias, comunidades, Estado, mercado/empresas.”

O cuidado como função social e como bem público

“O cuidado deve ser entendido também a partir de sua função social. Considerando que é por meio dele que se garante a sustentabilidade da vida humana nas sociedades, sua gestão e provisão devem ser pensadas a partir das necessidades sociais e da sua democratização, e não apenas de interesses particulares ou meramente individuais. Em outras palavras, a provisão de cuidados adequados e de qualidade não interessa apenas àquela pessoa que o recebe, ou à sua família, preocupada com o bem-estar, a autonomia e a dignidade de um ente querido. Sem essa provisão, a sociedade e as instituições não funcionam; as empresas e a economia não funcionam.

Além disso - e na mesma direção - é importante destacar que o trabalho de cuidados gera benefícios para a sociedade que ultrapassam aqueles gerados para as pessoas que diretamente receberam o cuidado. O trabalho de cuidar de uma criança, por exemplo, beneficia a criança especificamente, mas gera também para sua família e para a sociedade benefícios, uma vez que passam a contar com crianças com maior potencial e capacidade de desenvolvimento integral. Isso faz do cuidado um bem público, ou seja, ele produz valor social e econômico que ultrapassa os benefícios individuais e é indispensável ao funcionamento da economia e da sociedade.”

Uma síntese dos conceitos apresentados

- **“Cuidado:** Trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e reprodução da vida humana, das sociedades e da economia e à garantia de bem-estar de todas as pessoas. Pode ser realizado de forma remunerada ou não remunerada, de maneira direta (com interação face-a-face) ou indireta (sem essa interação). Trata-se de um trabalho que envolve recorrência e possibilidade de compartilhamento.
- **Organização Social dos cuidados:** É a forma como as famílias, o Estado, o mercado, as empresas e a comunidade se inter-relacionam para produzir cuidado e a forma como os domicílios e seus membros se beneficiam dele.

- **Crise dos cuidados:** Desequilíbrio causado pela crescente demanda de cuidados, associada ao acelerado processo de envelhecimento da população - é a feminização desse envelhecimento -, e pela diminuição da oferta familiar de cuidados, devido a, dentre outros fatores, o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a diminuição do número de pessoas por família.
- **Política de cuidado:** Tipo de política pública que tem como objetivo a reorganização e o compartilhamento da responsabilização social pelos cuidados, por meio de um conjunto de iniciativas que objetivam atender as necessidades de quem demanda cuidados e de quem cuida. É por meio dela que se garante o direito humano ao cuidado - sendo este entendido como o direito a cuidar, a ser cuidado e ao autocuidado -, bem como a corresponsabilização de gênero (entre mulheres e homens, em sua diversidade) e social (entre as famílias, as comunidades, o Estado, o mercado e as empresas).
- **Sociedade dos cuidados** Novo paradigma para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, que traz o cuidado para o centro da vida. Suas bases são a corresponsabilização, a sustentabilidade da vida e do planeta e a garantia de direito ao cuidado, incorporando as perspectivas de gênero, da interseccionalidade e da interculturalidade nas políticas públicas. Isso implica reconhecer a função social dos cuidados e, ainda, compreender o cuidado como um bem público.”

Transformando o cuidado em objeto de política pública

“O cuidado não é um problema público em si; é a sua atual organização social que se projeta como um problema público que demanda políticas públicas, uma vez que é desigual, injusta e insustentável, além de marcada por desigualdades estruturais e interseccionais, que são por elas reproduzidas. Por não ser percebida como um problema público, que demanda respostas públicas e coletivas, a provisão familiar (e feminina) pelos cuidados sobrecarrega quem cuida e compromete o acesso e a qualidade do cuidado para quem recebe.

A definição do que se entende por uma política de cuidado é, contudo, atravessada por complexidades, uma vez que o termo "cuidado" é, como já mencionado anteriormente, também utilizado com significados diversos por diferentes políticas públicas, a exemplo das de saúde, educação e assistência social. Nesse sentido, é importante estabelecer uma demarcação do que se entende por cuidado em cada uma dessas políticas, de modo a que seja possível estabelecer objetivos e estratégias de atuação que se relacionem com o objeto de cada uma delas, sem que essas se sobreponham ou conflitem, mas, ao contrário, se somem e se articulem visando o objetivo maior de garantir atenção às pessoas em todas as dimensões de suas vidas.

Nesse contexto, a Política Nacional de Cuidados não tem a pretensão de abarcar a totalidade das questões sociais relacionadas aos cuidados - que podem incluir desde o cuidado em saúde, até o cuidado com o meio ambiente -, mas concentra-se naqueles aspectos relacionados ao trabalho de cuidados, na forma como ele foi definido anteriormente neste documento.

Assim, assumindo que **cuidado é um trabalho, uma necessidade e um direito**, podemos compreender que as políticas de cuidado se constituem em um tipo de política pública que tem como objetivo a reorganização e o compartilhamento da responsabilização social pelos trabalhos cotidianos de reprodução da vida e de garantia de bem-estar às pessoas. Estas políticas se traduzem na oferta de serviços, benefícios, formação, regulação, dentre outras, que buscam atender as necessidades de quem demanda cuidados e de quem cuida. É por meio delas

que se busca efetivar o direito ao cuidado - sendo este entendido como o direito a cuidar, a ser cuidado e ao autocuidado - bem como a corresponsabilização de gênero (entre mulheres e homens, em sua diversidade) e social (entre as famílias, as comunidades, o Estado, o mercado e as empresas).

Apesar do trabalho de cuidado ser essencial para a sustentabilidade da vida humana, e, portanto, para o funcionamento da sociedade e da economia, no caso do Brasil, a sua histórica desvalorização e invisibilização coloca-o como um tema que ainda precisa ser afirmado na agenda pública e política. Trata-se de um tema inovador, o que significa que existe, no campo governamental, um conjunto de (in)definições a serem enfrentadas, que vão desde o entendimento do próprio conceito, até os arranjos institucionais e a estrutura de governança necessária para a construção de uma política que esteja de acordo com as necessidades e demandas da sociedade.

É preciso considerar, ainda, que a Política Nacional de Cuidados envolve, em grande medida, serviços, benefícios e programas já existentes, em políticas e sistemas consolidados no país, como o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a rede de educação pública, o que implica o desenvolvimento de uma política que parta de uma abordagem intersetorial e inter federativa e que promova e assegure a intersetorialidade e a integralidade, sem produzir sobreposição.”

Tipologia de políticas de cuidados

As políticas de cuidado podem ser de diferentes tipos e, como tal, classificadas em modelos diversos e variados que podem ser agrupados em cinco grandes categorias:

Serviços (e infraestrutura) de cuidados: referem-se, majoritariamente, a serviços (públicos ou privados) direcionados às pessoas que cuidam e que necessitam de cuidado, como centros-dia, residências inclusivas, acompanhamento e cuidado domiciliar de pessoas idosas e com deficiência, Instituições de Longa Permanência (ILPI) para pessoas idosas, casas para cuidadoras, programas de formação, etc.

Tempo: que garantem o tempo de quem cuida para realizar essa atividade, a exemplo das licenças de maternidade, paternidade, parentais e de cuidados, ou para que as pessoas tenham tempo para usufruir do convívio familiar;

Recursos/Benefícios: políticas de transferências de renda para apoiar as pessoas que necessitam de cuidados e suas famílias no acesso e no exercício do cuidado;

Regulação²⁹: abrange a regulamentação tanto das relações e condições de trabalho das profissões de cuidado (ex. garantia de direitos trabalhistas e previdenciários e proteção social às trabalhadoras domésticas remuneradas e às cuidadoras e cuidadores remunerados de pessoas idosas e com deficiência), quanto de serviços (a exemplo de educação e saúde ofertadas pelo mercado privado); e

Transformação cultural: iniciativas que fomentem uma ressignificação do cuidado como um trabalho, uma necessidade, um direito e um bem público, assim como novas práticas sociais de cuidado, contribuindo para uma organização social dos cuidados mais justa, equitativa e sustentável (ex. campanhas de conscientização, formação de meninos e homens para a paternidade responsável).

²⁹ Destaque não presente no original, mas aqui introduzido, em função do foco deste texto.

Princípios e diretrizes da Política Nacional de Cuidados

“A Política Nacional de Cuidados, como qualquer outra política, estrutura-se a partir de um conjunto de princípios e diretrizes que devem orientar a ação do Estado brasileiro para que o direito ao cuidado, em todas as suas dimensões, seja efetivado, e que uma nova organização social dos cuidados, mais justa, igualitária e sustentável possa ser promovida. Uma vez que a Política se traduza em um plano de ações, este conjunto de orientações deve, necessariamente, pautar a formulação, a implementação, o monitoramento, a revisão e a avaliação da ação pública em todas as suas esferas. São eles:

- **Universalidade do direito**, ou seja, todas as pessoas têm direito ao cuidado, sendo esse entendido como o direito a cuidar, ser cuidado e auto cuidar-se. A universalidade se refere tanto à dimensão do acesso, quanto à da qualidade, o que significa que as pessoas não apenas têm direito ao cuidado, mas devem ter, igualmente, acesso ao cuidado de mesma qualidade.
- **Equidade no acesso ao direito ao cuidado**, isto é, para que todas as pessoas tenham seu direito ao cuidado assegurado, é necessário não apenas o acesso a ações universais de cuidado, mas também que suas necessidades específicas e características particulares sejam consideradas, incorporando perspectivas de gênero e antirracista, dentre outras. Baseia-se na ideia, portanto, de que é imprescindível reconhecer e enfrentar as desigualdades sociais e considerar a diversidade e as diferenças entre as pessoas e grupos sociais para que o princípio da universalidade do direito ao cuidado se efetive. É, nesse sentido, elemento indispensável para o alcance da justiça social.
- **Corresponsabilidade social e de gênero pela provisão do cuidado**, ou seja, a responsabilidade por prover cuidado deve ser compartilhada e distribuída entre todos os atores sociais que possuem capacidade de prover bem-estar. Isso significa, por um lado, que deve ser responsabilidade do Estado (nas três esferas da federação), famílias, mercado, empresas e comunidade, valendo destacar que nem todas estas instituições possuem os mesmos deveres, cabendo ao Estado papel central no processo de promover a reorganização social dos cuidados e de garantia da universalidade deste direito. Por outro lado, significa que esta responsabilidade deve ser compartilhada de forma equitativa entre homens e mulheres em toda sua diversidade, de forma a transformar a injusta e desigual divisão sexual do trabalho vigente.
- **Respeito à dignidade e aos direitos humanos**, reconhecendo-se que todas as pessoas possuem valor intrínseco à sua condição humana e são titulares de direitos inalienáveis, indivisíveis e interdependentes. Isso significa que toda e qualquer ação (pública, privada, comunitária ou familiar) de provisão de cuidado deve pautar-se pelo respeito à integridade física, psíquica e moral das pessoas e ao seu direito de ser tratada dignamente.
- **Não discriminação no acesso ao direito ao cuidado**, ou seja, não deve haver qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada em raça, cor, etnia, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência, religião, idade, orientação política, origem social ou em qualquer outra dimensão da constituição das identidades pessoais e de grupo que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento no acesso aos serviços de cuidados ofertados, sejam eles públicos, privados, familiares ou comunitários. É um elemento essencial para que o princípio do respeito à dignidade e aos direitos humanos seja efetivado.

- **Não discriminação no acesso ao direito ao cuidado**, ou seja, não deve haver qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada em raça, cor, etnia, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência, religião, idade, orientação política, origem social ou em qualquer outra dimensão da constituição das identidades pessoais e de grupo que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento no acesso aos serviços de cuidados ofertados, sejam eles públicos, privados, familiares ou comunitários. É um elemento essencial para que o princípio do respeito à dignidade e aos direitos humanos seja efetivado.
- **Promoção da autonomia**, o que significa que a provisão de cuidado deve pautar-se sempre pelo respeito à autodeterminação das pessoas, ou seja, pela garantia de que possam decidir por si mesmas sobre seus projetos de vida e interesses particulares, bem como de serem protagonistas dos processos de transformação social e tomada de decisões. A autonomia, contudo, não se refere a um princípio de natureza individual, mas, ao contrário, pauta-se por uma dimensão relacional, uma vez que mesmo pessoas com elevado nível de autonomia constroem seus projetos de vida e decisões a partir das relações que estabelecem com as outras. Nesse sentido, reforça-se a ideia da interdependência intrínseca entre as pessoas, ou seja, a ideia de que nenhuma pessoa é completamente autônoma em nenhum momento ou condição de sua vida.
- **Anticapacitismo**, compreendido como enfrentamento à opressão baseada no ideal de um corpo tido como normal, que exclui as pessoas com deficiência. Adicionalmente, é necessário a garantia da acessibilidade para a promoção da igualdade de condições, por meio da remoção das barreiras de natureza atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, entre outras, que restringem a participação efetiva das pessoas com deficiência na sociedade.
- **Integralidade do cuidado**, isto é, as políticas públicas de provisão dos cuidados devem considerar as pessoas como um todo, atendendo às suas demandas e necessidades de cuidado em todas as suas dimensões - não apenas como beneficiárias, mas inclusive como provedoras de cuidado - e considerando o contexto social, familiar e cultural no qual estão inseridas.
- **Participação e controle social**, entendidos como o direito da sociedade civil de tomar parte e influenciar nos processos de formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas de cuidado, bem como o exercício do controle social na oferta de serviços e de informações sobre o tema. Inclui também garantir o reconhecimento dos saberes e das diferentes práticas relativas ao cuidado existentes na sociedade brasileira, assim como das experiências dos movimentos e organizações sociais.
- **Interseccionalidade** refere-se ao reconhecimento da existência de diversos eixos de opressão, exclusão e subordinação (de classe, gênero, raça, etnia, idade, território, deficiência, status migratório) que não podem ser considerados isoladamente, mas, ao contrário, devem ser vistos como mutuamente constitutivos e operando simultaneamente na estruturação e reprodução das desigualdades sociais e da experiência de vida das pessoas e grupos sociais. Esse complexo entramado de desigualdades, opressões e exclusão deve ser considerado em todo o processo de construção e implementação das políticas de cuidado, de forma a garantir o acesso universal ao direito ao cuidado e o respeito à dignidade humana e contribuir à superação das desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira.

- **Transversalidade** refere-se à estratégia de incorporar no conjunto das políticas públicas temas que, pela sua complexidade, devem ser tratados de forma multissetorial, envolvendo um amplo conjunto de órgãos governamentais em diferentes esferas da federação. No caso das políticas de cuidados, a transversalidade tem um duplo objetivo: incorporar o tema dos cuidados às políticas setoriais - como educação, saúde, assistência social, trabalho, previdência, desenvolvimento econômico e produtivo, entre outras -, mas também incorporar ao conjunto das políticas de cuidados as dimensões de gênero, raça, etnia, classe, ciclo de vida, deficiência e território e suas múltiplas intersecções.
- **Intersetorialidade da política de cuidados** corresponde a um método de ação na esfera pública que busca fortalecer a articulação e a complementaridade de diversas formas de ação e de políticas setoriais, reconhecendo que a natureza dos fenômenos sociais demanda, necessariamente, a construção de políticas que articulem mais de uma área de atuação. Pressupõe, nesse sentido, decisões políticas articuladas e ações setoriais que se complementam para resolver problemas complexos e multidimensionais. No caso das políticas de cuidados, significa a necessária interação entre diversos setores no nível federal e entre os diferentes níveis da federação para garantir a integralidade do direito ao cuidado da população.
- **Interculturalidade nas políticas de cuidados** significa reconhecer e considerar a interação horizontal e sinérgica entre culturas diferentes nos processos de formulação e execução de políticas. O reconhecimento da interculturalidade na construção de políticas de cuidados traz luz para as diferentes formas como o cuidado é compreendido enquanto ética, prática e trabalho em diferentes culturas, ou seja, permite diferentes leituras e interpretações do objeto da política, contribuindo para a construção de uma estratégia de ação que, de fato, alcance ao conjunto da população.
- **Antirracismo**, implica o reconhecimento de que a formação colonial e escravista da sociedade brasileira é uma herança que ainda hoje estrutura as dinâmicas econômicas, políticas, culturais, e faz com que mulheres *racializadas*, em especial negras e indígenas, historicamente ocupem as posições de maior vulnerabilidade no acesso ao cuidado. Assim, o antirracismo deve pautar as ações que assegurem o direito ao cuidado, seja na possibilidade de ser cuidado com dignidade, de cuidar tendo garantida a integralidade dos direitos trabalhistas e previdenciários, e de ter a sua humanidade legitimada pela prerrogativa de auto cuidar-se.

Considerações finais

O presente artigo resultou da seleção de um dos três grandes temas que serão discutidos ao longo da 112ª Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na primeira quinzena de junho próximo, isto é, sobre a “economia do cuidado”, ou em denominações alternativas, que incluem a “sociedade dos cuidados”, “ecossistema do cuidado” “organização social do cuidado”, “sistemas de cuidados” – entre outros. A leitura atenta do documento preparatório da Conferência Internacional do Trabalho – o qual foi aqui sintetizado e resumido – pode ajudar a impulsionar um debate nacional e internacional sobre os desafios do cuidado, em distintas perspectivas (incluindo a econômica, com geração de emprego). O foco principal das questões aqui abordadas refere-se ao reconhecimento formal da natureza econômica e jurídica das pessoas que trabalham em atividades do cuidado; ênfase em questões de gênero e raça, sem deixar de lado a grande questão: quem cuida do cuidador (e da cuidadora)? As reflexões a propósito do tema pautado

pela OIT foram também cotejadas e comentadas à luz do texto da nova Política Nacional de Cuidado do Brasil, o qual incorpora várias das dimensões analisadas pelo Informe da OIT, e que serão debatidas nos próximos dias, em Genebra. Por certo, um tema de mais elevada relevância, que se mostrou crítico na recente pandemia da Covid-19 – por sua importância e pelos problemas desvelados – e que será cada vez mais necessário, seja em função de turbulências sociais e ambientais e suas sequelas, seja em função do envelhecimento das pessoas.

Fórum Global de Refugiados 2023: Promovendo a inclusão e fortalecendo de compromissos globais para a proteção e bem-estar dos refugiados

Global Refugee Forum 2023: promoting inclusion and strengthening global pledges for the protection and well-being of refugees

***Rafael Gomes França, Caio Murta,
Giulia Mariano Machado,
Júlia Moraes, Marina Sujkowski
e Deisy de Freitas Lima Ventura***

Resumo: Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global apresenta o Pacto Global de Refugiados e os resultados do Fórum Global sobre Refugiados de 2023. Os compromissos pactuados durante o evento visam criar condições mais justas e sustentáveis para os refugiados, reduzindo a pressão sobre os países anfitriões e promovendo uma integração mais eficiente e digna dos refugiados em suas novas comunidades.

Palavras chave: Refúgio. Saúde Global. ACNUR.

Abstract: *In this report, the Working Group on Migration, Refugees, and Global Health presents the Global Compact on Refugees and the outcomes of the 2023 Global Refugee Forum. The pledges agreed upon during the event aim to create fairer and more sustainable conditions for refugees, reduce the pressure on host countries, and promote more efficient and dignified integration of refugees into their new communities.*

Keywords: *Refugee. Global Health. UNHCR.*

Primeiro fórum global para refugiados

O Pacto Global sobre Refugiados, de 2018, se apresenta como uma estrutura de compartilhamento de responsabilidades de maneira equitativa e considera a cooperação internacional como fundamental para solucionar as situações de refúgio. Dentro disso, o Pacto apresenta quatro objetivos principais: i) diminuição da pressão em países de acolhimento, ii) aumento da autossuficiência dos refugiados, iii) ampliação da divulgação e acesso às boas práticas derivadas das soluções implementadas pelos países e iv) apoio às condições dos países de origem para que os refugiados possam retornar com segurança e dignidade¹.

O Pacto foi criado a partir da aplicação de uma proposta de respostas a refugiados, engajando com demais atores da comunidade internacional. Assim, o Pacto tem como fundamentação práticas e discussões em direito, políticas públicas e práticas operacionais que vinham sendo elaboradas desde o início da Organização das Nações Unidas e tem como objetivo constituir uma estrutura sólida de compartilhamento de responsabilidade com países que recebem grandes fluxos de refugiados, através de processos de desenvolvimento e cooperação conjunta⁴.

O Pacto depende, assim como grande parte das iniciativas das organizações internacionais, do engajamento ativo de diversos atores, especialmente os Estados e autoridades nacionais envolvidos diretamente com fluxos de refugiados, embora seja um

instrumento jurídico não-vinculante. Para facilitar sua implementação, o instrumento prevê uma série de arranjos com enfoque no fortalecimento das infraestruturas locais para atender as necessidades de refugiados, sem que sistemas paralelos ou campos de refugiados sejam necessários, promovendo sua inclusão econômica e social. Em consonância com o que é previsto no Pacto, o Fórum Global para Refugiados tem como objetivo ser um espaço para que os diversos atores envolvidos possam assumir compromissos concretos em direção aos objetivos estabelecidos, bem como prestar contas das ações que têm sido realizadas e retomar a atenção da comunidade internacional para a causa refugiada de maneira periódica⁴.

O Pacto representa avanços positivos da comunidade internacional em direção à proteção de refugiados. Os arranjos previstos e acordados entre os Estados apontam para respostas mais previsíveis, robustas e passíveis de implementação em situações de refúgio, articulando diversos atores e fortalecendo as estruturas nacionais, de maneira a aliviar a pressão sobre os países anfitriões. O Pacto também é visto como um exemplo de bom funcionamento do multilateralismo, ao passo que não foi constituído enquanto obrigações legais, mas constrói sobre práticas passadas dos países e atores envolvidos para o futuro à frente, em um processo orgânico e com grande engajamento dos Estados com o ACNUR⁴.

Contudo, apesar de ter criado diversas oportunidades para que a comunidade internacional tenha cada vez mais capacidade de responder a crises de refugiados, o Pacto também recebeu críticas importantes. Por exemplo, é apontada a ausência de uma discussão a respeito das raízes dos fluxos de refugiados no mundo, muitas vezes impulsionados por ações de países ocidentais, mas que acabam criando uma série de agravantes para outros Estados que recebem refugiados dos países vulnerabilizados. Também são feitas críticas ao objetivo do Pacto de criar as condições necessárias para que os refugiados retornem aos seus países de origem, ferindo o princípio de repatriamento voluntário. Finalmente, a falta de obrigações concretas e de mecanismos eficazes de *compliance*, que acabam fazendo com que a implementação do Pacto dependa apenas de contribuições voluntárias, é outro ponto de atenção⁵.

O primeiro Fórum Global para Refugiados, de 2018, teve como base o Pacto Global e assumiu compromissos importantes que foram selados com o intuito de melhorar a qualidade de vida de aproximadamente 25,9 milhões de refugiados e seus anfitriões, sendo a grande maioria países em desenvolvimento.² Os participantes do evento, firmaram cerca de 100 compromissos em direção às políticas nacionais inclusivas. Estados e demais atores prometeram, por exemplo, auxiliar no apoio de políticas para refugiados que vivem fora dos campos, ampliar os sistemas de asilo, qualificar o acesso de refugiados ao mercado formal de trabalho, serviços financeiros, trabalhar questões de inclusão de refugiados nos processos de desenvolvimento nacionais, regionais e nos sistemas nacionais de educação e saúde. A temática de emprego e meios de subsistência foi um assunto muito discutido no Fórum, contando com mais de 100 itens de comprometimento que abordaram o aumento de vagas de emprego, trabalho no setor digital, microfinanças e empoderamento econômico das mulheres. Também trataram do compromisso de incentivar serviços de infraestrutura, incluindo saúde, água, saneamento e higiene, conectividade e abrigo.²

Outro tema abordado foi o aumento crescente da preocupação com a crise climática, logo, mais de 40 Estados e outras partes interessadas se propuseram a colaborar com os esforços para a criação de energia limpa e conservação em regiões que acolham diversos refugiados. Trinta instituições se inscreveram no Desafio de Energia Limpa do ACNUR para alcançar o acesso à energia acessível, estável, sustentável e moderna para todos os abrigos de refugiados e comunidades anfitriãs até o ano de 2030.¹

Aproximadamente 160 compromissos focaram em alcançar soluções de longa duração. Uma pequena parcela dos países anfitriões se comprometeu como parte e colaborador, por meio de grupos específicos de refugiados. Uma série de países de origem se propuseram a elaborar melhores condições para que os refugiados retornem a longo prazo, e foram divulgados os esforços para tentar resolver ou minimizar os conflitos, promover o estado de direito e incentivar a garantia da paz. Diversos Estados e demais participantes também se comprometeram a utilizar suas ferramentas políticas e financeiras para tratar das causas mais profundas e complexas do processo de deslocamento.¹

Fórum de 2023, avanços e oportunidades

Entre os dias 13 e 15 de dezembro de 2023, ocorreu o segundo Fórum Global para Refugiados³, que acontece a cada quatro anos. Esta edição foi convocada por Colômbia, França, Japão, Jordânia e Uganda, e hospedada pelo governo da Suíça e pelo ACNUR. Foram mais de quatro mil participantes de 168 países, incluindo 320 delegados refugiados e 10 mil acompanhando o evento virtualmente. O Fórum debruçou-se sobre mais de 1750 novas promessas propostas para apoiar refugiados e comunidades anfitriãs, incluindo 47 compromissos com múltiplos atores que haviam concordado com os objetivos do Fórum e fomentou discussões sobre o atual número recorde de 114 milhões de refugiados no mundo. Foram anunciados \$2.2 bilhões em recursos para projetos e programas de apoio aos refugiados pelos Estados e outros atores, que podem auxiliar milhões de pessoas em deslocamento forçado.

A fim de compreender o que foi discutido em 2023 e os resultados alcançados até o momento, é importante ainda analisar as oportunidades que foram criadas com o Pacto de 2018 e com o primeiro Fórum. Observando os resultados do Fórum, o ACNUR divulgou um relatório⁶ informando quantitativamente as repercussões do evento. Conforme o documento, 1750 compromissos foram feitos durante o Fórum: um terço por Estados e um terço por atores não-estatais. Desses, 25% se endereçam à proteção social e inclusão econômica e 158 são direcionadas à saúde mental e suporte psicossocial. Grande destaque se dá para cidades e governos locais, dos quais mais de 100 apoiaram a integração de refugiados em suas áreas urbanas. Outro número relevante é que os atores se comprometeram a prover pelo menos 1 milhão de horas de assessoramento legal, seguindo o sucesso que foi o compromisso de 2019.

É notório o engajamento global no Fórum quando se observa que 68 países de baixa e média renda se engajaram nos comprometimentos em matéria de políticas públicas. Além disso, 9% dos compromissos envolvem uma parte financeira, compondo os 2.2 bilhões de dólares totais. Esse grande vulto é fundamental para que se consiga cumprir adequadamente os 4 objetivos do Pacto.

Os compromissos de saúde têm como objetivo alcançar a inclusão nos sistemas nacionais de saúde, facilitando a integração de todos os refugiados, deslocados forçados e apátridas por meio de mudanças políticas apoiadas por fortalecimento financeiro, material e de capacidade. Isso visa promover acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade tanto para refugiados quanto para comunidades anfitriãs.

As promessas podem incluir: i) mudanças legislativas e políticas, como reformas nos arcabouços legislativos nacionais, leis de saúde e políticas nacionais de saúde, além da inclusão de refugiados em esquemas nacionais de proteção social em saúde, incluindo sistemas não contributivos; ii) apoio financeiro, por meio de financiamento para a inclusão sustentável nos

sistemas de saúde e esquemas de proteção social em saúde; iii) apoio técnico, a fim de prover assistência técnica para viabilizar mudanças políticas; iv) capacitação e treinamento de pessoal e voluntários; v) apoio à prestação de serviços, com vistas à melhoria da atenção à saúde em áreas que acolhem refugiados, incluindo ajustes na infraestrutura, recursos humanos, produtos médicos e tecnologia; vi) oportunidades de trabalho, com promoção de oportunidades para profissionais de saúde refugiados credenciados e vii) engajamento comunitário, gerando mobilização comunitária em ações de saúde e expansão do uso de tecnologias móveis para telemedicina.

Abordar a saúde dos refugiados, deslocados forçados e apátridas nunca foi tão crucial. Com o aumento do número de pessoas deslocadas à força e os desafios globais de saúde, como evidenciado pela pandemia da covid-19, a situação está se tornando mais complexa devido aos conflitos contínuos e às mudanças climáticas que afetam a saúde e os padrões de doenças. A boa saúde mental é essencial para que todos possam enfrentar os estresses da vida, realizar suas habilidades, aprender bem, trabalhar bem e contribuir para suas comunidades. No entanto, refugiados, deslocados forçados e apátridas frequentemente enfrentam acesso inadequado a serviços de saúde culturalmente apropriados. Atender às suas necessidades de saúde física e mental é fundamental para seu bem-estar durante todas as fases da vida.³

Referências Bibliográficas

- 1.ACNUR. **Pacto Global sobre Refugiados**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/pacto-global-sobre-refugiados/>. Acesso em: 18 mai. 2024.
- 2.ACNUR. **O que aprendemos com o primeiro Fórum Global sobre Refugiados**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/28/o-que-aprendemos-com-o-primeiro-forum-global-sobre-refugiados/>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- 3.UNHCR. **Global Refugee Forum 2023**. Disponível em: <https://www.unhcr.org/events/global-refugee-forum-2023>. Acesso em: 18 maio 2024.
- 4.CHIMNI, B s. Global Compact on Refugees: one step forward, two steps back. **International Journal Of Refugee Law**, [S.L.], v. 30, n. 4, p. 630-634, dez. 2018. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ijrl/eev067>.
- 5.TÜRK, Volker. The Promise and Potential of the Global Compact on Refugees. **International Journal Of Refugee Law**, [S.L.], v. 30, n. 4, p. 575-583, dez. 2018. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ijrl/eev068>.
- 6.UNHCR. **Outcomes of the Global Refugee Forum 2023**. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/outcomes-global-refugee-forum-2023>. Acesso em: 20 maio 2024.

Cuidando de Crianças Sobreviventes de Abuso Sexual

Caring for Child Survivors of Sexual Abuse

Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

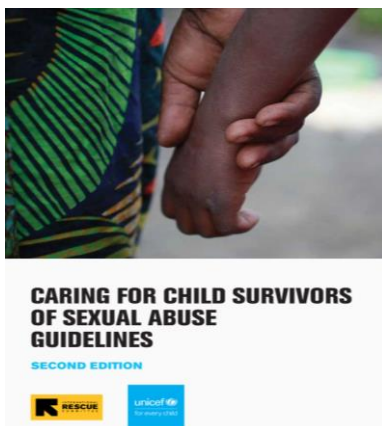
Resumo: O abuso sexual perpetrado contra crianças é uma das crises mais significativas do nosso tempo. Ele pode ter consequências graves a curto e longo prazo sobre o corpo físico, bem-estar mental, social, emocional e econômico das crianças, famílias e comunidades. Nesse contexto, o UNICEF publicou uma atualização de sua diretriz Cuidando de Crianças Sobreviventes de Abuso Sexual. O documento oferece orientações técnicas globais atualizadas sobre como proporcionar um modelo de cuidados de qualidade para crianças e famílias afetadas por abuso sexual.

Palavras-chave: Abuso sexual na infância; Direitos humanos; Saúde da criança

Abstract: *Sexual abuse perpetrated against children is one of the most significant crises of our time. It can have serious short- and long-term consequences on the physical, mental, social, emotional and economic well-being of children, families and communities. In this context, UNICEF has published an update to its Caring for Child Survivors of Sexual Abuse guideline. The document provides up-to-date global technical guidance on how to provide a model of quality care for children and families affected by sexual abuse.*

Key words: *Child abuse; Human rights; Child health*

Definição de abuso sexual infantil



O abuso sexual infantil é uma questão complexa que exige uma resposta enérgica e multidisciplinar para melhor atender às necessidades das crianças sobreviventes e ao mesmo tempo favorecer sua recuperação.

Nesse contexto, o UNICEF (*United Nations Children's Fund*), em parceria com o *International Rescue Committee* (IRC) atualizou suas ***Diretrizes para o Cuidado de Crianças Sobreviventes de Abuso Sexual***¹.

Não existe nenhuma definição universal de abuso sexual infantil. A diretriz do UNICEF consolidou diversas definições e adotou que abuso sexual infantil é: “Qualquer forma de atividade sexual, física ou não, infligida a uma criança, por um adulto que tenha poder sobre a criança.”

O abuso sexual infantil frequentemente envolve contato corporal, mas nem sempre. O contato físico pode incluir beijos, toques, tocar nas partes íntimas de uma criança para fins sexuais, fazer uma criança tocar nos órgãos genitais de outra pessoa e estupro.

Vale ressaltar que se um adulto se envolver em qualquer comportamento sexual inadequado com uma criança (por exemplo, linguagem inadequada, fotografar as partes íntimas da criança e/ou mostrar partes íntimas para a criança) tal comportamento também é considerado abuso sexual.

O acesso à tecnologia, particularmente a internet, fóruns de bate-papo e plataformas de mídia social ampliaram os caminhos para abusos sexuais de crianças e jovens. Coagir ou forçar uma criança a produzir ou compartilhar imagens ou vídeos deles mesmos on-line, fotografar ou filmar, são abusos que aumentaram consideravelmente nos últimos anos, principalmente no contexto da COVID-19.

Escopo do problema

A violência sexual perpetrada contra crianças é uma das crises mais significativas do nosso tempo, afetando crianças de todas as idades e gêneros, em todos os contextos. É imperativo que todos estejam cientes da ocorrência e das características do abuso sexual infantil, tanto global como localmente. As estatísticas variam entre os países, mas os dados disponíveis sugerem que:

- O abuso sexual infantil (incluindo os abusos facilitados pela tecnologia) ocorre com mais frequência do que relatado.
- As meninas têm até três vezes mais probabilidade do que os meninos de sofrer violência sexual.
- A grande maioria dos perpetradores de violência sexual são homens.
- Uma meta-análise sobre o abuso sexual online descobriu que 20% dos adolescentes já receberam algum tipo de solicitação on-line indesejadas, com características de abuso sexual.
- As crianças são frequentemente vítimas de abuso sexual nas suas próprias casas. Uma revisão geral de estudos em 21 países mostrou que 7–36% das mulheres e 3–29% dos homens relataram terem sido vítimas de abuso sexual durante a infância (a maior parte dos abusos ocorreu dentro do círculo familiar).
- Os perpetradores de abuso sexual infantil costumam ser conhecidos da criança, comumente são membros da família, outro parente, amigo ou outro adulto onde há uma relação de confiança.
- Globalmente, as meninas que se casam antes dos 15 anos têm 50% mais probabilidade de enfrentar violência física ou violência sexual por parte de um parceiro íntimo, e as meninas casadas são mais propensas a descrever sua primeira experiência sexual como forçada (se a experiência sexual é descrita como forçada por meninas casadas, se considera abuso sexual, pois as meninas não podem consentir no contexto destas relações desiguais de poder, especialmente se tiverem menos de 15 anos).
- À medida que meninas e meninos entram na adolescência (idades entre 15 e 17 anos), as taxas de violência sexual aumentam para as meninas e diminuem para os meninos, destacando os papéis que se cruzam entre gênero, idade e estágio de desenvolvimento sobre a vitimização sexual de crianças.

Disclosure - “Revelação/Divulgação”

Disclosure refere-se ao ato de dar a conhecer o abuso sexual infantil. A capacidade de uma criança revelar que foi abusada sexualmente é impactada por vários fatores, incluindo a situação da criança, sua idade, estágio de desenvolvimento, sensação de segurança, recursos disponíveis entre outros fatores relevantes para o contexto, como questões de gênero e normas sociais e culturais.

A decisão de uma criança de divulgar/falar sobre o abuso sexual nunca é feita isoladamente, mas em um contexto social. Muitas vezes, a revelação do abuso é um processo – raramente é linear e sequencial. As crianças podem primeiro “testar” para ver como os adultos ou colegas reagem e com base nisso a criança sobrevivente de abuso sexual decide se revela totalmente ou não.

Adultos que reagem com raiva, culpa, descrença, choque ou outras respostas prejudiciais podem levar a criança a parar de falar e/ou negar que o abuso sexual aconteceu.

Frequentemente as crianças sobreviventes de abuso sexual atrasam a revelação do abuso durante semanas ou até mesmo anos após sua ocorrência. Este é o caso de crianças que de alguma forma se sentem responsáveis pelo abuso ou que foram abusadas sexualmente por um membro da família. Muitas crianças não revelam os abusos até se tornarem adultos.

Razões comuns pelas quais crianças pequenas e adolescentes não revelam abuso sexual

- Medo das consequências - muitas crianças têm medo de contar a um adulto sobre o abuso porque sentem-se fisicamente ameaçadas ou porque acreditam que serão afastados das suas famílias. Elas podem temer serem culpadas por envergonhar a família ou envolver autoridades externas. O medo das consequências pode ser maior do que o medo do próprio abuso.
- Medo de serem abandonadas - as crianças muitas vezes têm medo de que os adultos não acreditem nelas ou se recusem a ajudar. O perpetrador dos abusos pode agravar esse medo convencendo a criança que ninguém vai acreditar nela ou que ela terá problemas se falar.
- Manipulação - o perpetrador pode enganar ou subornar a criança (por exemplo, dar-lhe um presente em troca de não divulgar o abuso). O perpetrador muitas vezes fará com que a criança se sinta envergonhada ou culpada pelo abuso ou até mesmo culpar a criança, dizendo que ela convidou/provocou o abuso.
- Auto culpa - as crianças podem acreditar que o abuso sexual é culpa delas ou que é merecido (por exemplo, a criança pode pensar que o abuso ocorreu porque ela estava no lugar errado e/ou na hora errada).
- Proteção - a criança pode querer proteger o agressor e/ou a família de alguma forma, especialmente se o agressor for próximo da criança e da sua família.
- Idade - crianças muito pequenas podem não saber que sofreram abuso sexual. Elas podem pensar que o abuso é normal, especialmente se o agressor for alguém que a criança conhece e confia. As crianças mais novas também podem ter limitações linguísticas ou de desenvolvimento que impedem a divulgação.
- Deficiência - as crianças podem não conseguir revelar o abuso se não conseguirem falar ou ter acesso a outros adultos de confiança.

Todas as revelações decorrentes de abusos sexuais devem ser ouvidas com respeito e acreditadas. Cuidadores, profissionais de saúde e adultos têm o dever de responsabilizar o perpetrador pelo abuso, jamais a criança.

Necessidades das crianças sobreviventes

A recuperação de uma criança após abuso sexual requer resposta imediata às necessidades críticas e respostas e apoio a longo prazo:

- Necessidade de segurança física e emocional: exige que os prestadores de serviços se mobilizem para garantir o acesso a cuidados de saúde imediatos. Esta primeira abordagem é crítica para preparar o terreno para atender às necessidades de longo prazo e facilitar uma recuperação holística e um caminho para cura.
- Necessidades psicológicas: estas crianças precisarão de apoio para se sentirem seguras e confiarem novamente nos adultos, compreender seus sentimentos sobre o abuso e lidarem com reações adversas (flashbacks do abuso, pensamentos obsessivos e outros desafios emocionais). É importante garantir uma abordagem que envolva a criança e identifique adultos com quem elas se sentiam seguras antes do abuso e trabalhar com esses adultos para compreender os desafios que a criança pode estar enfrentando.
- Necessidades sociais: as experiências de abuso sexual isolam e alienam muitas crianças. As crianças (e as famílias) precisarão de ajuda para recuperar e curar-se dos impactos do abuso sexual sobre a família e as relações familiares. As crianças prosperam com rotina e consistência – garantir que possam voltar à escola, participar em eventos comunitários etc., ajuda a fortalecer um senso de normalidade.
- Arranjos de cuidados: se o abuso acontecer em casa, as crianças precisarão de um local seguro para se recuperarem e não podem voltar para seus domicílios. É fundamental identificar esses arranjos e minimizar a perda de controle - possibilitar à criança expressar suas opiniões sobre com quem se sente mais segura pode reduzir as chances de tensão, revitimização e incidentes.
- Necessidades legais/de justiça: as crianças têm direito à justiça e podem precisar de apoio enquanto a situação legal de investigação e a acusação ocorrem. Os sistemas judiciais são frequentemente disfuncionais e, mesmo os sistemas judiciais de melhor funcionamento, uma criança pode estar sujeita a culpabilização por atitudes da polícia, advogados, juízes e outros envolvidos no sistema. É fundamental identificar os pontos estruturais que podem existir e situações que uma criança e sua família possam vivenciar dentro do sistema de justiça.

Princípios orientadores da abordagem aos sobreviventes do abuso sexual infantil

- Priorizar a segurança física e emocional da criança que sofreu abuso sexual (a curto e a longo prazo) e apoiar cuidadores e familiares não ofensores quando procuram serviços.
- Promover os melhores interesses da criança sobrevivente de abuso sexual
- O bem-estar da criança é fundamental em todo o seu cuidado e tratamento. Isto significa avaliar os riscos, identificar os seus pontos fortes e fatores de proteção, discutindo as possíveis consequências positivas e negativas com eles para informar a tomada de decisões, minimizando possíveis ações prejudiciais - todas as ações devem garantir os direitos da criança à segurança e ao desenvolvimento contínuo.
- Garantir a confidencialidade dos serviços e aceitar como e com quem a criança deseja compartilhar sua história. Isto significa garantir a coleta confidencial de informações durante as entrevistas; compartilhar informações com base na necessidade de conhecimento com as pessoas envolvidas nos cuidados da criança sobrevivente; armazenar informações do caso com segurança.
- Facilitar a participação significativa das crianças sobreviventes na prestação de serviços, incluindo o envolvimento delas na tomada de decisões.

O Artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança² afirma que as crianças são capazes de formar as suas próprias opiniões têm o direito de expressá-las livremente em todos os assuntos que as afetam, e que as opiniões das crianças devem receber o devido peso de acordo com a idade e maturidade de cada uma.

As crianças sobreviventes têm o direito de participar nas decisões que afetam suas vidas. Se um assistente social não for capaz de atender aos desejos da criança, ele deve sempre explicar respeitosamente o motivo, conversar sobre quaisquer preocupações que a criança possa ter e continuar a apoiar a criança enquanto a decisão é implementada.

A participação significativa será diferente em função da idade, do nível de maturidade e do gênero:

» as crianças mais novas têm capacidade cognitiva limitada para compreender as suas opções e avaliar os riscos e benefícios das decisões. Isto também pode se aplicar a algumas crianças com deficiência de cognição;

» à medida que a capacidade das crianças evolui, elas também devem ter mais informações e mais confiança para saber o que precisam para sua recuperação. Crianças mais velhas e adolescentes podem contribuir substancialmente para a tomada de decisões e realizar com segurança muitas de suas próprias decisões;

» as meninas estão em desvantagem em termos de poder e influência social, controle de recursos, controle de seus corpos e a participação na vida familiar, pública e privada.

- Tratar todas as crianças sobreviventes de forma justa e igualitária. Oferecer a mesma qualidade de atendimento e tratamento a todas as crianças, de acordo com as suas necessidades únicas.
- Cada criança sobrevivente tem necessidades diferentes com base em suas identidades sociais, experiências de vida, como o abuso foi perpetrado, quem foi o perpetrador, por quanto tempo durou o abuso etc.
- Tratar as crianças com respeito, gentileza e empatia. Crianças que revelam abuso sexual requerem conforto, encorajamento e apoio apropriado dos profissionais de saúde.

Os profissionais de saúde, especialmente os assistentes sociais, devem acreditar nas crianças que revelam abuso sexual e nunca as culpar de nenhuma forma pelo abuso sofrido. Uma responsabilidade fundamental dos assistentes sociais é fazer com que as crianças se sintam seguras e cuidadas ao receberem os serviços.

- Reconhecer a singularidade de cada criança e família. Cada criança e família têm diferentes pontos fortes, recursos e formas de lidar com a situação.

Os responsáveis pelo caso devem trabalhar com eles para fortalecer mecanismos de enfrentamento que sejam do melhor interesse da criança. Os responsáveis pelo caso devem identificar e aproveitar os pontos fortes naturais da criança e da família como parte do processo de recuperação e cura. Devem identificar os fatores que promovem a resiliência das crianças e desenvolvê-los durante a prestação de cuidados. Crianças que têm relacionamentos afetuosos e oportunidades de atividades significativas e participação na vida familiar e comunitária têm maior probabilidade de se recuperar e se curar do abuso.

- Compreender as identidades sociais e experiências individuais de cada criança.

Os assistentes sociais devem também compreender suas próprias atitudes, crenças e preconceitos sobre crianças e adolescentes, gênero e igualdade de gênero e abuso sexual, porque estes podem ter um impacto benéfico ou prejudicial sobre a capacidade da criança de se recuperar e curar do abuso sexual.

Referências

1. UNICEF. Caring for Child Survivors of Sexual Abuse Guidelines [Internet]. 2023 dez p. 204. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/155226/file/CCS%20Guidelines%20Final%20.pdf>
2. Convention on the Rights of the Child [Internet]. OHCHR. [citado 25 de setembro de 2023]. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>

Redução do consumo de sal: precisamos colocar mais luz sobre o tema

Eduardo Nilson

Denise Oliveira e Silva

Resumo: *Nesse informe, aproveitamos a Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal (World Salt Awareness Week) para falar dos avanços e desafios no enfrentamento deste problema de saúde pública global, incluindo a situação da agenda no Brasil. O consumo excessivo de sal é um dos principais fatores de risco dietético para a morbimortalidade por doenças cardiovasculares e as políticas mais custo-efetivas para seu enfrentamento são conhecidas, contudo o progresso nessa agenda tem sido mais lento do que o necessário.*

O sal é onipresente na vida de praticamente todos os humanos, sendo ingrediente culinário e industrial, além de frequentemente ser usado como veículo para políticas de fortificação com micronutrientes, contudo, seu consumo excessivo está associado a doenças mediadas e não mediadas pela hipertensão arterial, incluindo doenças cardiovasculares e renais, câncer de estômago e inclusive com mecanismos da obesidade. Por ser um dos componentes do sal de cozinha e de outros sais usados em alimentos, o sódio é o verdadeiro responsável por esses desfechos, mas é comum que se fale do sal para a facilidade da compreensão pela população, de forma que usaremos o termo sal de agora em diante.

Nas últimas décadas, as doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) consolidaram-se como a principal causa de mortes e adoecimentos no mundo e, dentre os fatores de risco dietético, o consumo excessivo de sal apresenta maior impacto global (Afshin *et al.*, 2019). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o consumo recomendado per capita diário para adultos é de 5g (o equivalente a 2g de sódio), mas a grande maioria das populações consomem muito mais do que isso (World Health Organization (WHO), 2012).

Em resposta a esse quadro, a OMS estabeleceu um conjunto de *best buys* ou seja, as políticas mais custo-efetivas para a prevenção e controle das DCNTs, que incluem a redução do consumo de sal por meio da reformulação de alimentos, da oferta de alimentos com menos sal em ambientes como hospitais, escolas e locais de trabalho, de campanhas de mídia e da implementação da rotulagem nutricional frontal (World Health Organization (WHO), 2017).

Apesar das fortes evidências, o progresso na redução do consumo de sal nos países tem sido desigual e muitas vezes descontínuo, de modo que a Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal (*World Salt Awareness Week*), realizada este ano de 13 a 19 de maio, visa dar visibilidade a essa prioridade de saúde pública e chamar governos, setores, instituições e pessoas para trabalharem sobre essa questão. Acertadamente, a campanha global de 2024 traz como tema “é hora de colocar luz sobre o sal” (“*It's time to shine the spotlight on salt*”), em alusão ao sal presente nos alimentos prontos para o consumo, bem como para a necessidade de reforçar as políticas de redução do consumo de sal.

Uma breve história do sal nos alimentos

O sal tem acompanhado a humanidade desde a descoberta de suas propriedades na conservação dos alimentos, como peixe e carne, contribuindo para a fixação das comunidades humanas e o comércio. Além disso, o sal tem ampla utilização para além dos alimentos, sendo ingrediente em medicamentos, fertilizantes, tecidos, sabão e outras aplicações (Kurlansky, 2002).

Com o tempo o sal se tornou inclusive uma commodity global, sendo objeto de rotas de comércio, influenciando as sociedades, as religiões e as culturas e até funcionando como moeda, como o exemplo mais conhecido do *salarium* romano, pagamento em sal para soldados romanos, dando origem ao termo atual salário (Bloch, 1963).

Antes da refrigeração, o sal era o melhor método para inibir o crescimento e sobrevivência de microrganismos indesejados nos alimentos e, ainda hoje, é bastante utilizado em várias categorias de produtos com essa finalidade. Isso se dá porque o sal, assim como outros compostos de sódio e de outros metais, reduz a atividade de água dos alimentos, ou seja, a quantidade de água livre para o crescimento microbiano e para reações químicas, como oxidação de lipídios e outras reações enzimáticas, por meio da habilidade dos átomos de sódio e cloro se ligarem a moléculas de água (Davidson e Taylor, 2007).

Além da função na conservação dos alimentos, no contexto da culinária, descobriu-se que o sal também possuía outras propriedades e utilidades. Primeiramente, o sal pode modificar as propriedades sensoriais de praticamente todos os alimentos (normalmente aumentando os atributos sensoriais considerados positivos) e pode até tornar mais palatáveis alimentos com ingredientes de baixa qualidade ou mesmo impalatáveis. Antes caro e acessível a poucos, atualmente o sal é um ingrediente barato e ubíquo, representando mais desafios à tecnologia de alimentos redução do conteúdo de sal (Henney, Taylor e Boon, 2010).

Um dos primeiros pontos importantes na redução do consumo de sal é a percepção do sabor salgado. Quanto mais sal existe na comida, mais a pessoa se acostuma com esse sabor salgado. As evidências indicam que a aceitação e preferência pelo sal são provavelmente adquiridas e moldadas cedo na infância, por meio da exposição a alimentos com maior quantidade de sal (Liem, 2017)(Stein, Cowart e Beauchamp, 2012), mas esse paladar pode ser revertido.

Nesse sentido, sabe-se que existe um limite de percepção do sabor salgado nos alimentos que permite uma redução gradual do seu conteúdo sem que os consumidores percebam. Esse limiar de percepção varia de alimento para alimento, por exemplo, podendo chegar a 30% no caso do pão francês (Ignácio *et al.*, 2013) e 18,5% e 22,5% em alguns produtos cárneos (Cubero-Castillo *et al.*, 2019). Em exemplo claro da importância desse limiar sensorial foi o caso das sopas Campbell, nos Estados Unidos, entre 2010 e 2011, quando a indústria reduziu o teor de sódio de seus produtos em até 45%, mas sofreu grande rejeição pelos consumidores, levando a empresa a voltar os produtos aos teores mais próximos aos originais (Brockman, 2019). Portanto, para que a redução seja efetiva e sustentável, precisa trabalhar com esses limiares e ser trabalhada gradualmente, sem que os consumidores percebam.

Vale lembrar que o sal e outros compostos de sódio também desempenham funções nas propriedades físicas de muitas categorias de alimentos. Uma das funções tecnológicas mais comuns dos sais de sódio em alimentos é na sua textura final, desde cereais matinais e biscoitos a carnes processadas e refeições congeladas. Nos panificados, por exemplo, conferem

maleabilidade às massas, propiciam o melhor crescimento da massa (tanto na fermentação biológica, quanto na química, por mecanismos distintos), facilitam a criação da rede de glúten e auxiliam na textura e até em características da casca (Anvisa, 2012). O sal e outros compostos à base de sódio podem, ainda, ter outras funções tecnológicas, como nos queijos e produtos cárneos, em que influenciam também outras propriedades como a emulsificação, a solubilização de proteínas, o corte e o derretimento (Guinee e Fox, 2004)(Reddy e Marth, 1991).

Isso implica que, enquanto os compostos de sal e particularmente o sódio, podem ser parcial ou totalmente retirados dos produtos quando sua função é puramente sensorial, no caso de possuírem funções de preservação ou de outras propriedades físicas, as alternativas de redução podem envolver a substituição dos compostos por outros que desempenhem essas funções.

Sal/sódio e a saúde

O sódio é um eletrólito presente no fluido intra e extracelular e é essencial para a manutenção da homeostase das células e para a regulação do seu balanço hídrico e eletrolítico (Preuss e Clouatre, 2012). Todavia, o excesso agudo de sódio (hipernatremia) pode ser fatal, e, mesmo em níveis não-tóxicos, mas elevados, o consumo excessivo de sódio está associado ao aumento da pressão arterial e de desfechos cardiovasculares associados, além de desfechos não mediados pela hipertensão arterial (Strazzullo e Leclercq, 2014).

Apesar da quase onipresença atual do sal em alimentos, na evolução humana a introdução do sal na dieta humana é relativamente recente. O homem, desde os seus ancestrais hominídeos, evoluiu por milhões de anos com uma dieta de menos de 0,1g/dia de sódio (0,25g/dia de sal), naturalmente existente dos alimentos (Eaton e Konner, 1985) e somente passou a fazer parte das dietas nos últimos 5.000 a 10.000 anos (He e Macgregor, 2007).

Isso significa, ainda em termos evolutivos, que a programação genética dos humanos está associada à dieta ancestral, de menos de 0,25g/dia de sal, e foi adaptada para a conservação de sódio no organismo, por mecanismos fisiológicos complexos, envolvendo a redução da eliminação pela urina e suor, por exemplo. Em consequência, a mudança para uma dieta rica em sal (atualmente de 9g a 12g/dia) representa um grande desafio aos sistemas fisiológicos humanos tendo em vista a necessidade de eliminar o excesso de sal pelos rins através da urina (Henney, Taylor e Boon, 2010).

Outra evidência disso, veio do estudo multicêntrico global chamado *Intersalt*, realizado em 1989, que avaliou a pressão arterial e os eletrólitos de populações de diferentes regiões do globo e mostrou que populações remotas, que não possuíam sal em suas dietas, como indígenas brasileiros (como os Yanomami e povos do Xingu) e populações rurais do Quênia e Papua Nova Guiné, foram os grupos com menor pressão sistólica e diastólica, menor excreção urinária de sódio e menor prevalência de hipertensão entre todas as populações estudadas no mundo (Carvalho *et al.*, 1989).

Nesse sentido, dietas elevadas em sódio estão associadas ao aumento da pressão arterial e às doenças cardiovasculares consequentes, a doenças renais e ao risco de desmineralização óssea (Wardener, De e MacGregor, 2002). Nesse conjunto de desfechos, a hipertensão é considerada o principal fator de risco para doenças cardiovasculares e estima-se que a pressão arterial sistólica elevada contribua para até 49% das doenças isquêmicas do coração e 62% das doenças cerebrovasculares (Mackay e Mensah, 2004).

De forma resumida, a ingestão elevada de sal e o aumento da pressão arterial estão relacionados à retenção de água, ao aumento na resistência periférica sistêmica, a alterações na função endotelial, a mudanças nas grandes artérias, à modificação da atividade simpática e à modulação neuronal autônoma do sistema cardiovascular (Grillo *et al.*, 2019).

Ademais, há grande quantidade de evidências que demonstram uma associação dose-resposta entre sal e pressão arterial e que a redução de sua ingestão não reduz apenas a pressão arterial, mas também a morbidade e mortalidade por doenças cardiovasculares (Jackson *et al.*, 2018). Vale destacar, ainda, que reduções moderadas e prolongadas da ingestão de sal resultam em diminuição relevante da pressão arterial tanto em indivíduos hipertensos, quanto nos normotensos, independentemente de sexo ou grupo étnico (He, Li e MacGregor, 2013).

É importante notar que a relação dose-resposta entre sal e pressão arterial e a gênese da hipertensão arterial começam na infância, levando a um risco precoce de doenças vasculares (Cutler e Roccella, 2006). Ao mesmo tempo, assim como observado para os adultos, reduções modestas na ingestão de sal em crianças e adolescentes causam imediata redução da pressão arterial e a continuidade da menor ingestão de sódio deve reduzir também o aumento da pressão arterial com a idade (He e MacGregor, 2006).

A hipertensão arterial é o principal fator de risco para doenças cardiovasculares, portanto a redução da pressão arterial mediante a redução do consumo de sódio, diminui o risco cardiovascular. A hipertensão arterial está diretamente ou indiretamente relacionada a danos cardíacos, cerebrais e renais, que, por sua vez, podem resultar em doenças isquêmicas e hipertensivas do coração, insuficiência cardíaca, doenças cerebrovasculares, demência e doença renal crônica (Lewington *et al.*, 2002).

Além disso, acumulam-se evidências de que o consumo excessivo de sal está associado a outros riscos à saúde, como danos vasculares, alterações hormonais (principalmente pelos níveis de aldosterona), respostas inflamatórias e de estresse oxidativo, alterações imunes e da microbiota digestiva. Esses mecanismos podem provocar danos cardíacos, cerebrais e renais, direta e indiretamente (via hipertensão arterial). Outros impactos deletérios do consumo excessivo de sal sobre a saúde, incluem câncer gástrico (via infecção por *Helicobacter pylori*), cálculos renais e osteoporose (via alterações na excreção urinária de cálcio), excesso de peso e obesidade (via possíveis alterações no metabolismo de gordura corporal) (He *et al.*, 2020).

O sal como veículo para a fortificação com iodo

O iodo é um elemento traço essencial para a síntese de hormônios tireoidianos envolvidos no crescimento, desenvolvimento e controle de processos metabólicos no corpo, cuja carência pode causar o bócio, mas também pode resultar em danos cerebrais irreversíveis no feto e nas crianças menores (como o cretinismo), assim como retardo no desenvolvimento psicomotor e perdas na capacidade cognitiva de crianças mesmo em níveis subclínicos.

Considerando a menor disponibilidade de iodo na maioria dos alimentos, particularmente nas regiões mais distantes do litoral, a prevenção de sua deficiência tem como uma de suas principais estratégias a iodação universal do sal. O sal reúne muitas características que o tornam um veículo apropriado para a fortificação com iodo: é consumido por praticamente todas as populações; sua produção é normalmente limitada a poucos fabricantes (facilitando o controle de qualidade); tem uma tecnologia bem estabelecida, barata e facilmente replicável; não afeta o sabor ou cheiro do sal ou dos alimentos; e o iodo permanece também nos alimentos industrializados (WHO, 2014).

A fortificação universal do sal com iodo é recomendada pela OMS e Fundação das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e atualmente mais de 120 países no mundo e avaliações do impacto dessas políticas no mundo mostraram, de modo geral, impacto na nutrição de iodo e na redução do bócio (Aburto *et al.*, 2014).

No Brasil, a iodação do sal vem sendo implementada desde 1955, quando o sal iodado era direcionado a regiões endêmicas, e, em 1995, foi promulgada lei federal que obrigava a iodação de todo o sal para uso humano. Nesse período, a prevalência de bócio no país diminuiu de 20,7%, em 1955, para 1,4%, em 2000 (Medeiros-Neto, 2009) e é possível sugerir que atualmente a prevalência seja próxima de zero, haja vista as melhorias das condições sociais e de saúde na década de 2010. Com o monitoramento, ainda que frágil, do consumo de iodo, a faixa de iodação, inicialmente de 40 a 100 mg de iodo por quilograma de sal, foi reduzida para 20 to 60 mg/kg em 2003 e, mais tarde, em 2013, para 15 a 45mg/kg de sal, baseada nas tendências de consumo de sal na população.

A política de fortificação universal do sal consolidou-se e a oferta de sal iodado é alcançada em populações urbanas e rurais, tanto em pesquisas (Cesar *et al.*, 2020), quanto no monitoramento do produto pela vigilância sanitária (Anvisa, 2014).

Tendo em vista a importância da continuidade da proteção contra as deficiências de iodo por meio da fortificação, junto com a necessidade de redução do consumo de sódio nas populações, um dos grandes desafios conjuntos dessas políticas é que sejam harmonizadas no sentido de garantir que as faixas de fortificação acompanhem as mudanças no consumo de sal, por meio do monitoramento conjunto de sódio e iodo na dieta das populações.

Nesse contexto, o Brasil vinha discutindo o monitoramento conjunto das políticas de redução do sal e de fortificação para garantir a continuidade da proteção contra as deficiências de iodo enquanto se reduz o consumo de sal. Porém, o grande tempo entre as medidas de consumo de sal pela população e a atual fragilização do monitoramento da fortificação pela rede de vigilâncias sanitárias coloca em risco ambas as políticas atualmente.

Estimativas do consumo de sódio e suas fontes dietéticas no Brasil e no mundo

Nas décadas de 1980 e 1990, dois estudos internacionais, utilizando coletas padronizadas de urina 24h em todos os continentes, mostraram que em praticamente todas as regiões do mundo havia consumo de sódio maior do que as necessidades fisiológicas humanas (BROWN *et al.*, 2009). O estudo de Carga Global da Doença (GBD – Global Burden of Disease) estima que o fator dietético que mais contribui para mortes prematuras e anos de vida perdidos por incapacidade e, conseqüentemente, perdas de DALY (anos de vida perdidos ajustados por incapacidade) é o consumo excessivo de sódio (Afshin *et al.*, 2019).

Estima-se que, no Brasil, haja aproximadamente 47 mil mortes anuais atribuíveis ao excesso de sal na dieta, implicando custos diretos com o tratamento de doenças associadas da ordem de US\$192 milhões ao SUS, bem como US\$753 milhões em custos indiretos à economia em função da mortalidade prematura (Nilson *et al.*, 2020)

De modo geral, nos países de maior renda, o sódio nas dietas é predominantemente de alimentos industrializados (em particular, os ultraprocessados) e de alimentos consumidos fora do domicílio. Enquanto isso, em países asiáticos e latino-americanos o sal adicionado no preparo e consumo dos alimentos, incluindo o sal de mesa, molhos e condimentos à base de sal, ainda é a principal fonte de sódio nas dietas (Pan American Health Organization (PAHO), 2013). Ao

mesmo tempo, panificados são uma importante fonte dietética de sódio em praticamente todo o mundo (Elliott e Brown, 2006).

Dessa forma, sua redução configura uma prioridade em saúde pública e deve considerar as diferentes fontes dietéticas, as funções do sal e outros compostos de sódio nos alimentos e comportamentos alimentares da população para garantir sua sustentabilidade e efetividade. Tomando estimativas mais recentes de consumo de sal nas Américas, observa-se que, particularmente nos países latino-americanos, não há garantia de regularidade de inquéritos populacionais.

Por exemplo, no Chile, foi estimado o consumo de 9,8 g/dia de sal (3,9 g/dia de sódio), no Inquérito Nacional de Saúde de 2009-2010, e dados de consumo de sal do inquérito de 2016-2017 ainda não foram publicados (Ministerio de Salud, 2010). Na Argentina, os últimos dados populacionais, de 2011, estimavam consumo médio de perto de 12g de sal ao dia, equivalente a 4,8 g/dia de sódio (Ferrante *et al.*, 2012). Na Costa Rica, estimativas por meio de aquisição de alimentos mostraram que a ingestão de sódio aumentou de 3,9g para 4,6g/dia (de 9,7g a 11,5g de sal) entre 2004-05 e 2012-13, sendo que as principais fontes de dietéticas identificadas foram o sal de mesa (60%), seguido de alimentos industrializados e condimentos (27.4%) (Blanco-Metzler *et al.*, 2017).

Em países da América do Norte, também se observa consumo elevado de sal: 8,7g/dia no México (Colin-Ramirez *et al.*, 2017), 2,7g/dia no Canadá (Health Canada, 2018a) e 3,2g/dia nos Estados Unidos (Brouillard, Kraja e Rich, 2019).

No Canadá, os alimentos industrializados também correspondem a 77% do sal na dieta, destacando panificados, pratos prontos e carnes processadas, que somam mais da metade do sódio, seguidos de queijos, sopas, condimentos, salgadinhos (snacks), molhos, produtos de peixe e frutos do mar e cereais matinais. O consumo excessivo de sal no país é elevado em todos os grupos de idade: 58% dos canadenses de 1 a 4 anos de idade consomem sal em excesso, sendo que esse percentual chega a 93% das crianças de 4 a 8 anos e a 93% dos meninos adolescentes (Health Canada, 2018b).

Nos Estados Unidos, o consumo de sódio aumentou de 7,9g/dia, em 1999- 2000, para 8,2g/dia, em 2015-2016, com mais de 75% do sal vindo de alimentos industrializados e alimentos consumidos fora do domicílio, incluindo panificados, pizza, sanduíches, carnes processadas, sopas e burritos e tacos (HHS/USDA, 2015).

Na população brasileira, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 incluiu a excreção urinária de sódio, que estimou um consumo médio de sal de 9,34 g/dia, equivalentes a 3,74 g/dia de sódio. Os resultados mostraram, ainda, poucas diferenças segundo grupos etários, cor da pele e escolaridade, contudo o consumo foi maior em homens (9,63 g/dia) do que em mulheres (9,08 g/dia) (Mill *et al.*, 2021). Apesar da PNS 2019 não ter incluído a estimativa do sódio urinário, a edição de 2024 voltará a incluir a medida.

Além disso, por meio de metodologias indiretas de estimativa do consumo de sal pela população, baseadas na aquisição domiciliar de alimentos, foi evidenciado que a participação do sal e dos temperos se reduziu em 17% (de 66,6% para 55%), enquanto a porcentagem de sódio dietético dos alimentos processados aumentou 20,3% e dos alimentos ultraprocessados aumentou 47,6% (de 11,3% para 13,6% e 17% para 25,1%, respectivamente) (Nilson *et al.*, 2023).

É muito preocupante, porém, que enquanto apenas 14,2% dos adultos brasileiros reconheciam seu consumo de sal como excessivo (Oliveira *et al.*, 2015), enquanto, na realidade, somente 2,4% da população de fato consome menos de 5g por dia de sal, ou seja, 97,6% consumiam sal em excesso segundo os inquéritos nacionais (Mill *et al.*, 2021).

Políticas e intervenções para a redução o consumo de sal

Por conta da magnitude do problema global representado pelas doenças cardiovasculares entre as DCNTs, além do reconhecimento do custo-efetividade da redução do consumo sal no seu enfrentamento, foi firmado compromisso global para a redução do consumo de sal em 30% até 2025 pelos países membros na Assembleia Mundial da Saúde e no seu Plano de Ação Global para Prevenção de DCNTs 2013-2020 (World Health Organization (WHO), 2013), depois renovado até 2025.

Na sequência, visando apoiar as medidas de prevenção de doenças crônicas associadas ao consumo excessivo de sódio, a OMS revisou o guia para consumo de sódio, reforçando o limite máximo de ingestão de 2 g de sódio (5g de sal) para adultos e estabelecendo que os limites para crianças e adolescentes devem ser menores e ajustados em função do grupo etário (World Health Organization (WHO), 2012). Em nível regional, também se destacam iniciativas como a coordenada pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) desde 2009, por meio da formação de uma Força Tarefa para a Redução do Consumo de Sódio nas Américas (2009-2011) de subseqüentes Grupos Técnico Assessores para a Prevenção de Doenças Cardiovasculares por meio de Políticas e Intervenções de Controle do Sal/Sódio nas Dietas (2012-2015 e 2016-2019) e de um Consórcio Regional para a Redução do Sódio (iniciado em 2013).

Dentre os materiais produzidos por estes grupos, destaca-se a Declaração Política Regional para a Redução do Consumo de Sal/Sódio nas Américas (2011) e a proposição de metas regionais para a redução do conteúdo de sódio em categorias prioritárias a partir dos avanços de países da região na agenda, incluindo o Brasil e a Argentina (Campbell *et al.*, 2015), bem como materiais de apoio para os países no *advocacy*, planejamento e monitoramento das políticas (Pan American Health Organization (PAHO), 2013).

Mais recentemente, a Opas atualizou essas metas regionais (Pan American Health Organization (PAHO), 2021), enquanto a OMS publicou as primeiras metas globais para os teores de sódio em alimentos (World Health Organization, 2021), como formas de apoiar os países em suas políticas, incentivando as maiores reduções possíveis nos teores de sódio.

Na última década, estratégias nacionais de redução do consumo de sal têm sido implementadas em várias regiões do mundo, incluindo desde políticas baseadas em múltiplas estratégias até estratégias individuais como a reformulação voluntária ou mandatária dos alimentos industrializados, a taxação de alimentos não saudáveis, intervenções no âmbito das escolas, aconselhamento nutricional individual, aconselhamento comunitário e mudanças na rotulagem nutricional.

Evidências recentes a partir da avaliação destas políticas sugerem que políticas de escopo populacional e baseadas em um conjunto amplo de estratégias integradas de reformulação de alimentos (particularmente a mandatária), rotulagem nutricional e campanhas de mídia poderiam alcançar maior impacto na redução do consumo populacional de sódio do que intervenções individuais e focalizadas (Hyseni *et al.*, 2017)(Vargas-Meza *et al.*, 2023).

No contexto internacional, as experiências nacionais mais antigas e agenda bem documentada da redução do consumo de sódio são de países europeus, como Finlândia e Inglaterra (He e MacGregor, 2009). No primeiro, a partir de uma experiência piloto regional, adotou-se uma substituição em nível nacional do sal de cozinha e industrial por um sal misto de cloreto de sódio, potássio e magnésio, reforço à rotulagem nutricional do sódio e de produtos ricos em sódio e campanhas educativas, sendo reduzido o consumo de sódio em até 30% a 40% (diminuição de 4g /dia de sal ou 1,6g/dia de sódio) ao longo de três décadas.

No Reino Unido, um plano nacional de pactuação voluntária de metas de redução do conteúdo de sódio em alimentos processados tem sido modelo para muitos países. Avaliações posteriores deste programa, que foi baseado na associação de campanhas de comunicação com a reformulação dos alimentos industrializados, demonstraram, ainda, uma redução nos teores de sódio nos alimentos e resultou na redução de 1,45g por dia na ingestão de sal na população (equivalentes a 0,6g de sódio), entre 2003 e 2011 (Wyness, Butriss e Stanner, 2012).

Entretanto, na continuidade da avaliação da estratégia britânica, observou-se que o declínio anual no consumo diário de sódio diminuiu significativamente de 0,2 g/dia em homens e 0,12 g/dia, no período de 2003 a 2010, para 0,11 g/dia nos homens e 0,07 g/dia ao ano nas mulheres, depois de 2011. Essa mudança coincidiu com a implementação do *Responsability Deal* (RD), política que manteve as metas voluntárias, mas que foi criticado por não contar com mecanismos independentes e robustos para estabelecer as metas, assim como para o monitoramento e aplicação das metas, existentes anteriormente. Assim, estimou-se que as mudanças tenham contribuído para aumentar a ocorrência de 9.900 casos de doenças cardiovasculares que seriam evitados se a política anterior fosse mantida e que a continuidade do RD pode levar a 26.000 casos adicionais de doenças cardiovasculares e 3.800 casos de câncer gástrico até 2025 (Lavery *et al.*, 2018).

Infelizmente, esse retrocesso em políticas antes exitosas continuou no Reino Unido, conforme destacado por Burt e cols em 2022, declarando que o sal é o inimigo esquecido da saúde pública no país ("*Salt: the forgotten foe in UK public health policy*") (Burt *et al.*, 2022).

De modo geral, grande parte das estratégias nacionais adotadas incluem componentes de redução do teor de sódio em alimentos industrializados, em diferentes modelos quanto ao número de produtos, abordagem em relação às indústrias (metas de caráter voluntário ou estabelecidas por medidas regulatórias) e instrumentos de monitoramento (relato pelas indústrias, pesquisas de rotulagem nutricional e análise laboratorial de alimentos). Nesse sentido, tem sido frequente o início das estratégias de redução do sal por meio dos pães, que em grande parte dos países em diferentes regiões do globo, está entre as principais fontes de sódio na dieta. Em revisões sistemáticas sobre o progresso das políticas nacionais de redução do sódio em alimentos industrializados mostrou-se que são mais comuns as abordagens voluntárias enquanto uma minoria estabeleceu limites mandatórios (regulatórios) para o sal nos alimentos (Rosewarne *et al.*, 2022).

Em geral, as abordagens voluntárias possuem maior capacidade de efetivamente aplicar os limites no teor de sódio, mas, por outro lado, são mais difíceis de serem aprovadas e atualizadas com regularidade. No caso das estratégias voluntárias, são mais facilmente implementadas e ajustadas ao longo do tempo, mas dependem do compromisso das indústrias e de um monitoramento forte e regular para alcançar as mudanças desejadas no perfil nutricional dos produtos (Trieu *et al.*, 2015).

Enquanto isso, no Canadá o alcance das metas voluntárias de redução do teor de sódio entre 2011 e 2017 foi baixo (14%) e não houve progressos significativos na redução ou 35 até houve aumento no conteúdo de sódio em 48% das categorias de alimentos pactuadas e somente 30% dos produtos mais salgados do mercado reduziram seu conteúdo para níveis similares aos produtos da mesma categoria (Health Canada, 2020).

No campo das estratégias mandatórias de reformulação dos alimentos industrializados, destacaram-se as experiências da Argentina e da África do Sul. No caso da Argentina, os limites regulatórios máximos para produtos cárneos e farináceos, sopas e molhos foram estabelecidos em 2013, baseados em limites voluntários que foram estabelecidos previamente. Contudo, o país no momento tem que lidar com uma das dificuldades das abordagens regulatórias ou mandatórias, o tempo e a burocracia necessárias para modificar instrumentos legais. Tais mudanças são necessárias para estabelecer novos limites de sódio, mais baixos, tendo em vista que a maioria dos grupos incluídos na regulação já atendem aos máximos estabelecidos, assim como é necessário incluir mais categorias de alimentos na regulação (Allemandi *et al.*, 2015). Em estudo mais recente, baseada em dados de 2018, confirmou-se o alcance das metas regulatórias por mais de 90% dos produtos. Ainda assim, mostrou-se que ainda havia grande variabilidade no conteúdo de sódio dentro das categorias e que somente 50% dos produtos estavam abaixo das metas regionais mais rigorosas estabelecidas pela Opa, evidenciando que maiores reduções são necessárias e que são tecnicamente factíveis (Allemandi *et al.*, 2019).

Ao final de 2018, dando continuidade à política, o Código Alimentar argentino foi modificado, de modo a revisar as metas estabelecidas em 2013 e ampliar as categorias de alimentos na política, assim como agregar outras medidas voltadas a restaurantes e outros estabelecimentos, tais como a retirada dos saleiros das mesas, a disponibilização de opções alternativas sem adição de sal e a disponibilidade de sal reduzido em sódio (Argentina, 2018).

Enquanto isso, na África do Sul, foram estabelecidos limites de conteúdo de sódio por meio de lei federal sem acordos voluntários prévios com as indústrias em 2016. As primeiras avaliações da política já mostram que a maioria das indústrias está rapidamente reformulando seus produtos para atender às metas mandatórias e que, apenas um ano após seu estabelecimento, dois terços das categorias de alimentos já alcançaram as metas e outras muitas se encontram próximas de suas metas (Peters *et al.*, 2017).

Com isso, tornam-se fundamentais medidas paralelas como o aprimoramento da rotulagem nutricional dos produtos, como mediante a declaração obrigatória da quantidade de sódio, bem como da adoção de informações nutricionais complementares que apoiem os consumidores na escolha de produtos, que repercutem diretamente em foros regionais e globais de regulação de alimentos, tais como o *Codex Alimentarius* e mercados comuns.

No âmbito dos Comitês de Rotulagem de Alimentos e de Nutrição e Alimentos para Fins Especiais do *Codex Alimentarius* (respectivamente, CCFL e CCNFSDU), coordenados conjuntamente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), esta agenda foi abordada na discussão dos valores de referência de nutrientes para prevenção de doenças crônicas não-transmissíveis (NRV-NCD), que reiteram o limite diário de ingestão de 2g de sódio e discutiram valores de referência para o potássio para uso da declaração nutricional, além de padrões globais para a rotulagem nutricional frontal de alimentos (FAO/WHO, 2020).

Ao mesmo, são reforçadas as demandas por critérios globais de quantidade de sódio em produtos de indústrias transnacionais, cujos produtos são fabricados em diferentes regiões do

mundo e comercializados entre fronteiras, mas que ainda assim apresentam frequentemente diferente composição nutricional.

Outra discussão importante debate que permeia este tema é a relação entre as iniciativas de reformulação, fortificação e funcionalização dos alimentos e as estratégias de marketing das indústrias de alimentos, como maneiras de ganhar novos mercados e valer-se de argumentos nutricionais para legitimar sua presença no mercado. Nesse sentido, há um risco inerente às políticas de reformulação de legitimar o atual nível de consumo de produtos ultraprocessados e de estimular seu consumo em mercados emergentes, bem como há preocupação crescente com os riscos associados ao uso de aditivos para substituir o sódio, as gorduras e açúcar (Scrinis e Monteiro, 2018).

Trajetória das políticas para redução do consumo de sal no Brasil

O plano brasileiro para a redução do consumo de sódio foi desenvolvido a partir de contribuições de atores dos setores público e privado e da sociedade civil e representações de profissionais de saúde, com base em eixos prioritários de ação para a formulação, monitoramento e avaliação abordando: o aumento da oferta de alimentos saudáveis (básicos e ou minimamente processados), reformulação de alimentos processados, comunicação, educação e sensibilização da população, profissionais de saúde e manipuladores de alimentos e orientações sobre o uso da rotulagem nutricional dos alimentos industrializados (Nilson, Jaime e Resende, 2013).

No campo das ações educativas e de comunicação, trabalhadas principalmente com base no Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014) e o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos (Ministério da Saúde, 2019), em ambientes estratégicos e por meio de campanhas principalmente em mídias sociais.

O alcance destas estratégias de comunicação tem sido menor do que o necessário, pois tentativas de parcerias com supermercados foram descontinuadas ainda na fase de pilotos e sem passar para a escala nacional, além das campanhas publicitárias e mensagens em mídias sociais serem limitadas no tempo e sofrendo de descontinuidade.

No campo da rotulagem nutricional, a declaração obrigatória do sódio nos produtos embalados foi iniciada em 2003, porém avanços adicionais na legislação sobre rotulagem nutricional no sentido de facilitar a compreensão pelos consumidores, tais como a revisão das porções declaradas e a rotulagem frontal de alimentos com declaração do excesso de sódio, açúcares adicionados e gorduras saturadas nos alimentos só vieram em 2020, mas com a implementação efetiva da medida adiada até 2022 (Anvisa, 2020). Porém, a efetividade da rotulagem frontal foi reduzida pela adoção de um modelo de perfil nutricional (limites para os nutrientes) que é menos rigoroso do que o adotado em outros países da América Latina e recomendado pela Opas, ou seja, nem todos os produtos que deveriam receber o selo de “alto em sódio” trarão de fato esse alerta.

Mesmo não constituindo a principal fonte de sal na dieta da população brasileira, a necessidade de redução do sódio em alimentos industrializados no Brasil é também apoiada por dados recentes sobre o perfil nutricional destes produtos no país, que evidenciam elevado teor de sódio em grande parte deste grupo (Louzada *et al.*, 2015), assim como em produtos direcionados para crianças (Rodrigues *et al.*, 2016).

A seleção de categorias prioritárias para a negociação e estabelecimento de metas de redução baseou-se em microdados de pesquisas populacionais de aquisição e consumo de alimentos e tabelas de composição de alimentos, avaliando os alimentos segundo sua contribuição para a ingestão de sódio pela população (consumo total do produto e teor médio de sódio), bem como alimentos direta ou indiretamente voltados a públicos vulneráveis como adolescentes e crianças (Nilson, Jaime e Resende, 2013). Assim, a partir de 2011, foram selecionadas as seguintes categorias de alimentos, para as quais foram estabelecidas metas de redução: pão de forma, bisnaguinhas, massas instantâneas, bolos e misturas para 38 bolos, biscoitos (salgados, doces e recheados), batatas fritas, salgadinhos de milho, pão francês, cereais matinais, margarina, caldos e temperos, laticínios (queijo mussarela e requeijão), produtos cárneos (salsicha, presunto, hambúrguer, empanados, linguiça, salame, mortadela) e sopas.

Entre 2014 e 2018, foram realizadas três rodadas de monitoramento oficial da redução do teor de sódio nesses produtos, compreendendo todas as categorias prioritárias, demonstram o cumprimento das metas de redução pela maioria dos produtos de cada categoria e reduções médias no teor médio de sódio de 5% a 20% entre 2011 e 2013 (Nilson *et al.*, 2017).

Especificamente no contexto das políticas brasileiras de redução do consumo de sal na população, demonstrou-se que o impacto das atuais metas voluntárias é limitado em relação à necessidade de redução do consumo de sódio na população, portanto precisa ser ampliado mediante ações para a diminuição ainda maior no teor de sódio de alimentos processados e ultraprocessados e complementado por outras estratégias que contemplem outras fontes dietéticas de sal.

Estudos recentes para o Brasil mostraram que a aplicação das metas voluntárias brasileiras de sódio para alimentos embalados entre 2013 e 2032 poderia prevenir ou adiar aproximadamente 110.000 casos de doenças cardiovasculares, além de prevenir ou adiar aproximadamente 2.600 mortes por doenças cardiovasculares. Em termos econômicos, isso poderia gerar uma economia líquida de aproximadamente US\$ 220 milhões em custos médicos para o Sistema Único de Saúde brasileiro para o tratamento de doenças coronarianas e acidentes vasculares cerebrais, e economizar aproximadamente US\$ 71 milhões em custos informais com saúde das famílias (Nilson *et al.*, 2021).

Esses resultados são similares aos de avaliação das metas de redução de sódio nos Estados Unidos, propostas pela agência regulatória (*FDA -US Food and Drug Administration*), que reforçam a importância do compromisso continuado do setor produtivo para o alcance de maiores impactos na redução de adoecimentos, mortes e custos relacionados às doenças cardiovasculares (Pearson-Stuttard *et al.*, 2018) e até permitiram avaliar o impacto na saúde dos próprios trabalhadores do setor produtivo (Collins *et al.*, 2019).

Contudo, esses impactos são bem menores do que os que seriam obtidos com a adoção de metas mandatórias para os teores de sódio no Brasil, além de outras políticas complementares. Nesse sentido, novo estudo mostrou que, entre 2019 e 2038, a adoção de metas regulatórias poderia prevenir ou adiar aproximadamente 850.000 casos e cerca de 15.000 mortes por doenças cardiovasculares (três vezes mais do que as metas voluntárias no mesmo período). Além disso, a rotulagem nutricional frontal para o excesso de sódio nos produtos poderia prevenir ou adiar aproximadamente 400.000 casos e 7.000 mortes por doenças cardiovasculares e a substituição de 10% do sal de cozinha regular por sal de potássio poderia prevenir ou adiar aproximadamente 780.000 casos e 55.000 mortes por doenças cardiovasculares. A economia total relacionada ao tratamento de doenças cardiovasculares

poderia alcançar respectivamente Int\$ 1,1 bilhão, Int\$ 1,7 bilhão e Int\$ 2,4 bilhões para a rotulagem nutricional frontal, para o sal de cozinha com 10% de potássio e para as metas regulatórias (Nilson *et al.*, 2022).

Adicionalmente, existem limitações e críticas em relação ao processo de pactuação de metas e seu monitoramento, tais como a necessidade de ampliar o alcance das metas de redução para todo o mercado de alimentos (incluindo abordagens regulatórias para estabelecer e fiscalizar os limites de sódio), a capacidade analítica insuficiente do sistema de monitoramento laboratorial oficial, definição de metas que representem mais precisamente o mercado (metas de redução do teor médio das categorias e metas ponderadas em função da participação no mercado dos produtos), a demanda por espaços para a participação de organizações da sociedade civil no processo de negociação e monitoramento e a necessidade de expandir e fortalecer instrumentos e pesquisas de avaliação das políticas em nível populacional (incluindo seus impactos sobre a morbimortalidade e gastos em saúde), entre outros (Nilson, 2015).

Mesmo diante dessas reconhecidas limitações, a pauta da redução do consumo de sal esteve presente constantemente na agenda do Ministério da Saúde ao longo dos anos, inclusive na sua agenda internacional, tanto na participação na Câmara Intergovernamental de Segurança Alimentar e Nutricional (Cisan) do Mercosul quanto na coordenação Rede de Ação da Década de Nutrição sobre a redução do consumo de sódio em países. Isso colocou o país em posição de liderança regional na agenda que, porém, está se perdendo.

Primeiramente, a repactuação das metas de sódio foi interrompida para a pactuação das primeiras metas de redução do açúcar nos alimentos e bebidas entre 2016 e 2018, e a tentativa de retomada desse processo foi interrompida com a pandemia de Covid-19. Ainda assim, houve uma retomada das conversações com as indústrias em 2021 e 2022, também se orientando pelas metas globais da OMS e as metas regionais atualizadas da Opas e prevendo maiores avanços nos produtos que já vinham sendo pactuados e a inclusão de novas categorias. Contudo, esse processo mostrou muitas dificuldades de avanços na incorporação dessas novas referências e no estabelecimento de prazos mais curtos de implementação com vistas a buscar maiores impactos sobre a saúde pública.

Durante esse período de dificuldades na agenda, um ponto positivo foi que o Ministério da Saúde usou as evidências nacionais existentes para publicar um *policy brief* sobre a redução do consumo de sal, em que defende, entre outras mudanças, que as metas nacionais deveriam mudar para um modelo mandatório ou regulatório (Ministry of Health of Brazil, 2022). Contudo, a pauta não avançou junto à direção do Ministério naquele momento.

Depois, com a mudança de gestão em 2023, apesar da expectativa de retomada de agendas antes fragilizadas ou interrompidas, a condução da política de redução do consumo de sal ficou indefinida, mantendo inativas, ao menos temporariamente, as discussões sobre os limites de sódio nos alimentos (que datam de 2016) e os próprios trabalhos da Rede de Ação regional sobre a redução do consumo de sal.

Mais recentemente, já em 2024, houve uma grande oportunidade de avançar nessa agenda por meio de políticas fiscais, no contexto da discussão da reforma tributária, em que pesquisadores, sociedade civil e áreas técnicas do Ministério da Saúde defendiam a adoção do imposto seletivo para toda a categoria dos produtos ultraprocessados (lembrando que ultraprocessados têm frequentemente alto conteúdo de sódio, gorduras e açúcar). Entretanto, a proposta final apresentada pelo Ministério da Fazenda ao Congresso Nacional limitou o imposto seletivo às bebidas açucaradas, ainda que grande parte dos ultraprocessados ainda

estariam na alíquota mais elevada do imposto e que tenha mantido uma cesta básica de alimentos alinhada com o Guia Alimentar para a População Brasileira. Além da proposta mais limitada do que a originalmente defendida pela saúde, é possível que mais mudanças no texto durante a tramitação no legislativo diminuam ainda mais o alcance e a efetividade dessa reforma sobre a saúde com o intenso lobby das indústrias de alimentos.

Conclusões

A redução do consumo de sal pelas populações deveria ser uma prioridade de todos os governos nacionais, incluindo o Brasil, e só pode ser alcançada por meio de múltiplas estratégias complementares, que estão entre as medidas mais custo-efetivas para a prevenção e controle das DCNTs. Com base nas evidências científicas e nas experiências nacionais já existentes, é fundamental que caminhem juntas as metas de redução do sódio em alimentos (preferencialmente mandatórias), o aprimoramento da rotulagem nutricional frontal, a possível substituição parcial do sal de cozinha, as medidas fiscais que favoreçam escolhas alimentares saudáveis e desincentivem as não-saudáveis, a regulação de ambientes e da publicidade e a realização de ações de informação, educação e comunicação para a população.

Nesse sentido, o tema da Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal de 2024 traz um importante alerta para governos, considerando seus compromissos assumidos, mas também para os organismos internacionais e para a sociedade civil, considerando, respectivamente, o apoio aos governos e o *advocacy* pela agenda.

Em alguns países, como o próprio Brasil, a descontinuidade de algumas ações e a fragilização de outras nessa agenda impacta a carga epidemiológica e econômica desse fator de risco, além de distanciar esses país de seus compromissos globais e mesmo de suas metas nacionais em relação às DCNTs. Estamos em um ponto em que, assim como detectado no Reino Unido, o consumo excessivo de sal também parece um inimigo esquecido o Brasil. Os compromissos precisam ser renovados e fortalecidos, acelerando o progresso mediante a efetiva priorização dessa agenda prioritária.

É fundamental, nesse sentido, implementar políticas para reduzir o consumo de produtos ultraprocessados e aumentar o consumo de alimentos in natura e minimamente processados, mas não se pode perder de vista que o excesso de sódio presente nos ultraprocessados precisa ser reduzido como uma estratégia de redução de danos.

No contexto do lema da Agenda 2030, “não deixar ninguém para trás” também se aplica aos compromissos em relação ao consumo excessivo de sal, visto que grande parte das pessoas não tem noção do quanto sal consomem e que parte significativa do sal nas dietas está nos alimentos prontos para consumo (processados e ultraprocessados), reforçando a responsabilidade dos governos em relação ao tema diante dessa vulnerabilidade das populações. Além disso, as mudanças requeridas para essa pauta são alinhadas às que são defendidas para a promoção da alimentação saudável e transformação dos sistemas alimentares, trabalhando a questão específica do sal/sódio com os padrões alimentares e usando suas especificidades para garantir maior impacto sobre a saúde pública global.

Referências

ABURTO, N. J. *et al.* **Effect of salt iodization to prevent iodine deficiency disorders: a systematic review with meta-analyses.** WHO eLibrary of Evidence for Nutrition Actions (eLENA). [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/148175/9789241508285_eng.pdf?ua=1>.

AFSHIN, A. *et al.* Health effects of dietary risks in 195 countries, 1990–2017: a systematic analysis for the

Global Burden of Disease Study 2017. **The Lancet**, v. 393, n. 19, p. 1958–1972, 2019.

ALLEMANDI, L. *et al.* Sodium content in processed foods in Argentina : compliance with the national law. **Cardiovasc Diagn Ther**, v. 5, n. 3, p. 197–206, 2015.

____. Monitoring sodium content in processed foods in Argentina 2017–2018: Compliance with national legislation and regional targets. **Nutrients**, v. 11, n. 7, p. E1474, 2019.

ANVISA. **Guia de boas práticas nutricionais para pão francês** Agência Nacional de Vigilância Sanitária, , 2012. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/389979/Guia+de+Boas+Práticas+Nutricionais+para+Pão+Francês/a389f51c-7e4c-4496-a1dd-33de55a48ae1>>

____. **Relatório Ano: 2014 Resultado do monitoramento do teor de iodo no sal para consumo humano.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/395584/Relatorio%2BPro%2Blodo%2B2014.pdf/9fcd63e-a164-41f7-a32b-156399f30f1c>>.

____. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 429, de 8 de outubro de 2020 - Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados.** Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3882585/RDC_429_2020_.pdf/9dc15f3a-db4c-4d3f-90d8-ef4b80537380>.

ARGENTINA. **Resolución Conjunta SRyGS y SAyB Nº 1/2018 rectificada por Resolución Conjunta SRyGS y SAyB Nº 24/2019** Buenos Aires, Argentina Secretaría de Regulación y Gestión Sanitaria y Secretaría de Alimentos y Bioeconomía, , 2018. Disponível em: <<https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/192839/20180925>>

BLANCO-METZLER, A. *et al.* Baseline and estimated trends of sodium availability and food sources in the Costa Rican population during 2004–2005 and 2012–2013. **Nutrients**, v. 9, n. 1020, p. E1020, 2017.

BLOCH, M. R. The social influence of salt. **Scientific American**, v. 209, n. 1, p. 88–99, 1963.

BROCKMAN, C. Impact of reduced salt products in the market place. *In*: BEEREN, C.; GROVES, K.; TITORIA, P. M. (Eds.). **Reducing salt in foods**. 2nd Editio ed. [s.l.] Elsevier Ltd, 2019. p. 100–105.

BROUILLARD, A. M.; KRAJA, A. T.; RICH, M. W. Trends in Dietary Sodium Intake in the United States and the Impact of USDA Guidelines: NHANES 1999-2016. **American Journal of Medicine**, v. 132, n. 10, p. 1199–1206, 2019.

BURT, H. E. *et al.* Salt: the forgotten foe in UK public health policy. **BMJ**, v. 377, p. e070686, 21 jun. 2022.

CAMPBELL, N. *et al.* Inaugural Maximum Values for Sodium in Processed Food Products in the Americas. **Journal of Clinical Hypertension**, v. 17, n. 8, p. 611–613, 2015.

CARVALHO, J. J. M. *et al.* Blood pressure in four remote populations in the INTERSALT study. **Hypertension**, v. 14, n. 3, p. 238–246, 1989.

CESAR, J. A. *et al.* Iodine Status of Brazilian School-Age Children: A National Cross-Sectional Survey. **Nutrients**, v. 12, n. 4, p. E1077, 2020.

COLIN-RAMIREZ, E. *et al.* Food sources of sodium intake in an adult mexican population: A sub-analysis of the SALMEX study. **Nutrients**, v. 9, n. 8, p. 810, 2017.

COLLINS, B. *et al.* FDA Sodium Reduction Targets and the Food Industry: Are There Incentives to Reformulate? Microsimulation Cost-Effectiveness Analysis. **The Milbank Quarterly**, v. 97, n. 3, p. 858–880, 2019.

CUBERO-CASTILLO, E. *et al.* Salt reduction without consumer awareness using a sensory threshold approach: a case study in meat products. **CyTA - Journal of Food**, v. 17, n. 1, p. 763–769, 2019.

CUTLER, J. A.; ROCCELLA, E. J. Salt reduction for preventing hypertension and cardiovascular disease: A population approach should include children. **Hypertension**, v. 48, n. 5, p. 818–9, 2006.

DAVIDSON, P. M.; TAYLOR, M. M. Chemical preservatives and natural antimicrobial compounds. *In*: DOYLE, M. P.; BEUCHAT, L. R. (Eds.). **Food Microbiology - Fundamentals and Frontiers**. 3rd Editio ed. [s.l.] ASM Press, 2007. p. 713–746.

- EATON, S. B.; KONNER, M. Paleolithic Nutrition - A Consideration of Its Nature and Current Implications. **New England Journal of Medicine**, v. 312, n. 5, p. 283–289, 1985.
- ELLIOTT, P.; BROWN, I. J. **Sodium Intakes around the World - Background document prepared for the Forum and Technical meeting on Reducing Salt Intake in Populations (Paris 5-7th October 2006)**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.who.int/dietphysicalactivity/Elliott-brown-2007.pdf>>.
- FAO/WHO. **Codex Alimentarius Committee on Nutrition and Foods for Special Dietary Uses (CCNFSDU)**. Disponível em: <<http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/committees/committee/en/?committee=CCNFSDU>>.
- FERRANTE, D. J. K. *et al.* Relación costo-utilidad de la disminución del consumo de sal y su efecto en la incidencia de enfermedades cardiovasculares en Argentina. **Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health**, v. 32, p. 274–80, 2012.
- GRILLO, A. *et al.* Sodium Intake and Hypertension. **Nutrients**, v. 11, n. 9, p. 1–16, 2019.
- GUINEE, T.; FOX, P. Cheese: chemistry, physics and microbiology. In: FOX, P. *et al.* (Eds.). . **Cheese: chemistry, physics and microbiology**. 3rd. ed. [s.l.] Elsevier Academic Press, 2004. p. 207–259.
- HE, F. J. *et al.* Salt Reduction to Prevent Hypertension and Cardiovascular Disease: JACC State-of-the-Art Review. **Journal of the American College of Cardiology**, v. 75, n. 6, p. 632–647, 2020.
- HE, F. J.; LI, J.; MACGREGOR, G. A. Effect of longer term modest salt reduction on blood pressure: Cochrane systematic review and meta-analysis of randomised trials. **BMJ (Online)**, v. 346, p. f1325, 2013.
- HE, F. J.; MACGREGOR, G. A. Importance of salt in determining blood pressure in children: Meta-analysis of controlled trials. **Hypertension**, v. 48, n. 5, p. 861–869, 2006.
- HE, F. J.; MACGREGOR, G. A. Dietary salt, high blood pressure and other harmful effects on health. In: KILCAST, D.; ANGUS, F. (Eds.). . **Reducing salt in foods: Practical strategies**. [s.l.] Woodhead Publishing Limited, 2007. p. 18–54.
- HE, F. J.; MACGREGOR, G. A. A comprehensive review on salt and health and current experience of worldwide salt reduction programmes. **Journal of human hypertension**, v. 23, n. 6, p. 363–84, 2009.
- HEALTH CANADA. **Sodium Intake of Canadians in 2017**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/health-canada/services/publications/food-nutrition/sodium-intake-canadians-2017.html#a9>>.
- _____. **Sodium Reduction in Processed Foods in Canada: An Evaluation of Progress toward Voluntary Targets from 2012 to 2016**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/health-canada/services/food-nutrition/legislation-guidelines/guidance-documents/guidance-food-industry-reducing-sodium-processed-foods-progress-report-2017.html>>.
- _____. **Voluntary sodium reduction targets for processed foods 2020-2025**. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/health-canada/services/food-nutrition/healthy-eating/sodium/sodium-reduced-targets-2020-2025.html>>.
- HENNEY, J. E.; TAYLOR, C. L.; BOON, C. S. **Strategies to reduce sodium intake in the United States**. [s.l.] National Academy of Sciences, 2010.
- HHS/USDA. **2015–2020 Dietary Guidelines for Americans**. 8th. ed. [s.l.] U.S. Department of Health and Human Services and U.S. Department of Agriculture, 2015.
- HYSENI, L. *et al.* Systematic review of dietary salt reduction policies: Evidence for an effectiveness hierarchy? **PLoS ONE**, v. 12, n. 5, p. e0177535, 2017.
- IGNÁCIO, A. K. F. *et al.* Efeito da substituição de cloreto de sódio por cloreto de potássio em pão francês. **Brazilian Journal of Food Technology**, v. 16, n. 1, p. 1–11, 2013.
- JACKSON, S. L. *et al.* Association between urinary sodium and potassium excretion and blood pressure among adults in the United States national health and nutrition examination survey, 2014. **Circulation**, v. 137, n. 3, p. 237–246, 2018.
- KURLANSKY, M. **Salt: a world history**. [s.l.: s.n.].
- LAVERTY, A. A. *et al.* Quantifying the impact of the Public Health Responsibility Deal on salt intake,

cardiovascular disease and gastric cancer burdens: interrupted time series and microsimulation study. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 73, n. 9, p. 881–887, 2018.

LEWINGTON, S. *et al.* Age-specific relevance of blood pressure to vascular disease in one million people in 61 cohort studies. Prospective Studies Collaboration. **Lancet**, v. 60, n. 9349, p. 1903–13, 2002.

LIEM, D. G. Infants' and children's salt taste perception and liking: A review. **Nutrients**, v. 9, n. 9, p. E1011, 2017.

LOUZADA, M. L. DA C. *et al.* Ultra-processed foods and the nutritional dietary profile in Brazil. **Revista de Saude Publica**, v. 49, p. 38, 2015.

MACKAY, J.; MENSAH, G. **The Atlas of of Heart Disease and Stroke**. Geneva: World Health Organization (WHO), 2004.

MEDEIROS-NETO, G. Iodine nutrition in Brazil: where do we stand? **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, v. 53, n. 4, p. 470–474, 2009.

MILL, J. G. *et al.* Fatores associados ao consumo de sal na população adulta brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 555–567, 12 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília: [s.n.].

_____. **Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos**. Brasília, Brasil: [s.n.].

MINISTERIO DE SALUD. **Encuesta Nacional de Salud - ENS Chile 2009-2010**. Santiago, Chile: [s.n.]. Disponível em: <http://www.minsal.cl/portal/docs/page/minsalcl/g_home/submenu_portada_2011/ens2010.pdf>.

MINISTRY OF HEALTH OF BRAZIL. **Policy brief: Sodium reduction in processed and ultra-processed foods in Brazil**. Brasilia/DF: [s.n.].

NILSON, E. A. F. The strides to reduce salt intake in Brazil: have we done enough? **Cardiovascular diagnosis and therapy**, v. 5, n. 3, p. 243–247, 2015.

NILSON, E. A. F. *et al.* Sodium reduction in processed foods in Brazil: Analysis of food categories and voluntary targets from 2011 to 2017. **Nutrients**, v. 9, n. 7, p. E742, 2017.

NILSON, E. A. F. *et al.* Modelling the effect of compliance with WHO salt recommendations on cardiovascular disease mortality and costs in Brazil. **PLoS ONE**, v. 15, n. 7, p. e0235514, 2020.

_____. Estimating the health and economic effects of the voluntary sodium reduction targets in Brazil: microsimulation analysis. **BMC Medicine**, v. 19, n. 1, p. 1–10, 2021.

_____. Quantifying the health and economic benefits of different salt reduction strategies in Brazil: a microsimulation analysis. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. Unpublishe, n. Suppl 1, p. A19–A20, 1 ago. 2022.

NILSON, E. A. F. *et al.* Trends in sodium intake and dietary sources in the Brazilian population from 2002-2003 to 2017-2018. **Cadernos de Saúde Pública**, p. Unpublished, 2023.

NILSON, E. A. F.; JAIME, P. C.; RESENDE, D. DE O. Iniciativas desenvolvidas no Brasil para a redução do teor de sódio em alimentos processados. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 32, n. 4, p. 287–92, 2013.

OLIVEIRA, M. M. DE *et al.* Consumo elevado de sal autorreferido em adultos: dados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 249–256, 2015.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). **Salt-Smart Americas: A Guide for Country-Level Action**. [s.l.] PAHO - Pan American Health Organization, 2013.

_____. **Updated PAHO Regional Sodium Reduction Targets**. Washington, DC: [s.n.].

PEARSON-STUTTARD, J. *et al.* Estimating the health and economic effects of the proposed US Food and Drug Administration voluntary sodium reformulation: Microsimulation cost-effectiveness analysis. **PLoS Medicine**, v. 15, n. 4, p. e1002551, abr. 2018.

PETERS, S. A. E. *et al.* The sodium content of processed foods in South Africa during the introduction of mandatory sodium limits. **Nutrients**, v. 9, n. 4, p. E404, 2017.

PREUSS, H. G.; CLOUATRE, D. L. Sodium, chloride, and potassium. *In*: ERDMAN, J. W.; MACDONALD, I. A.;

- ZEISEL, S. H. (Eds.). . **Present Knowledge in Nutrition: Tenth Edition**. [s.l: s.n.]. p. 475–492.
- REDDY, K. A.; MARTH, E. H. Reducing the Sodium Content of Foods: A Review. **Journal of Food Protection**, v. 54, n. 2, p. 138–150, 1991.
- RODRIGUES, V. M. *et al.* Comparison of the nutritional content of products, with and without nutrient claims, targeted at children in Brazil. **British Journal of Nutrition**, v. 115, n. 11, p. 2047–56, 2016.
- ROSEWARNE, E. *et al.* A Global Review of National Strategies to Reduce Sodium Levels in Packaged Foods. **Advances in nutrition (Bethesda, Md.)**, 29 abr. 2022.
- SCRINIS, G.; MONTEIRO, C. A. Ultra-processed foods and the limits of product reformulation. **Public Health Nutrition**, v. 21, n. 1, p. 247–252, 2018.
- STEIN, L. J.; COWART, B. J.; BEAUCHAMP, G. K. The development of salty taste acceptance is related to dietary experience in human infants: A prospective study. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 95, n. 1, p. 123–9, 2012.
- STRAZZULLO, P.; LECLERCQ, C. Sodium. **Advances in Nutrition**, v. 5, n. 2, p. 188–190, 2014.
- TRIEU, K. *et al.* Salt reduction initiatives around the world-A systematic review of progress towards the global target. **PLoS ONE**, v. 10, n. 7, p. e0130247, 2015.
- VARGAS-MEZA, J. *et al.* Effective and Scalable Interventions to Reduce Sodium Intake: a Systematic Review and Meta-Analysis. **Current Nutrition Reports 2023**, v. 1, p. 1–9, 24 maio 2023.
- WARDENER, H. E. DE; MACGREGOR, G. A. Harmful effects of dietary salt in addition to hypertension. **Journal of Human Hypertension**, v. 16, n. 4, p. 213–223, 2002.
- WHO. **GUIDELINE: Fortification of food-grade salt with iodine for the prevention and control of iodine deficiency disorders**. [s.l: s.n.].
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Guideline: Sodium intake for adults and children**. [s.l: s.n.].
- ____. **Global action plan for the prevention and control of noncommunicable diseases 2013-2020**. Geneva, Switzerland: World Health Organization (WHO), 2013.
- ____. ‘Best Buys’ and Other Recommended Interventions for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases. n. 2017, 2017.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION, (WHO). **WHO global sodium food for different benchmarks categories**. Geneva: [s.n.].
- WYNESS, L. A.; BUTRISS, J. L.; STANNER, S. A. Reducing the population’s sodium intake: The UK Food Standards Agency’s salt reduction programme. **Public Health Nutrition**, v. 15, n. 2, p. 254–261, 2012.

Um olhar sobre o *Novo Ensino Médio* pela Unesco-Brasil

Fabiane Gaspar

Gisele Sanglard

Heliton Barros

Vitor Rodrigues

Resumo: Este informe pretende contribuir para as discussões do objetivo estratégico n. 4 (Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) da agenda 20-30 da Unesco. Neste informe estamos nos concentrando em uma ação do escritório brasileiro da agência internacional, que fez uma pesquisa com docentes, discentes e gestores a fim de entender qual é a percepção dos estudantes, docentes e gestores escolares a respeito do primeiro ano de implementação do Novo Ensino Médio, que entrou em vigor em novembro de 2022, procurando perceber em que medida esta reforma do ensino médio contribui para o alcance das metas deste objetivo estratégico.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, Unesco-Brasil, avaliação

O Novo Ensino Médio (NEM) entrou em vigor em 2022 com os alunos do primeiro ano do ensino médio, visando ofertar aos estudantes disciplinas que possam contribuir para a escolha do seu caminho profissional, além das disciplinas presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Alvo de muitas discussões sobre seu impacto na formação dos jovens, a UNESCO-Brasil, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), realizou a [Pesquisa Novo Ensino Médio](#) a fim de entender qual é a percepção dos estudantes, docentes e gestores escolares a respeito do primeiro ano de implementação.

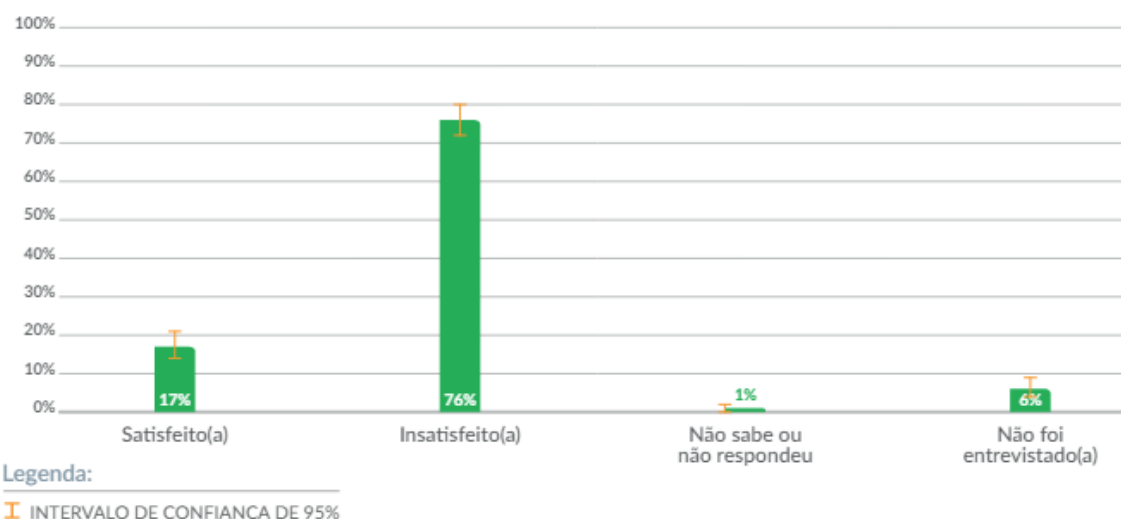
O NEM busca capacitar os alunos para a vida adulta integrando o ensino médio com a vida profissional, passou por várias alterações desde sua aprovação inicial em 2017, respondendo a protestos de estudantes e educadores. As mudanças mais significativas incluem a reintegração de disciplinas como arte, educação física e filosofia ao currículo obrigatório. A carga horária aumentou de 1.800 anuais para 2.400 horas anuais, para cursos técnicos, 2.100 horas para disciplinas básicas e, no mínimo, 800 horas para disciplinas técnicas.

A pesquisa foi realizada nas cinco regiões do país, nas 27 Unidades Federativas, nas capitais e em 105 municípios, sendo quatro em cada estado e um no Distrito Federal, tendo como amostra 388 escolas e gestores (as), 765 docentes e 1.181 estudantes. 76% daqueles que participaram da pesquisa declararam insatisfação com as mudanças do NEM. A maioria dos insatisfeitos é de docentes, 41% dos entrevistados consideram suficientes seus conhecimentos sobre o Novo Ensino Médio. Entre as regiões brasileiras, temos na Região Centro-Oeste 85% de docentes respondentes insatisfeitos; na Região Norte, 84%; na Região Nordeste, 81%; na Região Sudeste, 74%; e na Região Sul, 69%.

A implementação do Novo Ensino Médio (NEM) trouxe diversas mudanças nas práticas pedagógicas dos docentes. Embora alguns professores utilizem materiais elaborados pelo governo, 85% preferem produzir seu próprio material. As principais alterações incluem a adoção

do ensino híbrido (32%), uso de equipamentos eletrônicos (68%), recursos audiovisuais (75%) e gamificação (33%). No entanto, desafios persistem, como a fragmentação curricular e a necessidade de integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura. A maioria dos docentes expressou insatisfação com o NEM, destacando baixo grau de concordância em aspectos como a qualidade do ensino.

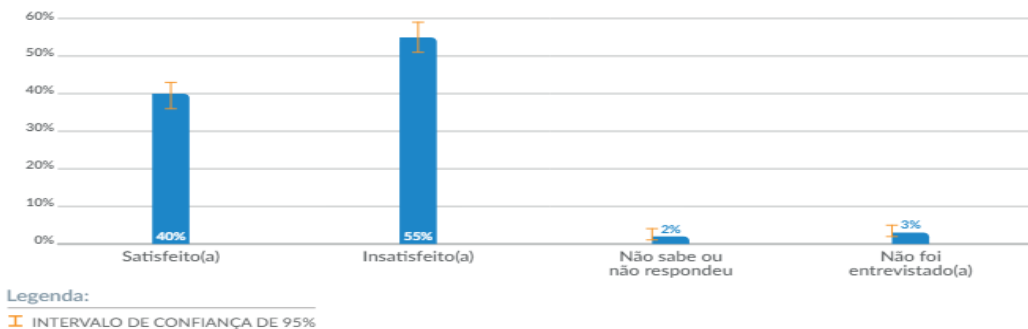
Gráfico 1: Grau de satisfação de docentes com as mudanças decorrentes do Novo Ensino Médio



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a implementação da reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415 de 2017. Percepção de gestores, docentes e estudantes de escolas públicas estaduais no Brasil.

Uma das perspectivas do Novo Ensino Médio (NEM) é tornar o estudante mais protagonista de sua jornada estudantil, tornando-o protagonista do seu processo de aprendizagem, no primeiro ano de implementação do NEM a maioria dos estudantes demonstrou insatisfação, com 55% relatando descontentamento, especialmente na Região Centro-Oeste, onde a insatisfação atinge 65%. Embora 50% dos alunos reconheçam que o NEM contribui para o fortalecimento do protagonismo juvenil, 46% discordam dessa afirmação. Em contrapartida, a maioria dos estudantes valoriza aspectos específicos da reforma, como a possibilidade de escolher disciplinas eletivas (84%) e a integração com a formação técnica e profissional (85%). No entanto, 63% consideram negativo o aumento da carga horária. A comunicação inadequada também é um problema, com 55% dos estudantes afirmando que foram mal informados sobre o NEM, evidenciando a necessidade de um melhor diálogo dentro das escolas.

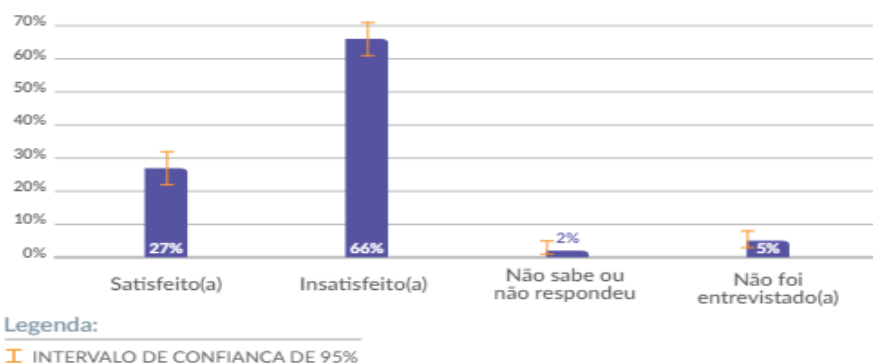
Gráfico 2: Grau de satisfação de estudantes com as mudanças decorrentes do Novo Ensino Médio



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a implementação da reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415 de 2017. Percepção de gestores, docentes e estudantes de escolas públicas estaduais no Brasil.

Os gestores desempenham um papel crucial na implementação eficaz das mudanças curriculares. Eles são responsáveis por acolher os estudantes e conhecer suas necessidades, engajar e comprometer os professores. Com intuito de instruir os gestores na implementação do novo currículo nas escolas, o MEC elaborou o “Guia para gestores: formação continuada e projetos pedagógicos”. Entretanto, 42% dos gestores acham seu conhecimento insuficiente, destacando a necessidade de mais formação. Neste primeiro momento, 66% dos gestores estão insatisfeitos com as mudanças, considerando os desafios que possuem na formação continuada de professores e gestores, adequação da infraestrutura escolar e elaboração de material didático.

Gráfico 3: Grau de satisfação de gestores com as mudanças decorrentes do Novo Ensino Médio



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a implementação da reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415 de 2017. Percepção de gestores, docentes e estudantes de escolas públicas estaduais no Brasil.

Os desafios enfrentados pelos gestores, professores e estudantes não são poucos, neste primeiro ano a avaliação geral é de que o Novo Ensino Médio não está adequado e precisa de ajustes em toda sua esfera. Há aspectos positivos na avaliação dos agentes envolvidos como aumento da carga horária e possibilidade de escolha das disciplinas eletivas. O NEM é o compromisso do Brasil com a universalização da educação e com o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4). Seguimos atentos a sua evolução nos próximos anos e se de fato fará mudanças positivas na educação dos brasileiros.

A União Faz a Força? Bancos Multilaterais de Desenvolvimento Criam Ações em Conjunto para Enfrentar as Crises Globais

Better Together? Multilateral Development Banks Create Joint Actions to Tackle Global Crises

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *By closely monitoring current global challenges, ten Multilateral Development Banks joined forces to develop joint measures to help face crises, thus moving towards development.*

Keywords: *IDB. World Bank. Multilateral Development Banks. Global Crises*

Resumo. Ao acompanhar de perto os desafios globais atuais, dez Bancos Multilaterais de Desenvolvimento uniram forças para elaborar medidas conjuntas que ajudem no enfrentamento das crises, assim avançando rumo ao desenvolvimento.

Palavras-chave: BID. Banco Mundial. Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Crises Globais

Unindo forças

Durante a Reunião do Grupo dos Vinte (G20) realizada na Índia, em 2023, as lideranças observaram a necessidade de um sistema internacional de financiamento para o desenvolvimento que apoiasse adequadamente o desenvolvimento, indicando que a atuação dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) seria essencial para ajudar a encarar os desafios globais. Na Declaração Conjunta de Nova Délhi, as lideranças endossaram que os BMDs teriam que ser “melhores, maiores e mais eficazes”, mostrando que as diretrizes dos Bancos precisavam ser reorientadas para que pudessem ser implementadas as melhorias a fim de obter avanços a respeito do tema³⁰.

Ainda no mesmo ano, os BMDs aceitaram as orientações contidas na Declaração de Marraquexe³¹, entendendo o tamanho do desafio. Os líderes do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e mais oito lideranças dos BMDs³² se comprometeram em fazer reformas críticas que fortaleçam a capacidade de financiamento, acelerando a resposta das operações, melhorando o trabalho em conjunto, impactando como sistema.

Neste momento, os líderes dos BMDs divulgaram medidas conjuntas para enfrentar o cenário atual adverso, que tem dificultado os caminhos do desenvolvimento e do progresso dos

³⁰ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2023/10/13/statement-of-the-heads-of-multilateral-development-banks-group-strengthening-our-collaboration-for-greater-impact>

³¹ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2023/10/13/statement-of-the-heads-of-multilateral-development-banks-group-strengthening-our-collaboration-for-greater-impact>

³² Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimento, Banco Islâmico de Desenvolvimento e Novo Banco de Desenvolvimento.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As estratégias dos Bancos foram articuladas para aumentar o impacto das respostas para conter as questões mais urgentes.

Nas notas feitas em conjunto, as lideranças apresentaram os principais resultados da ação conjunta para apoiar continuamente os desafios regionais e globais. De acordo com a publicação, ficou constatado que a colaboração entre os BMDs está mais fortalecida com a criação das ações e que as diretrizes contidas no documento servirão para mostrar na próxima Reunião do G20 que o caminho está sendo pavimentado para um sistema que trabalhe de forma mais eficaz³³.

As lideranças dos BMDs diagnosticaram as cinco questões mais urgentes a serem trabalhadas que são: aumentar a capacidade de financiamento dos BMDs, estimular a mobilização do setor privado, ações conjuntas relacionadas as mudanças climáticas, reforço na colaboração e o cofinanciamento e ampliar a eficácia e o impacto no desenvolvimento.

Para os BMDs, o aumento da capacidade de financiamento poderá proporcionar na próxima década um espaço adicional de empréstimos estimados de US\$ 300-400 bilhões. De acordo com os BMDs, isso somente se tornará possível com o apoio dos parceiros e acionistas. Espera-se que haja instrumentos financeiros inovadores e diversificados para atraí-los, assim como instrumentos híbridos de capital e de transferência de risco³⁴ e a viabilização dos Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional (FMI)³⁵ através dos BMDs. Além disto, os Bancos têm como metas transparência sobre o capital exigível e a elaboração e apresentação de relatórios sobre as orientações do Quadro de Adequação dos Fundos Próprios do G20.

A respeito do setor privado, os Bancos entenderam que será necessário ampliar o financiamento para o setor para cumprir com as metas relacionadas em promover o desenvolvimento. O alargamento de empréstimos em moeda local, hedge cambial para estimular o investimento privado e o apoio aos investidores ao avaliarem as melhores oportunidades e os riscos fazem parte das ações que os BMDs elaboraram para o setor³⁶.

A fim de facilitar o trabalho dos países, fortalecendo assim a colaboração e o cofinanciamento, os BMDs têm o intuito de acelerar recursos para projetos do setor público através do recém criado Portal de Cofinanciamento Colaborativo³⁷. Aumentar a eficácia e a sustentabilidade durante as práticas de aquisição também estão inseridas nas diretrizes.

Ao se referirem as mudanças climáticas, os BMDs pontuam que haverá maior engajamento das ações para o tema. Segundo os BMDs, as ações estarão conectadas com os objetivos do Acordo de Paris e visam a elaboração e apresentação de relatórios conjuntos a respeito do apoio financeiro climático, inclusive apoiando o processo iniciado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre um novo objetivo coletivo com o intuito de aumentar os

³³ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/multilateral-development-banks-deepen-collaboration-deliver-system>

³⁴ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/multilateral-development-banks-deepen-collaboration-deliver-system>

³⁵ Os DES funcionam com um ativo de reserva internacional, criado pelo FMI em 1969 para complementar as reservas oficiais de seus países membros. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/special-drawing-right>

³⁶ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/multilateral-development-banks-deepen-collaboration-deliver-system>

³⁷ Disponível em: <https://www.cofinancing.org/#/ebiz/cofinancelogin>

recursos para o clima. Os BMDs acordaram que se inicie uma abordagem com medição dos resultados sobre o clima e que através destes possam ser elaboradas estratégias para mitigar os efeitos e potencializar a adaptação. Finalizam sobre o tema que haverá um esforço contínuo de apoio e melhorias nas respostas relacionadas aos desastres naturais³⁸.

Ao analisarem sobre como melhorar os caminhos para promover o desenvolvimento, os BMDs chegaram à conclusão de que deveriam intensificar os trabalhos na área, mesmo diante de um cenário incerto. As ações visam ampliar a colaboração das avaliações dos trabalhos realizados (monitoramento e avaliação do impacto) e trabalhar com os indicadores-chave de desempenho (KPIs) a respeito da natureza e biodiversidade, verificando a possibilidade de alinhamento com alguns indicadores antes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30)³⁹, que será realizada em 2025, no Brasil.

Realizado em 2023, em Paris, França, o Novo Pacto Financeiro Global ficou marcado pelos fortes discursos de líderes de Estado sobre a dificuldade dos países mais pobres e vulneráveis se desenvolverem devido ao alto endividamento e a solicitação de mudanças no regimento do BM e FMI⁴⁰.

Após esse evento, as pressões para reforma de diretrizes das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) aumentaram e com o passar dos meses, já se podia ver o BM criar medidas para se adequar ao que se criticava⁴¹. Pouco tempo depois, o BID anunciou novas ações para tornar o Banco mais célere e efetivo nas suas respostas⁴².

A união destes BMDs indica uma tentativa de reversão do cenário atual, pois estas instituições de alguma maneira possuem relevância, caso contrário, não seriam amplamente cobradas. Em seu mais recente documento, os BMDs reconhecem os seus deveres coletivos, assim como entendem que devem ampliar os seus esforços internacionais para tratar das questões mais urgentes: redução da desigualdade, da miséria e da fome; atuação mais efetiva nas áreas do desenvolvimento, da saúde e do clima e o enfrentamento dos desafios regionais e globais.

A abordagem deste grupo composto por dez BMDs é bastante complexa devido ao cenário de crise. Porém, se o comprometimento e a dedicação permanecerem, será considerável o benefício aos países, aos mais pobres e vulneráveis.

³⁸ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/multilateral-development-banks-deepen-collaboration-deliver-system>

³⁹ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/multilateral-development-banks-deepen-collaboration-deliver-system>

⁴⁰ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/ao-lado-de-macron-lula-diz-que-carta-da-ue-e-ameaca-ao-mercosul/>

⁴¹ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/immersive-story/2023/10/13/world-bank-president-on-ending-poverty-on-a-livable-planet>

⁴² Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/governors-approve-three-historic-transformative-changes-idb-group-support-region>

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Multilateral Development Banks Deepen Collaboration to Deliver as a System [acesso em 16 mai 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/multilateral-development-banks-deepen-collaboration-deliver-system>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Governors Approve Three Historic, Transformative Changes for the IDB Group to Support the Region [acesso em 20 mai 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/governors-approve-three-historic-transformative-changes-idb-group-support-region>

Banco Mundial [homepage na internet] Statement of the Heads of Multilateral Development Banks Group: Strengthening Our Collaboration for Greater Impact [acesso em 16 mai 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2023/10/13/statement-of-the-heads-of-multilateral-development-banks-group-strengthening-our-collaboration-for-greater-impact>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank President on Ending Poverty on a Livable Planet [acesso em 20 mai 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/immersive-story/2023/10/13/world-bank-president-on-ending-poverty-on-a-livable-planet>

Poder 360° [homepage na internet] [acesso em 20 mai 2024]. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/ao-lado-de-macron-lula-diz-que-carta-da-ue-e-ameaca-ao-mercosul/>

Multilateralismo, Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos

Multilateralism, Intellectual Property and Genetic Resources

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract: *WTO Director-General Ngozi Okonjo-Iweala concluded a high-level visit to Chile, Uruguay and Peru, reaffirming the region's commitment to the multilateral trading system. During the WTO TRIPS Council meeting, members debated the lessons of the COVID-19 pandemic and discussed strategies for addressing future pandemics. After two decades of discussions, the World Intellectual Property Organisation (WIPO) is hosting the Diplomatic Conference on Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge at its headquarters in Geneva from 13 to 24 May 2024, based on the efforts and review of the Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore (IGC). Ambassador Guilherme de Aguiar Patriota was elected by consensus to chair the Conference. UNCTAD is celebrating its 60th anniversary and has announced its rebranding to 'UN Trade and Development'.*

Keywords: *WTO; multilateralism; intellectual property; WIPO; patent; genetic resources; UNCTAD*

Resumo: A Diretora-Geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, concluiu visita de alto nível a Chile, Uruguai e Peru, reafirmando o compromisso da região com o sistema de comércio multilateral. Durante a reunião do Conselho de TRIPS, da OMC, os membros debateram as lições da pandemia da COVID-19 e discutiram estratégias para enfrentar futuras pandemias. Após duas décadas de discussões, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) sedia a Conferência Diplomática sobre Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados em sua sede em Genebra, de 13 a 24 de maio de 2024, com base nos esforços e na revisão do Comitê Intergovernamental da Propriedade Intelectual e dos Recursos Genéticos, dos Conhecimentos Tradicionais e do Folclore. O Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota foi eleito por consenso para presidir a Conferência. A UNCTAD completa 60 anos e anuncia mudança de marca para "Comércio e Desenvolvimento da ONU".

Palavras-chave: OMC; multilateralismo; propriedade intelectual; OMPI; patente; recursos genéticos; UNCTAD

Visita da Diretora-Geral da OMC a Países Latino-Americanos Reforça Multilateralismo no Comércio

A Diretora-Geral da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, concluiu visita de alto nível a Chile, Uruguai e Peru, reafirmando o compromisso da região com o sistema de comércio multilateral e destacando a importância de enfrentar desafios internacionais urgentes exacerbados por incertezas geopolíticas (Imagem 1) (OMCa, 2024).

Em Santiago, durante a sessão bianual do Conselho Executivo de Chefes do Sistema das Nações Unidas para Coordenação, liderada pelo Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres, os

participantes reconheceram o papel crucial da OMC na abordagem de questões globais que impactam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como subsídios à pesca, mudança climática, divisão digital e inclusão. Nesta etapa, Okonjo-Iweala encontrou-se com ministros chilenos e lideranças femininas em setores econômicos estratégicos e inovadores (OMCa, 2024).

Em Montevideo, a visita coincidiu com o 30º aniversário da conclusão da Rodada Uruguai, que levou à criação da OMC em 1995. Okonjo-Iweala participou de sessão especial com representantes da Associação Latino-Americana de Integração, reiterando a importância da colaboração regional em temas comerciais e a necessidade de avançar nas negociações sobre subsídios à pesca e facilitação de investimentos (OMCa, 2024).

Finalmente, em Lima, a Diretora-Geral teve discussões com a Presidente Dina Boluarte e outros altos funcionários governamentais, abordando temas como comércio, turismo e desenvolvimento agrícola. Okonjo-Iweala também se engajou em diálogos com empreendedores indígenas e afrodescendentes, além de participar de diálogo de alto nível na Pontifícia Universidade Católica do Peru sobre o papel da OMC diante dos desafios globais (OMCa, 2024).

A visita destacou o potencial da América Latina em inserir-se nas cadeias globais de valor de setores emergentes e estratégicos, como o hidrogênio verde, os minerais críticos e os serviços digitais. Okonjo-Iweala salientou a importância da região em fortalecer sua participação no desenvolvimento e produção farmacêutica global, área alinhada com os interesses e as capacidades industriais dos países latino-americanos. Esta inclusão não só poderia impulsionar a economia local, mas também reforçar a autonomia regional em saúde pública, um aspecto crucial para a sustentabilidade e segurança sanitária (OMCa, 2024).

Ao abordar o conceito de re-globalização, a Diretora-Geral enfatizou que não se trata de reverter aos modelos antigos, mas de revitalizar e reimaginar os princípios de cooperação global, com foco em inclusão e sustentabilidade. Este novo paradigma visa explorar o potencial do comércio para enfrentar desafios prementes como a mudança climática, a desigualdade econômica e a disrupção tecnológica, garantindo que os benefícios do crescimento e inovação sejam compartilhados de forma justa e equitativa, respeitando os direitos e saberes locais (OMCa, 2024).

Imagem 1 - Visita da Diretora-Geral da OMC a Países Latino-Americanos



Fonte: OMC

Membros da OMC Discutem Preparação para Pandemias Futuras e Revisão da Implementação do Acordo TRIPS

Durante a reunião do Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) da OMC, realizada nos dias 25 e 26 de abril, os membros debateram sobre as lições aprendidas com a pandemia de COVID-19 e discutiram estratégias para eficazmente enfrentar futuras pandemias. O encontro pautou a revisão da implementação do Acordo TRIPS, obrigação bianual que não tem sido cumprida desde 1999, mas que os membros expressaram interesse em retomar (OMCb, 2024).

A agenda sobre "Propriedade Intelectual e COVID-19" foi renomeada para "Propriedade Intelectual, COVID-19 e Preparação para Pandemias", refletindo mudança de foco para preparação contínua contra pandemias futuras. Esse ajuste decorre da [Declaração Ministerial de Abu Dhabi](#), que instou as delegações a analisar as lições do enfrentamento à pandemia, incluindo propostas dos membros para melhorias (OMCb, 2024).

Em discussões específicas, uma comunicação de Bangladesh, Colômbia, Egito e Índia intitulada "TRIPS para o Desenvolvimento: Trabalho Pós-MC13 sobre Questões Relacionadas ao TRIPS" foi apresentada, propondo novos focos para a revisão do acordo, incluindo a possibilidade de adaptar TRIPS para melhor responder a crises globais de saúde (OMCb, 2024).

A revisão da implementação do TRIPS, conforme o Artigo 71.1 do acordo, será discutida em detalhes nas próximas semanas, sob a liderança da nova presidente do Conselho, a Embaixadora Sofía Boza, do Chile. Espera-se que uma decisão concreta sobre o início de um novo ciclo de revisão seja tomada em julho de 2024 (OMCb, 2024).

Além das revisões e discussões regulamentares sobre a implementação do TRIPS, os membros da OMC debateram as estruturas para lidar com as reclamações de situação e não violação. Estas reclamações são um aspecto complexo e muitas vezes controverso do acordo, onde um país membro pode argumentar que ações de outro membro, mesmo que não violem explicitamente o TRIPS, prejudicaram suas expectativas legítimas sob o acordo. Tais situações podem envolver, por exemplo, políticas nacionais que, embora conformes a TRIPS, impactem negativamente a vantagem comercial esperada por outro país. Durante a reunião, houve consenso emergente sobre a necessidade de clareza nas regras e procedimentos aplicáveis a esses casos, refletindo a busca contínua por equilíbrio entre os direitos e obrigações dos membros dentro do sistema de propriedade intelectual global. A moratória para iniciar tais reclamações foi estendida, e os membros concordaram em continuar as discussões para encontrar uma solução permanente que seja justa e transparente (OMCb, 2024).

Por fim, a reunião também foi palco para a celebração dos 30 anos do Acordo TRIPS, com um Diálogo de Alto Nível que contou com a participação de Daren Tang, Diretor-Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), e Ngozi Okonjo-Iweala, Diretora-Geral da OMC. Este evento destacou não apenas os impactos do acordo ao longo das três décadas, mas os desafios iminentes em ambiente de rápida mudança tecnológica. A discussão centrou-se nas adaptações necessárias na política de propriedade intelectual para lidar com inovações disruptivas em áreas como inteligência artificial e biotecnologia. Além disso, houve ênfase particular nas necessidades dos países menos desenvolvidos, discutindo como TRIPS pode facilitar a transferência de tecnologia essencial para o desenvolvimento econômico e social destas nações. Os membros desenvolvidos apresentaram seus relatórios sobre os programas de transferência de tecnologia, demonstrando os esforços em cumprir seus compromissos sob o Artigo 66.2 do TRIPS, com o objetivo de apoiar o crescimento tecnológico e a inovação nos países

menos desenvolvidos, assegurando que os benefícios da globalização e da propriedade intelectual sejam compartilhados de maneira mais equitativa e sustentável (OMCb, 2024).

OMPI: Conferência Diplomática

Após duas décadas de discussões, a [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) sedia a Conferência Diplomática sobre Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados (“Diplomatic Conference on Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge”) em sua sede em Genebra, de 13 a 24 de maio de 2024, com base nos esforços e na revisão do [Comitê Intergovernamental da Propriedade Intelectual e dos Recursos Genéticos, dos Conhecimentos Tradicionais e do Folclore](#) (“The Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore – IGC”) (Imagem 2). Conforme relatado no Informe passado, o objetivo da Conferência é finalizar as negociações para adotar um instrumento jurídico internacional com vista a aumentar a eficácia, a transparência e a qualidade do sistema de patentes, evitando concessões de patentes para invenções não inventivas relacionadas a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. A sessão plenária da Conferência está sendo transmitida pelo [WIPO Webcast](#). Em paralelo, foi inaugurada a Exposição “Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados”, organizada pelo Governo do Brasil e pela OMPI (Imagens 3 e 4).

Em seu [discurso](#) de abertura, Daren Tang enfatizou:

“Nestas próximas duas semanas, temos uma oportunidade preciosa e rara de dar continuidade a essa grande tradição e mostrar que o sistema global de PI é capaz de evoluir de forma ponderada e equilibrada. E, assim como nossos antecessores fizeram no passado, nossa tarefa é colocar a linha na agulha e usar essa oportunidade para fazer o sistema de PI avançar, juntos como uma família. Um resultado bem-sucedido será alcançado em três frentes. Primeiro, ele refletirá melhor o papel fundamental desempenhado pelos recursos genéticos na inovação. Embora a humanidade utilize há muito tempo os recursos genéticos para o sustento, a medicina e os avanços tecnológicos, essas conexões estão se tornando mais profundas e mais consequentes, impulsionadas por novos e ousados avanços nas tecnologias digitais e nas ciências da vida. (...) Em segundo lugar, um resultado positivo ajudará a fortalecer o pacto global que temos com nossos membros de que a propriedade intelectual está aqui para ser usada para o bem de todos nós. (...) Terceiro, um resultado favorável dará forte impulso ao multilateralismo. Portanto, nas próximas duas semanas, nossa responsabilidade não é apenas com a OMPI e a comunidade de PI, mas também com um mundo cujos olhos estão voltados para nós.”

Os países elegeram as seguintes autoridades para a Conferência Diplomática: Brasil (Presidente); Austrália (Vice-Presidente encarregado do Comitê I sobre disposições substantivas do projeto de tratado) e Namíbia (Vice-Presidente encarregado do Comitê II sobre disposições processuais). Os membros do Comitê de Redação incluem Belarus e a Federação Russa. O Comitê 1 é responsável pelos artigos 1-10 (questões substantivas) do texto da negociação; o Comitê 2 está incumbido dos artigos 11-23 (questões administrativas).

Eleito por consenso para Presidente da Conferência, o Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota, delegado permanente do Brasil junto à OMC e a outras nove organizações econômicas, fez a seguinte manifestação na abertura do evento (Imagem 5):

“Gostaria de ter a oportunidade de dizer algumas palavras iniciais.

Diretor Geral, Excelências, colegas, senhoras e senhores, é uma grande honra ser eleito Presidente desta Conferência Diplomática sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados.

Esta é uma oportunidade histórica de progresso em um assunto de interesse não apenas dos detentores de direitos de propriedade intelectual, mas de um grupo mais amplo composto por comunidades indígenas, detentores e provedores de conhecimento tradicional, países megadiversos e usuários do sistema de patentes.

Uma conferência bem-sucedida produziria um novo instrumento internacional da OMPI estabelecendo uma exigência de divulgação de origem com relação ao GRATK.

Com esse engajamento construtivo de todos os participantes, farei todos os esforços para alcançar esse objetivo por meio de uma metodologia de trabalho inclusiva, com foco na construção de consenso.

Temos diante de nós uma proposta de base, o documento GRATK/DC/3, que todos parecem considerar positivamente. Seu conteúdo é conhecido e discutido desde 2019.

Como presidente indicado, mantive conversas informais com grupos regionais e enfatizei que deveríamos tratar a proposta básica com cuidado e a devida consideração. As discussões que prepararam o caminho para esta Conferência Diplomática estão em andamento há um quarto de século.

Parece justo dizer que o processo do IGC atingiu um grau de maturidade que deve nos permitir finalizar e adotar um instrumento internacional conforme a missão confiada a esta conferência pela decisão da Assembleia Geral da OMPI de 2022.

Na longa jornada que nos trouxe até aqui, reconheço a pedra fundamental fornecida pela Colômbia há 25 anos com uma proposta durante as negociações relacionadas ao Tratado sobre o Direito de Patentes (PLT). Muitas outras delegações e regiões acrescentaram suas vozes e contribuições para enriquecer as discussões e levar esse projeto adiante desde então, inclusive minha própria delegação, o Brasil.

Gostaria de destacar a liderança do Diretor Geral, Daren Tang, que enviou todos os esforços para proporcionar as melhores condições para a Conferência e o apoio do Secretariado da OMPI, que manteve o ímpeto ao longo do tempo para esse processo de tratado.

O Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore, IGC, criado para

abrigar discussões sobre o GRATK, testemunhou intenso debate ao longo de sua existência.

O GRULAC e o Grupo Africano têm sido defensores particularmente ativos de um instrumento internacional, mas não são os únicos.

Eles não estão sozinhos.

Atualmente, mais de 30 Estados Membros promulgaram legislação sobre a exigência de divulgação da origem para a GRATK.

Devemos nos certificar de que o instrumento que finalizarmos e adotarmos contemple as realidades jurídicas nacionais existentes, seja tecnicamente sólido e alcance alto grau de apoio e compreensão universal para que seja eficaz e funcional.

Devemos ser especialmente gratos ao ex-presidente do IGC, Ian Goss, que, em 2019, apresentou o texto que agora é a proposta básica para nossa Conferência Diplomática. Como presidente da Conferência Diplomática, comprometo-me a abrir discussões transparentes e inclusivas e, ao mesmo tempo, tomar medidas concretas para chegar a um texto consensual derivado da proposta básica.

Para fazer uso da experiência e da sabedoria diplomática disponíveis, decidi também recorrer informalmente a um Grupo de Amigos da Presidência, conforme necessário, incluindo embaixadores e especialistas que sejam bem versados no assunto que estamos analisando. Esses seriam ajudantes informais que estão envolvidos no processo do IGC há muitos anos e aos quais posso recorrer para obter conselhos, orientações e informações básicas.

Com essas palavras iniciais e as bênçãos dos Líderes Indígenas e dos representantes das comunidades que estão conosco hoje, convido todas as Delegações desta Conferência Diplomática a contribuírem para um resultado bem-sucedido da conferência, com a adoção por consenso de um instrumento internacional juridicamente vinculante. Agradeço a todos”.

Imagem 2 – Plenária da Conferência Diplomática



Fonte: OMPI. Foto: Emmanuel Berrod.

Imagem 3 - Inauguração da Exposição “Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados”, organizada pelo Governo do Brasil e pela OMPI



Fonte: OMPI. Foto: Emmanuel Berrod.

Imagem 4 - Inauguração da Exposição “Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados”, organizada pelo Governo do Brasil e pela OMPI



Fonte: OMPI. Foto: Emmanuel Berrod.

Imagem 5 - Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota, Presidente da Conferência Diplomática



Fonte: OMPI. Foto: Emmanuel Berrod.

UNCTAD Renomeada para “Comércio e Desenvolvimento da ONU”

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, conhecida como [UNCTAD](#), anunciou sua mudança de marca para "UN Trade and Development", ou "Comércio e Desenvolvimento da ONU". Este novo título, revelado no contexto do 60º aniversário da organização, visa oferecer identidade visual mais clara e alinhada com suas atividades e aspirações atuais (Imagens 6 e 7) (UNCTAD, 2024).

Imagem 6 - Secretária-Geral da Comércio e Desenvolvimento da ONU, Rebeca Grypnspan, com o novo logotipo da organização em 9 de abril durante coletiva de imprensa



Fonte: UNCTAD.

Imagem 7 - Novo logotipo



Fonte: UNCTAD.

Com a nova designação, a organização busca reforçar sua influência global, especialmente em favor dos países em desenvolvimento, adaptando-se às dinâmicas contemporâneas do comércio global, que foram significativamente impactadas por desafios como a pandemia de COVID-19, tensões geopolíticas e mudanças climáticas (UNCTAD, 2024).

Durante a apresentação da nova marca, como parte das celebrações do aniversário, a Secretária-Geral Rebeca Grynspan enfatizou: "Mudança visível e transformadora é nosso objetivo. Estamos celebrando as conquistas da UNCTAD nos últimos 60 anos como uma organização renovada e voltada para o futuro, construindo sobre nosso legado, mas pronta para responder às novas complexidades da economia global. Continuaremos trabalhando para garantir que o desenvolvimento esteja no centro das decisões econômicas globais e que a voz dos países em desenvolvimento seja ouvida." (UNCTAD, 2024).

Este reposicionamento inclui a introdução de um novo logotipo e a alteração dos canais oficiais de comunicação para refletir essa mudança em todos os idiomas oficiais da ONU. Além disso, como parte das celebrações de aniversário e da nova fase da organização, um Fórum Global de Líderes será realizado em junho, no Palais des Nations, em Genebra. Este evento reunirá líderes globais e regionais para discutir estratégias de desenvolvimento focadas nas necessidades dos países em desenvolvimento, com ênfase particular nas nações africanas, nos países menos desenvolvidos, nos pequenos estados insulares em desenvolvimento e nos países sem litoral (UNCTAD, 2024).

Referências

1. UNCTAD. "UNCTAD rebrands to 'UN Trade and Development'". 2024. Disponível em: <https://unctad.org/news/unctad-rebrands-un-trade-and-development>
2. OMCa. "DG Okonjo-Iweala concludes high-level visit to three Latin American countries". 2024. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/dgno_06may24_e.htm
3. OMCb. "Members discuss future pandemics preparedness, way forward on TRIPS implementation review". 2024. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/trip_01may24_e.htm

**“É Tempo de Cuidar de quem Cuida:
A Sociedade Civil Alerta Sobre o Trabalho Invisível Das Mulheres na Saúde”**

*Patrícia Julia Lewis Carpio,
Tatiana Cerqueira Machado Medrado,
Matheus dos Santos da Silveira,
Jesús Enrique Patiño Escarcina,
Renan Amaral Oliveira, Diana Zeballos,
Elwira Gliwska,
Laurenice Pires,
Mateus dos Santos Brito e
Luis Eugênio de Souza*

Resumo: Nas últimas duas semanas, 26 das 50 organizações monitoradas, tanto públicas quanto privadas, expressaram suas preocupações sobre diversas temáticas pertinentes à saúde global. Entre as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de interesse público, houve manifestações relativas aos conflitos armados, como os ataques à infraestrutura médica no Sudão e a destruição em Gaza devido ao bloqueio israelense, os bombardeios nas Filipinas, a longa guerra na Síria além da violência policial contra estudantes nos EUA. A crise climática continuou sendo um tópico central, com destaque para seu impacto na saúde das comunidades vulneráveis e a necessidade de incluir jovens africanos nas discussões. A questão de gênero também foi relevante, abordando desigualdades no diagnóstico de doenças, a situação das mulheres na saúde e as diferenças de remuneração. As OSCs de interesse privado compartilharam atualizações sobre pesquisa científica, como vacinas contra o HPV e o uso da tecnologia na saúde em países africanos. Outros temas também foram abordados, como: doenças crônicas e promoção da saúde, prevenção de HIV e outras IST, financiamento da saúde global, pesquisa e desenvolvimento, força de trabalho da saúde, saúde do idoso, saúde bucal, biossegurança, nutrição, pandemias, vacinação, *população e desenvolvimento*, finanças globais e governança global. Registrando a convergência, entre as OSC de interesse público e as de interesse privado, de um tema específico, o título deste informe trata das desigualdades gênero na área da saúde.

Introdução

Nesta quinzena foram registradas as manifestações de 26 das 50 organizações monitoradas, incluindo tanto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público quanto as de Interesse Privado.

Dentre as OSC de interesse público, destacaram-se as manifestações, em tom de denúncia, sobre os agravos à vida das vítimas de diversos conflitos armados em curso ao redor do mundo. Entre essas denúncias, está o ataque à infraestrutura médica no Sudão, a destruição de instalações e infraestrutura e a falta de serviços básicos em Gaza, como consequência do bloqueio israelense, a guerra entre o Novo Exército Popular e o Exército das Filipinas, os 13 anos da guerra na Síria e a violência policial contra estudantes da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, que protestam pacificamente contra o genocídio da população palestina.

O meio ambiente e a crise climática continua sendo o assunto mais discutido nas agendas das organizações da sociedade civil ressaltando o impacto da crise ambiental na saúde de populações mais vulnerabilizadas. As organizações ressaltam a urgência de incluir jovens africanos nas discussões sobre o clima, ponderando ao mesmo tempo sobre os desafios e barreiras enfrentados por estes jovens para a participação nos espaços de discussão. A atuação das assistentes sociais no contexto da crise climática, acesso seguro à água potável e cuidados para evitar contaminações em casos de inundações também foram assuntos presentes nessa seção.

A temática do gênero foi outro tema relevante nas manifestações das OSC, tanto as de interesse público, quanto as de interesse privado. Aos OSC protestaram contra as desigualdades relativas ao diagnóstico de doenças entre homens e mulheres, mencionando estudos que apontam que as mulheres passam 25% a mais de suas vidas com problemas de saúde debilitantes, quando comparadas aos homens. O preconceito de gênero (*gender bias*) na pesquisa sobre diagnósticos, tratamentos e intervenções é um dos principais fatores que perpetuam essa desigualdade. Além disso, as OSC ressaltaram a seriedade da situação das mulheres trabalhadoras da saúde, como as agentes comunitárias, cujos trabalhos estão injustamente desvalorizados, não sendo reconhecidas nem remuneradas.

As organizações da sociedade civil de interesse privado, em particular, compartilharam atualizações relacionadas a pesquisa e desenvolvimento científico, como estratégias de ampliação do acesso à vacina contra o HPV, uso da tecnologia contra a malária em países africanos, prevenção contra o vírus Zika, potencial da nanotecnologia na produção de vacinas contra futuras variações de coronavírus, educação sexual reprodutiva, materna, neonatal e infantil e prevenção de doenças após eventos de crise climática, entre outros.

Diversas outras temáticas, caracterizando a complexidade da saúde global, foram levantadas nas agendas da sociedade civil, tendo sido objetos de manifestações: doenças crônicas e promoção da saúde, prevenção de HIV e outras IST, financiamento da saúde global, pesquisa e desenvolvimento, força de trabalho da saúde, saúde do idoso, saúde bucal, biossegurança, nutrição, pandemias, vacinação, *população e desenvolvimento*, finanças globais e governança global.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Guerras e conflitos

Na noite do último sábado, 11 de maio, um [bombardeio da Força Aérea do Sudão](#) atingiu uma área do Hospital Pediátrico em Darfur do Norte que é apoiado por Médicos Sem Fronteiras (MSF), causando o desabamento do teto da unidade de terapia intensiva (UTI) e matando duas crianças e um cuidador que estavam no local. O hospital era um dos poucos centros de tratamento especializado para crianças que se mantinha operacional desde o início da guerra. A organização MSF fez um apelo urgente às partes em conflito para que protejam civis e garantam a proteção de estruturas de saúde.⁴³

⁴³MSF Brasil [Internet]. Bombardeio mata duas crianças na UTI e inutiliza hospital pediátrico no Sudão - MSF Brasil; [citado 16 maio 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/bombardeio-mata-duas-criancas-na-uti-e-inutiliza-hospital-pediatico-no-sudao/>.

A Progressive International lançou seu PI briefing intitulado [“Ainda não estamos ganhando, mas eles certamente estão perdendo”](#), em que aborda o surgimento do movimento anti-imperialista como resposta ao genocídio em Gaza, após o ataque de Israel a 1,4 milhão de palestinos refugiados em Rafah, que já enfrentam uma catástrofe de proporções indescritíveis. A organização denunciou que eles carecem de instalações, infraestrutura e dos serviços mais básicos, e que insetos e doenças transmitidas por insetos são abundantes, tudo isso como consequência direta do bloqueio israelense de longa data à Gaza, uma política que assumiu proporções genocidas desde 8 de outubro.⁴⁴

A International Federation of Social Workers emitiu nota de apoio aos estudantes e funcionários do serviço social que participaram dos [acampamentos pró-paz na Universidade de Columbia](#) e noutras grandes universidades dos Estados Unidos. Chamou a atenção para os relatos de violência policial contra estudantes que protestam pacificamente, “(...) especialmente em instituições acadêmicas onde a liberdade de expressão e de reunião deve ser fortemente protegida”⁴⁵.

A Progressive International informou que grupos de direitos humanos denunciaram [bombardeios em comunidades no norte das Filipinas](#), resultando em mortes de civis e destruição de terras agrícolas. Os habitantes locais pediram a interrupção de todas as operações militares para permitir assistência médica. Os confrontos ocorreram entre o Novo Exército Popular e a 501ª Brigada de Infantaria do Exército das Filipinas em duas aldeias na fronteira entre Pilar, em Abra, e Santa Maria, em Ilocos Sul. O impacto do bombardeio sobre a vida e os meios de subsistência das comunidades afetadas foi enorme, forçando-as a abandonar suas fontes de sustento, sendo um fardo adicional para os residentes locais, já afetados pelos efeitos da seca causada pelo El Niño.⁴⁶

A Human Rights Watch divulgou relatório sobre a [limpeza étnica e as atrocidades perpetradas em Darfur](#), oeste do Sudão. O relatório detalha meticulosamente a campanha sistemática realizada pelas Forças de Apoio Rápido e milícias aliadas contra os residentes étnicos Massalit na região, especialmente em El Geneina. Apesar dos esforços para determinar a extensão total das vítimas, o número exato de mortes permanece desconhecido, com estimativas variando de 10.000 a 15.000.⁴⁷

A CARE noticiou a situação de saúde do povo palestino no informe [“Cuidados de saúde em Gaza”](#). Mencionam o aumento de infecções respiratórias, diarreia, sarna, hepatite, ferimentos por estilhaços e TEPT, além da dificuldade de assistência médica oportuna. A situação do povo palestino se deteriorou significativamente após o dia 07 de outubro, sendo que, desde então, mais de 1,9 milhão de palestinos tiveram que abandonar seus lares e estão

⁴⁴ Progressive International [Internet]. PI Briefing | No. 19 | We are not yet winning, but they are losing; 10 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-05-10-pi-briefing-no-19-we-are-not-yet-winning-but-they-are-losing/en>

⁴⁵ IFSW. IFSW Stands in Support of Pro-Peace Students in Universities Across the USA – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-stands-in-support-of-pro-peace-students-in-universities-across-the-usa/>. Acesso em: 18 maio 2024

⁴⁶ Progressive International [Internet]. Rights groups denounce bombing of communities in Abra, Ilocos Sur; 8 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-05-08-rights-groups-denounce-bombing-of-communities-in-abra-ilocos-sur/pt-br>

⁴⁷ “The Massalit Will Not Come Home”. (2024, 9 de maio). Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/report/2024/05/09/massalit-will-not-come-home/ethnic-cleansing-and-crimes-against-humanity-el6>.

vivendo em condições de aglomeração e com saneamento básico deficiente, falta de água potável, de alimentos, entre outras complicações inerentes aos conflitos armados. A organização estima a ocorrência de mais de 586 mil casos de infecções respiratórias agudas e 220 mil casos de diarreia desde outubro, ainda com alta prevalência de dermatite e hepatite A⁴⁸.

A CARE lembrou os “[13 anos de conflito na Síria](#)” e a situação do povo sírio em busca do restabelecimento das suas vidas. Destacou que além de lidarem com as repercussões do conflito armado, a ocorrência de um terremoto em 2023 e o aumento da violência interna vêm multiplicando as perdas, que incluem mortes civis e destruição da infraestrutura das casas e dos serviços de água e energia. A organização manifestou ainda preocupação com o número elevado de sírios que foram deslocados, cerca de 6,5 milhões de refugiados e 6,8 milhões de deslocados internamente⁴⁹.

Crise climática

A International Federation of Social Workers produziu declaração sobre [o papel de assistentes sociais no contexto da crise climática](#), uma vez que são sempre acionados na construção da solução dos diversos problemas que se seguem a cada evento, cada vez mais frequentes. De acordo com o diretor da Federação, “este trabalho [das assistentes sociais] tornou-se um pilar na mudança de competências da profissão e faz parte da mudança de paradigma na prática moderna do serviço social.” A organização divulgou a Carta dos Povos como estratégia adotada pela categoria, entre um amplo conjunto de outros atores, para o enfrentamento de estruturas políticas que se concentram na concorrência e no crescimento econômico em detrimento do bem-estar e da natureza, assim como, para a modernização da atuação das assistentes sociais em diálogo com outras cosmovisões⁵⁰.

The Youth Cafe republicou boletim intitulado “[Juventude Africana e Alterações Climáticas](#)”, abordando as possibilidades de envolvimento da juventude africana à luz da COP27. A organização trouxe no texto a urgência de incluir jovens nas discussões sobre o clima, porém ponderou sobre os desafios enfrentados por estes jovens para participação, trazendo recomendações para ultrapassar estas barreiras⁵¹.

A CARE publicou notícia sobre a situação dos “[Pequenos agricultores na Etiópia: primeiro veio o conflito, depois a seca devastadora](#)”, após o conflito interno que durou dois anos, tendo afetado cerca de 7 milhões de pessoas e tendo sido sucedido por uma seca intensa que vem comprometendo a produção agrícola de alimentos. A organização relatou a existência

⁴⁸ CARE [Internet]. Health care in Gaza: respiratory infections, diarrhea, scabies, Hepatitis...; 07 mai 2024 [citado 17 mai 2024]. Disponível em <https://www.care.org/news-and-stories/news/health-care-in-gaza-respiratory-infections-diarrhea-scabies-hepatitis-shrapnel-wounds-ptsd/>.

⁴⁹ CARE [Interne]. CARE 13 years of conflict: Displaced Syrians still long for lost homes; 06 mai 2024 [citado 18 mai 2024]. Disponível em <https://www.care.org/news-and-stories/news/13-years-of-conflict-displaced-syrians-still-long-for-lost-homes/>.

⁵⁰ IFSW. Responding to Nature’s Call for Change: A statement on the role of social work in the context of catastrophic weather traumatising communities around the world – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/responding-to-natures-call-for-change-a-statement-on-the-role-of-social-work-in-the-context-of-catastrophic-weather-traumatising-communities-around-the-world/>. Acesso em: 18 maio 2024.

⁵¹ The Youth Cafe [Internet]. COMO É QUE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS AFECTAM OS JOVENS AFRICANOS?; 11 mai 2024 [citado 18 mai 2024]. Disponível em <https://www.theyouthcafe.com/newsletters/how-does-climate-change-affect-african-youth-kprze#>.

de quase 1,4 milhão de pessoas em emergência alimentar devido à seca em Tigray, que tem uma população predominantemente agrícola e dependente de chuvas para a agricultura de subsistência⁵².

A Organização Mundial de Faculdades Nacionais, Academias e Associações Acadêmicas de Clínicos Gerais/Médicos de Família (Wonca) publicou mensagem no X (ex-Twitter), marcando o Dia Mundial do Médico de Família. Em 2024, a Wonca aborda o papel dos médicos de família no avanço da [saúde planetária](#), destacando o dever de promover práticas sustentáveis para a saúde do nosso planeta e das comunidades.⁵³

Doenças crônicas

A International Alliance of Patients' Organizations (IAPO) divulgou o lançamento do estudo "Improving Breast Cancer in the Middle East and Africa" ([Melhorando o câncer de mama no Oriente Médio e na África](#)), em que apresenta o fardo do câncer de mama no Oriente Médio e na África (MEA) - Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Marrocos, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia e Emirados Árabes Unidos - região onde a doença "representa um desafio significativo para a saúde pública, sendo responsável por 34% dos novos casos de câncer e 22% das mortes relacionadas ao câncer entre as mulheres em 2020". O aumento em duas vezes do número de casos novos no último ano e os desafios para acesso a um atendimento de qualidade foram outros desafios apresentados. O estudo teve como base três pilares da Iniciativa Global contra o Câncer de Mama (GBCI) lançado em 2021 pela Organização Mundial de Saúde: detecção, diagnóstico e tratamento. Também contemplou um esboço da organização do atendimento e uma visão geral dos sistemas de saúde e da governança do atendimento ao câncer de mama em cada país. De acordo com a matéria, o estudo visa auxiliar os formuladores de políticas locais na tomada de decisões e na priorização de iniciativas de tratamento do câncer de mama e facilitar o intercâmbio de práticas recomendadas no tratamento do câncer de mama em toda a região MEA.⁵⁴

A World Heart Federation publicou notícia sobre a [importância do diagnóstico precoce da Doença Cardíaca Reumática \(DCR\)](#) que é responsável por quatro em cada cinco mortes cardiovasculares, em países de baixa e média renda, onde as pessoas não têm acesso à detecção e ao tratamento precoces. Esse é o tema do novo filme da Federação que conta a história de um jovem filipino⁵⁵.

A NCDA publicou notícia sobre a possibilidade de [participação da sociedade civil na próxima reunião sobre financiamento de DCNT e saúde mental](#) e na 4ª Reunião de Alto Nível

⁵² CARE [Internet]. Small-scale farmers in Ethiopia: First came conflict, then devastating drought; 14 mai 2024 [citado 17 mai 2024]. Disponível em <https://www.care.org/news-and-stories/news/ethiopia-farmers-conflict-drought/>.

⁵³ Wonca - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. (2024, 13 de maio). *This #WorldFamilyDoctorDay* [Tweet]. Twitter. <https://twitter.com/WoncaWorld/status/1789960403365118049>

⁵⁴ IAPO. IAPO launches the Policy Report "Improving Breast Cancer Care in the Middle East and Africa" International Alliance of Patients' Organizations. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/es/node/15672>. Acesso em: 18 maio 2024.

⁵⁵ World Heart Federation. One to watch: An urgent call for early detection of rheumatic heart disease and more equitable cardiovascular care - World Heart Federation. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/one-to-watch-an-urgent-call-for-early-detection-of-rheumatic-heart-disease-and-more-equitable-cardiovascular-care/>. Acesso em: 18 maio 2024.

(HLM) da ONU sobre DCNT. Os Estados Membros, os órgãos da ONU e os atores não estatais - incluindo organizações de pessoas com experiência vivida de DCNT e condições de saúde mental - são convidados a comentar o documento de base. Também haverá uma consulta on-line e um diálogo sobre financiamento, que fazem parte do processo preparatório para a 4ª HLM da ONU sobre DCNT. O relatório será apresentado pelo Diretor Geral na Assembleia Mundial da Saúde de 2025.⁵⁶

Promoção da saúde

A ACT Promoção da Saúde divulgou matéria sobre a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil de manter a proibição da fabricação, importação, comercialização, distribuição, armazenamento, transporte e propaganda dos [cigarros eletrônicos e produtos de tabaco](#) aquecido e anunciou medidas para o combate aos dispositivos eletrônicos para fumar no Brasil.⁵⁷

A ACT Promoção da Saúde publicou o relatório [“Vamos falar de edulcorantes?”](#) que reúne dados de pesquisas e evidências científicas para responder questões sobre os edulcorantes, seu uso nos alimentos ultraprocessados e os riscos à saúde.⁵⁸

Prevenção de HIV e outras ISTs

Migrantes

A Fundação Huésped informou que realizou quatro jornadas de testagem para HIV na população migrante como parte de um projeto que visa fortalecer a [promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e a prevenção do HIV e ISTs em comunidades migrantes](#) da área metropolitana de Buenos Aires. Durante as jornadas, duas organizações lideradas por profissionais de saúde venezuelanos e de sistemas de saúde de diferentes territórios foram capacitadas e fortalecidas as habilidades de prevenção e diagnóstico de HIV e outras ISTs.⁵⁹

Transmissão vertical

A Fundação Huésped informou que Belize, Jamaica, São Vicente e Granadinas receberam a certificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de eliminação da [transmissão materno infantil do HIV e da sífilis](#). Para eliminar a transmissão e obter essa certificação, os países tiveram que fortalecer os serviços de prevenção e garantir a detecção eficaz em mulheres

⁵⁶ NCD ALLIANCE. WHO seeking input on financing dialogue and 4th High-level Meeting on NCDs, by 26 May. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/who-seeking-input-on-financing-dialogue-and-4th-high-level-meeting-on-ncds-by-26-may>. Acesso em: 18 maio 2024.

⁵⁷ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Decisão histórica: após cinco anos de debate, Anvisa mantém proibição de cigarros eletrônicos no Brasil; 8 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/controlado-tabagismo/decisao-historica-apos-cinco-anos-de-debate-anvisa-mantem-proibicao-de-cigarros-eletronicos-no-brasil/4274>

⁵⁸ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Vamos falar de edulcorantes?; 17 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/alimentacao-saudavel/vamos-falar-de-edulcorantes/4279>

⁵⁹ Fundación Huésped [Internet]. Jornadas de teste de VIH para población migrante; 17 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/jornadas-de-testeo-de-vih-para-poblacion-migrante/>

grávidas. Foi um grande trabalho de colaboração entre governos, profissionais de saúde e comunidades.⁶⁰

A Fundação Huésped divulgou o encontro [“Como acompanhar pessoas vivendo com HIV?”](#), que será realizado gratuitamente e é direcionado a familiares, amigos, parceiros e profissionais que acompanham pessoas vivendo com HIV.⁶¹

Financiamento da saúde global

A STOPAIDS, juntamente com outras organizações, desenvolveu uma petição para os Candidatos Parlamentares de 2024 do Reino Unido, pedindo que apoiem a saúde global e garantam que o país continue sendo um grande doador tanto para a Gavi quanto para o Global Fund em 2024/25. A organização enfatizou que estas são iniciativas de saúde global que fornecem apoio crítico aos países para prevenir e tratar doenças infecciosas, trabalhando nas áreas de maior necessidade para implementar programas de vacinação, aumentar o acesso equitativo a medicamentos e fortalecer os sistemas de saúde. A forma como os países contribuem para essa [renovação de recursos](#) demonstra o tamanho de seu compromisso em enfrentar esses desafios globais e avançar no progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.⁶²

Pesquisa e desenvolvimento

A International Academy Partnership divulgou matéria sobre a inauguração do [Centro de Pesquisa em Diplomacia Científica Africana](#), localizado em Kigali. A organização afirmou que esta iniciativa representa uma oportunidade para aprimoramento da colaboração científica em todo o continente africano e visa capacitar profissionais africanos na área de diplomacia científica e tecnológica.⁶³

Força de trabalho da saúde

A EPHA lançou documento sobre a [força de trabalho de saúde na União Europeia](#), trazendo seu posicionamento sobre os desafios e as formas de enfrentar o problema da escassez de pessoal. O documento surge após a publicação do Quadro de Ação da OMS sobre a Força de Trabalho da Saúde e dos Cuidados e no contexto da Presidência Belga do Conselho, que planeia fortalecer a agenda da saúde, considerando que a questão da força de trabalho é reflexo de um conjunto de múltiplas crises: laboral, educativa, de saúde mental, de igualdade de gênero e de crise de investimento financeiro. A organização reiterou a necessidade de planejamento para

⁶⁰ Fundación Huésped [Internet]. Belice, Jamaica y San Vicente y las Granadinas eliminaron la transmisión materno-infantil del VIH y la sífilis.; 15 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/belice-jamaica-y-san-vicente-y-las-granadinas-eliminaron-la-transmision-materno-infantil-del-vih-y-la-sifilis/>

⁶¹ Fundación Huésped [Internet]. Encuentro abierto: ¿Cómo acompañar a personas con VIH?; 16 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/encuentro-abierto-como-acompanar-a-personas-con-vih-2/>

⁶² STOPAIDS [Internet]. Saving lives, ending infectious diseases: Briefing to Parliamentary Candidates; 13 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2024/05/13/saving-lives-ending-infectious-diseases-briefing-to-parliamentary-candidates/>

⁶³ IAP [Internet]. Saving lives, ending infectious diseases: Briefing to Parliamentary Candidates; 16 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/launch-science-diplomacy-centre-africa>

mapear as necessidades dos sistemas de saúde e resolução da escassez de trabalhadores na saúde.⁶⁴

Dia internacional das enfermeiras

O International Council of Nurses (CIE) informou que mais de 600 enfermeiros participaram do webinar organizado no Dia Internacional dos Enfermeiros, quando lançou seu relatório sobre o [Poder Econômico do Cuidado](#), destacando o impacto econômico dos cuidados de enfermagem e demonstrando os benefícios econômicos de investir na enfermagem. Os painelistas discutiram a subvalorização da enfermagem, a necessidade de atrair mais estudantes para a profissão e a importância de proteger a força de trabalho de enfermagem. O Vice-Chefe de Enfermagem do CIE, David Stewart, reiterou o papel significativo que os enfermeiros desempenham tanto na saúde quanto na economia global.⁶⁵

Desigualdade de gênero

A Fundação Huésped anunciou que o documentário “Nada menos que la igualdad. Historia de una conquista por la Ley de Identidad de Género en Argentina” foi lançado e relata a história de como se conquistou a [Lei de Identidade de Gênero na Argentina](#).⁶⁶

A Women in Global Health postou no X notícia sobre o [desconhecimento de muitos governos sobre quantas Agentes Comunitárias de Saúde estão trabalhando](#) para oferecer saúde em seus países⁶⁷. As [ACS atuam como modelo para suas comunidades](#), como apresentado no relatório Leading Change (Liderando mudança)⁶⁸.

Embora as mulheres da área da saúde contribuam com 5% do PIB global, quase 50% [não são reconhecidas e remuneradas pelo trabalho que realizam](#)⁶⁹. É fundamental que os governos reconheçam, remunerem e cuidem adequadamente das trabalhadoras da saúde, mas o que tem acontecido é que os direitos das mulheres estão sendo atacados em todo o mundo, com movimentos contra os direitos que tentam reverter a igualdade de gênero e espalham desinformação e estigma, [prejudicando mulheres e meninas em todo o mundo](#)⁷⁰.

A Women in Global Health anunciou que realizará uma [investigação externa independente](#) sobre as operações institucionais de 2021 até 2024, abrangendo: boa governança,

⁶⁴ CARE [Internet]. EPHA healthcare workforce paper; 07 mai 2024 [citado 18 mai 2024]. Disponível em <https://epha.org/epha-newsletter-launch-epha-healthcare-workforce-paper/>.

⁶⁵ More than 600 Nurses attended the International Nurses Day webinar launching a new report on the Economic Power of Care. (2024, 14 de maio). ICN - International Council of Nurses. <https://www.icn.ch/news/more-600-nurses-attended-international-nurses-day-webinar-launching-new-report-economic-power>

⁶⁶ Fundación Huésped [Internet]. Presentamos el documental “Nada menos que la igualdad»; 14 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/presentamos-el-documental-nada-menos-que-la-igualdad/>

⁶⁷ Women in Global Health. WGH [Internet].; 18 mai 2024 [citado 15 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/womeninGH/status/1790660886497042689>

⁶⁸ Women in Global Health. WGH CHWs [Internet].; 18 mai 2024 [citado 13 maio 2024]. Disponível em: <https://x.com/womeninGH/status/1789932325771317514>

⁶⁹ Women in Global Health. WGH [Internet].; 18 mai 2024 [citado 10 maio 2024]. Disponível em: <https://x.com/womeninGH/status/1788778510854541420>

⁷⁰ Women in Global Health. WGH [Internet].; 18 mai 2024 [citado 09 maio 2024]. Disponível em: <https://x.com/womeninGH/status/1788642114818953520>

gestão organizacional, gestão financeira e financiamentos recebidos, recursos humanos e produtos entregues⁷¹.

Saúde do idoso

A Fundação Huésped informou que foi realizado um debate sobre [“Direitos e envelhecimento: desafios no atendimento à saúde sexual integral”](#), onde foram apresentados os resultados da pesquisa "Sexo maduro, sexo seguro" sobre atitudes, conhecimentos e percepções das pessoas idosas sobre sexualidade. Os resultados foram discutidos em uma mesa de troca de experiências sobre barreiras e facilitadores do acesso à saúde sexual das pessoas idosas, com a participação de profissionais de saúde, representantes de programas e órgãos públicos, pesquisadores e representantes de organizações da sociedade civil.⁷²

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) publicou documento com orientações sobre [saúde ocular](#), lembrando que doenças da retina não tratadas, como degeneração macular relacionada à idade (DMRI) e retinopatia diabética (RD), podem causar perda de visão e cegueira.⁷³

Saúde bucal

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), em colaboração com a Federação Internacional de Dentistas e o Centro Global de Saúde Oral Materna e Infantil da Universidade Nacional de Seul, deu início a uma [pesquisa global sobre a força de trabalho em saúde bucal](#) com o objetivo de identificar as várias categorias ocupacionais que atuam em saúde bucal em todo o mundo. Espera-se que esse inquérito proporcione uma compreensão abrangente do panorama global da força de trabalho em saúde bucal.⁷⁴

Biossegurança

A Interacademy Partnership anunciou o lançamento do relatório de biossegurança ["Mecanismo Consultivo de Ciência e Tecnologia para a Convenção sobre Armas Biológicas, Um Exercício de Prova de Conceito"](#). Este documento apresenta os resultados do "Encontro de Prova de Conceito para um Órgão Consultivo Científico para a Convenção sobre Armas Biológicas e Tóxicas", organizado pela IAP. O relatório destacou as deliberações centradas no potencial impacto da Inteligência Artificial na biossegurança global e na cooperação internacional. Os participantes enfatizaram a necessidade de um processo de revisão contínua para monitorar as

⁷¹ WGH. Women in Global Health Board statement | Full external independent investigation into the operations of Women in Global Health, Inc - Women in Global Health. Disponível em: <https://womeningh.org/women-in-global-health-board-statement-full-external-independent-investigation-into-the-operations-of-women-in-global-health-inc/>. Acesso em: 18 maio 2024.

⁷² Fundación Huésped [Internet]. Organizamos el conservatorio “Derechos y vejeces: desafíos en la atención de la salud sexual integral”; 13 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/organizamos-el-conversatorio-derechos-y-vejeces-desafios-en-la-atencion-de-la-salud-sexual/>

⁷³ IFA. International Federation of Ageing. (2024b, 17 de maio). *Untreated retinal diseases* [Imagem anexada] [Tweet]. Twitter. <https://twitter.com/IFAgeing/status/1791499830876934576>

⁷⁴ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. (2024, 8 de maio). Global Oral Health Workforce Survey: Understanding the Landscape | WFPHA. WFPHA | World Federation of Public Health Associations. <https://www.wfpha.org/global-oral-health-workforce-survey-understanding-the-landscape/>.

tendências da IA, especialmente suas implicações na biologia relevante para a Convenção sobre Armas Biológicas e Tóxicas.⁷⁵

Nutrição

A World Public Health Nutrition Association realizou uma série de webinars como atividades de reflexão sobre a Década da Nutrição 2016-2025. No [primeiro encontro](#), o tema discutido foi "Rumo à coerência de políticas sobre comércio e nutrição". O [segundo webinar](#) discutiu transparência, responsabilidade e boa governança por meio de ações implementadas sob o âmbito da Década da Nutrição^{76,77}.

Pandemias

O Grupo de Interesse Especial de Estudantes e Jovens Profissionais (SIG) da World Association for Disaster and Emergency Medicine (WADEM) organizou um webinar intitulado "[As lições foram aprendidas? Reflexões sobre pandemias: passado, presente e futuro](#)", o qual incluiu discussões sobre os cinco fatores que influenciam o aumento da frequência, do âmbito, da escala e do impacto das pandemias e de outras grandes catástrofes. Também foram discutidas iniciativas que podem melhorar a preparação coletiva para os setores de saúde e saúde pública.⁷⁸

Tratado de Pandemias

A People's Vaccine Alliance criticou a notícia de que [nenhum acordo foi alcançado nas negociações do Tratado de Pandemias](#) e fez um apelo para que os países ricos atuem em benefício de toda a humanidade, pelo fim de sua obstrução aos compromissos vinculantes significativos que garantiriam a equidade tão necessária no tratado. A organização afirmou que as negociações subsequentes exigem avanços em questões críticas, incluindo transferência de tecnologia, remoção de barreiras de propriedade intelectual, compartilhamento de benefícios do acesso a patógenos e financiamento para garantir um tratado que evite a repetição das terríveis falhas da covid-19.⁷⁹

Vacinação

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública publicou o relatório "[Investimento Sustentável em Imunização](#)". Este documento, elaborado pelo Grupo de Trabalho Internacional para a Política de Imunização, apresenta estudos de caso, ferramentas e

⁷⁵ IAP [Internet]. IAP releases meeting report on insights AI and biosecurity; 13 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/iap-releases-meeting-report-insights-ai-and-biosecurity>

⁷⁶ World Health Public Nutrition Association [Internet].[Tweet]; World Public Health Nutrition Association, 18 mai 2024 [citado 14 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/WPHNA/status/1790419458080862335>

⁷⁷ World Health Public Nutrition Association [Internet].[Tweet]; World Public Health Nutrition Association, 18 mai 2024 [citado 17 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/WPHNA/status/1791538404565618807>

⁷⁸ World Association for Disaster and Emergency Medicine. YouTube [Internet]. [Vídeo], Are Lessons Ever Learned? Reflections on Pandemics Past, Present, and Future - Dr. Peter Marghella; 7 maio 2024 [citado 16 maio 2024]; [133 min, 45 s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IJ7YEZ8Ukvl>

⁷⁹ People's Vaccine [Internet]. 2024 [cited 2024 May 18]. Rich country blocking results in failure to produce pandemic treaty. Available from: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/rich-country-blocking-results-in-failure-to-produce-pandemic-treaty/>

estratégias concebidas para ajudar os profissionais de saúde de todo o mundo na promoção do investimento sustentável nos programas de imunização.⁸⁰

População e desenvolvimento

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) registrou sua participação na [57ª sessão da Comissão sobre População e Desenvolvimento](#), quando teve a oportunidade de fazer uma declaração no plenário, solicitando um maior envolvimento dos jovens no processo de tomada de decisões e maior atenção a crianças e jovens, povos indígenas, pessoas com deficiência, refugiados e migrantes.⁸¹

Estudos de caso de advocacy

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública anunciou o lançamento da versão em espanhol de seu [Casebook on Advocacy in Public Health](#). O Casebook reúne 18 casos de defesa eficaz da saúde pública de todo o mundo para partilhar conhecimentos e melhores práticas e para apoiar associações e profissionais de saúde pública nas suas atividades.⁸²

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Pesquisa e desenvolvimento

Doenças Infecciosas

A Wellcome Trust publicou um artigo que discute a [falta de preparo global para futuros surtos de Zika](#). Antes considerada uma doença rara, o Zika agora se espalhou por 89 países, representando uma séria ameaça para gestantes e seus bebês. A organização ressalta que, embora haja pesquisas em curso para desenvolver vacinas e tratamentos, a prevenção ainda é crucial por meio do controle de mosquitos e adoção de práticas cotidianas seguras. Com o objetivo de enfrentar os desafios relacionados à Zika, a Wellcome financiou o Programa Mundial de Mosquitos, que libera mosquitos portadores da bactéria Wolbachia - uma estratégia que visa interromper a reprodução desses insetos transmissores em futuras gerações. Além disso, a organização apoiou pesquisas para compreender dados epidemiológicos da Zika. Por fim, a Wellcome destacou que os esforços globais negligenciam a pesquisa de questões sistêmicas nas comunidades periféricas, uma lacuna que precisa ser abordada, especialmente diante das mudanças climáticas globais.⁸³

⁸⁰ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. (2024b, 13 de maio). Launching the “Sustainable Investment in Immunization” Report | WFPHA. WFPHA | World Federation of Public Health Associations. <https://www.wfpha.org/launching-the-sustainable-investment-in-immunization-report/>

⁸¹ IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. (2024, 8 de maio). In the 57th session of the Commission on Population and Development [Vídeo anexado] [Tweet]. Twitter. <https://twitter.com/IFMSA/status/1788272475987411455>

⁸² WFPHA - World Federation of Public Health Associations. (2024b, 13 de maio). The Casebook on Advocacy in Public Health Is Now Available in Spanish! | WFPHA. WFPHA | World Federation of Public Health Associations. <https://www.wfpha.org/the-casebook-on-advocacy-in-public-health-is-now-available-in-spanish/>

⁸³ WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. What is Zika virus? Spread, prevention, and the threat to babies | News | Wellcome; maio 2024 [citado 16 maio 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/world-prepared-future-zika-virus-outbreaks>.

Na China, a Fundação Bill e Melinda Gates está financiando colaborações técnicas para expandir o [acesso à vacina contra o HPV](#), visando prevenir o câncer cervical em mulheres. Por meio de um programa piloto gratuito na região autônoma da Mongólia Interior, a fundação tem colaborado com cientistas, autoridades governamentais e profissionais de saúde para vacinar milhares de meninas, impulsionando a integração dessa vacina no programa nacional de imunização chinês.⁸⁴

A GAVI, the Vaccine Alliance, destacou [o uso eficaz de dados e tecnologia na luta contra a malária no continente africano](#). Ao apresentar iniciativas inovadoras que utilizam informações precisas para direcionar estratégias de prevenção e controle da doença, como o mapeamento detalhado das áreas de alto risco e a distribuição estratégica de recursos, a Gavi busca uma resposta mais ágil e eficiente, contribuindo para reduzir significativamente a carga da malária em comunidades vulneráveis. Além disso, a Gavi reforçou a necessidade de investimentos contínuos para fortalecer essas estratégias inovadoras, visando alcançar o objetivo ambicioso de eliminar a malária como uma ameaça significativa à saúde pública na África⁸⁵.

A GAVI, the Vaccine Alliance, apresentou o chamado [“potencial revolucionário” da nanotecnologia na produção de vacinas, capazes de fornecer uma proteção mais ampla contra futuros coronavírus](#). A Aliança destacou a capacidade das nanopartículas de ativar respostas imunológicas mais eficazes e específicas, possibilitando a criação de vacinas que ofereçam imunidade não apenas contra o vírus atual, mas também contra variantes e novos vírus semelhantes que possam surgir, o que promete impulsionar a resposta global a pandemias futuras, oferecendo capacidade para uma prevenção mais eficaz e ágil contra ameaças virais emergentes⁸⁶.

A GAVI, the Vaccine Alliance compartilhou um estudo que discute [a conexão entre mudanças climáticas e o aumento de doenças cerebrais](#). O estudo aponta que as mudanças climáticas, incluindo temperaturas extremas e poluição do ar, estão associadas a um maior risco de doenças cerebrais, como AVC e demência. Além disso, destaca a urgência de ações globais para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e proteger a saúde pública global, enfatizando a necessidade de estratégias de adaptação e redução de emissões de gases de efeito estufa⁸⁷.

Saúde sexual

O CORE Group colaborou com a Fundação Margaret A. Cargill para lançar um programa de pequenas bolsas com o objetivo de avançar [iniciativas de saúde sexual, reprodutiva, materna,](#)

⁸⁴ Bill & Melinda Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. How does the beginning of a partnership lead to the end of a deadly disease?; 1 maio 2024 [citado 16 maio 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/partners-china-hpv>

⁸⁵ Gavi, the Vaccine Alliance. Data as arms in Africa’s fight against malaria. Gavi, the Vaccine Alliance website. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/data-arms-africas-fight-against-malaria>. Acessado em: 16 maio 2024.

⁸⁶ Gavi, the Vaccine Alliance. Nanotechnology: vaccines could protect against unknown coronaviruses. Gavi, the Vaccine Alliance website. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/nanotechnology-vaccines-could-protect-against-unknown-coronaviruses>. Acessado em: 16 maio 2024.

⁸⁷ Gavi, the Vaccine Alliance. Climate change linked to worsening brain diseases, new study. Gavi, the Vaccine Alliance website. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/climate-change-linked-worsening-brain-diseases-new-study>. Acessado em: 16 maio 2024.

[neonatal, infantil e adolescente](#) em Bangladesh, Camboja e Nepal. Em Bangladesh, a Bangladesh Rural Economic Development (BRED) atua no distrito de Pabna. Os esforços da BRED incluem sessões educativas para mulheres grávidas, mães lactantes e adolescentes, capacitando-as com conhecimentos essenciais de saúde e aumentando a capacidade dos profissionais de saúde.⁸⁸

Mudanças climáticas

A GAVI, the Vaccine Alliance, abordou os [riscos à saúde associados às inundações](#), além de fornecer orientações sobre como identificar e prevenir problemas de saúde durante e após eventos de inundação. O artigo destacou a importância de estar atento a doenças transmitidas pela água, como diarreia e cólera, e às condições propícias ao aumento de vetores de doenças como os mosquitos. Além disso, a GAVI apresentou algumas sugestões práticas, como garantir acesso seguro à água potável e evitar o contato com água contaminada, para ajudar as comunidades a proteger sua saúde em situações de inundação⁸⁹.

Desigualdades de gênero

A GAVI, the Vaccine Alliance, discutiu a questão das [desigualdades de gênero existentes relativas ao diagnóstico de doenças entre homens e mulheres](#), pontuando cinco condições que realçam tal problema. Segundo a Aliança, dados referentes a ataques cardíacos, endometriose, Transtornos do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade e condições autoimunes (como por exemplo lúpus, esclerose múltipla) reforçam a disparidade no diagnóstico existente a partir da categoria gênero. Estudos apontam que as mulheres passam 25% mais de suas vidas com problemas de saúde debilitantes quando comparadas aos homens e o preconceito de gênero (*gender bias*) no levantamento de dados que sustentam diagnósticos, tratamentos e intervenções se mostra como um dos principais fatores que perpetuam esse quadro de desigualdade. A conclusão aponta que é importante promover investigações sensíveis ao gênero e, em última análise, implementar intervenções que não só reduzam o fardo das doenças, mas também alcancem uma maior equidade na saúde⁹⁰.

Finanças globais/ Governança global

A Fundação Rockefeller se manifestou sobre as Reuniões de Primavera de 2024 do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos Conselhos de Governadores do Banco Mundial (BM), quando diversos líderes governamentais estiveram juntos para discutir [soluções financeiras para os desafios globais de desenvolvimento e mudança climática](#). Liderados pela primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley, e seguidos por outras iniciativas globais, como o V20 e a Cúpula do Clima Africano, os participantes destacaram a necessidade de ampliar o financiamento para países de baixa e média renda, melhorar as operações dos bancos de desenvolvimento e aliviar o fardo da dívida. Temas-chave incluíram reformas nas instituições financeiras multilaterais,

⁸⁸ CORE Group. (2024, 3 de maio). CORE Group on LinkedIn: CORE Group is thrilled to partner with the Margaret A. Cargill Foundation. LinkedIn: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_core-group-is-thrilled-to-partner-with-the-activity-7192207340618567681-TpjS?utm_source=share&utm_medium=member_desktop

⁸⁹ Gavi, the Vaccine Alliance. Floods create health risks: what to look out for and how to avoid them. Gavi, the Vaccine Alliance website. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/floods-create-health-risks-what-look-out-and-how-avoid-them>. Acessado em: 16 maio 2024.

⁹⁰ Gavi, the Vaccine Alliance. 5 conditions that highlight the women's health gap. Gavi, the Vaccine Alliance website. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/5-conditions-highlight-womens-health-gap>. Acessado em: 16 maio 2024.

aumento do financiamento para os países mais vulneráveis, criação de espaço fiscal, alívio da dívida e utilização criativa dos Direitos Especiais de Saque do FMI. O esforço conjunto visou revitalizar o multilateralismo global e atender às necessidades urgentes dos países em desenvolvimento.⁹¹

EVENTOS

A Federação Mundial de Saúde Mental anunciou [convite público para a seleção da escolha do local para o seu próximo Congresso](#). As sugestões podem ser enviadas através de formulário nesse link e enviadas para info@wfmh.global.⁹²

A International Academy Partnership anunciou a [20ª Conferência Internacional sobre Saúde Urbana \(ICUH\)](#), organizada pela Sociedade Internacional de Saúde Urbana, acontecerá em Marrakech, Marrocos, de 18 a 21 de novembro de 2024. A ICUH é o principal encontro global para profissionais interdisciplinares, pesquisadores, formuladores de políticas e defensores da comunidade dedicados a melhorar a saúde urbana em todo o mundo.⁹³

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) [anunciou o 17º Congresso Internacional](#), a ser realizado na Cidade do Cabo, em setembro de 2025, com o tema geral Ação no Envelhecimento: Evidência, Política e Prática.⁹⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As OSC de interesse público continuaram muito ativas na última quinzena, concentrando suas manifestações nos efeitos das guerras e dos conflitos sobre a vida e saúde das pessoas. Ademais, a crise climática também ocupou um lugar significativo na agenda das OSC de interesse privado e público, ressaltando a intersecção de este fenômeno com a saúde mental, com a prevenção de doenças infecciosas e a valorização do trabalho de certas categorias profissionais dedicadas aos cuidados em contextos de eventos climáticos.

De modo similar aos informes de outras quinzenas, a diversidade de temas abordados é uma marca do presente informe. Com efeito, além dos conflitos armados e da crise climática, foram mencionados outros 15 temas: doenças crônicas e promoção da saúde, prevenção de HIV e outras IST, financiamento da saúde global, pesquisa e desenvolvimento, força de trabalho da saúde, saúde do idoso, saúde bucal, biossegurança, nutrição, pandemias, vacinação, *população e desenvolvimento*, finanças globais e governança global.

Um fato que merece registro especial é que, para além das divergências usualmente registradas entre as OSC de interesse público e as de interesse privado, este informe registra uma significativa convergência entre os dois grupos: a atenção às desigualdades de gênero. Com

⁹¹ ROCKEFELLER FOUNDATION. **Getting It Done**: Driving Finance Solutions for Development and Climate. Maio 2024. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/getting-it-done-driving-finance-solutions-for-development-and-climate/>. Acesso em: 17 maio 2024.

⁹² World Federation for Mental Health. World Federation for Mental Health [Internet]. World Federation for Mental Health; maio 2024 [citado 16 maio 2024]. Disponível em: https://wfmh.global/news/2024.24-05-08_congress-regional-event-application

⁹³ IAP [Internet]. Announcing the 20th International Conference on Urban Health; 13 Maio 2024 [citado em 17 Maio 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/urban-health-attend-icuh-20th-conference>

⁹⁴ IFA. International Federation of Ageing. (2024, 8 de maio). Ready to be part of the conversation shaping the future of ageing? Registration's OPEN for the #IFACConf2025 ! [Imagem anexada] [Tweet].

efeito, várias OSC dos dois grupos fizeram manifestações, mostrando que gênero, saúde e desigualdades estão intrinsecamente interligados em uma teia complexa que influencia profundamente a vida das pessoas em todo o mundo, sendo as barreiras financeiras, as normas culturais e sociais, a falta de educação e informação, a violência e a falta de serviços de saúde sensíveis ao gênero fatores que agravam a experiência da discriminação, dos riscos à saúde e da falta de acesso aos recursos necessários para alcançar a saúde. São necessárias então políticas e intervenções que reconheçam e enfrentem as raízes estruturais dessas disparidades, promovendo a igualdade de gênero em todos os aspectos da sociedade, incluindo o acesso equitativo aos cuidados de saúde. Por esse motivo, o título escolhido para o informe desta quinzena está relacionado às desigualdades de gênero, em um ponto que toca diretamente à saúde.

**Perto do fim e longe de um começo:
analisando os movimentos sociais contra exploração**

***Close to the end and far from a beginning:
analysing social movements against exploitation***

**Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho**

Resumo. Neste informe nos dedicamos às nossas 3 seções já conhecidas: Sistema Financeiro Internacional como guardião das desigualdades, Saúde e Clima, acrescentando uma quarta seção especial: movimentos estudantis pró-Palestina. Exploramos alguns documentos centrais, como a Negociação da Convenção Fiscal da ONU, o mais recente Projeto de Tratado sobre a Pandemia e os comentários do professor Schwalbe sobre o assunto e o relatório “Exportação de Extinção” da Third World Network que explora a conexão entre as políticas neoliberais que representam enorme perigo ao sistema terra.

Palavras-chave: Sistema Financeiro Internacional. Conferência de Terras do Banco Mundial. Financiamento Climático. Negociação da Convenção Fiscal da ONU. Tratado Pandêmico.

Abstract. *In this inform we dedicate ourselves to our 3 already known sections: International Financial System as a keeper of inequalities, Health and Climate, adding a fourth special section: pro palestine student movements. We explore some central documents such as the UN Tax Convention Negotiation, the newest Pandemic Treaty Draft and professor Schwalbe’s comments about it and the “Exporting Extinction” Third World Network’ report connecting neoliberal policies with the endangerment of the earth system.*

Keywords: *International Financial System. World Bank Land Conference. Climate Finance. UN Tax Convention Negotiation. Pandemic Treaty.*

Dividimos este informe em quatro seções, adicionando extraordinariamente uma entrada sobre os movimentos pró-palestina realizados por estudantes ao redor do mundo; e mantendo nossos habituais: Sistema Financeiro e suas desigualdades fabricadas, Saúde e Clima. Passamos pelos encontros primaveris do BM e do FMI e os protestos que geraram, a crise da dívida externa e a nova Convenção Fiscal da ONU. Em Saúde, exploramos as novidades ao redor do - tão perto, mas tão longe de sua conclusão - Acordo Pandêmico e a opinião da sociedade civil organizado a respeito de seus artigos e decisões, com a análise de documentos e cartas abertas, assim como comentários da professora Nina Schwalbe, indo de encontro às mobilizações globais por uma cobertura de saúde universal (UHC) e sua viabilidade estratégica dentro dos ODS e seu prazo em 2030. Em Clima, trazemos a World Bank Land Conference junto da resposta da Society for International Development evidenciando o papel das instituições de crédito internacional na manutenção do modelo extrativista e poluidor focado em combustíveis fósseis ratificado pelo dossier sobre o papel dos bancos dentro deste modelo econômico. Terminamos essa seção trazendo denúncias sobre o governo de Dani Boluarte no Peru e sua complacência com as grandes corporações que exploram os bens naturais peruanos e colocam em perigo os povos originários - a representação local e nacional do sistema que analisamos no

parágrafo anterior. Finalmente, em nossa seção extra, exploramos o movimento estudantil pró-palestina por “desinvestimento”.

Novidades no campo econômico-social que compõe a realidade da saúde global

Começamos com o campo econômico-social internacional a fim de traçar uma linha paralela aos movimentos organizados da sociedade civil, reconhecendo a influência das decisões das organizações internacionais - como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e as Nações Unidas - nas pautas, respostas e movimentos da sociedade civil organizada.

Primeiramente, dois destaques de eventos: O World Gathering for a Social Alternative, que aconteceu no final de abril, e o workshop da organização Global Health Hub (G2H2), que acontecerá no dia 25 de Maio.

O primeiro evento aconteceu em Caracas, Venezuela, e foi marcado pela união de movimentos internacionais das esferas sindicais, sociais e políticas da esquerda mundial e pelo reconhecimento do papel crucial que os movimentos civis ocupam dentro da construção de novos caminhos possíveis. Durante os dois dias de evento, foram discutidos modelos organizativos de massa capazes de combater o imperialismo e o fascismo, reconhecendo suas conexões com o modelo capitalista e sua necessidade de reprodução e exploração da desigualdade fabricada e destacando a necessidade de um projeto em comum entre as entidades e movimentos presentes, “soluções coletivas” capazes de criar possibilidades para problemas sociais e construir “uma nova civilização”, desafiando a visão pós- Guerra Fria do “fim da história” e a aceitação forçada do sistema do capital como única possibilidade imaginativa de realidade. Os painéis do evento estão disponíveis no canal de YouTube da ALBA e podem ser vistos [aqui](#).

O segundo evento, servindo essa entrada também como convite de participação ao workshop “World in flames: civil society lost in the impotence of international law” que será voltado para participação civil na busca por construir e buscar influência na tomada de decisões institucionais. Organizado ao redor de perguntas que procuram buscar caminhos possíveis para as relações entre guerra, solidariedade, impotência frente às organizações internacionais, raiva e medo e a busca pela proteção da multipolaridade como modelo de governança global - e a impotência das próprias organizações, em especial a World Health Assembly que começa 2 dias depois do workshop - o evento busca compreender as drásticas mudanças que cerceiam a realidade atual - desde a Pandemia do Coronavírus, a Guerra na Ucrânia, ao genocídio Palestino - fatores que vêm provocando o agravamento das desigualdades globais e o lugar que os movimentos civis devem ocupar dentro desta realidade. A inscrição para o evento pode ser feita [aqui](#).

O final de abril também foi palco temporal do quinquagésimo aniversário da New International Economic Order, proposta feita pelos países do chamado terceiro mundo em 1974 - à luz das independências das antigas colônias - que gerou uma declaração reconhecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O movimento pedia pelo estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento integrado e soberano que abrangeria a economia, o comércio internacional, a tecnologia e o sistema financeiro internacional. No aniversário de número 49, houve a reunião dos delegados representantes de mais de 25 países que juntos editaram a “Declaração de Havana” com 5 pontos principais ao redor de 8 ideais centrais. A declaração se propôs a reestruturar o movimento dos não alinhados à luz das novas tensões geopolíticas globais, renovando o projeto da Nova Ordem Econômica, promovendo o poder do Sul Global através do poder coletivo, instrumentalizando suas posições nos grupos internacionais - como

o G77 - e buscando aliados num projeto planetário, reconhecendo a necessidade de avançar com o projeto político, econômico e social da descolonização incompleta, na defesa da multipolaridade e da integração econômica equitativa. Nenhum mecanismo efetivo de promoção foi criado até agora, o que gerou críticas às propostas feitas em 2023, estressando a necessidade organizativa que será necessária para o avanço dos projetos e aspirações do grupo caso eles realmente queiram representar uma frente unida contra as instituições políticas neocoloniais que fazem reféns os países do Sul e seus sistemas de desenvolvimento - provocando o adoecimento de suas instituições e populações.

E falando nelas, o final do mês de abril também foi palco das reuniões de primavera do FMI e do WB e foram recebidas com intensos protestos da sociedade civil em Washington - onde as reuniões ocorreram - e ao redor do mundo. A organização Debt Justice descreveu a situação que já foi visitada em informes anteriores, a colonialidade das instituições, o sistema de debt based e transferência de capital do Sul para o Norte e as armadilhas dos empréstimos condicionais que inflam o debt-fossil-fuel trap:

“Estas duas enormes instituições desempenham um papel importante na definição das soluções que estão a ser oferecidas aos países de rendimento mais baixo em crise. Mas neste momento, as suas políticas estão a forçar os países a endividar-se ainda mais – 90% do financiamento climático que os bancos de desenvolvimento fornecem aos países vulneráveis ao clima ainda é sob a forma de empréstimos (loans) e não de subvenções (grants). Isto está a forçar os rendimentos mais baixos a pagar pela devastação causada por uma crise climática que não é da sua responsabilidade. Estes dois bancos de desenvolvimento dominados pelo Ocidente também estão a atribuir condições de destruição climática aos empréstimos. Ainda este mês, um novo relatório descreveu como o FMI está a pressionar a Argentina ao fracking para pagar a dívida. Tem havido uma resistência feroz por parte das comunidades locais e indígenas que já sofrem os danos ambientais e humanos destes projetos. É por isso que, na semana passada, milhares de ativistas em todo o mundo tomaram medidas para resistir às suas políticas prejudiciais.”

A necessidade de constantemente alocar fundos para o pagamento da dívida externa - que só aumenta através desse jogo de condicionalidades e necessidades - é uma das principais engrenagens da manutenção do empobrecimento do sul global. Como mostrado em inúmeros informes anteriores, muitos países gastam mais em ditos pagamentos do que em saúde, educação e projetos de moradia social. A dívida é uma armadilha de controle. O Human Rights Watch publicou um artigo explorando a relação entre a pouca alocação de fundos para o sistema de saúde e a dívida externa dos países africanos: dos 55 países membros da União Africana que assinaram e adotaram a Declaração de Abuja em 2001 - que propôs o comprometimento de pelo menos 15% do orçamento nacional anual para ações de fortalecimento da saúde - apenas 2 conseguiram cumprir a meta no ano de 2021. O HRW analisa o cenário externo de forma crítica, não condenando os 53 países que falharam em suas propostas, mas apontando o papel do sistema monetário financeiro internacional e como suas políticas de crédito criam arcabouços fiscais de escolhas impossíveis; quanto às políticas nacionais, certos movimentos internos foram destacados, como a necessidade priorizar a saúde e o sistema de direitos humanos e de combater fluxos fiscais ilícitos para aumentar as receitas públicas - interessante, mas sem uma política de cancelamento da dívida, não é o suficiente.

“Para abordar estes fatores externos, as instituições financeiras internacionais e outras, e os governos com rendimentos mais ricos - especialmente aqueles que mais contribuíram para as alterações climáticas - devem cumprir as suas obrigações em matéria de direitos humanos de

prestar assistência e cooperação internacional, garantindo que os governos africanos tenham espaço fiscal adequado e autonomia política para cumprir os parâmetros de referência de despesas vitais para a realização do direito ao mais elevado padrão de saúde possível.”

O mesmo assunto foi tratado no artigo de Abril da plataforma Project Syndicate - ainda que sob uma óptica de desenvolver o continente africano de forma a barrar o avanço dos empréstimos russos e chineses e, por extensão, do BRICS+ e do NDB - destacando a “responsabilidade” do ocidente em ajudar os países africanos a lidarem com sua crise da dívida de forma a fortalecer a aparelhagem do Estado, que necessita lidar com outras crises e conflitos internos. O artigo acerta em apontar a necessidade de responsabilização do ocidente - e do seu aparato financeiro - mas os motivos apresentados não são necessariamente os que devemos evocar na narrativa por um novo modelo monetário. O ocidente - e o mundo - devem a si solidariedade e responsabilidade compartilhada pelos fatos históricos de dominação e superexploração e, num movimento pró-futuro, pelo estabelecimento de uma possibilidade de crescimento mútuo e respeitoso.

Igualmente importante para o esboço de um novo modelo de desenvolvimento internacional, as negociações ao redor da Convenção Fiscal - UN Tax Convention Negotiations - das Nações Unidas terá seu primeiro rascunho apresentado em agosto deste ano.

A Global Alliance for Tax Justice publicou um *press release* sobre as negociações:

“As negociações abrangem a estrutura da Convenção Fiscal da ONU e questões de riqueza, ambiente e tributação das sociedades. A abordagem destas questões em nível internacional é necessária para uma ação eficaz. O abuso fiscal corporativo leva à perda de US\$ 483 bilhões a cada ano. Este abuso fiscal priva desproporcionalmente os países do Sul Global de financiamento para serviços públicos críticos. Estas negociações históricas permitirão que todos os países participem na tomada de decisões sobre regras fiscais globais.

O Grupo África apresentou a resolução que mandatou as negociações em novembro de 2023. A resolução foi aprovada com sucesso por maioria de votos, apesar de ter sido votada contra por muitos países da OCDE. O consenso foi então alcançado durante as negociações sobre as questões organizacionais em fevereiro de 2024.”

A Tax Justice Network - a partir da análise das sessões de fevereiro - redigiu um rascunho pessoal do que, nas suas palavras, poderia ser o mais importante rascunho de instrumento da justiça fiscal internacional.

“Rascunho do OP3

3. Solicita ao comite ad hoc, ao desenvolver o projeto de convenção, que adote uma perspectiva holística e de desenvolvimento sustentável que considere as interações com outras importantes áreas políticas econômicas, sociais e ambientais, para ter em conta as necessidades, prioridades e capacidades de todos os países, em particular nos países em desenvolvimento, e considerar, entre outros, os seguintes elementos indicativos:

- princípios gerais, incluindo os da soberania e da não discriminação; da efetiva prestação de informações fiscais; de atribuição justa de direitos tributários; de assistência e cooperação mútua; e de transparência e divulgação;
- definições, uso de termos e escopo, inclusive com referência à definição estatística formal da ONU de fluxos financeiros ilícitos;

- capacitação e assistência técnica, incluindo apoio aos países em desenvolvimento e colaboração com organizações internacionais;
- revisão e monitoramento da implementação da convenção;
- estabelecimento de uma Conferência das Partes e principais modalidades, incluindo o seu mandato, procedimentos e calendário;
- troca multilateral e automática de informações sobre contas financeiras e classes de ativos relacionadas, sem a exigência de reciprocidade imediata por parte dos países em desenvolvimento;
- boas práticas de governança e transparência nas transações financeiras para prevenir fluxos financeiros ilícitos e reforçar a integridade do sistema financeiro internacional;
- cooperação internacional, coordenação e transparência na recuperação de ativos provenientes de fluxos financeiros ilícitos;
- transparência dos beneficiários efetivos de empresas, trustes, parcerias e outros veículos jurídicos, através de registros públicos;
- transparência da atividade econômica dos grupos multinacionais através da exigência de publicação anual de dados de reporte país por país ao nível da empresa, em linha com a norma Tax:207 da Global Reporting Initiative e/ou outras normas robustas;
- divulgações públicas adequadas, incluindo políticas e práticas fiscais, por parte das autoridades fiscais nacionais para reforçar a responsabilização pública e a cooperação transfronteiriça eficaz;
- princípios comuns para uma aplicação eficaz e independente por parte das autoridades fiscais;
- tributação unitária baseada na repartição de formulários, a fim de garantir que o imposto sobre as sociedades seja cobrado nas jurisdições onde ocorre a atividade econômica real subjacente;
- procedimentos de resolução de disputas, inclusive por meio de acordo mútuo;
- princípios comuns para a tributação da riqueza;
- a criação de um Centro das Nações Unidas para a Monitorização dos Direitos Tributários, com responsabilidades que incluem:
 - um registo global de ativos, que combine componentes de dados públicos e componentes detidos de forma privada pelas autoridades fiscais e outros organismos responsáveis pela aplicação da lei, para apoiar a luta contra os fluxos financeiros ilícitos, incluindo o abuso fiscal;
 - um registo público da ONU para políticas fiscais e fiscais;
 - um registo público da ONU para a transparência empresarial; e
 - publicação de análises regulares do progresso, inclusive em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 16.4 (fluxos financeiros ilícitos) e 17.1 (tributação); e
- a criação de um secretariado para a convenção, com responsabilidades que incluem o apoio à Conferência das Partes e ao Centro das Nações Unidas para a Monitorização dos Direitos Tributários.”

Entre os assuntos tratados nas sessões de abril-maio, estiveram a evasão fiscal internacional, a reforma fiscal corporativa, a taxação de grandes fortunas e as questões de financiamento do meio ambiente e questões fiscais da crise climática. A próxima sessão começa em julho.

É importante destacar como o sistema financeiro internacional atual serve duplamente ao Norte Global. Primeiro, de forma a consolidar constantemente o sistema

econômico-político debt based - dívida, transferência de riquezas - e também podendo ser usado como arma política, como Israel está a fazer e como os Estados Unidos vem fazendo há décadas mediante sanções coercitivas unilaterais que - por mais de uma vez - já foram denunciadas como medidas contrárias aos direitos humanos.

“Cortar unilateralmente os bancos palestinos do sistema bancário global seria uma violação dos princípios fundamentais do direito internacional, alertaram hoje dois especialistas* da ONU, depois de um ministro israelita ter ameaçado revogar uma isenção de proteção emitida anualmente a dois bancos em Israel que mantêm ligações a instituições financeiras palestinas.

“Cortar unilateralmente os bancos palestinos do sistema bancário global também viola o princípio da igualdade soberana dos Estados, o princípio da não intervenção nos assuntos internos dos Estados, o princípio da cooperação de boa fé”, disseram os especialistas.

“A impossibilidade de transferências bancárias afeta indiscriminadamente todas as pessoas da Palestina, exacerbar a catástrofe humanitária em curso e afetará todos os direitos humanos fundamentais, incluindo o direito à alimentação, o direito à água e ao saneamento, o direito à saúde, a liberdade de não ser torturado e o direito à vida.”

A renúncia, emitida anualmente e assinada pelo ministro das Finanças israelita, protege os bancos israelitas de processos judiciais que envolvem a Autoridade Palestina por “transferência de fundos para grupos terroristas”. Sem esta proteção, os bancos israelitas ficarão expostos a ações legais e poderão romper os laços com os bancos palestinos. A isenção expirou em 1º de abril de 2024.”

Saúde

Após 2 anos, o Acordo Pandêmico está mais perto do que nunca de ter sua versão final materializada. Porém, inúmeras organizações civis da área da saúde global registraram suas insatisfações, desconfianças e apelos durante os meses de abril e maio. As preocupações são pontos trazidos em comum em todos os documentos: será o documento forte o bastante para desafiar o status quo?

A Feminists for a People’s vaccine - junto de outras 161 organizações assinantes - enviou uma carta aberta a Tedros, o Diretor Geral da OMS, no dia 26 de Abril, na qual frisa suas preocupações ao redor do futuro acordo, especialmente sobre a possibilidade do mecanismo de criar “equidade” e de instrumentalizar um PPPR - Pandemic Prevention, Preparedness and Response - baseado em solidariedade e acesso comum aos mecanismos de tecnologia e saúde. Os aspectos mais abordados foram transferência de tecnologia e acesso a patógenos (PABS) e financiamento, fazendo novamente referência à possibilidade e força do instrumento de modificar o status quo regulador da comunidade internacional.

“A ausência de mecanismos significativos que proporcionem concretamente resultados financeiros tangíveis para apoiar e facilitar a transferência de tecnologia, especialmente permitindo o compartilhamento de tecnologia proprietária e *know-how* com os países em desenvolvimento, para diversificar produção, é gritante. Igualmente desanimadora é a ausência de qualquer disposição para garantir o acesso rápido e suficiente a produtos de saúde essenciais, cruciais para países em desenvolvimento para responder a emergências de saúde, incluindo uma pandemia. O projeto de texto agrava a desigualdade ao impor uma vigilância onerosa e obrigações exigidas pelos países desenvolvidos, sem qualquer compromisso correspondente

dos países desenvolvidos para fornecer países com a assistência ou garantias financeiras e tecnológicas necessárias de acesso equitativo.”

Num movimento comum - e com um documento muito similar em pontos e ênfases datado no dia 27 de Abril - diversas organizações da saúde pública do Sul Global se reuniram, redigiram e assinaram um documento contestando os caminhos e possibilidades do acordo, focando nos aspectos de equidade, sistema de acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (o PABS), os trabalhadores da saúde e seus direitos e financiamento, sob o título provocativo “Um instrumento pandemico que não proporciona equidade é um fracasso”.

Em 15 de Maio, dia da nona sessão do Corpo Intergovernamental de Negociações (INB), a professora e pesquisadora Nina Schwalbe publicou atualizações: o futuro do instrumento como ele está depende da superação de trechos negados pelos trechos aprovados - ou seja, terem mais “sim” do que “não”. Caso isso não aconteça, o texto na sua “maior evolução” deverá ser apresentado ao World Health Assembly e a ela caberá o destino do instrumento. Schwabe compartilha as preocupações das organizações citadas acima e aponta os mesmos tópicos como problemáticos: PABS, equidade, financiamento e transferência de tecnologia - tópicos que, basicamente, seriam de fato capazes de criar um novo modelo de enfrentamento pandêmico ao financiar movimentos eficazes na prevenção através do compartilhamento de informações, transferência de tecnologia e acesso a patógenos. Avanços foram notados em áreas como recursos humanos, mas, sinceramente, até onde um bom RH poderá nos levar?

Relativamente ofuscado até agora, o tópico dos trabalhadores da saúde - presente no Artigo 7 do Acordo e no segundo documento emitido por organizações da sociedade civil trazido aqui neste informe - havia sido trazido também pela The Lancet num artigo de Março de 2024. Este tópico é de especial interesse, por trazer à mesa do Acordo a necessidade de uma preparação que englobe todos os “momentos” da construção de um sistema de saúde resiliente, deixando claro que a resposta a desafios de alto impacto - catástrofes, pandemias, eventos climáticos extremos com múltiplas vítimas - só serão bem administradas se o corpo de trabalhadores da saúde e sua estrutura estiver ao alcance de lidar com situações de baixo impacto - atender a população de forma adequada em sua totalidade, lidar com fluxos, gestionar saúde primária e essencial. “A força de trabalho em saúde e cuidados no Acordo Pandêmico: defender a equidade e proteger a capacidade coletiva para futuras pandemias”:

“A COVID-19 destacou, inequivocamente, a necessidade de políticas reforçadas de força de trabalho em saúde e cuidados e sistemas globais. À medida que os Estados-Membros negociam um novo Acordo sobre a Pandemia da OMS para garantir uma melhor colaboração, coordenação e ação coletiva para futuras pandemias, é fundamental aprender com os desafios vivenciados e vocalizados pela saúde e força de trabalho de cuidados durante a pandemia de COVID-19. O artigo 7º do texto de negociação faz referência à necessidade de fortalecer e apoiar a força de trabalho da saúde e dos cuidados. Na verdade, a maioria dos artigos do acordo é impossível executar sem grandes investimentos na saúde e força de trabalho de cuidado. Apesar disso, os negociadores ainda não aproveitaram totalmente o potencial para promover a equidade através do Artigo 7. As ações dos governos, particularmente os dos países de rendimento elevado (PAR), no domínio da saúde e a força de trabalho de cuidados ilustraram um conjunto abrangente de “nós coloniais” que perpetuam desigualdades em relações de poder dentro e entre jurisdições, com resultados desproporcionalmente negativos para os países de baixa renda e países de rendimento médio (PRMB). O Acordo Pandêmico apresenta uma oportunidade para desvendar esses nós, abordando desigualdades de longa data vividos pela força de trabalho da saúde e dos cuidados. Nós delineamos três maneiras de fortalecer e

expandir o Artigo 7, com o princípio subjacente de que uma estratégia eficaz requer um sistema de saúde fortalecido e respeitado e força de trabalho de cuidado. A primeira forma de reforçar e expandir o Artigo 7º é adotar uma definição operacional abrangente do conceito de saúde e força de trabalho de cuidado. O texto deve incluir linguagem que reconheça explicitamente a amplitude e a diversidade da força de trabalho da saúde e dos cuidados para garantir que os governos invistam em toda a gama de profissionais de saúde necessários para a prevenção, preparação e resposta a pandemias. Por exemplo, durante a COVID-19, a escassez de recursos biomédicos contribuíram para a falta de assistência médica adequada e falta de sistemas de oxigênio em PRMBs”

Isso nos leva a uma outra conversa: o quão perto estamos de termos uma cobertura de saúde universal (UHC)? Faltam 15 anos para 2030 e os ODS parecem cada vez mais inatingíveis e o mesmo ocorre com o objetivo de número 3. No dia 5 de Maio, a People’s Health Dispatch publicou um artigo sobre o futuro dos sistemas de saúde com aspirações de cobertura universal, propondo não uma nova implementação - como, por exemplo, “desistir” da saúde universal - mas sim uma nova estratégia, garantindo não apenas a “cobertura” - coverage - como sim, o acesso, junto de um processo de des-financeirização da saúde - já falado em tantos informes.

“A UHC tem sido promovida como uma estratégia de seguro de saúde patrocinada publicamente, com aquisição estratégica de um pacote seletivo de serviços essenciais a uma variedade de prestadores, incluindo o setor privado, através de planos de seguro de saúde privados. A sua estagnação ou desvio não é o fracasso da implementação de um conceito bem sucedido, mas o fracasso da estratégia. O esforço global para alcançar a “cobertura universal” em vez do “acesso universal” limita o financiamento público dos cuidados de saúde e, portanto, minimiza o financiamento real para os sistemas de cuidados de saúde primários.

Assim, limita a cobertura de serviços essenciais entre as populações mais pobres e rurais em todo o mundo. Os limitados fundos públicos são principalmente desviados para o fornecimento de diagnósticos dispendiosos, vacinas e intervenções seletivas dominadas por lobbies poderosos, paralisando os sistemas de saúde pública e promovendo indiretamente o crescimento de sistemas privados não regulamentados e com fins lucrativos.

O relatório da OMS apresenta uma nova iniciativa em resposta à falta de financiamento para os Cuidados de Saúde Primários (CSP). A Plataforma de Investimento com Impacto na Saúde é uma nova iniciativa de quatro bancos – o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BIsD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para fornecer 1,5 mil milhões de euros aos países de rendimento baixo, baixo e médio, sob a forma de empréstimos e subvenções concessionais para reforçar os CSP. Embora esta pareça ser uma intervenção estimulante para manter o fluxo de fundos essenciais nos CPS, ignora o facto de que os empréstimos irão paralisar estes países com dívidas, considerando o atual nível de endividamento. Em vez de depender da dívida para financiar os CPS, a estratégia deve centrar-se no cancelamento de dívidas e no aumento do financiamento público interno para reconstituir os CPS. Deverá também aumentar a cobertura de serviços essenciais de saúde e o desenvolvimento de sistemas sustentáveis.

É necessário organizar os serviços de saúde como um bem público e não como uma mercadoria adquirida a um espectro de prestadores de mecanismos de mercado livre. Os governos devem encarar a ideia de “Cobertura Universal de Saúde” com cautela e reformulá-la como “acesso universal” a serviços acessíveis, acessíveis e descentralizados, a preços acessíveis,

orientados pelo sector público, para garantir a protecção financeira mesmo dos milhares de milhões mais pobres e vulneráveis do mundo. Deve-se reiterar que os CPS não são um investimento financiável e os empréstimos não devem ser promovidos como um meio de promover os CPS ou o “acesso universal”.

Isto exige uma mudança para que os prestadores de cuidados de saúde públicos supervisionem a prestação de cuidados de saúde, com foco em garantir uma distribuição de recursos de qualidade, eficiente e justa e na melhoria da saúde da população. Os mecanismos de financiamento devem basear-se principalmente na tributação ou na segurança social, com uma transição gradual para um sistema de pagador único que seja equitativo e sustentável. À medida que nos aproximamos da próxima Assembleia Mundial da Saúde, os membros da OMS devem fazer desta mudança de paradigma uma prioridade.”

Clima

O Banco Mundial realizou, na segunda semana de Maio, a World Bank Land Conference com o lema de acesso à terra e à ação climática. Em resposta a uma instituição acusada internacionalmente de facilitar a apropriação de terras e de buscar soluções de mitigação claramente falhas - como os mercados de carbono e sua transferência de responsabilidade e destruição do sistema terra - a organização Society for International Development (SID) se uniu a pequenos produtores de alimento, povos indígenas, trabalhadores e comunidades de base e organizações da sociedade civil para denunciar a ambiguidade da instituição monetária e pedir por uma nova reforma agrária que seria mobilizada através de uma segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural em 2026 (ICARRD+20), já anunciado pelos governos da Colômbia e do Brasil. O documento traz também uma visão direta sobre os objetivos das instituições monetárias como veículos no neocolonialismo global, do capitalismo e da desapropriação de terras e direitos dos povos; políticas constantemente reforçadas pelas chamadas “soluções verdes” e pelas “finanças sustentáveis” - que de verdes e sustentáveis não tem absolutamente nada.

“Nós, as organizações abaixo assinadas, apelamos aos estados para:

- Impedir o Banco Mundial de se envolver na apropriação de terras e recursos e na destruição de territórios e ecossistemas, tanto direta como indiretamente, garantindo que todos os projetos, empréstimos, investimentos e garantias que impliquem ou facilitem negócios fundiários, hídricos e florestais, a violação do direito das pessoas e comunidades à terra e a destruição dos ecossistemas sejam imediatamente interrompidas, garantindo a responsabilização e as reparações de acordo com os critérios do direito internacional.

- Garantir que o Banco Mundial se abstenha de influenciar as políticas globais, regionais e nacionais

relativas à posse, terras e territórios, bem como às alterações climáticas e à protecção da biodiversidade.

- Implementar plenamente as suas obrigações no âmbito do quadro internacional de direitos humanos para concretizar os direitos à alimentação e à terra dos Povos Indígenas, camponeses, pescadores de pequena escala e trabalhadores, pastores, povos da floresta e outras comunidades, inclusive os Estados Unidos, sob a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), a Declaração sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Áreas Rurais das Nações Unidas (UNDROP), o Pacto Internacional

sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e as Diretrizes sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, Pesca e Florestas.

- Adotar medidas eficazes para abordar os fatores estruturais da apropriação concentração de terras, protegendo os direitos de posse das pessoas e comunidades e promulgando medidas redistributivas

políticas de reforma agrária.

- Apoiar a organização de uma segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural em 2026 (ICARRD+20), conforme anunciado recentemente pelo governo da Colômbia e apoiado pelo Brasil, como o espaço multilateral apropriado para acordar e coordenar

medidas eficazes para acabar com a apropriação de terras, superar a concentração de terras e garantir o clima, justiça ambiental, social e de género, bem como uma transição justa para a agroecologia. O processo que conduz a essa conferência precisa garantir a realização adequada, eficaz e a participação autônoma de organizações detentoras de direitos, e os estados devem fornecer recursos financeiros e apoio para permitir tal conferência.

- Tomar medidas concretas para abordar as causas estruturais profundas da crise da dívida global e

democratizar o sistema financeiro global para que este sirva aos direitos humanos e ao interesse público, em vez de interesses privados e corporativos, inclusive por:

- Acordar uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional para abordar de forma abrangente os paraísos fiscais, o abuso fiscal por parte de empresas multinacionais e outros fluxos financeiros ilícitos;
- Estabelecer um quadro jurídico multilateral sob os auspícios da ONU que aborda de forma abrangente a dívida insustentável e ilegítima, inclusive através de cancelamento extensivo de dívidas;
- Avaliar os riscos sistêmicos decorrentes de atividades financeiras não regulamentadas ou inadequadamente regulamentadas, instrumentos e atores do setor, incluindo regulação e supervisão do ativo da indústria de gestão (sistema bancário paralelo), regulação e supervisão de classificação de agências de crédito e um novo consenso global sobre a gestão da conta de capital;
- Eliminar os mecanismos de resolução litígios entre investidores e o Estado (ISDS) e concluir um instrumento internacional juridicamente vinculativo para regular as atividades de empresas transnacionais e corporações e responsabilizá-las por violações dos direitos humanos, apoiando o negociações em curso para um Instrumento Vinculativo da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos.

- Redirecionar o seu financiamento relacionado com a terra e as alterações climáticas do Banco Mundial para recursos reais com soluções implementadas pelas pessoas e comunidades nos seus territórios, garantindo participação adequada dos titulares de direitos na elaboração de políticas e em todas as fases dos projetos.”

Outros dois documentos publicados no início de Maio por organizações internacionais trazem a mesma denúncia sobre o papel do Sistema Financeiro Monetário Internacional. O

dossiê publicado pela Valori, de título “Os bancos que abriram a era da catástrofe climática” mostra como em apenas oito anos os 60 maiores bancos do globo injetaram cerca de 6 trilhões de dólares na indústria de combustíveis fósseis, através de créditos, falsas políticas de “green deal” e de desenvolvimento, superando o PIB de vários países europeus em atividades de falsa eficácia, que em realidade mantiveram o sistema exatamente como ele é. O segundo documento, um relatório da Third World Network em conjunto com a Biodiversity capital Research Group se chama “Exportando extinção: como o Sistema Financeiro Internacional restringe o futuro da biodiversidade” e explora em detalhes o papel desse mesmo sistema na manutenção de um modelo extrativista e debt base de economia de transferência de capital e de exploração das pessoas e natureza - o dinheiro vai pro Norte, a exploração vai pro Sul. Os 4 achados principais ratificam as acusações, mostrando a relação entre o Sistema Financeiro Internacional, as decisões nacionais e suas consequências diretas na economia local:

“1. Apoio dos governos aos setores extrativistas, em parte, porque eles estão tentando atrair investimento estrangeiro para seu país e manter capacidade de investimento.

2. Os governos também apoiam expansão do setor extrativista e continuidade para obter moeda estrangeira.

3. Instituições financeiras internacionais defendem as estruturas desiguais que subordinam estados, embora muitas vezes incentivando e às vezes obrigando escolhas políticas que forçam austeridade e sobrecarga de extrativismo.

4. No atual sistema político-econômico, a prossecução da estabilidade financeira empurra estados rumo ao extrativismo, restringe as opções políticas, e está em conflito direto com estabilidade ecológica.”

As decisões do Sistema Financeiro Internacional alimenta lógicas neoliberais nacionais, alimentando também o modelo de superexploração dos povos e da natureza, numa constante financeirização do sistema terra, como denuncia o veículo latino americano independent Wayka sobre o Peru: Dina Boluarte vem acelerando trâmites ambientais - basicamente mudando leis e ampliando concessões, como Sebastião Melo fez numa Porto Alegre pré-enchentes - para os empresários que desejam explorar os recursos naturais do país e que desejem “pular” as regras de controle ambiental. Apesar das fortes repressões do governo - Boluarte é famosa por usar a aparelhagem policial em *full* para lidar com protestos - representantes dos povos originários peruanos foram a Nova York pedir pelo não investimento de bancos na industria petrolera peruana - a PetroPerú - devido a seu papel poluente e “legado tóxico”, conforme mostrado pelo relatório da Amazon Watch *“Evaluación de los riesgos financieros, legales, ambientales y sociales de Petroperú”*.

“Em meados de abril, lideranças indígenas amazônicas dos povos Achuar, Wampis e Chapra, e uma comunidade de pescadores viajaram a Nova York (Estados Unidos) para pedir aos bancos que parassem de financiar a Petroperú devido ao legado de poluição que suas operações nos territórios do Amazônia e no norte do Peru. As lideranças indígenas e uma comunidade de pescadores são apoiadas no relatório “Avaliação dos riscos financeiros, jurídicos, ambientais e sociais de Petroperú” da Amazon Watch.

É necessário destacar que os bancos que trabalham com a Petroperú são JPMorgan Chase, Santander, HSBC, Citibank, Goldman Sachs, Bank of America, BBVA, BNP Paribas e Deutsche Bank.

Da mesma forma, Amazon Watch alertou que embora estes investimentos incentivem a violação dos direitos dos povos indígenas e coloquem em risco o meio ambiente, os bancos Citi e JPMorgan Chase dariam mais apoio à Petroperú, até um bilhão de dólares.”

À luz dos acontecimentos do Rio Grande do Sul, é importante dimensionar a destruição da natureza, do ecossistema, dentro do sistema e do modelo econômico que seguimos. Vemos, vez após outra, os lucros serem individualizados, vão e, quando não, são alocados para a indústria privada, usando governos como mera peça de transferência monetária sob a lógica neoliberal de “privatizar lucros, socializar prejuízos”, porque, quando a água sobe, quando a terra cede, quem paga a conta é - de fato - o mesmo Estado constantemente fragilizado sob os escombros do neoliberalismo de obediência do mercado.

Mobilização civil global e Palestina

Desde o início do mês de abril, notícias sobre estudantes ocupando universidades ao redor do mundo vem surgindo: em apoio ao povo Palestino, estudante de mais de 300 universidades ao redor do mundo - principalmente nos Estados Unidos - formaram acampamentos de ocupação pedindo pelo fim do financiamento ao genocídio palestino, pedindo a suas faculdades que não mais engajem com projetos que mandam dinheiro ou tecnologia para Israel - desinvestindo -, ampliando também suas exigências para o governo federal norte americano, para que esse pare de financiar direta e indiretamente as operações de Israel.

“O que significa desinvestimento?”

Desinvestimento é o processo pelo qual uma organização vende suas ações, ativos ou outros investimentos por razões políticas, éticas ou financeiras, de acordo com o site da Cornell Law School. No caso de uma universidade, desinvestir significaria retirar-se dos investimentos em certas empresas feitos com dinheiro do fundo de doações da universidade.

A exigência de desinvestimento não é nova no movimento contra a ocupação da Palestina por Israel. Na verdade, o desinvestimento é fundamental para o movimento Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), um esforço internacional que apela ao boicote às empresas acusadas de serem cúmplices da ocupação do território palestino, da guerra em Gaza e de violarem o direito internacional.”

Os acampamentos também buscam honrar os mártires palestinos, como o autor Refaat Alareer, assassinado no final de 2023, dando a suas bibliotecas públicas o nome do autor.

Os estudantes, professores e equipes educacionais foram recebidos com repressão em larga escala, apesar de suas atividades serem pacíficas, como rodas de diálogo, as já mencionadas bibliotecas públicas, ocupação de gramados com barracas, etc; as operações policiais de controle foram alimentadas por desagrado midiático, com a condenação dos acampamentos por veículos hegemônicos. As exigências “ultrajantes” que explicam a violência da repressão e a condenação da mídia: desinvestimento e transparência.

“Quais são as demandas de desinvestimento dos estudantes?”

- Os manifestantes da Universidade de Columbia, que começaram a construir acampamentos no campus em 17 de Abril, apelam a que a Universidade de Columbia se desfaça de empresas que acreditam lucrar com a guerra de Israel em Gaza.

- Os manifestantes em Columbia distribuíram um folheto durante o fim de semana de estudantes admitidos nos dias 20 e 21 de abril listando os nomes de algumas dessas corporações – Lockheed Martin, HEICO, BlackRock, Google e Microsoft – Caroline Anne Bissonnette, uma estudante de jornalismo em Columbia que tem coberto o protestos desde que começaram, disse à Al Jazeera.
- O website Alumni for Palestine da Universidade de Nova Iorque (NYU) apela à NYU para “rescindir todos os contratos de fornecedores com empresas que desempenham papéis activos na ocupação militar na Palestina e no genocídio em curso em Gaza, nomeadamente Cisco, Lockheed Martin, Caterpillar e General Electric”.
- Estudantes de diferentes universidades dos EUA apelam a uma maior transparência sobre os investimentos das suas instituições. Um estudante que faz parte dos acampamentos da Universidade Tufts, nos arredores de Boston, disse à Al Jazeera que uma das “maiores exigências dos estudantes” é que a universidade divulgue os seus investimentos.”

A mobilização dos estudantes do mundo ecoa também na carta aberta assinada por mais de 800 experts em saúde pública demandando um acordo de cessar fogo urgente e total que garanta o acesso à saúde aos palestinos e povos de Gaza, protegendo o povo e os trabalhadores da saúde e dando chance ao sistema de saúde para se recuperar - tendo ele sido alvo constante dos ataques de alto e baixo impacto de Israel, que há décadas pratica campanhas de fragilização contra os serviços de Gaza.

Nós reconhecemos a solidariedade universal que move os acampamentos e reconhecemos, no levante dos estudantes do mundo, o que pode significar o começo de uma rede global de resistência às opressões interseccionais - muito explorada por Davis em Freedom is a Constant Struggle - e nos unimos aos estudantes de Gaza em seus agradecimentos:

“Nós, os estudantes de Gaza, saudamos os estudantes da Universidade de Columbia, da Universidade de Yale, da Universidade de Nova Iorque, da Universidade Rutgers, da Universidade de Michigan e de dezenas de universidades nos Estados Unidos que se estão a levantar em solidariedade com Gaza e a colocar uma o fim do genocídio sionista-americano contra o nosso povo em Gaza”, escreveu o Secretariado de Estruturas Estudantis, composto por uma variedade de organizações estudantis que fazem parte de grupos de resistência maiores e partidos de esquerda – incluindo, entre outros, o Movimento de Resistência Islâmica, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina, o Movimento da Jihad Islâmica na Palestina, o Fatah, a Frente Popular para a Libertação da Palestina e o Partido Popular Palestino. Os estudantes de Gaza estão a expressar o seu apoio às dezenas de acampamentos estudantis que surgiram nos Estados Unidos, nos quais os estudantes ocupam espaços públicos nas suas universidades para exigir que as suas instituições se desfaçam de Israel.

“Saudamos os exemplos de solidariedade oferecidos por estudantes que enfrentam prisão, violência policial, suspensão, despejo e expulsão, a fim de exigir que as suas universidades acabem com a sua cumplicidade no genocídio sionista-americano e renunciem ao seu apoio à ocupação e aos aproveitadores da guerra que arme-o”, afirmaram os estudantes, referindo-se à demanda central de desinvestimento que tem sido alavancada pelos estudantes nos acampamentos.

Os palestinianos abrigados no campo humanitário sem lágrimas em Rafah criaram faixas em apoio aos estudantes norte-americanos, que penduraram nas suas tendas. Os cartazes

diziam “De Rafah, enviamos-lhes força”, “as crianças [de] Gaza estão orgulhosas de vocês” e “obrigado, estudantes da Universidade de Columbia”.

Para ouvir: **MACKLEMORE - HIND'S HALL**

Todo montante arrecadado dos streamings da canção será enviado para a Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para os Refugiados da Palestina.

<https://www.youtube.com/watch?v=fgDQyFeBBlo>

Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS
Science, Technology and Innovation for the SDGs

Regina Ungerer
Erica Kastrup
Tiago Nery

Abstract: UNOSSC published another newsletter outlining the most important activities in South-South and triangular cooperation, highlighting the integration of Agenda 2030 and Agenda 2063 for Africa. Also noteworthy is the ECOSOC Multilateral Forum on Science, Technology, and Innovation for the SDGs. Brazil's South-South Cooperation extends to ASEAN countries, and Brazil has already been designated as the bloc's sectoral dialogue partner. Another regional group that is among the priorities of Brazilian Foreign Policy is the African Union, through the New Partnership for Africa's Development (NEPAD) with a focus on developing technical and institutional capabilities in digital government, state transformation, management and science and technology and innovation. Specifically in the health area, the highlight was the 1st CPLP Human Milk Bank Congress, in Angola. The G-77 and China participated in another round of discussions on the Global Digital Compact and the Summit of the Future. They emphasized the importance of adequate funding for the Resident Coordinators, the UN Development System, and ECOSOC operations. During the Multilateral Forum on Science, Technology and Innovation for the SDGs, the focus was on revitalizing the global partnership for sustainable development, the ODA deficit and the importance of involving young people in decision-making to create better STI and ICT policies, which are the driving mechanisms for the transformation and achievement of the 2030 Agenda. The NAM emphasized its participation in the UNGA's 10th special emergency session, which granted Palestine UN observer status with privileges and obligations to restore its dignity. The Non-Aligned Youth Movement has begun preparing for COP29, which will take place in Azerbaijan. The South Centre reiterated its commitment to maintaining antimicrobial resistance as a top priority on the global health agenda. Presented an essay on the UN Framework Convention on International Tax Cooperation. Highlighted the importance of the right to development, climate justice and loss and damage and the right to development of children and future generations. Wrote about deforestation, traditional knowledge and biopiracy and about the treaty Intellectual Property, Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge.

Keywords: South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.

Resumo: UNOSSC publicou mais um boletim informativo com as atividades mais importantes da cooperação Sul-Sul e triangular com destaque para a integração da Agenda 2030 com a agenda 2063 para a África e para o Fórum Multilateral sobre Ciência, Tecnologia e Inovação do ECOSOC para os ODS. No Brasil, a cooperação Sul-Sul vem se desenvolvendo com a ASEAN e a União Africana, dois blocos regionais que estão entre as prioridades da Política Externa Brasileira. Especificamente na área da saúde, o destaque foi a realização do I Congresso de Bancos de Leite Humano da CPLP, em Angola. O G-77 e a China defenderam financiamento adequado para os Coordenadores Residentes para as atividades operacionais do ECOSOC durante mais uma rodada de discussões sobre o Pacto Digital Global e o Pacto para o Futuro. Durante o Fórum

Multilateral sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS, o foco foi a revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável, o déficit da ODA e a importância de incluir os jovens nas tomadas de decisão para criar melhores políticas de CTI e TIC, já que estas são mecanismos impulsionadores para a transformação rumo aos ODS. O MNA destacou sua participação na 10ª sessão especial de emergência da AGNU que permitirá a Palestina ser um Estado observador da ONU. O Movimento Jovem dos Não Alinhados já começou a se preparar para a COP29, que será realizada no Azerbaijão. O Centro Sul reiterou seu compromisso em manter a resistência antimicrobiana como alta prioridade na agenda de saúde global. Apresentou um ensaio sobre a Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Fiscal Internacional. Destacou a importância do direito ao desenvolvimento, justiça climática e perdas e danos e ao direito ao desenvolvimento das crianças e das gerações futuras. Escreveu sobre o desmatamento, conhecimentos tradicionais e biopirataria e sobre o tratado Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul

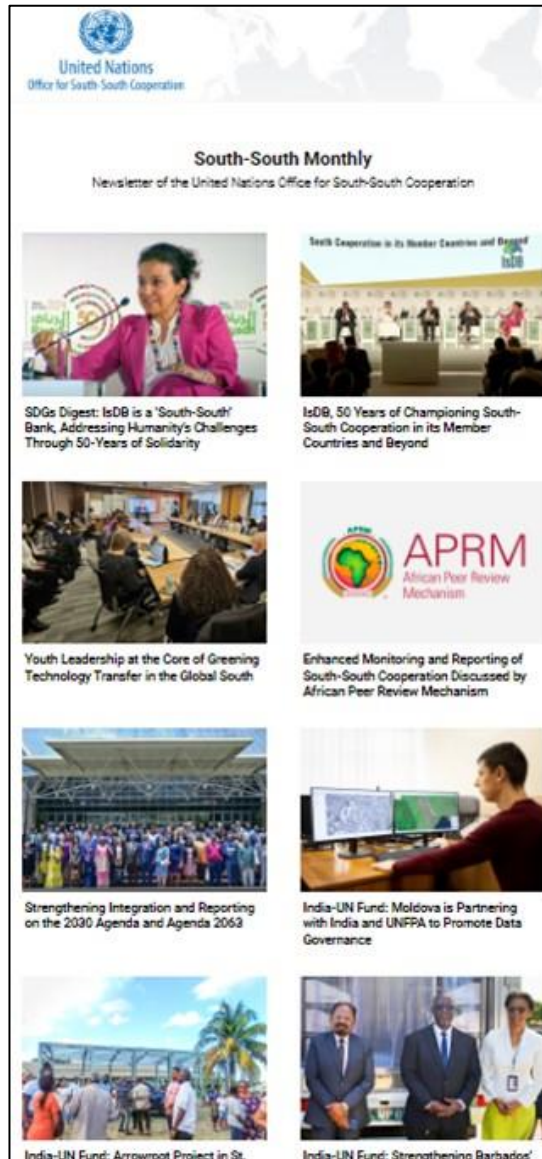
Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Nesta edição destacamos mais um Boletim do UNOSSC.

South-South Monthly é o boletim informativo do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul publicado mensalmente com as atividades mais importantes da cooperação Sul-Sul e triangular na ONU e em todo o mundo.

Basta clicar na figura abaixo, ou cada destaque para entrar no Boletim de abril de 2024.



- [SDG Digest: O Banco de Islâmico de Desenvolvimento é um Banco Sul-Sul que aborda os desafios da humanidade através de 50 anos de solidariedade](#)

- [IsDB 50 anos em defesa da cooperação Sul-Sul em seus países membros e outros países em desenvolvimento](#)

- [Liderança Jovem no Centro da Transferência de Tecnologia Ecológica no Sul Global](#)

- [Monitorização e Relatórios da Cooperação Sul-Sul discutidos pelo Mecanismo Africano de Avaliação por pares](#)

[Fortalecimento da Integração sobre a Agenda 2030 e a Agenda 2063](#)

- [Fundo Índia-ONU - A Moldávia é o único país da Europa em parceria com a Índia e o Fundo das Nações Unidas para as Populações \(UNFPA\) para promover a governação de dados como parte da Cooperação Sul-Sul](#)

- [Fundo Índia-ONU - Primeira fase do projeto para modernizar a indústria de araruta de São Vicente e Granadinas concluída](#)

- [Fundo Índia-ONU - Fortalecendo o Sistema de Saúde de Barbados no Período de Transição da Recuperação da COVID-19](#)

- [Fundo Índia-ONU - Fortalecendo a resiliência das comunidades locais no Togo](#)

- [Sessão de aprendizagem realizada para Data to Policy Network para formuladores de políticas](#)

- [A capacitação está reforçando o sistema de segurança e qualidade alimentar do Equador](#)

- [Solar Mamas: as Mulheres trazendo energia e luz para suas aldeias](#)



<https://twitter.com/UNOSSC>

9 e 10 de maio de 2024 - Fórum Multilateral sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Este é um evento anual e colaborativo convocado anualmente pelo ECOSOC. Faz parte do Mecanismo de Facilitação de Tecnologia e disponibiliza informações sobre iniciativas, programas e mecanismos de CTI existentes e reúne as partes interessadas relevantes para contribuir ativamente nas suas áreas de especialização.

Durante a sessão sobre o **aproveitamento da inovação digital para a paz sustentável e a resiliência no contexto das alterações climáticas**, a Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib ressaltou a importância da ciência e tecnologia como meio para enfrentar os desafios do desenvolvimento.

No entanto, as desigualdades entre os países impedem que todos possam aproveitar as oportunidades de CTI pois a violência e os conflitos são exacerbados por um número crescentes de desastres relacionados com o clima. No Sul Global, estes desafios tornam-se ainda mais urgentes.

O Brasil na cooperação Sul-Sul

A ASEAN, bloco de países do sudeste asiático formado por Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã está no foco da Política Externa Brasileira.

Em 2022, o Brasil recebeu o status de Parceiro de Diálogo Setorial do bloco⁹⁵. Em dezembro de 2023, uma delegação desta associação de países visitou o Brasil com o objetivo de explorar possíveis áreas para a cooperação. Foram visitadas várias instituições nacionais de excelência como a Embrapa, a Petrobrás e o Serviço Nacional de Apoio à Indústria (SENAI) e, na área de saúde, a Fiocruz⁹⁶.

No dia 06 de maio de 2024, uma delegação brasileira liderada pela Agencia Brasileira de Cooperação (ABC) com representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Estadual do Oeste do Paraná esteve em Kuala Lumpur, capital da Malásia, para uma missão de prospecção que poderá dar origem a um novo projeto de cooperação Sul-Sul com o país que teria como enfoque aumentar a produtividade da aquicultura em pequenas áreas, com foco na produção de tilápia e camarões. Até o fim de maio as instituições brasileiras vão apresentar uma minuta do projeto⁹⁷.

Outro bloco regional que está entre as prioridades da Política Externa Brasileira é a União Africana.

Entre os dias 21 a 26 de abril de 2024, representantes de seis países africanos e da Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD) no âmbito do Projeto de

⁹⁵ <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/admissao-do-brasil-como-parceiro-de-dialogo-setorial-da-asean>

⁹⁶ <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/membros-da-asean-conhecem-diversos-setores-para-possiveis-parcerias-no-brasil>

⁹⁷ https://www.instagram.com/p/C6pDwIoSbp2/?img_index=1

Cooperação Trilateral Brasil – Reino Unido – África – Fase II: “Coleta e uso de dados na elaboração de políticas públicas em Essuatíni e Seychelles” estiveram no Brasil e participaram da Oficina de Formatação da nova fase do projeto. A nova fase prevê uma expansão da cooperação entre o Brasil e a União Africana, por meio da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), com foco no desenvolvimento de capacidades técnicas e institucionais em governo digital, transformação do Estado e gestão, e fomento dos respectivos ecossistemas de ciência e tecnologia e inovação.

Nesse momento, o governo brasileiro deseja estreitar os laços com o bloco para promoção de parcerias em áreas como o combate à fome e à pobreza, a proteção do direito à saúde e à educação, a preservação dos recursos naturais, do meio ambiente, e outros interesses comuns⁹⁸.



<https://www.gov.br/abc>

Especificamente na área da saúde, o destaque foi a realização do **I Congresso de Bancos de Leite Humano da CPLP**, em Angola entre os dias 14 e 16 de maio de 2024.

Os bancos de leite, desenvolvidos como uma tecnologia social pela Fiocruz, são reconhecidos pela OMS como uma das iniciativas que mais contribuíram para a redução da taxa de mortalidade infantil no mundo na década de 1990. Atualmente, são tema de projetos de cooperação Sul-Sul em saúde oferecidos pelo governo brasileiro à mais de 20 países do Sul

global⁹⁹.

O evento em Angola iniciou com uma atividade pré-congresso coordenada por técnicos do Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz e que contou com a participação de mais de 100 pessoas, oriundas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique, Paraguai, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Nos dias seguintes foram organizadas várias oficinas e debates que reafirmaram a Rede de Bancos de Leite da CPLP como uma das iniciativas brasileiras mais bem sucedidas de cooperação em saúde com países africanos. No dia 16 de maio, foi apresentado o Plano de Ação da Rede de Bancos de Leite da CPLP e assinada a Carta de Luanda 2024.

⁹⁸ <https://www.instagram.com/p/C6rol0fJfwq/>

⁹⁹ <https://www.iff.fiocruz.br/index.php/pt/?view=article&id=1145:congresso-bancos-leite-humano-cplp-online&catid=8>



Outra vertente da cooperação brasileira reafirmada na quinzena foi a Parceria Brasil e o Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNFPA) para a Promoção da Cooperação Sul-Sul. A cerimônia de assinatura de compromisso ocorreu em Brasília, em 09 de maio de 2024, no Palácio Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores¹⁰⁰. O documento base do programa foi construído de modo participativo e contempla prioridades estratégicas do governo brasileiro e do UNFPA em temas regionais e globais de interesse comum para a cooperação trilateral com outros países no período 2024-2028. Com ações previstas na área de saúde, a cerimônia contou com a presença do presidente da Fiocruz, Mario Moreira.

No mesmo evento, foi celebrada a reinstalação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), pela Secretaria Geral da Presidência da República, com o objetivo de contribuir para políticas integradas de população e desenvolvimento, seguindo as recomendações da Conferência do Cairo de 1994, que completa 30 anos esse ano. A Conferência do Cairo representou um marco histórico que colocou os direitos humanos no centro da agenda global e destacou os vínculos entre a saúde sexual e reprodutiva com aspectos da população e do desenvolvimento.

Solidariedade com o Rio Grande do Sul

Um destaque de grande importância tem sido a solidariedade que o Brasil vem recebendo de diversas partes do mundo desde que as inundações, sem precedentes, atingiram o Rio Grande do Sul.

São mensagens de condolências, muitas seguidas de diferentes ofertas de apoio vindas de governos estrangeiros, da sociedade civil, do terceiro setor, de entidades privadas internacionais e de particulares para atender às atuais necessidades emergenciais da população gaúcha.

A primeira oferta, como destacado no [Informe 7 CRIS/Fiocruz](#), de ajuda de governo estrangeiro foi de um helicóptero Bell 212, da Força Aérea Uruguaia, com equipamento de resgate aéreo e tripulação.

Já a Argentina doou 72 mil comprimidos para purificação de água, 2 estações móveis de purificação de água, além de ter dado apoio à elaboração de mapas analíticos para auxiliar na tomada de decisão sobre as ações no terreno.

Chile e Colômbia também ofereceram apoio à elaboração de mapas analíticos mediante o processamento de imagens de satélite de zonas afetadas. A FAB já está recebendo esse material de suas homólogas chilena e colombiana.

Tal ajuda direcionada por governos de países vizinhos está sendo coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação.

¹⁰⁰ https://www.instagram.com/p/C6w4jWJPsw/?img_index=1

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹⁰¹, Nairóbi (UNEP)¹⁰², Paris (UNESCO)¹⁰³, Roma (FAO/IFAD)¹⁰⁴, Viena (UNIDO)¹⁰⁵ e Washington (G-24)¹⁰⁶.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

De 24 de abril a 06 de maio de 2024, o G-77 e a China participaram de 9 reuniões da AGNU e os trabalhos se intensificam com a aproximação da Assembleia Geral em setembro.

New York 16 de maio de 2024

Declaração feita pelo Sr. Marvin Ikondere, 3º Secretário da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na apresentação do Rascunho 1 do Pacto para o Futuro

O G-77 e a China começaram esta declaração agradecendo os facilitadores por terem apresentado um rascunho reduzido de 70 para 13 páginas, sem muita alteração substancial no texto, pois o Pacto Digital Global deve ser conciso e orientado para a ação, com objetivos realistas e alcançáveis, para apresentação aos Chefes de Estado e de Governo em setembro de 2024.

O grupo também observou que foram incluídos pontos relevantes para o G-77, e ao mesmo tempo, evitando demasiadas duplicações, mas irá examinar este rascunho com mais atenção para garantir que os principais objetivos do Grupo estejam refletidos no Pacto.

New York 15 de maio de 2024

Declaração feita pelo Embaixador Godfrey Kwoba, Representante Permanente Adjunto da República de Uganda, em nome do G-77 e da China na apresentação do Rascunho 1 do Pacto para o Futuro

Considerado um rascunho conciso, em que os co-facilitadores reduziram um documento de 230 para 20 páginas, o G-77 e a China continuam com o seu compromisso de participar ativamente neste processo intergovernamental, e com o firme propósito de examinar o rascunho, concentrando-se nas principais prioridades, para garantir que os principais objetivos do Grupo sejam refletidos no Pacto do Futuro.

¹⁰¹ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

¹⁰² UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹⁰³ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹⁰⁴ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹⁰⁵ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹⁰⁶ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

O grupo observou que foram incluídos vários itens considerados importantes e levantados pelo G-77 em ocasiões prévias e depois que todos tiverem tempo de analisar atentamente o documento, o G-77 e a China esperam que o resultado final seja ambicioso e orientado para a ação e que possa ser acordado por consenso por todos os Estados Membros.

New York 14 de maio de 2024

Declaração feita pela Sra Célia Kafureka Nabeta, Ministra Conselheira da Missão Permanente de Uganda, em nome do G-77 e da China durante a apresentação do relatório do presidente do grupo de desenvolvimento sustentável da ONU sobre o escritório de coordenação de desenvolvimento e o sistema de Coordenadores Residentes¹⁰⁷

É crítico, o papel que o sistema de Coordenadores Residentes desempenha para o sistema de desenvolvimento da ONU, no apoio à implementação da Agenda 2030 e para a realização dos 17 ODS nos países que fazem parte do programa. O Grupo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas concentra seus esforços para garantir que o sistema de Coordenadores Residentes cumpra o seu mandato.

De acordo com o G-77 e a China, o sistema de desenvolvimento da ONU centrado no desenvolvimento sustentável continua a ser fundamental para acelerar as ações para implementar a Agenda 2030, cujo progresso é atualmente de 15%.

No entanto, o baixo financiamento deste sistema afeta a capacidade dos Coordenadores Residentes para apoiar os países em desenvolvimento para que possam cumprir seus ODS. É mais importante do que nunca que o sistema de desenvolvimento da ONU receba o financiamento necessário para apoiar as prioridades dos países do programa.

Neste contexto, o G-77 e a China apelam à comunidade internacional, em particular aos países desenvolvidos, para que aumentem o financiamento básico para as entidades do sistema de desenvolvimento da ONU.

Todavia, os compromissos de todo o sistema de Coordenadores Residentes assumidos através dos Quadros de Cooperação não se traduzem uniformemente numa prestação coordenada no país. Para isso, seria necessário um melhor alinhamento da programação das entidades do sistema de desenvolvimento da ONU e a configuração das suas capacidades com os Quadros de Cooperação, e o reforço da monitorização e da elaboração de relatórios sobre como as atividades específicas das entidades contribuem para as equipas coletivas da ONU nos países, em linha com as prioridades e necessidades nacionais dos países do programa. A este respeito, solicitaram uma supervisão firme através dos órgãos de governo das entidades da ONU para garantir uma prestação coordenada a nível nacional.

New York 14 de maio de 2024

Declaração feita pelo Embaixador Godfrey Kwoba, Representante Permanente Adjunto da República de Uganda, em nome do G-77 e da China no diálogo de Alto Nível entre o Secretário Geral da ONU e os Estados-Membros sobre as atividades operacionais do ECOSOC de 2024 para o segmento do desenvolvimento

O Embaixador começou dizendo que o segmento de atividades operacionais para o desenvolvimento do ECOSOC 2024 será realizado quando apenas 15% das metas dos ODS estão no caminho certo para serem alcançadas até 2030. Com este nível de progresso na

¹⁰⁷ [G-77](#)

implementação da Agenda 2030 é evidente que muitos países em desenvolvimento serão deixados para trás.

O lento progresso destes países está relacionado ao fracasso da comunidade internacional em contribuir com os meios de implementação necessários para que os países em desenvolvimento possam fortalecer suas ações nacionais e acelerar a implementação da Agenda 2030.

Não há dúvidas de que ações concretas devam ser implementadas urgentemente, em todo os níveis para fazer da Agenda 2030, uma realidade possível. A comunidade internacional, especialmente os países desenvolvidos, devem honrar seus compromissos e disponibilizar recursos para a implementação da Agenda 2030 nos países em desenvolvimento.

O sistema de desenvolvimento da ONU é fundamental no apoio aos Estados na implementação da Agenda 2030, e o G-77 e a China reiteraram a sua posição de que a ONU deva se concentrar na erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões.

Com um baixo nível de financiamento para estas atividades dentro do sistema de desenvolvimento da ONU, os países em desenvolvimento enfrentam enormes desafios financeiros, que prejudicam os seus esforços para implementar plenamente a Agenda 2030. Portanto, é necessário que os doadores aumentem sua contribuição para o desenvolvimento no sistema da ONU para garantir que o sistema seja mais estratégico e responda às necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento.

O papel desempenhado pelo sistema de Coordenadores Residentes como catalisador para o desenvolvimento sustentável nos países é bastante reconhecido. É necessário disponibilizar ferramentas adequadas ao sistema de desenvolvimento das Nações Unidas e ao sistema de Coordenadores Residentes, em particular financiamento adequado para melhorar os resultados nos países do programa.

Mais uma vez, o Grupo insistiu para que os países desenvolvidos assumam seus compromissos no pacto de financiamento, pois eles têm a obrigação e o compromisso de ajudar os países em desenvolvimento a cumprirem com seus objetivos de desenvolvimento. Para isso, deve haver um orçamento conjunto de atividades e execução de programas, de acordo com os Quadros de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que é o instrumento mais importante para o planejamento e implementação das atividades de desenvolvimento da ONU em nível nacional.

New York 09 de maio de 2024

Declaração feita pelo Sr Alfred Okot Okodi, secretário permanente do Ministério da Água e do Meio Ambiente da República de Uganda, em nome do G-77 e da China na nova sessão ministerial do **Fórum Multilateral sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**



https://www.youtube.com/watch?v=ApuM2coa5_w

Como já explicado na sessão do UNOSSC, este é um evento anual e colaborativo promovido pelo ECOSOC. Faz parte do Mecanismo de Facilitação de Tecnologia e disponibiliza informações sobre iniciativas, programas e mecanismos de CTI existentes e reúne as partes interessadas relevantes para contribuir ativamente nas suas áreas de especialização.

Na ocasião, o secretário do Ministério da Água e do Meio Ambiente de Uganda disse que os principais desafios que os países em desenvolvimento enfrentam hoje na área da ciência, tecnologia e inovação estão condicionados, entre outras coisas, pela injusta ordem econômica internacional prevalente e pela atual arquitetura financeira internacional que são os principais fatores para o aumento da pobreza extrema e em contrapartida, da riqueza.

Soma-se a isso o peso crescente da dívida externa; a fragilidade dos sistemas de saúde e de educação; as medidas coercivas unilaterais; as múltiplas crises, incluindo a crise econômica e financeira; os efeitos negativos da pandemia da Covid-19; os conflitos; a insegurança alimentar e energética; a volatilidade do mercado; a inflação; as políticas monetárias vigentes; o fosso digital entre os países e os desafios ambientais.

Para fortalecer a implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável, deve-se rever a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

Em 2022, o fluxo líquido da ODA atingiu 206 bilhões de dólares, marcando um aumento de 15,3% em termos reais em relação a 2021. Este foi o quarto ano consecutivo em que a ODA ultrapassou os seus limites com uma das mais elevadas taxas de crescimento registradas em sua história. No entanto, a ODA total em percentagem do rendimento nacional bruto continua abaixo da meta de 0,7%, atingindo 0,37 por cento em 2022.

Este aumento deveu-se principalmente aos gastos internos com refugiados e à ajuda à Ucrânia. Os custos com refugiados nos países doadores chegaram a 29,3 bilhões de dólares em 2022, ou 14,2% da ODA total. Somente para Ucrânia, este valor foi da ordem de 16,1 bilhões de dólares ou 7,8% da ODA total. As estimativas iniciais indicam que os países gastaram 11,2 bilhões de dólares com atividades relacionadas com a Covid-19, uma diminuição de 45% em comparação com 2021 e os fluxos líquidos de ODA para os países em desenvolvimento registrou um declínio de mais de 7,4% se comparado com 2021.

É mais do que necessário que os países desenvolvidos cumpram os compromissos não cumpridos em matéria de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e aumentem ainda mais esta ajuda para atividades científicas, tecnológicas e de inovação nos países em desenvolvimento.

É necessário envolver a população jovem, que têm um desempenho um papel fundamental na promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável.

Globalmente, as pessoas com menos de 45 anos estão significativamente sub-representadas em posições de tomadas de decisões em relação às populações nacionais. É também fundamental ter parlamentares mais jovens, que possam criar melhores políticas de CTI.

Para tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos, é necessário educar os jovens sobre as alterações climáticas.

Estudantes e jovens em todo o mundo exigem medidas urgentes de combate às ações climáticas nocivas e querem informação e educação abrangente e de qualidade para prepará-los para um futuro sustentável. 94% dos países relatam que a educação sobre as alterações climáticas está incluída nos seus currículos. No entanto, as evidências sugerem o contrário. Já que 47% dos quadros curriculares de 100 países revela que não há qualquer menção ao clima. Embora 95% dos professores reconheçam a importância de discutir o tema com os alunos, apenas cerca de 1/3 consegue explicar eficazmente os efeitos das alterações climáticas na sua região. Além disso, 70% dos jovens entendem apenas os princípios gerais das alterações climáticas. Um em cada cinco jovens está despreparado para entender verdadeiramente as alterações climáticas e participar de medidas de mitigação. Jovens de todas as partes têm enfatizado a necessidade de uma educação interdisciplinar e orientada para a ação para compreender as complexidades globalmente relevante e adaptar às realidades locais.

Através da otimização da ciência, tecnologia e inovação, pode-se informar e educar estes jovens para que possam cumprir seu papel e enfrentar as alterações climáticas nas suas comunidades e fora dela.

A ciência, a tecnologia e a inovação, incluindo as tecnologias de informação e comunicação, tornaram-se centrais para enfrentar os desafios globais e são um dos mecanismos impulsionadores da transformação para acelerar o progresso no sentido da realização da Agenda 2030 e os ODS.

As medidas coercitivas unilaterais prejudicam os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e no direito internacional e impedem o avanço da ciência, tecnologia e inovação e a plena realização do desenvolvimento econômico e social, particularmente nos países em desenvolvimento e, portanto, devem ser eliminadas imediatamente.

A transferência de tecnologia é uma das principais prioridades dos países em desenvolvimento na implementação da Agenda 2030. Por conseguinte, é necessário acelerar a transferência de tecnologia em condições favoráveis.

É, portanto, pertinente continuar a abordar esta questão nos debates internacionais e defender os interesses dos países em desenvolvimento de forma contínua e forte, e que as suas reivindicações e aspirações sejam consideradas.

New York 07 de maio de 2024

Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 146 da agenda: aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de manutenção de Paz da ONU: Base logística da ONU em Brindisi e centro de serviço regional em Entebbe durante a retomada da segunda parte do 5º Comitê da 78ª sessão da AGNU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

No que diz respeito à Base Logística das Nações Unidas em Brindisi, "UNLB", o G-77 e a China questionaram o aumento de mais de 20% no orçamento relacionado a 2022/2023 direcionados à manutenção das instalações e infraestruturas, devido à urgência das obras. Enquanto é importante realizar manutenção periódica dos postos de trabalho a fim de garantir

condições adequadas de trabalho nessas instalações, não é admissível que estas obras tenham sido adiadas em períodos anteriores, como afirma o relatório do Secretário-Geral, para depois tê-las que realizar de forma urgente.

E o Grupo continuou com diversos pontos referentes aos custos, aporte financeiro e pessoal desta base logística, como o desequilíbrio de gênero e distribuição geográfica. Chamaram a atenção para a dificuldade de auditar a Base logística pela falta de dados e coleta de dados pelo Umoja¹⁰⁸.

Quanto ao Centro de Serviços Regionais de Entebbe (RSCE), o G-77 e a China discutiram o cenário e o papel do RSCE.

Com o encerramento e a redução de várias missões na África, cria-se uma oportunidade para que a experiência que o Centro adquiriu ao longo dos seus anos de funcionamento, possa ser aproveitada e servir de exemplo para uma maior cooperação com organizações regionais como a União Africana, especialmente no contexto da resolução 27/19¹⁰⁹ do Conselho de Segurança sobre o financiamento das operações de paz lideradas pela União Africana.

No que diz respeito ao orçamento de 2024/25, o Centro propõe abolir 29 postos com base no seu modelo de escalabilidade em resposta ao encerramento e retirada da Missão Multidimensional Integrada para a Estabilização da ONU no Mali (MINUSMA), a Missão Integrada de Assistência à Transição das Nações Unidas no Sudão (UNITAMS) e a Missão da ONU na República Democrática do Congo (MONUSCO).

Com isso, as três principais prioridades do RSCE em 2024/25 serão a realização de atividades residuais dos encerramentos da MINUSMA e da UNITAMS e a garantia da transferência harmoniosa de atividades da MONUSCO e a prestação de serviços às suas 15 missões, o que requer recursos adequados, tanto humanos como financeiros, para lidar com esta carga de trabalho.

New York 06 de maio de 2024

Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre os relatórios financeiros e demonstrações financeiras auditadas e o relatório do conselho fiscal, durante a retomada da segunda parte do 5º Comitê da 78ª sessão da AGNU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O Grupo agradece ao Conselho de Auditores por garantir a transparência e a responsabilização das questões administrativas e financeiras nas operações de manutenção da paz.

Observa que todas as recomendações do Conselho no relatório atual permaneceram em fase de implementação, com 12 delas previstas para terminar antes do final de 2024 e 14 antes

¹⁰⁸ UMOJA é uma solução única e global que permite o gerenciamento eficiente e transparente dos recursos financeiros, humanos e físicos das Nações Unidas e melhora os resultados programáticos

¹⁰⁹ O Conselho de Segurança da ONU adotou a resolução 2719 em 21 de dezembro de 2023, para financiar operações de apoio à paz lideradas pela União Africana (AUPSO). A resolução inclui o reembolso de todos os custos de apoio, que serão negociados entre a União Africana, a ONU e o país contribuinte da polícia militar. A resolução também reconhece que estas operações podem ser implementadas rapidamente, com um mandato de tempo limitado e uma estratégia de saída definida.

do final de 2025. A taxa de implementação das recomendações do Conselho de Auditores durante os últimos 3 anos diminuiu de 60% para 46% e caiu ainda mais para 31%.

É necessário intensificar os esforços para implementar no tempo certo, todas as recomendações aprovadas pelo Conselho, tomar medidas eficazes e criar mecanismos robustos de responsabilização para atrasos injustificados na implementação das recomendações pendentes.

A segurança das forças de manutenção da paz da ONU é uma séria preocupação para o G-77 e para a China. Tal como salientado, três soldados da paz morreram e um soldado ficou ferido em Bouar, na República Centro-Africana, em consequência de explosões de minas. O atraso nos cuidados e tratamento leva à trágica perda de vidas de forças de manutenção da paz e tal incidente não está em conformidade com a prioridade de “prestação de contas às forças de manutenção da paz” da iniciativa Ação para a manutenção da Paz.

O G-77 e a China, como principais contribuintes para os Tropas e policiais, requer que o Secretário-Geral tome medidas enérgicas para melhorar a eficácia do mecanismo de evacuação de vítimas.

New York 06 de maio de 2024

Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a visão geral e as questões transversais das operações de paz da ONU, durante a retomada da segunda parte do 5º Comitê da 78ª sessão da AGNU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O Grupo observou que recursos necessários para as operações de manutenção da paz da ONU para 2024/2025 foram reduzidos em US\$ 639,6 milhões de dólares ou 10,1% em comparação com os recursos do período orçamentário de 2023/2024.

A maior redução foi devido ao encerramento da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA); a redução da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) e a suspensão programada da Missão de Transição da União Africana na Somália (ATMIS).

O Grupo irá considerar os recursos necessários para estas missões, a fim de garantir que estes sejam proporcionais às tarefas a serem executadas e ao ambiente operacional no terreno e estará ativamente envolvido na discussão sobre as políticas de administração e gestão das operações de manutenção da paz.

Reiterando que o Secretariado da ONU deva implementar as resoluções e decisões relevantes da AGNU através de controle financeiro e da adesão aos mandatos estabelecidos nas resoluções relevantes, sem que o Secretariado decida unilateralmente quais mandatos têm alta prioridade ou não.

Foi constatado que existem 905 vagas de trabalho e que 21 vagas estão abertas há mais de 24 meses, enquanto existe pedidos para a criação de novos postos. Com este elevado número de vagas, é importante que o Secretário-Geral garanta que as vagas sejam preenchidas o mais rapidamente possível, uma vez que esta lacuna pode ser responsável pelo não cumprimento de mandatos.

Quanto à questão da representação, foi solicitado ao Secretário-Geral que intensificasse os seus esforços para garantir a representação adequada dos países que contribuem com tropas e polícias, especialmente nos altos escalões e em postos de formulação de políticas; nas missões no terreno e nos departamentos relevantes. É necessário compreender os programas específicos, as iniciativas e os aspectos relevantes dos pactos de gestores seniores voltados para abordar a questão da representação das tropas e policiais dos países contribuintes com tropas e dos países contribuintes com polícia, especialmente dos países em desenvolvimento que continuam a fazer enormes contribuições para os esforços de manutenção da paz da ONU.

O Grupo é de opinião que se deve incentivar a seleção de candidatos de Estados-Membros sub-representados ou não representados, em operações de manutenção da paz com base numa representação geográfica equitativa, proporcionando ao mesmo tempo oportunidades iguais para todos os Estados-Membros contribuírem e participarem nas operações da ONU e defenderem a paz internacional e segurança de forma proporcional.

New York 06 de maio de 2024

Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a organização do trabalho na retomada da segunda parte do 5º Comitê da 78ª sessão da AGNU

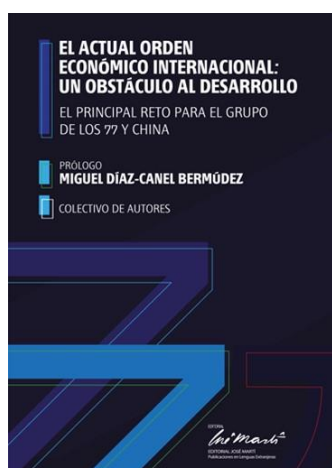
O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

Entre outras temas, o G-77 e a China gostariam de agradecer aos homens e mulheres, tanto uniformizados como não uniformizados, que continuam a servir nas diversas missões de manutenção da paz da ONU. O Grupo saúda e homenageia àqueles que fizeram o maior sacrifício na busca da paz em nome das Nações Unidas.

O Grupo atribui grande importância aos aspectos administrativos e orçamentários que financiam as operações de manutenção da paz da ONU, em particular, o financiamento das operações de manutenção da paz, as questões transversais, a conta de apoio às operações de manutenção da paz, os orçamentos do Centro Regional de Serviços em Entebbe e a Base Logística das Nações Unidas, o relatório do conselho de auditoria, o modelo do serviço de ação contra minas da ONU, o relatório do escritório de serviços de supervisão interna sobre operações de paz, entre outros.

O Grupo aguarda a atualização solicitada pela [resolução 78/253](#) da AGNU, sobre o fundo de recuperação de custos. Esta resolução solicitou ao Secretário-Geral que fornecesse informações sobre parâmetros específicos sobre o excedente identificado no fundo de recuperação de custos. Esta atualização do 5º Comitê deve ser detalhada, pois já recebemos um briefing retratando a situação em termos gerais.

Havana 30 de abril de 2024



Cuba lançou o livro “A atual ordem econômica internacional: um obstáculo ao desenvolvimento. O principal desafio para o Grupo dos 77 e para a China”, no aniversário de 50 anos da [Declaração sobre a Nova Ordem Econômica Internacional](#) (NIEO), que foi adotada pela AGNU em 1 de maio de 1974.

O livro foi elaborado por um grupo de acadêmicos, especialistas e autoridades cubanas, com a colaboração de alguns especialistas internacionais e reflete as injustiças e desigualdades prevalentes na atual ordem econômica internacional, mas também relata as experiências de um ano do país à frente do G-77 e da China.

Em nove capítulos, faz um balanço das dificuldades enfrentadas pelos países do Sul em suas atuais condições de dependência dos países doadores, instituições financeiras e empresas transnacionais que impedem a equidade e o progresso dos países do Sul Global.

Mostra também como o G-77 e a China, durante décadas, criaram propostas e marcaram posição em múltiplas ocasiões dentro da AGNU, UNCTAD e outros fóruns internacionais e foram sistematicamente e deliberadamente ignorados.

A aprovação pela AGNU, em 1974, da Declaração e Programa de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional e, no mesmo ano, da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, todos sob proposta do Movimento dos Não-Alinhados e do G-77 constituíram um quadro adequado e essencial para as mudanças que eram necessárias.

No entanto, as ações do mundo desenvolvido, destinadas a alimentar a sua própria riqueza às custas da marginalização nos países do Sul, continuaram a marcar as relações econômicas internacionais e foram se agravando à medida que surgiam crise econômicas, financeiras, sociais e ambientais que atingiram o planeta nas últimas décadas.

O livro presta especial atenção aos efeitos da Covid-19, as guerras, a crescente e impagável dívida externa, o papel do dólar americano e as crescentes medidas coercivas unilaterais como arma dos países industrializados mantendo um domínio político e econômico sobre os países do Sul.

O objetivo deste livro não é ser um guia de ação para o G-77 e a China. Sua intenção é compartilhar as experiências acumuladas por Cuba durante décadas de luta pelo desenvolvimento dos países em desenvolvimento, enriquecidas pelo ano como presidente do Grupo. Pretende também ratificar a convicção de que as políticas dos países desenvolvidos privam a maioria dos países de uma vida digna, e refletem a evolução negativa da economia mundial nas últimas décadas e finalmente oferecem algumas ideias que, na opinião de Cuba, ajudariam o G-77 e a China a alcançar os seus objetivos.

Para baixar o livro completo, [clique aqui](#).

- Ser eleitos dirigentes do plenário e das comissões centrais da Assembleia Geral
- Participar plena e eficazmente nas conferências e reuniões da ONU e internacionais convocadas sob os auspícios da AGNU ou, conforme apropriado, sob os auspícios de outros órgãos das Nações Unidas.

No entanto, o Estado da Palestina não terá direito de voto na Assembleia Geral ou de apresentar a sua candidatura aos órgãos das Nações Unidas.

Na ocasião, **Uganda, falando em nome do MNA**, disse que as ações militares de Israel em Gaza levaram a assassinatos em massa e a deslocamentos forçados de dois terços da população palestina. O conflito também se tornou um perigo para os trabalhadores humanitários, o pessoal médico e os jornalistas. Deplorou o cerco desumano imposto por Israel a Gaza, privando a população civil palestina de necessidades básicas, incluindo o acesso a alimentos, água, medicamentos e combustível, causando fome generalizada, doenças e epidemias. Ele alertou sobre as ramificações catastróficas de uma invasão israelita de Rafah, um refúgio de mais de 1,4 milhões de palestinos e que resultará em um massacre contra 2,3 milhões de pessoas.

Disse ainda que, um Estado independente da Palestina restaurará a dignidade de seu povo como Estado-Membro com plenos direitos na ONU, com privilégios e obrigações soberanas, ao lado de todas as outras nações da comunidade internacional.

Reafirmou a indispensabilidade Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para Refugiados da Palestina (UNRWA) para aliviar a situação dos palestinos, e insistiu para que a comunidade internacional disponibilize financiamento suficiente à UNRWA.

O representante do Brasil ressaltou que a AGNU, o principal órgão da ONU com autoridade para tomar decisões finais sobre a adesão, deve ser autorizada a exercer o seu poder ao abrigo da Carta das Nações Unidas. Observou que “Uma maioria de mais de dois terços permitiu a determinação de hoje. Essa é a mesma maioria qualificada que se manifestará quando chegar a hora de admitir a Palestina como membro da ONU”.

A AGNU goza de mais do que apenas autoridade moral e legitimidade política, uma vez que um parecer emitido pelo Tribunal Internacional de Justiça em 1948 considerou que nenhum Estado-Membro deveria ter o direito de negar o consentimento à adesão com base em considerações políticas que não estejam incluídas entre os critérios estabelecidos no Artigo 4 da Carta da ONU.

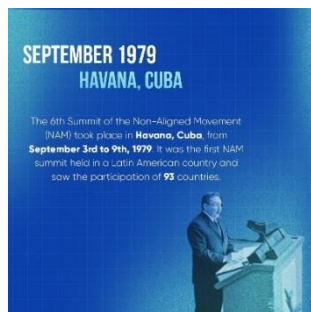
Em 18 de abril de 2024, o MNA foi coautor de uma carta de apoio à adesão da Palestina, que acabou não se concretizando devido ao veto dos Estados Unidos.

06 de maio de 2024 – Em sua capacidade de líder do grupo de Embaixadores de países africanos, o Embaixador Adonia Ayebare, presidiu uma reunião para discutir o candidato africano para a Presidência da 79ª sessão da AGNU.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Juvenil do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

O Movimento Jovem dos Não Alinhados tem publicado regularmente, uma série sobre a "**História do Movimento dos Não-Alinhados**" para que os seus princípios sejam sempre lembrados pelos mais jovens. Desta vez, destacaram a 6ª Conferência de Cúpula dos Chefes de Estado ou de Governo do Movimento dos Não-Alinhados realizado em 1979 em Cuba.



<https://twitter.com/namyouthorg>

A 6ª Conferência de Cúpula dos Chefes de Estado ou de Governo do MNA foi a primeira Cúpula do movimento na América Latina e teve a participação de 93 países. As discussões centraram-se na promoção da paz mundial, mas a cúpula foi marcada por divisões políticas e ideológicas entre os países não alinhados.

Cuba queria propor "uma aliança natural" entre o MNA e o Bloco do Leste Europeu, o que despertou uma forte resistência de alguns países, especialmente a por parte de alguns membros, particularmente a República Federativa Socialista da Iugoslávia, já que isso interferiria com o cerne do Movimento, justamente o não alinhamento com nenhum dos blocos dominantes (Estados Unidos e União Soviética).

Embora Cuba e a Iugoslávia fossem na época considerados estados socialistas, eles assumiram posições substancialmente diferentes na política mundial, com Cuba considerando os Estados Unidos como sendo a principal ameaça à sua independência e a Iugoslávia considerando a União Soviética como a principal ameaça à sua independência¹¹¹.



<https://x.com/namyouthorg>

17 de maio de 2024 – Considerado que a COP29, será realizada no Azerbaijão, o Presidente Designado, o Negociador Principal e a promotora jovem para as ações climáticas da COP29 visitaram a Sede do Movimento Jovem dos não-alinhados para introduzir o tema da COP aos membros presentes.

Os preparativos da COP29 em Baku seguem a pleno vapor.

¹¹¹ Iheanacho, Vitalis Akujiobi. Nonalignment: Cuba and Yugoslavia in the Nonaligned Movement 1979-1986, thesis, August 1987; Denton, Texas. (<https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc501237/m1/1/>: accessed May 16, 2024), University of North Texas Libraries, UNT Digital Library, <https://digital.library.unt.edu>

Mukhtar Babayev descreveu a transição verde do Azerbaijão como uma prioridade nacional e disse que, como Presidente designado da COP29, fará todos os esforços para fortalecer a solidariedade global e a inclusão na abordagem às alterações climáticas.

Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça, criada em 1995. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas. O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. O relatório da Comissão, o Desafio para o Sul (*The Challenge to the South*), enfatizou a necessidade dos países do Sul trabalharem juntos, no cenário mundial, em prol do desenvolvimento de suas populações.

Destaques do Centro Sul



https://x.com/South_Centre

17 de maio de 2024 – O mundo unido resolvendo a emergência dos antibióticos

Na preparação para a Reunião de Alto Nível da ONU sobre a Resistência Antimicrobiana, em setembro durante a AGNU de 2024, especialistas mundiais se reuniram em Londres para discutir as conquistas, os compromissos e as ações para enfrentar a emergência dos antibióticos.

A Conferência “**O mundo unido resolvendo a emergência dos antibióticos**” foi organizada pelo Departamento de Saúde e Assistência Social do Reino Unido e pela Royal Society e reuniu líderes de todo o mundo, especialistas de várias especialidades e de todos os setores da Saúde Única para um compromisso coletivo para enfrentar a ameaça crescente da resistência antimicrobiana.

Com representação ministeriais e declarações do Reino Unido, Bangladesh, Arábia Saudita e Itália, destacando o progresso realizado com Planos de Ação Nacionais, foi importante incluir ensinamentos da pandemia do Covid-19 e desenvolver a abordagem da Saúde Única, particularmente envolvendo os agricultores para reduzir o uso de antibióticos na criação de gado.

O Chanceler do Tesouro do Reino Unido anunciou um financiamento de 10 milhões de libras esterlinas ao longo de 5 anos, a ser igualado pela Arábia Saudita, para estabelecer um Painel Independente de Saúde Única com o objetivo de “finalmente transformar declarações em ações”. A Comissão Europeia também se comprometeu com apoio financeiro e humano para uma abordagem orientada para a ação e destacando que a resistência antimicrobiana é complexa, mas cada país pode sempre fazer alguma coisa agora.

Presentes também o Banco Mundial e a OMS, o Grupo de Trabalho de Sobreviventes da OMS, deixou uma mensagem clara para a necessidade de se concentrar no apoio à capacitação dos profissionais de saúde e para “colocar os pacientes na frente da tomada de decisões”.

Não se pode esquecer que, novos dados baseados em evidências sobre a carga global da doença, a resistência antimicrobiana é classificada atualmente na Comissão Lancet como o terceiro maior problema de saúde global.

O Príncipe William destacou a ligação entre a resistência antimicrobiana e as alterações climáticas e foi anunciado uma nova Iniciativa Fleming para promover ideias inovadoras para combater a resistência antimicrobiana e criar um movimento social atue globalmente e que esteja fortemente enraizado nas comunidades.

O Centro Sul, presente na conferência reiterou seu compromisso inabalável para manter a resistência antimicrobiana como alta prioridade na agenda de saúde global.



A importância da sensibilização para a resistência antimicrobiana foi destacada através do filme [BBC Works – Corrida contra a resistência](#).



15 de maio de 2024 - O desenho de uma convenção-quadro das Nações Unidas sobre cooperação fiscal internacional

Como deveria ser a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional?

Que lições podem ser aprendidas do passado para criar uma Convenção adequada para o futuro?

Neste documento, o Centro Sul analisa a criação de um quadro, liderado pela ONU, para a cooperação fiscal internacional como uma oportunidade para restabelecer uma perspectiva global interrompendo

o papel dominante na fiscalidade internacional por parte da OCDE.

A abordagem da OCDE, com o objetivo de encorajar o investimento estrangeiro através da restrição da tributação do rendimento na fonte, é um contraponto com preocupações sobre a disfuncionalidade dessa abordagem. O processo atual deve aprender com o passado para conceber um quadro global adequado ao futuro, incorporando os objetivos e princípios gerais que passaram a ser reconhecidos como orientações essenciais para uma reforma fiscal internacional eficaz.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#)



13 a 17 de maio de 2024 - Declaração do Centro Sul durante a 25ª Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento

https://x.com/South_Centre

Importante estar atento ao direito ao desenvolvimento, justiça climática e perdas e danos e ao direito ao desenvolvimento das crianças e das gerações futuras. Por isso, os esforços do Mecanismo

de Especialistas do Direito ao Desenvolvimento e a implementação prática do direito ao desenvolvimento a nível internacional, regional e nacional, é fundamental.

Em seu pronunciamento, o Centro Sul destacou o importante papel que o Movimento dos Não-Alinhados (MNA) tem desempenhado na busca pelo consenso sobre o Direito ao Desenvolvimento e citou a 19ª Cúpula do MNA realizada em Kampala, Uganda, em janeiro de 2024, em que os Estados-Membros do grupo afirmaram claramente o seu compromisso em garantir o pleno gozo de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento como um direito inalienável, fundamental e universal, e como uma parte abrangente dos direitos humanos universalmente reconhecidos.

Neste ano de 2024, celebra-se o 50º aniversário da [Declaração sobre a Nova Ordem Econômica Internacional](#) (NIEO), que foi adotada pela AGNU em 1 de maio de 1974. A declaração serviu como um apelo à comunidade internacional para discutir uma reforma abrangente da arquitetura existente da governança global em finanças, comércio e desenvolvimento internacionais em prol da equidade. Mas também abriu caminho para a Declaração de 1986 sobre o direito ao desenvolvimento, que reconheceu o desenvolvimento como um direito humano.

Existe uma ligação direta entre o direito ao desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável e enquanto muitos países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos enfrentam diversas crises em várias frentes, fica claro que o direito ao desenvolvimento é cada vez mais importante. A meio caminho da Agenda 2030, é triste constatar que muitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável permanecem fora do caminho. No entanto a próxima Cúpula do Futuro, em setembro de 2024, poderá ser uma oportunidade para colocar o direito ao desenvolvimento no centro dos esforços para orientar o desenvolvimento sustentável no futuro.

De acordo com o Centro Sul, é importante promover uma melhor compreensão do direito ao desenvolvimento e aumentar os esforços a nível nacional, regional e multilateral para mitigar alguns dos piores impactos da tripla crise planetária e a criar resiliência nos países e nas comunidades. É da maior importância encorajar e mobilizar a participação de todas as partes interessadas, incluindo governos, organizações internacionais, sociedade civil e universidades, especialmente as do Sul global, para o direito ao desenvolvimento.

Para ler o pronunciamento, [clique aqui](#)



10 de maio de 2024 (SOUTHVIEWS n. 264) – Compreendendo as ameaças interligadas à sustentabilidade global: Uma abordagem sobre desmatamento, conhecimentos tradicionais e biopirataria.

Este documento examina as ameaças interligadas das mudanças climáticas, do desmatamento, da apropriação indevida de conhecimentos tradicionais e do fenômeno da

biopirataria. Apresenta também um estudo de caso sobre a região do Matopiba, no Brasil¹¹².

Além disso, investiga a intrincada relação entre conhecimentos tradicionais, apropriação de terras e biopirataria nas comunidades indígenas e locais.

Durante a última década, a maior quantidade de desmatamento ocorreu nos trópicos, em que a África registrou a maior perda, seguida da América do Sul.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), foram destruídas cerca de 420 milhões de hectares de floresta entre 1990 e 2020. Embora a taxa de desmatamento tenha diminuído nos últimos anos, ainda atingiu 10 milhões de hectares por ano entre 2015 e 2020.

É importante notar que a principal força motriz por detrás do desmatamento é o sistema alimentar e a procura global por produtos agrícolas. A utilização insustentável dos solos contribui para o aumento das emissões globais de gases com efeito de estufa (GEE). Entre 2011 e 2020, as emissões líquidas resultantes da alteração dos solos representaram cerca de 10% do total das emissões antropogênicas de CO₂, enquanto o sumidouro terrestre da floresta representou cerca de 29% das emissões antropogênicas anuais de CO₂ entre 2011 e 2020.

Neste cenário, é importante analisar a ligação entre a apropriação de terras, o desmatamento, os sistemas alimentares e as mudanças climáticas, bem como as medidas de mitigação que os países podem implementar.

O documento utiliza o estudo de caso da região brasileira do Matopiba, os impactos nas comunidades indígenas, bem como as medidas de mitigação que estão a ser implementadas, principalmente o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) e o Mecanismo de Mercadorias Responsáveis (*Responsible Commodities Facility* - RCF) do Programa Cerrado.

Ao longo de gerações, as comunidades indígenas e locais integraram o conhecimento tradicional nos seus modos de vida, guiados pelas leis, pelos costumes e pelas tradições locais, e este conhecimento duradouro adaptou-se e foi transmitido ao longo do tempo. O conhecimento tradicional é essencial em muitos aspetos, tais como a garantia da segurança alimentar, o avanço das práticas agrícolas e a definição de tratamentos medicinais. No entanto, estes papéis foram minados pela apropriação dos conhecimentos e recursos tradicionais, que foi antecedido e facilitado pela usurpação das terras dessas comunidades tradicionais.

¹¹² O Matopiba é um acrônimo que denomina a região que se estende por territórios de quatro estados do Brasil, formado com as primeiras sílabas dos nomes dessas unidades federativas: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A região, considerada a última fronteira agrícola do Brasil, abrange uma área de cerca de 73 milhões de hectares e tem concentrado o desmatamento no Cerrado brasileiro.

Neste contexto, surge um ciclo de "biopirataria", em que a apropriação indevida de conhecimentos e recursos tradicionais se entrelaça com o roubo de terras e as alterações nos métodos e tradições agrícolas. Nesse sentido, a biopirataria e a usurpação de terras estão intrinsecamente ligadas, fazendo com que a apropriação indevida de conhecimentos tradicionais e de recursos genéticos prospere no âmbito de comunidades anteriormente desfavorecidas e marginalizadas, tanto a nível econômico como nos seus contextos espaciais e culturais.

Para ler o documento completo [clique aqui](#).

7 de maio de 2024 – “Conferência Diplomática da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para um Tratado sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados”.



https://x.com/South_Centre

Este resumo de política discute a finalização de um novo instrumento jurídico internacional sob os auspícios da OMPI a ser apresentado durante a Conferência Diplomática, entre os dias 13 a 24 de maio de 2024

O instrumento será um tratado internacional, cujo objetivo é criar normas internacionais mínimas para que os requerentes de patentes disponibilizem as informações sobre a origem ou fonte dos recursos genéticos ou dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos como parte do processo de pedido de patente.

O Tratado deverá introduzir uma obrigação internacional relativa a pedidos de patentes baseados em recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais associados, incluindo um dispositivo para melhorar a informação recebida pelos institutos de patentes, para invenções que envolvem recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais.

O Tratado não deverá afetar quaisquer aspectos relacionados ao direito de patentes, tais como os critérios que uma invenção deve cumprir para se qualificar para proteção por patente (ou seja, novidade, atividade inventiva, aplicabilidade industrial).

Apesar do seu escopo limitado, o Tratado poderá representar um passo significativo para o avanço de medidas dentro do sistema internacional de propriedade intelectual que ajudem a aumentar a sinergia com os acordos internacionais existentes que regulam o acesso e os benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais.

O sucesso da Conferência Diplomática dependerá da capacidade de os países em desenvolvimento coordenarem as suas posições de modo a que o texto final do Tratado contenha os elementos mínimos necessários para servir o seu objetivo, ao mesmo tempo que haja um compromisso com outros Estados membros da OMPI que, historicamente, têm sido reticentes em avançar com um mecanismo de divulgação internacional para recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais. Para ler o documento completo [clique aqui](#).

Durante a Conferência Diplomática sobre Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional, o Centro Sul considerou que a proposta apresentada poderia e deveria ser melhorada e destacou as seguintes questões a serem discutidas:

- O tratado deve deixar claro que estabelece padrões mínimos, inclusive no que diz respeito ao âmbito do requisito de divulgação e às sanções para o não cumprimento do acesso e regulamentos de compartilhamento de benefícios.
- O tratado deve especificar que a divulgação deve ser feita nos próprios pedidos de patente e, assim, garantir que a informação divulgada possa ser publicada.
- O tratado deve esclarecer a aplicabilidade do requisito de divulgação às informações de sequência digital, uma vez que, em muitos casos, a apropriação indevida pode ocorrer sem acesso a uma amostra física.
- O tratado deve estabelecer um site especializado administrado pela OMPI para receber e armazenar comunicações de escritórios de patentes sobre pedidos de patentes contendo reivindicações sobre recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais associados. Sem um mecanismo deste tipo, será quase impossível para os governos e as comunidades monitorizarem tais reivindicações em múltiplas jurisdições.

O foco das negociações atuais deveria ser o estabelecimento de um requisito internacional de divulgação obrigatória.



Durante a Conferência Diplomática da OMPI, o Centro Sul e a Vrije Universiteit de Bruxelas organizaram um evento paralelo no dia 15 de maio intitulado **“Como pode o direito internacional promover a inovação em recursos genéticos e o compartilhamento de benefícios, reconhecendo simultaneamente os direitos dos detentores de conhecimentos tradicionais?”**

Desastre no Rio Grande do Sul pauta discussões no G20; Ministros da Justiça se encontram no G7; Alerta para as tecnologias digitais no radar da OCDE

Disaster in Rio Grande do Sul mobilizes G20 discussions; Ministers of Justice meet at the G7 Warning about digital technologies on the OECD's radar

***Pedro Burger
João Miguel Estephano
Vitória Kavanami
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves***

Abstract: G20 - *The historic flood that is still ongoing in several cities in Rio Grande do Sul, Brazil, has been the focus of much of the discussion at the G20 this fortnight. These conversations included topics relating to the bioeconomy, the judiciary and the disaster agenda. Also during the fortnight Fiocruz presented the Advanced Seminar on Global Health and Health Diplomacy focused on Health at the G20.*

G7 - *The highlight of the G7 period is the meeting of the Justice Ministers. The commitment to Ukraine, the creation of the Venice Justice Group to address global justice challenges, and the fight against organized crime are among the topics most discussed by the ministers.*

OCDE - *The OECD's highlights include the publication of a series and reports on various subjects and the updating of three of its statistical indices on the global economy.*

Keywords: *G20; G7; OECD; Brazil; Ministers of Justice; international organized crime; International Cooperation.*

Resumo: G20 - *A enchente histórica ainda em curso em diversas cidades do Rio Grande do Sul pautou grande parte das discussões que ocorreram no G20 nesta quinzena, mobilizando temas da bioeconomia, do judiciário e da agenda de desastres. Ainda, durante a quinzena, a Fiocruz apresentou o Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde focado em Saúde no G20.*

G7 - *O destaque da quinzena para o G7 vai para o encontro dos Ministros da Justiça dos países que compõem o grupo. A responsabilização dos crimes internacionais cometidos na guerra da Ucrânia, a criação do Grupo de Justiça de Veneza e o combate ao crime organizado estão entre os tópicos mais discutidos pelos ministros.*

OCDE - *Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de uma série de estudos e documentos de temas variados e a atualização de três de seus índices estatísticos sobre economia global.*

Palavras-chave: *G20; G7; OCDE; Brasil; Ministros da Justiça; Crime Organizado Internacional; Cooperação Internacional.*

Desastre no Rio Grande do Sul pauta discussões no G20

Desastres ocasionados pela intensificação das mudanças climáticas, como o ocorrido no Rio Grande do Sul, tem sido uma realidade cada vez mais frequente, sobretudo para os países de renda média. Foi diante desse cenário de destruição sem precedentes no país que o G20 pautou a maioria das discussões durante a quinzena. O segundo encontro da [Iniciativa Global de Bioeconomia](#), que aconteceu nos dias 7 e 8 de maio em Brasília, foi um deles. Junto da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a Iniciativa faz parte das inovações trazidas pela gestão brasileira do bloco e tem como objetivo avançar em um entendimento comum sobre o assunto, além de garantir que a bioeconomia contribua para a inclusão social e a criação de empregos em todas as suas áreas.

Ainda que o campo conte com muitas interpretações, de modo geral, a bioeconomia é entendida como um sistema que utiliza recursos renováveis para a produção de bens, serviços e energia. Por ter um caráter alinhado a uma ideia de sustentabilidade, representa uma alternativa a um modelo econômico tradicional baseado na exploração de combustíveis fósseis e matérias-primas finitas¹¹³. Assim, ao falarmos sobre prevenção de desastres, defender a bioeconomia torna-se imperativo para promover não só um desenvolvimento sustentável, mas para enfrentar os efeitos extremos das mudanças do clima. É o que pontuou a ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA), Marina Silva, na abertura do evento ao dizer que é preciso transformar os atuais modelos de produção em abordagens holísticas para lidar com a degradação ambiental: “Essa transformação passa necessariamente por profundas mudanças em nossos modelos insustentáveis de desenvolvimento, que nos leva a formas mais resilientes de uso dos recursos naturais, onde a bioeconomia, a partir do uso sustentável dos recursos da biodiversidade, pode decisivamente contribuir na criação de um novo ciclo de prosperidade, gerando emprego e renda para nossas sociedades”¹¹⁴.

Por abranger uma ampla variedade de setores da economia, incluindo áreas da agricultura, pesca, silvicultura, a produção de alimentos, medicamentos e bioenergia, a bioeconomia é vista como forma de gerar ganhos econômicos e sociais. Em relatório produzido pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, na sigla em inglês), estima-se que até 2030 o setor pode gerar 7,7 trilhões de dólares com produtos de base biológica que complementam ou substituem os convencionais, com ênfase em energia, como o biodiesel, e utilização de biomateriais em indústrias farmacêuticas, têxteis, materiais de construção e embalagens¹¹⁵. Uma vez que os países do G20 são responsáveis por cerca de 75% das emissões de gases de efeito estufa e 80% da economia global, ampliar as iniciativas internacionais e os investimentos nessa área poderia ajudar na redução das emissões globais e no crescimento econômico sustentável das principais economias do mundo.

¹¹³ Brasil propõe grupo internacional sobre bioeconomia para o G20. Embrapa. 15 mai. 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/89327398/brasil-propoe-grupo-internacional-sobre-bioeconomia-para-o-g20>. Acesso em: 19 mai. 2024.

¹¹⁴ Bioeconomia pode contribuir para um novo ciclo de prosperidade, defendem ministras e Janja Lula. G20. 07 mai. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/bioeconomia-pode-contribuir-para-um-novo-ciclo-de-prosperidade-defendem-ministras-e-janja-lula>. Acesso em: 19 mai. 2024.

¹¹⁵ Interlocução entre conhecimentos tradicionais e ciência moderna baliza debates da segunda reunião da Iniciativa de Bioeconomia do G20. G20. 10 mai. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/interlocucao-entre-conhecimentos-tradicionais-e-ciencia-moderna-baliza-debates-da-segunda-reuniao-da-iniciativa-de-bioeconomia-do-g20>. Acesso em: 19 mai. 2024.

Ao possuir grande biodiversidade em seu território, o Brasil dispõe de condições favoráveis para o estabelecimento de uma bioeconomia circular e sustentável. Na Amazônia, por exemplo, existem mais de 700 produtos da socio biodiversidade identificados, dentre eles o açaí, a castanha, a andiroba e o cacau. Patrícia Pinho, diretora adjunta do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), mostra, no entanto, que para além dos recursos é necessário ter modelos que sejam compatíveis com a sustentabilidade, geração de renda e a preservação de conhecimentos tradicionais¹¹⁶. Isso porque muito desse potencial justamente se deve à inclusão das comunidades tradicionais e populações indígenas nesse processo, especialmente por meio de seu papel de manutenção dos recursos naturais e na produção de saberes.

Esse é um esforço que requer a desconstrução da frequente diferenciação entre conhecimento científico e conhecimento tradicional. Um primeiro passo foi dado em 2015 com o reconhecimento desses saberes ancestrais como científicos no Acordo de Paris, ainda que esses conhecimentos já sejam explorados historicamente pela indústria mundial, como no desenvolvimento de fármacos – exemplos são a aspirina e a morfina. Para a agenda da saúde, Carina Pimenta, secretária nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA) ainda pontua que: “a indústria da saúde é uma agenda de interesse de todos os países, novos medicamentos, novas terapias, e grande parte deles são fruto do nosso conhecimento sobre biodiversidade”. Discussões semelhantes também foram iniciadas na gestão passada do G20 com a realização de uma Cúpula Global de Medicina Tradicional pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na Índia¹¹⁷.

Por essas razões expostas, o investimento nesse sistema aparece dentro de uma estratégia de ciência, tecnologia e inovação. Com o Brasil presidindo o bloco este ano, a integração entre as formulações clássicas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação aos conhecimentos tradicionais foi elencada como o tópico da reunião, recebendo avaliação positiva dos países participantes. Segundo Luciana Santos, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação (MCTI), por meio do desenvolvimento de novos produtos sustentáveis e da transferência de tecnologia entre os países, principalmente os do Sul Global, existirão condições para garantir a descarbonização da economia, responder a novas pandemias, fazer a transição energética e combater as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade. A primeira-dama, Janja Lula da Silva, ainda acrescentou que a bioeconomia pode ser um meio para o processo de reconstrução das áreas atingidas pela inundação no Rio Grande do Sul, “por se tratar de um novo paradigma produtivo e econômico que precisa ser explorado”. A próxima reunião da Iniciativa está prevista para acontecer em Manaus, já no próximo mês, do dia 17 ao dia 19 de junho, inaugurando o ciclo de reuniões do G20 na região norte do Brasil.

Ainda dentro de discussões sobre desastres e mudanças climáticas, outro evento que mobilizou o tema foi a Cúpula do J20 (*Justice20*), o grupo de engajamento que reúne representantes do poder judiciário dos membros do bloco, que aconteceu de forma inédita nos dias 12 a 14 de maio no Rio de Janeiro. O foco inicial das discussões foram estratégias para tornar a justiça mais acessível e responsiva às demandas sociais, além de promover a igualdade e

¹¹⁶ Documento mapeia expansão da bioeconomia em países do G20. IPAM. 06 mai. 2024. Disponível em: <https://ipam.org.br/documento-mapeia-expansao-da-bioeconomia-em-paises-do-g20-e-sugere-areas-de-cooperacao/>. Acesso em: 19 mai. 2024.

¹¹⁷ Cúpula Global da OMS em Medicina Tradicional destaca evidências científicas e integração aos sistemas de saúde. OMS. 28 ago. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/6-9-2023-cupula-global-da-oms-em-medicina-tradicional-destaca-evidencias-cientificas-e>. Acesso em: 19 mai. 2024.

fortalecer o Estado de Direito¹¹⁸. Nesse sentido, os participantes debateram sobre como utilizar vias legais para impulsionar a segurança climática e como esses desafios podem ser abordados por meio do sistema de justiça e como ele pode contribuir para a implementação e supervisão de políticas que promovam o desenvolvimento econômico sustentável e a preservação ambiental.

Houve consenso entre os magistrados de que a pauta ambiental não deve ser guiada pelo judiciário, uma vez que a responsabilidade deve ficar a cargo da política e da ciência. As autoridades concordaram, contudo, que o papel crucial das cortes supremas deve ser o de garantir que as leis de proteção ao meio ambiente sejam seguidas, tanto pelo Estado quanto por entidades privadas, por meio de processos de litigância climática; e de impedir ações legislativas que representem riscos ao meio ambiente. “A iniciativa deve partir dos governos, que precisam trabalhar em conjunto para chegar em acordos internacionais. Uma vez que as convenções sejam implementadas, poderão ser aplicadas pelos tribunais dentro dos limites estabelecidos por cada constituição. As cortes têm um papel vital em garantir que as leis sejam eficazmente aplicadas”, finalizou o presidente do Supremo britânico, Robert J. Reed¹¹⁹.

Outro ponto discutido e que merece atenção foi a regulamentação das plataformas sociais e a integridade da informação, temas abordados na edição passada dos *Cadernos* no âmbito dos encontros do Grupo de Trabalho de Economia Digital do G20. Agora, esse assunto aparece interpolado com o desastre no Sul em razão da grande circulação de notícias falsas durante a ocasião. Segundo o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, a desinformação precisa ser enfrentada com legislação, educação midiática e um controle ainda que mínimo das plataformas digitais. O ministro ainda disse que a proliferação de “fake news” em meio à tragédia no Estado é uma “perversão da alma”.

Figura 1: Realização da Cúpula do J20 (*Justice20*) no Rio de Janeiro



Fonte: G20, 2024.

¹¹⁸ Estreante no G20, J20 reúne líderes judiciais globais para discutir desafios contemporâneos. G20. 11 mai. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/estreante-no-g20-j20-reune-lideres-judiciais-globais-para-discutir-desafios-contemporaneos>. Acesso em: 19 mai. 2024.

¹¹⁹ Enchentes no Sul ditam encontro dos judiciários do G20. Valor Econômico. 14 mai. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/05/14/enchentes-no-sul-ditam-encontro-dos-judiciarios-do-g20.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2024.

De fato, em conflitos e emergências humanitárias, a circulação de notícias falsas tem se instaurado cada vez mais como um problema para a área humanitária. Somado aos já perturbadores efeitos dos eventos climáticos extremos, a propagação de *fake news* aprofunda a situação de vulnerabilidade da população ao promover uma narrativa de pânico na sociedade. Ainda, ao minar a credibilidade das instituições, esses conteúdos desinformativos podem atrapalhar ou até mesmo impedir a evacuação de áreas de risco e o resgate das pessoas, trazendo mais prejuízos ao seu bem-estar físico, psicológico, econômico e social.

Em artigo exclusivo concedido para o G20, a assessora de Riscos Digitais do Departamento de Proteção do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Joelle Rizk, alertou para a propagação desse conteúdo, o qual têm como alvo pessoas que precisam de proteção, como os refugiados e deslocados. Por essa razão, de acordo com Rizk, os riscos digitais não devem ser analisados fora de um contexto maior, justamente porque “quanto mais vulneráveis e impactadas as pessoas já estiverem em contextos humanitários, mais vulneráveis e ameaçadas estão pelo risco digital”¹²⁰.

A regulamentação das plataformas, nesse sentido, aparece como peça-chave, tendo em vista que as pessoas frequentemente utilizam as redes sociais para se informar sobre o cotidiano em tempos de paz, conflitos ou emergências humanitárias. Garantir a integridade da informação nesses espaços é essencial, pois impacta diretamente na percepção das pessoas sobre determinada situação e na forma que tomam decisões: “Com base em que eles tomam essas decisões? Em informações que sejam confiáveis e precisas. Também é importante que eles saibam onde obter os serviços”, mostra Joelle. Durante a emergência humanitária no Rio Grande do Sul, por exemplo, o governo brasileiro colocou o combate à desinformação como ação de comunicação prioritária para que as pessoas atingidas pelas inundações possam ter informações claras para enfrentar as dificuldades. Outra medida foi a abertura de investigação com apoio do judiciário sobre propagação de informações fraudulentas nas redes sociais com potencial de prejudicar as operações de ajuda às vítimas.

Dentro do G20, a agenda de desastres passou a ter mais atenção com a criação do Grupo de Trabalho sobre Risco de Desastres durante a presidência indiana, mas ainda permanece como um tema de pouca visibilidade. Atualmente, com o intuito de combater as desigualdades nas suas três frentes (social, econômica e ambiental), a gestão do Brasil colocou entre as prioridades intensificar os investimentos para prevenção, adaptação e mitigação à crise climática. Para tanto, além da criação da Força Tarefa Contra a Mudança do Clima, o tema tem sido mobilizado principalmente nos grupos de trabalho sobre Risco de Desastres, Sustentabilidade Ambiental e Climática, Infraestrutura e Desenvolvimento – ainda que apareça de forma transversal em outras discussões. De maneira resumida, a expectativa desses encontros é o de pensar em medidas para cumprir com as metas estabelecidas nos principais instrumentos da área: o Quadro de Sendai, a Nova Agenda Urbana, o Acordo de Paris e a Agenda 2030¹²¹.

Para a Força Tarefa foram convocados 12 especialistas para dar apoio técnico à presidência brasileira no bloco. As economistas Mariana Mazzucato, professora do *University College* de Londres, e Vera Songwe, secretária-executiva da comissão econômica para a África

¹²⁰ Desinformação ameaça vidas em emergência humanitária no Sul do Brasil, alertam especialistas. G20. 08 mai. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/desinformacao-ameaca-vidas-em-emergencia-humanitaria-no-sul-do-brasil-alertam-especialistas>. Acesso em: 20 mai. 2024.

¹²¹ Crise no RS: G20 se mobiliza em resposta a eventos climáticos extremos. G20. 06 mai. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/crise-no-rs-g20-se-mobiliza-em-resposta-a-eventos-climaticos-extremos>. Acesso em: 20 mai. 2024.

do Banco Mundial, coordenam o grupo. É esperado que até novembro seja produzido um relatório final contendo diretrizes para planos nacionais de transição climática e orientações para reformar os marcos de financiamento para a transição verde, repensando papéis desempenhados por bancos de desenvolvimento, agentes privados e atores estatais¹²².

Diante da enchente histórica ainda em curso em diversas cidades do Rio Grande do Sul, os integrantes do projeto afirmam que eventos extremos já se tornaram frequentes, algo que evidencia a necessidade de políticas de adaptação e mitigação. Arilson Favareto, coordenador do projeto pelo Cebrap Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), instituição responsável pela coordenação da FT, menciona a necessidade de transformações urgentes em três áreas: (i) produção de alimentos com menor impacto na natureza, (ii) substituição de combustíveis fósseis por matrizes energéticas limpas, e (iii) a adaptações dos sistemas urbanos. Tais medidas significam, na prática, repensar toda a infraestrutura urbana de modo que seja adaptada ao clima, o que inclui políticas de habitação, transporte e construção civil. São mudanças que ainda aparecem de forma marginal no planejamento das principais cidades brasileiras e que demandam recursos e tempo. Mais importante, demandam vontade e uma ação política que deve ser coletiva. Elementos que parecem estar distantes de serem alcançados, a nível local e mundial, ainda que a situação peça por um senso de urgência. No contexto do aumento da ocorrência de desastres ocasionados por extremos climáticos e do seu potencial de destruição, fica a esperança de que o G20 possa trazer esse tema para o centro dos debates.

Durante a quinzena, a Fiocruz, por meio do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) apresentou o Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde com foco em Saúde no G20¹²³. Participaram deste seminário o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde e coordenador do Grupo de Trabalho de Saúde do G20, embaixador Alexandre Ghisleni, a secretária de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda e coordenadora da Trilha de Finanças do G20, embaixadora Tatiana Rosito, a presidente da Academia Brasileira de Ciências e *sherpa* do grupo de engajamento S20 (Science20), Dra. Helena Nader e a presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e *sherpa* do grupo de engajamento T20 (*Think Tanks20*), Dra. Luciana Servo. O seminário contou com a introdução e mediação do Pedro Burger, coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz.

O seminário objetivou trazer informações qualificadas a respeito do andamento das discussões sobre saúde no G20 durante a presidência brasileira, bem como, fazer uma avaliação de meio de caminho, buscando uma abordagem holística do tema saúde tanto nas trilhas governamentais do G20 (Trilha de Sherpas, por meio do Grupo de Trabalho de Saúde, e Trilha de Finanças, por meio da Força Tarefa Conjunta entre Finanças e Saúde) quanto no G20 Social (por meio dos grupos de engajamento S20 e T20).

O embaixador Ghisleni, dentre outras coisas, enfatizou a oportunidade única da atual presidência brasileira do G20, tendo o Brasil a capacidade de pautar as discussões e de trabalhar para alcançar o consenso necessário para avançar em discussões relevantes para o Brasil e no mundo. Além das prioridades definidas para o Grupo de Trabalho de Saúde já apresentadas em edições anteriores deste informe, o embaixador destacou que estão conseguindo avançar em

¹²² Adaptação a eventos extremos é prioridade de força-tarefa do G20 para o clima. Folha de São Paulo. 09 mai. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/05/adaptacao-a-eventos-extremos-e-prioridade-de-forca-tarefa-do-g20-para-o-clima.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2024.

¹²³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6XKhKhbA22Q>.

alguns outros temas como força de trabalho em saúde e resistência antimicrobiana (que é um tema recorrente no G20 desde a criação do Grupo de Trabalho em 2017 pela presidência alemã do grupo), por exemplo. Segundo Ghisleni, o objetivo é realizar duas grandes entregas na área da saúde: (i) uma reunião de alto nível sobre mudança do clima e saúde, focando em temas que merecem aprofundamento como a equidade e a questão da Abordagem Saúde Única; e (ii) a Aliança Global para Produção e Inovação Local e Regional, com foco em doenças e populações negligenciadas.

A embaixadora Tatiana Rosito apresentou uma visão completa da Trilha de Finanças antes de focar no trabalho da Força Tarefa conjunta sobre Finanças e Saúde, destacando o trabalho de grupos de trabalhos da trilha (arquitetura financeira internacional; economia global; finanças sustentáveis; e infraestrutura) e a agendas da tributação internacional, que é conduzida pela OCDE, mas tem no G20 um fórum importante de concertação. Destacou, também, as forças tarefas da Trilha de Finanças, especialmente a conjunta entre Finanças e Saúde. Para a embaixadora, o Brasil tem uma característica natural de alcançar consensos e, por isso, mostrou-se otimista à capacidade da presidência brasileira do G20 em avançar em agendas progressistas como a troca da dívida por saúde, as ações sobre os determinantes sociais da saúde e o financiamento sustentável das iniciativas de preparação e resposta a pandemias. Importante destacar que, para Rosito, a experiência acumulada em saúde, no que tange a troca da dívida, apesar de apresentarem volumes financeiros bem inferiores do que outras áreas, aponta para um futuro promissos na utilização desse mecanismo. A ideia da troca de dívida para saúde não é resolver o problema da dívida brasileiro ou dos países em desenvolvimento, mas sim buscar formas sustentáveis de financiamento da saúde.

Figura 2: Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde com foco em Saúde no G20

The banner for the 'Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde' event is presented in a dark blue color scheme. At the top left is the FIOCRUZ logo. The main title 'SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2024' is written in white and yellow. A central graphic features '15 ANOS CRIS' and '10 ANOS G20 BRASIL COLABORADOR'. Below this, the event is titled 'Saúde no G20' in large white font. A grid of five speakers is shown, each with a small portrait and their name and title. The speakers are Alexandre Ghisleni (Ambassador), Luciana Servo (President of IPEA), Helena Nader (President of ABC), Tatiana Rosito (Coordinator of the Finance Track), and Pedro Burger (CRIS/Fiocruz). The date '15 DE MAIO' is prominently displayed in white, with time slots for Rio Time (10h-13h), EST Time (9am-12pm), and CET Time (3pm-6pm). The bottom of the banner lists partner organizations including OPS, HealthEquity, and the Ministry of Health.

Fonte: Fiocruz, 2024.

A *sherpa* do S20, Dra. Helena Nader, apresentou a forma de organização do S20 Brasil que conta com cinco grupos de trabalhos: (i) inteligência artificial, (ii) bioeconomia, (iii) processo de transição energética, (iv) desafios da saúde e (v) justiça social. Segundo Nader, todas as discussões do S20 estão baseadas na Agenda 2030, com o princípio ético da equidade “não

deixar ninguém para trás”, considerando o estudo feito por Jeffrey Sachs et al¹²⁴ que reúne os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) em 6 transformações.

Figura 3: Seis transformações nas quais os 17 ODS foram agrupados.



Fonte: SACHS et al (2019)

Em relação ao grupo trabalho de desafios da saúde do S20, o foco dele está na qualidade, equidade e acesso. Como exemplos de prioridades deste grupo de trabalho, Nader destacou, dentre outras questões: (i) a desigualdade global em saúde, especialmente em termos de compartilhamento de recursos e tecnologias para combater crises de saúde; e (ii) estratégias eficazes de comunicação para disseminar informações de saúde e combater a desinformação, que devam adotar uma abordagem “de toda a sociedade” e “de todo o governo” que envolva comunidades e profissionais de saúde na linha de frente.

A *sherpa* do T20, Dra. Luciana Servo, apresentou a estrutura e a governança do T20 Brasil e destacou o processo de chamada para resumos de política (*policy brief*) para sugerirem recomendações baseadas em evidências para os negociadores das trilhas governamentais do G20. Destacou os dois subtópicos relacionados diretamente à saúde nos grupos de trabalho do T20, já apresentados em edições anteriores deste informe. Atualmente, o processo de resumos de política está na fase de consolidação das recomendações pelas forças tarefas do T20 e ajuste

¹²⁴ SACHS, J. D. et al. Six Transformations to achieve the Sustainable Development Goals. *Nature Sustainability*, vol. 2. September, 2019, p.805-814. Available in https://www.nature.com/articles/s41893-019-0352-9.epdf?author_access_token=PYxHlfTzicPDZ1f8Mpi4ddRgN0jAjWel9jnR3ZoTv0OUvCcY5pZ8AaTx0Mkoo pkKOS7OzdwrSBL-nqy90SNoGgHmldD2otpknRagcTqK2IJMLpfAw86QRMHI3QEjytXGWz5FGotx9W9u1jWK0QbJVw%3D%3D

fino para publicação destes resumos no sítio eletrônico do T20 Brasil. Servo destacou, algumas recomendações na área da saúde, dentre elas:

- Coordenação dos países para enfrentamento dos desafios em saúde
- Substituição do nome Cobertura Universal de Saúde para Sistema Universal de Saúde
- Doenças transmissíveis e preparação para resposta
- Transferência de Tecnologia para enfrentamento de pandemias de forma inclusiva
- Treinamento de populações originárias em saúde
- Gênero e saúde
- Saúde Digital
- Governança em relação a vacinas, principalmente na América Latina e Caribe
- Governança em saúde urbana
- Acordos plurilaterais e saúde pública
- Conceitos de Saúde Única e coletivização da abordagem
- Saúde e ambiente na Agenda 2030

Destacou ainda que o T20 não se encerra no comunicado do grupo de engajamento no meio do ano. No segundo semestre haverá 3 principais atividades: implementações das recomendações, diálogos com os outros grupos de engajamento (comunicados conjuntos) e negociação para incluir as recomendações do T20 nas respectivas declarações das trilhas financeiras.

Ministros da Justiça se encontram no G7

Na última quinzena, o destaque no âmbito do grupo dos sete foi o encontro dos Ministros da Justiça, entre os dias 9 e 10 de maio, na Scuola Grande di San Giovanni Evangelista, em Veneza, Itália¹²⁵. Dentre os tópicos discutidos estão o compromisso com a Ucrânia na responsabilização dos crimes internacionais cometidos na guerra, a criação de um grupo de trabalho para enfrentar os desafios da justiça global, a luta contra o crime organizado, o tráfico de drogas e o tráfico de pessoas. O encontro contou com os ministros Eric Dupond-Moretti (França), Marco Buschmann (Alemanha), Alex Chalk (Reino Unido), Arif Virani (Canadá), Hiroaki Kadoyama (Japão) e Merrick Garland (Estados Unidos). Além dos ministros, participaram também o diretor do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC) e a vice-presidente da Comissão Europeia, Vera Jurova, e na sessão dedicada à Ucrânia, participaram também o Ministro da Justiça, Denis Maliuska, e o Procurador Andriy Kostin.

Na ocasião, o G7 saudou à Ucrânia seus esforços para reconstrução do Estado e a luta anticorrupção, impulsionada pela criação de uma Força-Tarefa Anticorrupção durante a presidência japonesa do grupo, em 2023. Ainda, o grupo reafirmou seu apoio ao país e se comprometeu com a promoção e continuidade de iniciativas de treinamento em vários níveis

¹²⁵ G7 Venice, agreement on global justice challenges. G7 ITALIA. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/g7-venice-agreement-on-global-justice-challenges/>>. Acesso em: 19/05/2024.

sobre o enfrentamento e a prevenção da corrupção, destinado a juízes, promotores, órgãos de aplicação da lei e equipes administrativas. Também reafirmaram o compromisso de compartilhar as melhores práticas recomendadas para o funcionamento dos escritórios judiciais com o objetivo de aprimorar o Estado de Direito.

Um grande tema debatido na oportunidade foi a luta contra o crime organizado, o tráfico de drogas e a situação da emergência que os EUA se encontram diante da disseminação do uso do Fentanil. Segundo o ministro da justiça italiana, Carlo Nordio, "Os EUA tiveram mais mortes devido ao fentanil do que durante a guerra do Vietnã, no Canadá há o mesmo problema e, infelizmente, como esperado, a droga também está se espalhando na Europa. Na Itália, tivemos o primeiro exemplo de uma investigação e tudo indica que teremos mais". Outro tema abordado foi o tráfico humano e migração irregular, com o objetivo de fortalecer a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecida como Convenção de Palermo, o principal instrumento global de combate ao crime organizado transnacional que entrou em vigor em 2003.

O principal resultado deste encontro foi a criação do Grupo de Justiça de Veneza, que coordena iniciativas dos países do G7 na área. Dentre as iniciativas, está a discussão da inteligência artificial para defender sistemas democráticos contra a desinformação e notícias falsas, e proteger processos eleitorais. Sobre isso, a presidência italiana do G7 se comprometeu em organizar uma primeira reunião técnica em novembro. Finalmente, uma declaração conjunta foi emitida ao final do evento, denominada "Declaração de Veneza"¹²⁶. O próximo encontro de relevância do G7 está previsto para os dias 23, 24 e 25 de maio, em que os Ministros das Finanças vão se reunir na cidade de Stresa, na região de Piemonte.

Figura 4: Encontro dos Ministros da Justiça do G7



Fonte: G7 ITALIA

¹²⁶ Venice Declaration. G7 ITALIA. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/G7-Ministers-Meeting-on-Justice-Final-Declaration.pdf>>. Acesso em: 19/05/2024.

Alerta para as tecnologias digitais no radar da OCDE

Ao longo do mês de maio, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pouco apresentou de novidades no que tange eventos, pronunciamentos e acordos políticos, todavia a organização internacional permaneceu a expandir seu acervo de documentos publicados e promovidos pela organização com uma série de interessantes adições de temas variados ao mesmo. O presente informe, desse modo, destaca brevemente algumas dessas, agrupando-as em duas grandes categorias: a primeira com documentos e estudos, enquanto a outra se relacionada com suas usuais análises econômicas estatísticas periódicas.

Na primeira categoria de destaques, é ressaltado o estudo intitulado “*OECD Digital Economy Outlook 2024 (Volume 1): Embracing the Technology Frontier*” (Panorama da Economia Digital da OCDE em 2024 (volume 1): Abraçando a Fronteira Tecnológica, em uma tradução livre)¹²⁷. Observando que o setor de tecnologia da informação e comunicação cresceu em média 6,3% entre 2013 e 2023, cerca de três vezes mais rápido que a economia total nos 27 países participantes da OCDE analisados no estudo, o documento busca fornecer novas percepções sobre as principais tecnologias que sustentam o ecossistema de tecnologia digital e seus impactos.

Ao utilizar técnicas de *big data* e aprendizado de máquina (*machine-learning*, em inglês), o primeiro volume oferece então novas estimativas da taxa de crescimento do núcleo do ecossistema, identificada como o setor de tecnologia da informação e comunicação, além de analisar a fronteira tecnológica com perspectivas sobre o futuro da inteligência artificial e como ela pode ser transformada em uma força positiva. O estudo também explora várias questões de política digital, incluindo a privacidade em tecnologias imersivas como a realidade virtual, o futuro da conectividade sem fio e o aumento de comportamentos on-line negativos que afetam a saúde mental, como o *cyberbullying*¹²⁸. Por exemplo, o Panorama revela que a taxa geral de jovens que relatam dificuldades no funcionamento diário e se sentem infelizes por causa do uso de mídias sociais aumentou 49% desde 2017, com o resultado para meninas aumentando mais que o dobro da dos meninos.

A edição ainda analisa como indivíduos, empresas e governos estão adotando as tecnologias digitais, com informações sobre a escala e o escopo das divisões digitais e o potencial para o aumento da igualdade de oportunidades e de inclusão. Para tal, a pesquisa considera a necessidade crítica de redes sem fio de próxima geração para fornecer uma maior difusão e uma conectividade ilimitada em todos os lugares. Também são analisadas questões sobre a expansão da realidade virtual, pontuando oportunidades e riscos, e tópicos relacionados à saúde mental em ambientes digitais, incluindo perfis de maior risco.

Dessarte, a OCDE propõe aos formuladores de políticas e governos seis recomendações gerais, relacionadas ao tópico de discussão:

1. Aumento no investimento em pesquisas e análises utilizando técnicas tradicionais e não tradicionais de modo a expandir a base de evidências e informações sobre a economia

¹²⁷ OCDE. *OECD Digital Economy Outlook 2024 (Volume 1): Embracing the Technology Frontier*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 May 17]. Available from: <https://doi.org/10.1787/a1689dc5-en>.

¹²⁸ OCDE. Growth of digital economy outperforms overall growth across OECD. OCDE [Internet]. 2024 May 14 [cited 2024 May 17]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/growth-of-digital-economy-outperforms-overall-growth-across-oecd.htm>.

digital e a digitalização da economia para direcionar melhor as políticas públicas digitais, tanto em sua elaboração, quanto implementação;

2. Promoção da governança da inteligência artificial baseada em princípios fundamentados em valores, abordando impactos ambientais e mitigando riscos relacionados à privacidade, aos direitos de propriedade intelectual e à integridade das informações;

3. Abordar os desafios regulatórios e de políticas emergentes no ecossistema de conectividade;

4. Investir e incentivar na adoção de tecnologias para impulsionar a inovação e superar disparidades digitais, fomentando habilidades e condições equitativas não apenas para a inovação digital, mas também para a igualdade de oportunidades e inclusão;

5. Incentivar a construção de um futuro imersivo positivo para a proteção da privacidade e segurança, explorando novas abordagens e zelando pela segurança mental e física em ambientes de realidade virtual, especialmente para crianças, além do cuidado em relação a veículos em movimento e a segurança por design; e

6. Aumentar a conscientização e abordagem aos riscos dos espaços digitais para a saúde mental, gerenciando impactos, sobretudo para aqueles que estão em maior risco.

Também se destaca o relatório *“Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2024”*¹²⁹. Fruto da parceria entre a OCDE junto à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), a versão mais recente do relatório periódico compila estatísticas comparáveis de receita tributária no período de 1990 a 2022 para 27 países da região América Latina e do Caribe (ALC). Assim, fornece dados padronizados sobre o nível e a estrutura das receitas tributárias nacionais em uma base na classificação de impostos da OCDE, viabilizando, desse modo, a comparação dos sistemas tributários locais em uma base consistente, tanto na região quanto em outras economias mundiais, além de permitir acompanhar o desenvolvimento do tema e estruturas tributárias, identificar padrões, tendências, particularidades e também tensões nos países da América Latina e Caribe. O documento inclui também dois recursos especiais: um analisa as receitas fiscais de recursos naturais não renováveis na região da ALC nos anos de 2022 e 2023, enquanto o segundo calcula a pressão fiscal equivalente na região.

Outro estudo publicado durante o período pela organização internacional foi o manual *“A Handbook of What Works: Solutions for the local implementation of the OECD Principles on Water Governance”*¹³⁰. Com a proximidade da celebração de dez anos dos Princípios da OCDE para a Governança da Água, o documento recentemente publicado adianta-se e objetiva principalmente impulsionar a implementação em nível subnacional (como, por exemplo, municipal, regional e de bacia) dos princípios celebrados pela organização por meio da apresentação de uma extensa e rica coletânea e análise de práticas de governança da água em desenvolvimento.

¹²⁹ OCDE, CEPAL, BID, CIAT. Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2024. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 May 17]. Available from: <https://doi.org/10.1787/33e226ae-en>.

¹³⁰ OCDE. A Handbook of What Works: Solutions for the local implementation of the OECD Principles of Water Governance. OECD Regional Development Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 May 17];72. Available from: <https://doi.org/10.1787/bf54627e-en>.

Baseando-se, portanto, em um compêndio de 52 práticas de governança da água, o manual ilustra como cidades, regiões e bacias, tanto em países membros quanto não membros da OCDE, projetaram e implementaram sistemas de governança da água eficazes, eficientes e inclusivos. O estudo ainda identifica obstáculos e problemáticas comuns a serem evitadas ao projetar e implementar políticas hídricas em todos os níveis de governo, extrai lições de implementações bem-sucedidas e desafiadoras de cada princípio e também destaca o potencial de replicação de tais práticas em outros contextos.

Já o artigo *“Occupational reallocation and mismatch in the wake of the Covid-19 pandemic: Cross-country evidence from an online job site”*¹³¹ elabora sobre a possível relação da pandemia de Covid-19 com mudanças estruturais nos mercados de trabalho, com sua associação à realocação de mão de obra entre as ocupações e o desencadear de incompatibilidades entre a demanda e a oferta de mão de obra ocupacional, utilizando dados até então inéditos sobre anúncios de emprego de empregadores e cliques de candidatos a emprego em 19 países usuários do plataforma virtual de empregos “Indeed”.

A partir de sua pesquisa, os autores do estudo, dessa forma, apresentam com dados que, em média, em todos os países analisados, a pandemia provocou uma realocação grande e persistente de anúncios e cliques entre as ocupações. No entanto, a incompatibilidade ocupacional, mesmo inicialmente aumentando, retornou aos níveis pré-pandêmicos no final de 2022, à medida que empregadores e trabalhadores se ajustavam às mudanças estruturais – tal ajuste, porém, foi substancialmente mais lento nos país que optaram por esquemas de trabalho de curta duração para preservar o emprego durante o período pandêmico.

Por fim, no que tange ao acervo de mapeamentos de dados e estatísticas econômicas globais da organização, a quinzena foi marcada pela divulgação de três atualizações deles, mais especificamente em seus estudo e acompanhamento sobre as taxas de desemprego internacionais da organização, em sua análise sobre o crescimento e o bem-estar econômico e em sua pesquisa sobre o consumo e inflação global.

Sobre o primeiro, o desempenho mapeado das taxas de desemprego da OCDE referente ao mês de março de 2024 foi o de 4,9%, confirmando assim a manutenção da estabilidade no padrão dos últimos dois anos de resultados de taxas de desemprego da OCDE abaixo ou em 5,0%¹³². Ademais, a taxa manteve-se inalterada em 22 países membros da organização intergovernamental no mês, com também registros de aumento em 8 países e diminuição em 2.

Em paralelo, os resultados dos dados coletados pela organização sobre crescimento e bem-estar econômico internacional referentes ao quarto trimestre do ano de 2023 indicaram que a renda familiar real per capita se recuperou e cresceu 0,5% na OCDE, após a queda de 0,2%

¹³¹ Ciminelli G, Haramboure A, Samek L, Schwellnus C, Shrivastava A, Sinclair T. Occupational reallocation and mismatch in the wake of the Covid-19 pandemic: Cross-country evidence from an online job site. OECD Productivity Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 May 17];35. Available from: <https://doi.org/10.1787/128b92aa-en>.

¹³² OCDE. Unemployment Rates, OECD - Updated: May 2024. OCDE [Internet]. 2024 May 16 [cited 2024 May 17]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-updated-may-2024.htm>.

no terceiro trimestre, e que o crescimento da renda real per capita superou o crescimento do produto interno bruto real (PIB) per capita de 0,2%¹³³.

Outro dado estatístico apresentado no período foi sobre o estudo e acompanhamento da organização sobre o consumo e da inflação mundial, o Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)¹³⁴. O resultado de suas medições, com dados referentes ao mês de março de 2024, aponta que a inflação anual na OCDE permaneceu praticamente estável em 5,8% no período, levemente acima dos 5,7% registrados no mês de fevereiro. Apesar disso, o período também foi marcado por registrar a primeira vez que a inflação da energia da OCDE obteve resultado positivo (0,6%) desde abril de 2023, com 28 dos 38 países do grupo apresentando aumento em seus índices de custos de energia. Já em relação ao caso do G7, houve o aumento moderado de 3,1% em março em relação aos 2,9% de fevereiro, e sobre o G20, observou-se uma estabilidade nos resultados, permanecendo em 6,9%.

¹³³ OCDE. Growth and economic well-being: Fourth quarter 2023, OECD. OCDE [Internet]. 2024 May 07 [cited 2024 May 17]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/growth-and-economic-well-being-fourth-quarter-2023-oecd.htm>.

¹³⁴ OCDE. Consumer Prices, OECD - Updated: 6 May 2024. OCDE [Internet]. 2024 May 06 [cited 2024 May 17]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-6-mai-2024.htm>.

Xi e Putin não deixam dúvidas sobre o seu alinhamento em um mundo dividido e demonstram seu apoio ao BRICS

Xi and Putin leave no doubt about their alignment in a divided world and demonstrate their support for BRICS

Claudia Hoirisch

Resumo: Putin reuniu-se em maio com Xi em Pequim, para celebrar 75 anos de relações diplomáticas entre os dois países. Os presidentes divulgaram uma declaração conjunta de 7.000 palavras onde abordaram estratégias para contornar as sanções ocidentais; acusaram Washington de perturbar o equilíbrio da segurança estratégica da região e comprometeram-se a barrar o movimento de Washington de dupla contenção dos seus países. Concordaram em aprofundar sua parceria estratégica, reforçando a cooperação espacial, militar, econômica e energética para combater o comportamento “não construtivo e hostil de Washington”. Mostraram-se dispostos em trabalhar com outros membros do BRICS para implementar as declarações anteriores do grupo, promover a integração de novos membros do BRICS e explorar modelos de cooperação entre os países-parceiros do BRICS. Prometeram aumentar o nível de cooperação entre os países do BRICS no cenário internacional, incluindo em saúde pública, ao mesmo tempo em que promovem o uso de liquidação em moeda local, ferramentas de pagamento e plataformas para negócios comerciais entre os países do BRICS. E falando em países parceiros, a Rússia, como presidente pró-tempore do grupo, mencionou que pretende convidar chefes de estado e de organizações regionais do Sul global para a reunião dos MRE do BRICS e para a próxima cúpula. Os líderes do BRICS optaram em formar essa nova categoria de “países parceiros” ou “parceiros de diálogo” que substituirá o formato BRICS+ existente até o momento. O grupo já passou por duas ondas de expansão desde a sua fundação em 2006 e enfrentará uma pressão crescente para operacionalizar um terceiro alargamento à medida que a Cúpula de outubro se aproxima. O BRICS consolidará suas posições no G-20 à medida em que for admitindo novos membros. A divisão formal do G-20 em G7 e BRICS+ já está tomando forma.

Palavras-chave: Declaração Conjunta China-Rússia. Estratégias para contornar as sanções ocidentais. Washington e a dupla contenção da China e Rússia. BRICS. Saúde. Integração de novos membros do BRICS. Países-parceiros. Parceiros de diálogo. Consolidação das posições do BRICS no G-20.

Abstract: *Putin met Xi in May in Beijing, to celebrate 75 years of diplomatic relations between the two countries. The presidents released a 7,000-word joint declaration addressing strategies for circumventing western sanctions; they accused Washington of disturbing the balance of strategic security in the region and pledged to block Washington's move to double containment of their countries. They agreed to deepen their strategic partnership, strengthening space, military, economic and energy cooperation to combat “Washington’s nonconstructive and hostile behaviour.” They were willing to work with other BRICS members to implement the group's previous declarations, promote the integration of new BRICS members and explore models of cooperation between BRICS partner countries. They promised to increase the level of cooperation between BRICS countries on the international stage, including in public health, while promoting the use of local currency settlement, payment tools and platforms for commercial business between BRICS countries. Speaking of partner countries, Russia, as president pro-tempore of the group, intends to invite heads of state and regional organizations from the global south to the BRICS MFA meeting and to the next summit. BRICS leaders chose to form this new*

category of “partner countries” or “dialogue partners” that will replace the BRICS+ format that has existed to date. The group has already undergone two waves of expansion since its founding in 2006 and will face increasing pressure to operationalize a third expansion as the October summit approaches. BRICS will consolidate its positions in the G-20 as it admits new members. The formal division of the G-20 into G7 and BRICS+ is already taking a practical form.

Keywords: China-Russia Joint Declaration. Strategies to circumvent western sanctions. Washington and the double containment of China and Russia. BRICS. Health. Integration of new BRICS members. Partner countries. Dialogue partners. Consolidation of BRICS positions in G-20.

Visita de Putin à Pequim

Imagem 1 - O presidente russo Putin e o presidente chinês, Xi se cumprimentaram após conversas em Pequim em 16/05/2024



Fonte: Sergei Bobylov/AFP via Getty Images

O encontro de Xi e Putin em Pequim nesse mês não deixou dúvidas sobre o quão os líderes chines e russo estão alinhados na sua visão para o mundo¹³⁵.

Os dois prometeram aprofundar a sua parceria estratégica e apontaram para os EUA que foi retratado como um agressor desestabilizador.

Numa declaração conjunta de 7.000 palavras delinearam a sua visão partilhada sobre questões desde Taiwan até a guerra em Gaza e afirmaram que “As relações russo-chinesas resistem ao teste das rápidas mudanças no mundo, demonstrando força e estabilidade, e estão a experimentar os melhores período de sua história.”¹³⁶ Seguem alguns pontos importantes abordados na reunião¹³⁷.

Enfrentamento de uma ordem mundial liderada pelos EUA

Na declaração descreveram um sistema de segurança global definido por alianças militares apoiadas pelos EUA e comprometeram-se em trabalhar em conjunto para combatê-las.

¹³⁵ <https://www.chinanews.com.cn/gn/2024/05-16/10217948.shtml>

¹³⁶ <https://foreignpolicy.com/2024/05/16/putin-xi-russia-china-strategic-partnership-us-ukraine/>

¹³⁷ <https://www.ocafezinho.com/2024/05/17/integra-da-declaracao-conjunta-de-china-e-russia-o-documento-mais-anti-imperialista-e-anti-fascista-do-seculo-xxi/>

“[Pretendemos] aumentar a interação e reforçar a coordenação, a fim de contrariar o curso não construtivo e hostil de Washington no sentido da chamada 'dupla contenção' dos nossos países”.

A declaração conjunta também apelou aos EUA para não armarem os seus aliados com sistemas de mísseis e condenou a cooperação dos EUA com os aliados como extremamente desestabilizadora.

Os EUA consideram a China o “desafio mais sério a longo prazo para a ordem internacional” e a Rússia “uma ameaça clara e presente”.

Crescente cooperação militar

Ao criticarem as alianças militares dos EUA, os dois líderes comprometeram-se a aprofundar a confiança e a cooperação militar, afirmando que iriam expandir os exercícios conjuntos e o treinamento de combate, conduzir regularmente patrulhas marítimas e aéreas conjuntas e melhorar as capacidades e o nível de resposta conjunta aos desafios e ameaças.

Os dois países aumentaram os seus exercícios militares em todo o mundo nos últimos anos, em especial após a Rússia ter reagido à Ucrânia (EUA/OTAN) em fevereiro de 2022 – despertando a preocupação dos observadores ocidentais de que Rússia e China estão trabalhando para melhorar a sua interoperabilidade militar.

Putin viajou para Pequim com autoridades de segurança de alto escalão, que o presidente russo disse na quinta-feira que participariam de negociações informais sobre a Ucrânia.

Cooperação energética e industrial

Os líderes comprometeram-se a promover a implementação de projetos energéticos de grande escala, aumentando ao mesmo tempo a cooperação energética através do petróleo, gás natural liquefeito, gás natural, carvão e eletricidade.

Apelaram também ao reforço da cooperação industrial numa série de domínios, incluindo a aviação civil, a eletrônica, a indústria química, a construção naval e equipamentos industriais - promessas que, embora vagas, sinalizam uma maior coordenação econômica nos próximos anos.

Cooperação com os BRICS

Os dois lados estão dispostos a trabalhar com outros membros do BRICS para implementar o consenso contido nas declarações anteriores dos BRICS, promover a integração de novos membros do BRICS e explorar modelos de cooperação entre os países parceiros do BRICS. Continuam a reforçar a voz do mecanismo do BRICS nos assuntos internacionais e na definição da agenda internacional e a realizar ativamente a cooperação BRICS+ e o diálogo periférico do BRICS.

Aumentarão o nível de colaboração entre os países do BRICS no cenário internacional, incluindo nas áreas de comércio, economia digital e saúde pública entre os países do BRICS, ao mesmo tempo que promovem o uso de liquidação em moeda local, ferramentas de pagamento e plataformas para negócios comerciais entre os países do BRICS.

Além disso, os dois lados esperam fortalecer a cooperação em vários campos com países e mecanismos relevantes na ALC, bem como com organizações internacionais como as Nações Unidas, o G20 e os BRICS

Rússia convidará líderes globais do Sul para a Cúpula em Kazan

A Rússia pretende convidar diversos chefes de estado e de organizações regionais do Sul global para a reunião dos MRE do BRICS em Nizhny Novgorod e para a cúpula em Kazan.

Essa decisão foi tomada na cimeira dos BRICS em 2023, em Joanesburgo, África do Sul onde os líderes optaram em formar uma nova categoria de “países parceiros” ou “parceiros de diálogo”, nos mesmos moldes do que existe na Organização de Cooperação de Xangai (OCX)¹³⁸. Essa nova categoria substituirá em grande parte o formato BRICS+ que existiu até agora. De acordo com Lavrov,

“Estabelecer um diálogo com os países que demonstram interesse na aproximação com os BRICS, interesse em toda a gama, desde a adesão plena até o estabelecimento de relações de trabalho e parceria, é uma tarefa muito importante”. “Existem cerca de 30 desses países. A questão de como podemos fortalecer o diálogo com eles estará entre as principais prioridades políticas [da presidência russa do BRICS]. Pretendemos convidar muitos [líderes de] países e chefes de organizações regionais do sul global para os nossos eventos de política externa em Nizhny Novgorod e para a cimeira em Kazan”.

O grupo BRICS passou por duas ondas de expansão desde a sua fundação em 2006. A primeira em 2011, quando a África do Sul aderiu à associação original, que incluía Brasil, Rússia, Índia e China e a segunda em 1º de janeiro de 2024, quando Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos juntaram-se ao grupo. Os líderes dos BRICS sofrerão uma pressão crescente para operacionalizar uma terceira expansão à medida que a Cúpula de outubro se aproxima.

O BRICS já ultrapassou o G-7 em termos de paridade de poder de compra (PPC): o grupo responde por 35,6% do PIB global, enquanto o G-7, 30,3%. Até 2028, a situação evoluirá ainda mais a favor dos BRICS: 36,6% contra 27,8%.

A participação coletiva dos Estados-membros na economia global é de US\$ 58,9 bilhões. Os BRICS representam mais de um terço da terra seca do planeta (36%), 45% da população mundial (3,6 bilhões), mais de 40% de toda a produção de petróleo e cerca de um quarto das exportações mundiais de bens.

Muitos veem os BRICS como um protótipo de multipolaridade, uma estrutura que une o Sul e o Leste Global com base nos princípios da igualdade, soberania e respeito mútuo. Na 15ª Cimeira do ano passado, em Joanesburgo, os BRICS se depararam com um pacote completo de pedidos de adesão de mais de vinte países. Por esse motivo, os líderes tomaram uma decisão política de expandir a associação. Foi realizado um trabalho minucioso para determinar o leque de países a serem admitidos em primeiro lugar.

O BRICS consolidará suas posições no G-20 depois de admitir novos membros. Como se pode ver, a divisão formal do G-20 em G-7 e BRICS+ já está tomando uma forma prática.

¹³⁸ O estatuto de parceiro de diálogo da OCX permite que os países participem em eventos especializados intragrupo a convite dos Estados-Membros.

A política em crise na América Latina

La política en crisis en Latinoamérica

**Sâmia de Brito
Sebastian Tobar
Miryam Minayo**

Resumen. *En esta edición de nuestro informe presentamos el panorama político y económico reciente de la región latinoamericana. Analizamos el lanzamiento por parte del BID de la última edición del Índice para Mejores Empleos y la III Conferencia General del Espacio Latinoamericano y Caribeño de Educación Superior. Por último, seguimos las agendas de los organismos regionales relacionados con la salud y el desarrollo, como el COMISCA, que celebró talleres sobre formación en epidemiología y enfermedades zoonóticas, la agenda de eventos de la OTCA sobre seguridad alimentaria y biodiversidad en la cuenca amazónica y el Seminario de Alto Nivel del Mercosur sobre el futuro del bloque.*

Palabras-clave: *América Latina y el Caribe. Salud. Política e Integración*

Resumo. Nesta edição do nosso relatório apresentamos o panorama político e econômico recente da região latino-americana. Observamos o lançamento pelo BID da última edição do Índice de Melhores Empregos e a III Conferência Geral do Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior. Por fim, acompanhamos as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o COMISCA que realizou oficinas nas áreas de formação em epidemiologia e doenças zoonóticas, a OTCA cumpriu agenda em eventos sobre segurança alimentar e biodiversidade na Bacia Amazônica e o Mercosul realizou Seminário de Alto Nível sobre o futuro do bloco.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Política e Integração

Apresentação

A guerra na Faixa de Gaza tem provocado respostas nas lideranças latino-americanas, o que ficou refletido na interrupção ou movimentos para interromper as suas relações diplomáticas com Israel. O conflito parece atingir não só os governos, mas também a sociedade civil, como demonstram as manifestações de estudantes da Universidade Nacional Autónoma do México para exigir “o fim do genocídio imperialista em Gaza”. Os acampamentos, que já haviam brotado em países como Austrália, Reino Unido, França entre outros, tem ganhado adeptos em outras regiões da América Latina como Chile e Equador.

Não diferente de outras regiões do mundo, a América Latina tem enfrentado o contexto de “guerra híbrida¹³⁹”. Movimento em que são utilizados todos os tipos de meios e procedimentos, quer sejam a força convencional ou outros meios irregulares, como a

¹³⁹ Podemos identificar oito dimensões centrais da guerra híbrida, que são: i) Acesso aos recursos naturais; ii) Prontidão estratégica para a guerra; iii) Produtividade econômica; iv) O controle dos circuitos financeiros; v) capacidades científico-tecnológicas; vi) A influência da propaganda e das notícias; vii) O controle dos circuitos logísticos; iix) O domínio dos dados, matéria-prima básica para a confirmação de algoritmos e implantação de inteligência artificial.

insurgência, o terrorismo ou ainda mais sofisticados como as tecnologias (guerra cibernética). Outros métodos de influência como notícias falsas, diplomacia, guerra jurídica, intervenção eleitoral do exterior e interferências na opinião pública são frequentemente utilizados no contexto atual.

Já vimos manifestações desta guerra da híbrida na região. Apesar de muitas vezes falarmos da América Latina como uma região de paz, conflitos violentos manifestaram-se recentemente no Haiti, no Equador e estamos até perante uma possível guerra entre a Guiana e a Venezuela. As migrações através da Região do Darién, que se tornou uma das rotas migratórias mais perigosas do mundo nos últimos tempos, mas também a existência de grupos de migrantes como os venezuelanos, que procuram melhores condições de vida noutros países implica a ameaça de minar o poder de o partido no poder, razão pela qual são implementados mecanismos para bloquear os seus votos no estrangeiro. Disputas sobre lítio e recursos energéticos na região (talvez a recente descoberta de uma reserva de petróleo e gás na Antártica intensifique esta guerra¹⁴⁰). A incorporação da inteligência artificial e das novas tecnologias impõe lógicas eleitorais que se travam a partir das redes sociais e da circulação de notícias falsas, que ultrapassam em muito os programas ou propostas dos partidos políticos e dos seus candidatos. À luz do interesse económico e estratégico na região latino-americana vemos esforços do Departamento de Estado para garantir o controle estratégico da região, implantando estratégias de cooperação e até mesmo visitas do Comando Sul para garantir o controle do "pátio traseiro- fundo do quintal" tentando parar o avanço da China ou o alinhamento com os BRICS e o processo de desdolarização e atomização soberana.

Analisaremos brevemente a situação política dos países da região:

Na **Argentina**, o novo Governo de Milei, em quatro meses no poder, destruiu o programa de maior sucesso para reduzir a gravidez involuntária em adolescentes da história¹⁴¹. O Plano ENIA¹⁴² conseguiu reduzir a taxa a nível nacional em quase 50 por cento e é um exemplo na América Latina. No entanto, em abril, o governo não renovou os contratos de mais de seiscentos profissionais de saúde que trabalhavam há seis anos em 12 províncias para prestar aconselhamento de saúde sexual em escolas secundárias e espaços comunitários e garantir o acesso a métodos contraceptivos de longa duração e ILE/IVE nos centros de saúde.

Enquanto isso, o Fundo Monetário Internacional¹⁴³ (FMI) aprovou a oitava revisão do seu acordo, que permite o desembolso de 800 milhões de dólares para o país¹⁴⁴, que serão repassados nas próximas semanas para o governo Milei. O referido desembolso está condicionado à continuação da promoção do equilíbrio fiscal e do “aperfeiçoamento dos quadros de política monetária e cambial”.

A política externa de Milei continua barulhenta, agora com a Espanha. O presidente da Argentina chamou a esposa de Pedro Sanchez de “corrupta¹⁴⁵”, gerando conflitos diplomáticos.

¹⁴⁰ <https://www.escenariomundial.com/2024/05/18/tras-el-hallazgo-de-petroleo-y-gas-en-la-antartida-por-parte-de-rusia-estados-unidos-firma-un-nuevo-memorandum/>

¹⁴¹ <https://www.pagina12.com.ar/728941-desaparece-un-plan-para-la-prevencion-del-embarazo-adolescenc>

¹⁴² <https://www.argentina.gob.ar/salud/plan-enia>

¹⁴³ <https://www.youtube.com/watch?v=Ymav9NBTBFQ>

¹⁴⁴ <https://www.ambito.com/economia/confirmado-el-fmi-aprobo-la-octava-revision-del-acuerdo-y-se-destraban-fondos-n599742>

¹⁴⁵ “As elites globais percebem o quão destrutivo pode ser implementar as ideias do socialismo, porque o têm demasiado longe; Eles não sabem que tipo de sociedade e país podem produzir e que tipo de pessoas

Vale ressaltar que as opiniões de Milei tem acumulado mal-estares com presidentes considerados de esquerda como o colombiano Petro, que foi descrito como “*assassino e terrorista*”, ou o brasileiro Lula e o chinês Xi Jinping, quando disse que “*não negociaria com comunistas*” referindo-se aos governos destes países¹⁴⁶.

Na América Central, **Belize** suspendeu as relações diplomáticas¹⁴⁷ com Israel devido aos incessantes bombardeios contra a população civil da Faixa de Gaza. O Governo de Belize divulgou um comunicado¹⁴⁸ afirmando; “*Desde 7 de outubro de 2023, as Forças de Defesa de Israel (IDF) envolveram-se em bombardeios indiscriminados e implacáveis em Gaza, que mataram mais de 11.000 civis inocentes, a maioria mulheres e crianças. O bombardeamento destruiu muitos edifícios e infra-estruturas, incluindo hospitais, escolas e outras construções*”. O texto culpa Israel por prejudicar mais de um milhão de pessoas, forçando-as a serem deslocadas e impedindo-as de satisfazer necessidades básicas como acesso à água, alimentos, electricidade e suprimentos médicos, o que resultou na perda de vidas civis na área. As autoridades de Belize decidiram retirar a aprovação ao credenciamento de Einat Kranz-Neiger, embaixador designado de Israel para o país, bem como suspender a nomeação do cônsul e todas as atividades realizadas pelo Consulado de Israel em Belize.

Na **Bolívia**, o ex-presidente e chefe do Movimento ao Socialismo (MAS), Evo Morales condicionou um congresso de unidade ao compromisso público do presidente Luis Arce de não proibir o seu partido ou desqualificar sua posição nas eleições gerais de 2025¹⁴⁹. E o Movimento ao Socialismo (MAS) dividiu-se nas alas renovadora e radical, o que teve impacto na separação da sua base social, que está em disputa aberta pela hegemonia da administração do aparelho de Estado¹⁵⁰.

O conflito estudantil contra Israel, que se fortalece nos EUA, parece ter-se espalhado pelo **Chile** e pelo **Equador**, onde centenas de estudantes se manifestaram contra Israel, chamando-o de “Estado Genocida”. No Chile¹⁵¹, estudantes pediram ao Governo de Gabriel Boric que rompa as relações diplomáticas, econômicas e militares com um “Estado genocida”. No dia 13 de maio, estudantes de diferentes universidades do Equador mobilizaram-se hoje para

estão ferradas no poder e que níveis de abuso podem atingir em geral, mesmo quando a mulher é corrupta, suja e leva cinco dias para pensar sobre isso”, disse Javier Milei na convenção organizada pela Vox, na capital espanhola. <https://www.infobae.com/politica/2024/05/19/cuales-son-los-efectos-de-la-medida-dispuesta-por-espana-en-la-relacion-diplomatica-con-argentina-tras-los-dichos-de-milei/>

¹⁴⁶ Em junho, quase US\$ 3 bilhões do SWAP expiram. https://www.clarin.com/economia/negociacion-reloj-china-vencen-us-5000-millones-swap-pedido-represas_0_6gZh5b2lQF.html

¹⁴⁷ <https://www.telesurtv.net/news/belice-suspende-relaciones-diplomaticas-israel-20231114-0034.html>

¹⁴⁸ <https://www.pressoffice.gov.bz/belize-takes-measures-against-israel/>

¹⁴⁹ <https://www.la-razon.com/nacional/2024/05/12/morales-si-arce-quiere-un-congreso-de-unidad-no-debe-proscribir-al-mas-ni-inhabilitar-a-evo/y>

¹⁵⁰ Embora alguns apoiem o presidente Luis Arce e outros apoiem a Evo Morales, ambos têm o interesse comum de fazer parte do poder político e participar na distribuição do poder. <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20240513/movimientos-sociales-tambien-pugnan-poder-al-apoyar-evo-arce>

¹⁵¹ A manifestação ocorreu na Casa Central da Universidade do Chile, em Santiago, por ocasião do 76º aniversário da “Nakba”, o deslocamento massivo de palestinos após a criação do Estado de Israel em 1948. <https://www.eldesconcierto.cl/nacional/2024/05/16/protestas-universitarias-pro-palestina-llegan-a-chile-piden-cortar-relaciones-con-israel.html>

rejeitar o genocídio do povo palestino e em apoio às manifestações de estudantes universitários dos Estados Unidos em solidariedade com aquele país árabe¹⁵².

O **Chile** continua a ter problemas com a liderança Mapuche no sul do país¹⁵³. Recentemente, o líder da Coordenação Arauco Malleco, Héctor Llaitul, foi condenado a 23 anos de prisão efetiva, depois de o tribunal o ter declarado culpado de vários crimes na macrozona sul¹⁵⁴. Além do conflito Mapuche, recentemente três policiais foram mortos, e o Senado se prepara para aprovar uma Lei Antiterrorista, com o apoio majoritário dos legisladores¹⁵⁵.

Na **Colômbia**, o Presidente Petro declarou através do seu relato X: *“Sr. Netanyahu, o senhor ficará na história como um genocídio. Jogar bombas sobre milhares de crianças, mulheres e idosos inocentes não faz de você um herói.”* Num comunicado da Chancelaria colombiana, apontava-se: *“A luta do presidente Petro pela vida, pela paz e pela justiça vai além das nossas fronteiras, assim como o seu apoio ao multilateralismo para preservar a coexistência das nações e evitar a guerra”*¹⁵⁶. Entretanto, Petro denunciou internacionalmente que forças internas estão planejando um golpe de Estado, o que gerou o apoio de Xiomara Castro, na sua qualidade de Presidente Pro Tempore da CELAC. Petro, que há meses fala na possibilidade de um *“golpe brando”*^{157,158} contra ele, afirmou que o suposto golpe está sendo fabricado *“não é com os tanques de guerra no Palácio presidencial”*¹⁵⁹, mas com a suposição de ultrapassar os limites de gastos eleitorais nas eleições de 2022.

Cuba e Nicarágua condenam o veto dos EUA à entrada da Palestina como membro pleno da ONU. Bruno Rodríguez Parrilla¹⁶⁰, ministro das Relações Exteriores de Cuba (Minrex),

¹⁵² Dezenas de pessoas e estudantes da Universidade Central do Equador (UCE) organizaram um acampamento em rejeição ao genocídio de Israel contra o povo palestino. Tendas, bandeiras e cartazes de solidariedade com a Palestina ocuparam o espaço exterior do Teatro Universitário da UCE, onde dezenas de jovens se reuniram esta quinta-feira à noite porque “não podemos manter a calma quando pessoas estão a ser mortas numa parte do mundo”, alertaram. <https://www.prensa-latina.cu/2024/05/16/universitarios-de-ecuador-realizan-acampada-en-apoyo-a-palestina/>

¹⁵³ O atual presidente, o progressista Gabriel Boric, recorreu à militarização dos territórios de maioria Mapuche, após um recrudescimento da violência por parte de diferentes grupos Mapuche e gangues criminosas. A violência tem sido uma das formas de protesto que alguns ativistas encontraram depois de décadas a pedir ao Governo a restituição de terras. <https://www.france24.com/es/programas/en-5-minutos/20220603-chile-conflicto-territorio-indigenas-mapuches>

¹⁵⁴ <https://www.nodal.am/2024/05/chile-el-lider-mapuche-hector-llaitul-fue-condenado-a-23-anos-de-prision/>

¹⁵⁵ <https://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2024/05/02/avanza-agenda-de-seguridad-senado-aprueba-en-particular-ley-antiterrorista/>

¹⁵⁶ <https://caracol.com.co/2024/05/12/pasara-usted-a-la-historia-como-un-genocida-presidente-petro-responde-a-netanyahu/>

¹⁵⁷ O presidente colombiano fez referência à possibilidade de um “golpe de Estado” contra ele, depois de tomar conhecimento da decisão do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) de estudar uma apresentação de dois magistrados que recomenda a apresentação de acusações contra ele, por alegadas irregularidades financiamento de sua campanha em 2022. A apresentação dos juízes Álvaro Hernán Prada, ex-deputado do partido de direita Centro Democrático, e Benjamín Ortiz, ex-secretário-geral da CNE, também pede acusações contra Ricardo Roa, presidente do estado. petrolífera Ecopetrol e que foi gestor da campanha do Petro em 2022.

¹⁵⁸ <https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/ha-comenzado-el-golpe-blando-presidente-petro-sobre-ponencia-que-pide-formulacion-de-cargos-a-su-campana-3341025>

¹⁵⁹ <https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/petro-se-va-en-contra-de-ponencia-del-cne-que-pide-su-imputacion-la-califica-de-inconstitucional-y-de-golpe-de-estado-3341171>

¹⁶⁰ Bruno Rodríguez Parrilla apontou: *“O novo veto injustificável dos EUA no Conselho de Segurança que impede @UN_es de entrar na Palestina como Estado-Membro é mais uma prova da sua cumplicidade com*

qualificou de injustificável o novo veto dos Estados Unidos (EUA) no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) que impede a entrada da Palestina como Estado-membro.

No **Equador**, a vice-presidente da República, Verónica Abad, confessou que teme pela sua vida¹⁶¹. Isso se deve ao assédio que ela e sua família têm sofrido, desde o segundo turno eleitoral. O Presidente Noboa não fala com o seu vice desde que venceram as eleições. Pouco depois de tomarem posse, ele enviou-a permanentemente para Tel Aviv numa missão de “mediação” entre Israel e a Palestina, quando a falta de influência do país numa questão desta magnitude é bem conhecida. Meses depois, o Ministério Público deteve o filho de Abad numa prisão de segurança máxima por tráfico de influência.

No **Haiti**, o Conselho Presidencial abriu a convocatória para a eleição do primeiro-ministro após críticas à nomeação unilateral de Fritz Belizaire. A nomeação do Presidente do Conselho, Edgard Leblanc Fils, e do Primeiro-Ministro, Fritz Belizaire¹⁶², no final de abril, criou uma crise no Conselho, que foi posteriormente resolvida com a adoção de uma presidência rotativa e a tomada de decisões através de eleição aceita por 5 dos 7 vereadores com direito a voto. As candidaturas, que serão recebidas de 13 a 17 de maio, deverão ser apresentadas pelos setores que compõem o Conselho ou que aderem ao Acordo Político para uma Transição Pacífica e Ordeira de 3 de abril de 2024. Entretanto, os grupos criminosos continuam a campanha de violência em diversos pontos do país e ocuparam recentemente uma esquadra da polícia, demonstrando mais uma vez a superioridade operacional dos grupos armados sobre a aplicação da lei¹⁶³.

O atual presidente da **República Dominicana**, Luis Abinader, continuará no cargo por mais quatro anos depois de vencer de forma decisiva as eleições no último domingo 1.9 de maio, com quase 60% dos votos.

Durante o terceiro debate presidencial¹⁶⁴, a candidata da coligação Vamos Continuar a Fazer História, **Claudia Sheinbaum**, expressou: “*Comprometo-me com o povo do México a governar para todos e a levar o México pelo caminho da segurança, da paz e da prosperidade*

a ocupação militar de Israel e o genocídio contra o povo palestino”; “Reiteramos o nosso apoio à entrada justa e necessária da Palestina como Estado-Membro das Nações Unidas”; “É um passo essencial para alcançar uma solução ampla, justa e duradoura para o conflito israel-palestiniano.”; “Os EUA vetaram uma resolução apresentada pela Argélia em nome do Grupo Árabe, Org. Cooperação Islâmica e NAM para a admissão da Palestina como estado membro com plenos direitos na ONU. “É claro que os EUA são o principal obstáculo à paz no Médio Oriente.”

¹⁶¹ Abad, que atualmente reside em Israel, acrescentou que depois de ver a violenta “atacada” do Governo contra o seu filho, Francisco Barreiro Abad, e de ver como foi atropelada a Embaixada do México em Quito, teme sem dúvida pela sua integridade. https://elpais.com/america/2024-05-19/veronica-abad-la-vicepresidenta-de-ecuador-enfrentada-a-noboa-temo-por-mi-vida-sufrir-un-atentado.html#?prm=copy_link

¹⁶² Belizaire, antigo Ministro dos Desportos, foi eleito unilateralmente pelo bloco maioritário do Conselho, composto por 4 dos 7 vereadores, uma eleição muito criticada, que levou o Conselho a iniciar o processo de eleição de um novo primeiro-ministro. <https://www.diariolibre.com/amp/mundo/haiti/2024/05/12/crisis-en-haiti-abren-convocatoria-para-elegir-primer-ministro/2719371>

¹⁶³ <https://www.telesurtv.net/news/banda-criminal-ataca-ocupa-estacion-policia-haiti-20240512-0006.html>

¹⁶⁴ Propostas, ataques e evasão marcam terceiro debate presidencial no México¹⁶⁴, que podes ser assistido em: <https://www.youtube.com/watch?v=l7Xk47gz5qo>

partilhada". Sheinbaum comprometeu-se a eliminar deputados multi-membros em listas no Senado, buscar a necessidade de procurar novos mecanismos de representação, reformar o Poder Judiciário para reduzir o poder do Supremo Tribunal de Justiça que, segundo ela, ultrapassou as suas competências, observou: *"Vamos ter maior participação nas convenções internacionais que têm a ver com o direito e meio ambiente, principalmente com a questão das mudanças climáticas. Vamos fortalecer as ações para redução dos gases de efeito estufa."* Em sua mensagem final enfatizou o apelo aos seus militantes para que votem massivamente e consigam uma diferença importante com o segundo lugar na disputa.

Por sua vez, a candidata presidencial da coalizão Força e Coração pelo México, **Xóchitl Gálvez**, afirmou que modificará a estratégia de segurança do atual governo e que *"abraçar os criminosos acabou"*. Segundo Galvez, *"Hoje o México tem dois caminhos, o caminho que lhes ofereço para recuperar a paz e a tranquilidade, mas, acima de tudo, recuperar a liberdade"*. Destacou que o país está em chamas por causa do pacto que o Morena tem em vários pontos do país com o crime organizado. Xóchitl acusou Sheinbaum de não entender como aumentou a insegurança no país, os negócios dos grupos criminosos ou a cobrança de taxas. Indicou que formará um governo de coalizão, onde todos os partidos terão representação para enriquecer o projeto nacional de um México mais viável e próspero: *"É claro que concordo com os governos de coligação e vou representar um governo de coligação, mas não apenas com os partidos que me levaram à presidência"...* *"Vou sentar com todo mundo, vou ser um presidente daltônico, com as cerejas, com os vermelhos, com os verdes, com os amarelos, com os laranjas, com os azuis, com todos, porque somos um plural país"*. Ela criticou o uso de símbolos religiosos por Claudia Sheinbaum, como quando ela foi mostrada usando uma saia com a imagem impressa da Virgem de Guadalupe, sem professar a fé católica ou praticar o ateísmo: *"Você contou ao Papa que usou a Virgem de Guadalupe de saia apesar de não acreditar nela?"*.

O candidato presidencial do Movimiento Ciudadano, **Jorge Álvarez Máynez**, durante o terceiro debate presidencial, observou: *"Meu objetivo é muito maior do que ser presidente, meu objetivo é fazer com que você se sinta mais orgulhoso do que nunca de ser mexicano, de ser mexicano"...* *"Em 10 semanas conseguimos o que parecia impossível, inverter as eleições, mas temos um desafio mais importante que é mudar o futuro do país; pacificá-lo com uma nova estratégia de segurança e construir prosperidade com oportunidades iguais, construir um Novo México"...* *"A melhor forma de homenagear a memória dos estudantes assassinados em Tlatelolco em 1968 é com uma nova estratégia de segurança que se afaste da militarização como propus. A candidata do PRIAN diz que vai enfrentar os criminosos, mas os coloca no topo das listas de candidatos multi-membros"*. Segundo Máynez, *"O México precisa de um presidente que assuma a tarefa de pacificar o país"* e continuou *"Vamos fazê-lo através de meios civis, com inteligência, estratégia e ordem. Com uma força policial com salários e despesas médicas decentes, com incentivos para arriscarem a vida por nós. Nunca mais uma mulher irá para a cadeia por decidir sobre seu corpo, nunca mais um jovem irá para a cadeia por fumar maconha. A força do Estado vai se concentrar em crimes de alto impacto"*. Além disso, Máynez afirmou que era necessário que o México atue com firmeza e inteligência em relação aos EUA e completou *"Ainda mais se chegar ao poder um racista como Donald Trump, a quem Peña Nieto recebeu e por quem fez campanha. Uma vergonha"*. E finalizou seu discurso como a promessa de que *"vamos fazer do México uma das 10 principais potências econômicas do mundo"*.

Em posição expressa nesta quinta-feira no Conselho de Segurança da ONU, o Governo e o povo da **Nicarágua** denunciam e condenam veementemente as atrocidades cometidas contra o povo palestino em Gaza, na Cisjordânia e em todos os territórios palestinos ocupados.

Neste sentido, exigiu paz e segurança no Médio Oriente, manifestando a necessidade de uma solução imediata, baseado em dois Estados, para a Questão da Palestina, que colocaria fim à ocupação de todos os territórios usurpados por Israel e garantiria o exercício dos direitos inalienáveis do povo palestino¹⁶⁵.

O conflito entre a **Venezuela** e a **Guiana** continua pela questão de Essequibo. A Venezuela, através de um comunicado, rejeitou veementemente a licença que considerou ilegal de produção de petróleo concedida pelo Governo da República Cooperativa da Guiana às empresas petrolíferas do Bloco Stabroek. Ao mesmo tempo, não cumpriu o acordo com a Guiana de não recorrer à força para resolver este conflito, aumentando a sua presença militar na fronteira entre os dois países¹⁶⁶.

O Canal do **Panamá** conseguiu aumentar o número de trânsitos diários para 31 navios, desde a última quinta-feira, 16 de maio. A Autoridade do Canal do Panamá (ACP) espera que a partir de 1º de junho deste ano o número diário de trânsitos aumente para 32 navios. Uma seca prolongada¹⁶⁷, como resultado das alterações climáticas, reduziu significativamente os níveis de água dos Lagos Alajuela e Gatún, reduzindo o número de embarcações autorizadas a transitar por dia, bem como o calado das embarcações que podem passar pelas eclusas. O que acontece naquele pequeno país pode atingir milhões de pessoas a milhares de quilómetros de distância, uma vez que navios que transportam nada menos que 6 por cento do comércio mundial atravessam as suas eclusas e ao mesmo tempo o canal representa um rendimento importante para os panamenhos.

No plano político, José Raúl Mulino, presidente eleito no **Panamá**, nomeou 14 dos 17 ministros que compõem o Conselho de Gabinete. Entre os eleitos estão 11 homens e 3 mulheres, estando pendente a nomeação para a Educação, Governo e Habitação. O Gabinete de Mulino, que tomará posse no dia 1º de julho, tem nomes conhecidos¹⁶⁸. Da mesma forma, o novo Governo eleito do Panamá iniciou “contatos diplomáticos” e “estudos através de organizações internacionais” para finalizar os seus planos de “fechar” a fronteira de Darién, a selva perigosa que faz fronteira com a Colômbia e que milhares de pessoas atravessam todos os dias por migrantes irregulares. para a América do Norte¹⁶⁹.

No parlamento peruano continuam a discutir os três pedidos de vacância¹⁷⁰ (destituição) presidencial contra Dina Boluarte, acusada de atos de corrupção e de dificultar investigações de tráfico de influência em relação ao seu irmão Nicanor Boluarte, por influenciar nomeações de funcionários e autoridades a nível local. Entretanto, a Presidente do **Peru** viajará à China em

¹⁶⁵ <https://radiolaprimerisima.com/consejo-de-seguridad-es-incapaz-de-frenar-genocidio-de-palestina/>

¹⁶⁶ <https://cnnespanol.cnn.com/2024/05/14/venezuela-amplia-presencia-militar-frontera-guyana-trax/>

¹⁶⁷ A crise da seca no Canal do Panamá só piora, enquanto os efeitos no comércio mundial aumentam. A edição destaca a importância desta hidrovía interoceânica, mas também a responsabilidade ambiental no coração da América Latina. Cada passagem de um navio requer 200 milhões de litros de água doce, que vai parar no mar. E a água utilizada pelo canal compete com as necessidades da população.

¹⁶⁸ Felipe Chapman, que chefiará o Ministério da Economia e Finanças, é economista, já foi banqueiro e consultor financeiro e de investimentos estratégicos. Sua nomeação causou um aumento nos títulos panamenhos. <https://www.laestrella.com.pa/panama/politica/mulino-designa-14-de-los-17-ministros-solo-hay-tres-mujeres-CL7379004>

¹⁶⁹ <https://www.laestrella.com.pa/panama/nacional/panama-comienza-contactos-diplomaticos-para-concretar-el-plan-de-cerrar-el-darien-GX7374190>

¹⁷⁰ <https://www.prensa-latina.cu/2024/05/17/congreso-rehusa-debatir-mociones-para-cese-de-presidenta-de-peru/>

Junho para se reunir com o Presidente Xi Jinping para desenvolver e fortalecer o mercado de exportação de carne¹⁷¹.

No **Suriname**, a busca pelo ex-presidente intensificou-se: Desi Bouterse foi condenado a 20 anos de prisão por homicídio porque a Polícia Internacional (Interpol) o adicionou à sua lista de alerta vermelho, segundo reportagem da mídia nacional¹⁷².

O processo eleitoral continua na **Venezuela** sem boas notícias. Na medida que a Assembleia Nacional (AN) concordou em solicitar ao Poder Eleitoral que rejeitasse a participação da União Europeia (UE) como observadora nas eleições presidenciais da Venezuela em 28 de julho. O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Yván Gil, afirmou em sua conta na rede social X¹⁷³: *“A Venezuela expressa a sua condenação categórica ao anúncio da União Europeia de reiterar a política ilegal de sanções contra a Venezuela, numa nova demonstração de arrogância neocolonial, ilegal e hostil, que vai na direção oposta ao estabelecimento de um programa de cooperação política e social e econômico entre esse bloco regional e o Estado venezuelano”*,

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) divulgou a última edição do Índice de Melhores Empregos

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) divulgou a última edição do Better Jobs Index¹⁷⁴, estudo que avalia como são os empregos nos países da região, por meio de duas dimensões: quantidade e qualidade. A quantidade é composta por dois indicadores: a taxa de participação no trabalho e a taxa de emprego. A qualidade, por sua vez, se constrói com os índices de formalidade e empregos com salários suficientes para superar a pobreza.

Dessa forma, o índice é a média ponderada desses quatro indicadores e suas pontuações variam de 0 a 100. Para que um país obtenha 100 pontos, todas as pessoas que participam da força de trabalho devem estar ocupadas com um emprego formal que proporcione uma renda suficiente.

O estudo destaca que embora 70% das pessoas em idade produtiva trabalhem, segundo o índice, a qualidade do emprego chega a 41,2 (escala de 1 a 100) segundo dados de 17 países da região. O estudo inclui recomendações políticas para melhorar a qualidade do emprego através do cultivo e do reforço das competências da força de trabalho, entre outros.

O trabalho explica que *“quase 55% dos trabalhadores da América Latina e do Caribe têm empregos informais, sem contrato ou cobertura previdenciária, e 3 em cada 10 não têm a renda necessária para superar a linha da pobreza”*, segundo o relatório mais recente, que mede a qualidade e a quantidade do emprego a cada dois anos.

Embora a dimensão da qualidade do índice esteja no seu nível histórico mais elevado desde 2010, *“o seu baixo nível médio sublinha a urgência de melhorar a qualidade do emprego na região”*. As mulheres na América Latina têm empregos de qualidade inferior aos dos homens,

¹⁷¹ <https://larazon.pe/dina-boluarte-viajara-a-china-en-junio-para-reunirse-con-xi-jinping/>

¹⁷² O ex-presidente do Suriname Desi Bouterse não cumpriu o compromisso agendado para comparecer à prisão de Santo Boma, o que aumentou a intriga em torno de sua evasão da justiça. <https://www.prensa-latina.cu/2024/03/13/intensifican-busqueda-de-expresidente-de-surinam/>

¹⁷³ <http://www.correodelorinoco.gob.ve/venezuela-condena-anuncio-ue-de-reiterar-la-ilegal-politica-de-sanciones/>

¹⁷⁴ <https://publications.iadb.org/es/publications/spanish/viewer/%C3%8Dndice-de-mejores-trabajos-2024.-Calidad-del-empleo-en-America-Latina-entre-la-informalidad-y-salarios-que-no-alcanzan.pdf>

com uma diferença de 16 pontos no Índice de Melhores Empregos. Por sua vez, os jovens da região têm empregos de qualidade inferior aos dos adultos, com uma diferença de 15 pontos nessa dimensão do índice.

Um fragmento da análise revela que os países com pontuações elevadas no índice global apresentam as maiores lacunas nestes grupos vulneráveis. A Costa Rica, por exemplo, que ocupa o terceiro lugar no ranking da última edição do Índice dos Melhores Empregos, apresenta ao mesmo tempo uma das maiores disparidades de gênero e a menor disparidade entre adultos e jovens da região.

“Numa região em que 70% das pessoas dependem exclusivamente do seu trabalho para viver e sustentar as suas famílias, a qualidade do emprego tem de aumentar rapidamente”, disse Laura Ripani, chefe da Divisão de Mercados de Trabalho e Segurança Social do BID. “Isso significa gerar e conectar mais pessoas com empregos mais formais que lhes permitam economizar para a aposentadoria e ter cobertura previdenciária contra riscos”, acrescentou.

O relatório deste ano comenta que *“a evolução da qualidade do emprego tem sido lenta desde 2010 e, ao atual ritmo de crescimento, atingir cerca de 70 pontos levaria quase 48 anos. A dimensão quantitativa tem tido um comportamento mais ou menos estável com uma queda em 2020 em resultado dos efeitos da pandemia no emprego, recuperando até 2022.”*

Na liderança do índice, são encontrados **Uruguai e Costa Rica** com a melhor qualidade de emprego na América Latina em 2024, segundo o BID.

O Uruguai¹⁷⁵ lidera a região, embora “não tenha registado progressos notáveis nos últimos anos, marcados pela pandemia”. O Uruguai, “embora seja o país com a menor disparidade entre os géneros em termos de qualidade e quantidade de emprego, é também o que apresenta a maior disparidade entre jovens e adultos”.

A variação do índice para o Uruguai, entre 2018 e 2022, é inferior a 0,1 ponto: ficou em 71,4 pontos. Com esse patamar, o Uruguai é o país com maior pontuação no estudo, mais de sete pontos acima do segundo (Chile). Além disso, com 63,1 pontos, é o país com maior pontuação na dimensão qualidade, e o segundo maior na dimensão quantidade, com 79,8 pontos.

No Índice de Melhores Empregos, o estudo indica que “o Uruguai apresentou uma tendência estável em torno de 71 pontos durante a última década, interrompida apenas em 2020”.

Esta pequena variação é replicada nas duas dimensões do índice, qualidade e quantidade, cujas tendências estáveis têm sido praticamente paralelas. “O Uruguai registrou seu melhor resultado em 2014 e, desde então, suas pontuações em ambas as dimensões permaneceram um pouco abaixo.”

Há dois anos, no Uruguai, a população em idade ativa ajustada era de 2,6 milhões, o que significava um aumento de 1% em relação a 2018. Nesse mesmo período, a população ativa (população ocupada e desocupada) permaneceu praticamente idêntica, em 1,8 milhões.

Para o BID, “o Uruguai está acima da média regional nas duas dimensões e nos quatro componentes do Índice de Melhores Empregos. Na dimensão qualidade, o Uruguai superou a

¹⁷⁵ <https://ladiaria.com.uy/trabajo/articulo/2024/5/uruguay-lidera-el-indice-de-mejores-trabajos-en-la-region-en-2024-segun-el-bid/>

média da região, tanto na taxa de formalidade trabalhista (60,1, também a pontuação mais alta da região, ante 33,2) quanto no indicador de empregos com salários suficientes para superar a pobreza (66,1 versus 49,1).”

No ranking de 17 países, a Costa Rica é o segundo com melhor qualidade de emprego, com cerca de 55 pontos na escala de 100, superada apenas pelo Uruguai que ultrapassa os 60 pontos. O Panamá está na quinta etapa, com pelo menos 45 pontos.

Entretanto, no final do ranking, Honduras destaca-se como o país com pior qualidade de emprego, com menos de 20 pontos. Também nas últimas posições estão a Guatemala, com 22 pontos, e a Nicarágua, com 25 pontos. El Salvador está na 13ª colocação, com 35 pontos.

Em Honduras, quase 2,3 milhões de trabalhadores têm problemas laborais, ou seja, estão desempregados, subempregados ou desencorajados

III Conferência Geral do Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior (ENLACES)

A III Conferência Geral do Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior-ENLACES, formada por organizações, redes e instituições de ensino superior e que tem como objetivo articular, integrar e representar o sistema universitário da região, reuniu-se em San Luís, Argentina, nos dias 8 e 9 de maio.

Na III Conferência ENLACES foi elaborada uma linha de recomendações do Comitê Diretor, deixando as novas autoridades livres para escolher o posicionamento. Neste roteiro foram reforçados fortes compromissos para o futuro imediato, com um ponto comum: fortalecer as redes de cooperação, com o lema do bem-estar, da equidade e da igualdade.

No âmbito da proposta de bem-estar, equidade e igualdade, foi também lançado um plano de bolsas e investigação aplicável à sociedade e ao observatório relacionado com questões acadêmicas e de acreditação. Por sua vez, um ponto central discutido foi a formação de alianças, neste sentido foram assinados um acordo com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, um acordo ENLACES com o Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB) e determinado a integração do Conselho de Reitores pela Integração da Sub-região Centro-Oeste da América do Sul (CRISCOS) ao ENLACES.

Finalmente, foram entregues prêmios e as novas autoridades tomaram posse: a reitora da UFMG, Sandra Goulart, foi eleita nova presidente do Conselho Diretor do ENLACES, e o Secretário Geral do Conselho Superior Universitário Centro-Americano (CSUCA), Dr. Juan Carlos Alvarado Cerezo, foi eleito presidente da IV Conferência Geral do Espaço.

O Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior declarou de forma unânime e firme que a educação é um direito humano inalienável e um bem social inquestionável, que deve ser responsabilidade do Estado e nunca uma mercadoria¹⁷⁶.

¹⁷⁶<https://noticias.unsl.edu.ar/09/05/2024/enlaces-se-declara-en-defensa-de-la-educacion-publica-argentina/>

Na Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (Se-COMISCA), oficinas formação em epidemiologia e doenças zoonóticas¹⁷⁷¹⁷⁸

A SE-COMISCA e o Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC-EUA) realizaram duas oficinas sobre epidemiologia e doenças zoonóticas para profissionais na região caribenha. Na área de epidemiologia, nos dias 7 e 8 de maio, foi realizado uma oficina presencial para profissionais que atuam no Programa de Formação em Epidemiologia de Campo de Primeira Linha na Guatemala com o objetivo de planejar a quinta coorte que será desenvolvida na região ocidental do país. Objetivo: melhorar as funções de vigilância epidemiológica e respostas a surtos, além de fortalecer as capacidades técnicas de profissionais que atuam nas localidades.

Na área de zoonoses, foi realizado uma oficina de priorização de doenças zoonóticas de Saúde Única na região de Selva Maya, a maior região de florestas tropicais da América Central. Contou com a presença de representantes dos setores de saúde pública, saúde animal, agricultura, e meio ambiente do México, Guatemala e Belize. A formação em Saúde Única tem como objetivos: fortalecer a priorização das doenças e atribuir mais efetivamente recursos, desenhar estratégias de intervenção adequadas e proteger a saúde das populações e ecossistemas.

A Organização do Tratado Amazônico (OTCA) cumpriu agenda em eventos sobre segurança alimentar e biodiversidade na Bacia Amazônica¹⁷⁹¹⁸⁰

No dia 15/05, a Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou do evento “Diálogo sobre Sistemas Agroalimentares para a Segurança Alimentar, Nutrição e Combate à Pobreza” que foi realizado pela Embaixada dos Países Baixos no Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). A iniciativa teve como objetivo compartilhar experiências entre Brasil e Holanda sobre os temas de transformação dos sistemas agroalimentares com vistas a reduzir a insegurança alimentar e nutricional nesses países. Em sua fala, Grazziotin destacou a importância da relação entre cooperação regional, soberania e segurança alimentar e nutricional a região Amazônica.

No tema de biodiversidade, a OTCA, com apoio do Banco Mundial, apresentou os resultados do trabalho de especialistas que analisaram a situação e trajetórias da biodiversidade e serviços ecossistêmicos na Região Amazônica. A diretora executiva da OTCA destacou que o estudo, ao gerar relatórios de síntese técnico-científica que fortalece a interface entre ciência, política e sociedade gerando insumo para a tomada de decisão, é uma ferramenta importante para fortalecer e informar a importância da região.

Além de Vanessa Grazziotin, Carlos Salinas, coord de Meio Ambiente da OTCA sinalizou a importância do conhecimento tradicional, da pesquisa e inovação para a tomada de decisão e formulação de políticas. Na apresentação dos resultados do estudo, Sandra Acebey, copresidente da Avaliação Rápida da Biodiversidade, destacou o papel vital da Amazônia em prestação de serviços ecossistêmicos em nível global, regional e local. Acebey ainda destacou a importância dos povos indígenas na gestão da biodiversidade e alertou contra os modelos

¹⁷⁷https://www.sica.int/noticias/desarrollan-taller-de-induccion-para-tutores-fetp-frontline-en-guatemala_1_133955.html

¹⁷⁸https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-taller-de-priorizacion-de-enfermedades-zoonoticas-de-la-region-de-selva-maya_1_133959.html

¹⁷⁹ <https://otca.org/pt/otca-participa-de-evento-da-fao-em-brasilia-sobre-seguranca-alimentar/>

¹⁸⁰ <https://otca.org/pt/otca-apresenta-em-webinar-os-resultados-inovadores-da-avaliacao-rapida-da-biodiversidade-e-dos-servicos-ecossistemicos-na-bacia-regiao-amazonica/>

econômicos extrativistas. Por fim, o diretor regional de Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial para a América Latina e Caribe parabenizou o estudo e refletiu sobre o desafio de incorporar as recomendações às políticas públicas e privadas, levando em consideração povos indígenas e comunidades locais.

Finalmente, a Avaliação Rápida, consiste em um documento técnico composto por seis capítulos e um resumo para os tomadores de decisão e reflete um processo marcado por revisões contínuas e contribuições de especialistas de todo o mundo. Além disso, engloba dimensões biofísica, econômicas, sociais e culturais e articulou o meio acadêmico, empresas e representantes de povo indígenas e comunidades locais da Amazônia.

Mercosul realizou Seminário de Alto Nível¹⁸¹¹⁸²¹⁸³

A Presidência Pró tempore Paraguai promoveu um seminário de Alto Nível “Reflexão sobre o Mercosul” que teve como objetivo refletir sobre o futuro do Mercosul e renovar o compromisso com a integração política e econômica da região. O seminário foi realizado no formato de painel de debate dividido por temas/segmentos (Integração comercial, fronteira e facilitação do comércio, desenvolvimento da complementariedade e competitividade regional e coordenação de políticas econômicas e fortalecimento da institucionalidade e incorporação de normativas) do qual também participaram representantes de organismos internacionais como a OMC, a Associação Latino-Americana de Integração, Organização Mundial das Alfândegas, a CEPAL e também representantes da sociedade civil, setor empresarial e outros.

Durante o encontro, os temas tratados foram:

1. Mercosul Verde, Cidadania Mercosulina,
2. Influência das mudanças geopolíticas e econômicas no desenvolvimento industrial,
3. Importância da complementariedade, generosidade e inovação para fortalecimento da capacidade de competição externa do bloco.
4. Análise da institucionalidade e aspectos programáticos na gestão do Mercosul, entre eles rever processos de tomada de decisão
5. Necessidade de eliminação de barreiras tarifárias internas, melhoria da gestão transfronteiriça, implementação de reformas de facilitação do comércio, fortalecer a infraestrutura vinculada a integração
6. Criação do fórum de tributação ambiental, promoção de novos sistemas de produção associados à segurança alimentar

No encerramento do evento, o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Rubens Ramírez, sinalizou que o Mercosul é um projeto em evolução e que ainda não atingiu plenamente os objetivos estabelecidos em seu início, como livre circulação de bens, pessoas e serviços e também a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais. Além disso, alertou contra a ideologização que, segundo ele, seria maléfica ao avanço da integração e por fim reafirmou o papel do Mercosul como ferramenta fundamental para a projeção da região no mundo.

¹⁸¹<https://www.mercosur.int/pt-br/abordam-aspectos-economicos-politicos-e-institucionais-do-mercosul-em-assuncao/>

¹⁸² <https://www.mercosur.int/pt-br/promover-no-mercosul-o-dialogo-aberto-e-objetivos-alcancaveis-em-curto-medio-e-longo-prazo/>

¹⁸³<https://www.mercosur.int/pt-br/mercosul-verde-direitos-dos-cidadaos-necessidade-de-complementariedade-inovacao-alguns-dos-pontos-analisados-no-seminario/>

Institutos de Saúde Pública Colaborativos

The African Public Health Institutes Collaborative

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Resumo. África acelera a execução do Programa no âmbito do Quadro de Sendai para a redução do risco de catástrofes. Estados-Membros capacitados para melhorar à Atenção Primária a nível comunitário. Lançada iniciativa pioneira, o African Public Health Institutes Collaborative. O I Congresso de Bancos de Leite Humano da CPLP, realizado em Luanda, teve o foco na segurança alimentar e nutricional para recém-nascidos de risco e lactentes. Um seminário da CPLP foi dedicado ao Acordo sobre a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade marinha nas zonas não sujeitas à jurisdição nacional. Estados-Membros e organizações internacionais com a categoria de Observador Associado celebraram o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP. O Fórum de Envolvimento da Indústria 2024, [realizado na Nigéria e com a participação da Fiocruz, debruçou-se sobre acesso](#) equitativo a produtos de saúde sustentáveis e de qualidade garantida. Os Ministros africanos da Saúde, Finanças e Comércio, reunidos no Quênia, concordaram que a compra agrupada de insumos estratégicos, liderada pelo CDC África, facilitará a transição contínua da iniciativa farmacêutica no continente. A 25ª Assembleia Ordinária de Ministros da Saúde da CEDEAO, realizada na Nigéria, sob o lema *A qualidade dos cuidados de saúde na região da CEDEAO: determinantes e perspetivas* e à margem desse evento, lançado novo projeto regional para o fortalecimento de recursos humanos em saúde pública. O banco 'Standard Chartered' da China anuncia o financiamento significativo de empresas chinesas que defendam *ethos* (etos) verde para expandir sua presença em África.

Palavras-chave: União Africana. CEDEAO. UNECA. CDC África. China.

Abstract. *Africa accelerates the implementation of the Sendai Disaster Risk Reduction Framework Programme. Member States trained to improve Primary Care at Community level. The African Public Health Institutes Collaborative launched a pioneering initiative. The I Congress of Human Milk Banks of the CPLP, held in Luanda, focused on food and nutritional security for risk newborns and infants. An CPLP seminar was dedicated to the Agreement on the conservation and sustainable use of marine biodiversity in areas not subject to national jurisdiction. Member States and international organizations with the category of Associate Observer celebrated Portuguese Language and Culture Day at the CPLP. The Industry Engagement Forum 2024, held in Nigeria with the participation of Fiocruz, focused on equitable access to sustainable and quality-assured health products. African Ministers of Health, Finance and Trade, meeting in Kenya, agreed that the pooled purchase of strategic inputs, led by the Africa CDC, will facilitate the continued transition of the pharmaceutical initiative on the continent. The 25th Ordinary Assembly of ECOWAS Health Ministers, held in Nigeria under the motto "The quality of health care in the ECOWAS region: determinants and perspectives" and on the sidelines of the event, launched a new regional project to strengthen human resources in public health. China's 'Standard Chartered' Bank announces significant financing of Chinese companies advocating green ethos to expand its presence in Africa.*

Keywords: African Union. ECOWAS. UNECA. Africa CDC. China

União Africana - Fortalecimento de redução do risco de catástrofes

Continuam a ser realizados progressos em África no sentido de acelerar a implementação do Programa de Ação no âmbito do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030.

Este resultado tornou-se notório na [21ª sessão](#) do Grupo de Trabalho sobre Redução do Risco de Desastres (AWGDRR, *Africa Working Group on Disaster Risk Reduction*). A Direção do Ambiente Sustentável e da Economia Azul ([SEBE](#)) da União Africana, o Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes ([UNDRR](#), *United Nations Office for Disaster Risk Reduction*) e o Governo do Ruanda organizaram a sessão. O evento de três dias foi realizado em Kigali, de 16 a 18 de abril de 2024. Teve como tema "Do compromisso à ação – vias para acelerar o Programa para a implementação da estrutura de Sendai na África."

Saudando os participantes, o Major-General (Rtd, reformado, sigla em inglês de *retired*) Albert Murasire, Ministro da Gestão de Emergências do Ruanda, elogiou o Grupo de Trabalho de África sobre Redução do Risco de Desastres. "O grupo de trabalho é composto por partes interessadas que podem acelerar a ação para implementar os vários quadros globais e continentais", observou. O Senhor Ministro registou igualmente o seu apreço à União Africana por ter escolhido o Ruanda para acolher uma reunião tão crítica. Em seguida, pediu aos Estados-Membros que trabalhem em conjunto na resposta às catástrofes que dificultam o desenvolvimento.

Dirigindo-se aos participantes, Harsen Nyambe Nyambe, Diretor do SEBE, observou o progresso significativo feito no desenvolvimento institucional. No entanto, ele destacou áreas que ainda exigem mais esforços e recursos e, em particular, sistema de alerta precoce, adaptação às mudanças climáticas e coleta e gerenciamento de dados. O Diretor Nyambe também destacou a importância das sinergias entre diferentes programas e iniciativas em toda a África, tendo afirmado:

"É importante que todas as partes interessadas trabalhem sinergicamente para obter resultados significativos, incluindo em sistemas de alerta precoce de vários perigos, programas de resiliência urbana e o Projeto de Resiliência do Sahel. Apelo também à colaboração para apoiar as nossas Comunidades Económicas Regionais."

Amjad Abbashar, Chefe do Escritório Regional das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR) para a África, mencionou: "Os riscos das mudanças climáticas estão se tornando cada vez mais complicados e difíceis de gerenciar. Eles são caracterizados por riscos combinados e em cascata que cortam em vários setores." Ele ressaltou a cooperação entre o UNDRR e a Comissão da UA para fortalecer a governança de desastres no continente.

Os participantes compartilharam atualizações sobre seu progresso para acelerar a implementação das ações de redução de risco de desastres. A reunião seguiu os pontos de ação da [20ª sessão](#) do Grupo de Trabalho realizado no Togo em outubro de 2023.

A coordenação eficaz no sector da gestão do risco de catástrofes continua a ser realizada. Alguns dos destaques incluíram o seguinte:

- Sensibilização através da rádio, do público em geral sobre os perigos na República do Congo. A iniciativa foi apoiada pelo Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento (ACMAD, *African Centre of Meteorological Applications for Development*).
- A redução do risco de catástrofes e a informação sobre o clima estão agora a ser traduzidas em avisos no Uganda.
- O desenvolvimento de uma estratégia de financiamento de risco de desastre que foi recentemente aprovada pelo Gabinete em Serra Leoa. A plataforma nacional sobre DRR se reúne quatro vezes por ano. Além disso, o número de telefone gratuito 199 está em serviço em todos os provedores de serviços de telecomunicações no país.
- O lançamento planejado da sala de situação nacional para a redução do risco de desastres pela Tanzânia.
- Adoção da Política de Gerenciamento de Riscos de Desastres (DRM, *Disaster Risk Management Policy*) no Ruanda pelo Governo em 2023. A Estratégia Nacional de Governança do Risco de Desastres tem sido usada para medir a resiliência de instalações nacionais e privadas no país. O Centro Nacional de Comando de Emergência foi estabelecido e atualmente é descentralizado para o posto de comando distrital.
- O desenvolvimento da estratégia regional de mudança climática da Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS, *Economic Community of Central African States*) que será alinhada à [Estratégia e Plano de Ação de Desenvolvimento Resiliente e Mudança Climática da União Africana \(2022-2032\)](#).
- O desenvolvimento de uma estratégia de crise pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).
- O lançamento do Quadro Institucional e Operacional Regional para o Alerta Precoce e a Ação Precoce em situações de perigo múltiplo e o Roteiro para a Ação Antecipatória da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, *Intergovernmental Authority on Development*).
- O Centro de Operações de Emergência e Humanitárias ([SHOC](#), *SADC Humanitarian and Emergency Operations Centre*) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) será operacionalizado até ao final de 2024.
- Fortalecimento da resiliência urbana através de ferramentas melhoradas em Marrocos.

Uma vez que a 21ª sessão do Grupo de Trabalho de África para a Redução do Risco de Catástrofes terminou, as partes interessadas concordaram que os Estados-Membros precisam de ser apoiados para beneficiar do Fundo de Perdas e Danos e assistência técnica a prestar através da [Rede de Santiago](#) e através do mecanismo de apoio estabelecido, que inclui a União Africana, a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), UNDRR, e outros parceiros. As partes interessadas concordaram em desenvolver ferramentas para facilitar a coleta e a disseminação de dados desagregados por desastres. Os participantes concordaram em comunicar as recomendações do Grupo de Trabalho às partes interessadas regionais e nacionais para implementação e relatórios sobre os progressos e desafios.

Sobre o Grupo de Trabalho de África sobre a Redução do Risco de Desastres (AWGDRR)

Reconstituído na sequência do pedido da Conferência Ministerial sobre a Redução dos Riscos de Catástrofes (Nairobi, Abril de 2010), este Grupo de Trabalho (AWGDRR, *Africa Working Group on Disaster Risk Reduction*) tem desempenhado um papel significativo na prestação de apoio técnico à União Africana, Comunidades Económicas Regionais (CER), Estados-Membros e

parceiros para a coordenação e implementação da Estratégia Regional de África para a Redução do Risco de Catástrofes e do seu Programa de Ação. A Comissão da União Africana preside ao Grupo de Trabalho, enquanto o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR, *United Nations Office for Disaster Risk Reduction*), através do seu Escritório Regional para a África (RoA, *Regional Office for Africa*), serve como Secretariado.

O Grupo é apoiado pela União Europeia e pela Organização dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (OACPS) no âmbito do 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED 11).

CDC África – Oficina de consulta com UNICEF

Com mais de 70 delegados de 20 estados-membros, o CDC África, em colaboração com a UNICEF, organizou um [workshop](#) na Comissão da União Africana, de 6 a 10 de abril de 2024, para apoiar os Estados-Membros a planear, mobilizar recursos e implementar estratégias para concretizar a Cobertura Universal de Saúde, com enfoque na melhoria da imunização, recrutamento e retenção de trabalhadores comunitários de saúde para melhorar os Cuidados de Saúde Primários a nível comunitário, ao mesmo tempo que se reforça a preparação e resposta a emergências de saúde pública no continente.

Os Estados-Membros foram representados por especialistas em cuidados de saúde primários e diretores de saúde comunitários, chefes de imunização e especialistas em saúde pública de emergência.

"Reconheçamos que os nossos esforços coletivos e o nosso pensamento inovador terão um impacto significativo na forma como abordaremos as questões prementes da saúde em África", disse Jean Kaseya, Diretor Geral do CDC África, elogiando os especialistas por suas discussões meticolosas sobre como crescer de forma sustentável números de trabalhadores de saúde da comunidade no continente.

No espírito de unidade e pensamentos compartilhados comprometidos em transformar as paisagens de saúde em todo o nosso continente, o Dr. Kaseya prestou homenagem à dedicação e experiência de especialistas em saúde na reunião de 5 dias comprometida em moldar a saúde melhorada da África.

"O objetivo é claro", disse Omar Abdi, vice-diretor executivo de programas do UNICEF. *"Temos uma meta para treinar, implantar e apoiar profissionais de saúde na África"*, disse ele acrescentando que o UNICEF e a África CDC tinham o compromisso de trazer mais meio milhão de profissionais de saúde para 2 milhões já acordados pelos Chefes de Estado da União Africana.

Abdi disse que o cumprimento da meta teve uma influência sobre como o continente se comportaria durante emergências de saúde pública e como teria um impacto positivo na redução da morbidade e mortalidade entre as crianças.

"A tarefa em mãos é crucial, mas oportuna, uma vez que ainda enfrentamos desafios sem precedentes em nossos sistemas de saúde", disse o Dr Mohammed Abdulaziz, chefe da Divisão de Controle de Doenças do CDC África.

"A necessidade de integração dos agentes comunitários de saúde no sistema de saúde mais amplo nos Estados-Membros nunca foi mais urgente do que agora, quando muito mais de nossa força de trabalho de saúde profissional está migrando para os países desenvolvidos para pastagens mais verdes", acrescentou.

É necessário partilhar as melhores práticas, reunir recursos e coordenar as atividades a nível dos Estados-Membros e continental, para maximizar o impacto e alcançar uma maior eficiência na melhoria dos serviços de saúde em todo o continente através da operacionalização do mecanismo de coordenação continental (CCM) para a saúde da comunidade, disse Abdulaziz.

"Para efetivar a mudança, devemos priorizar o investimento em agentes comunitários de saúde, garantindo que eles sejam adequadamente compensados, qualificados e apoiados, com atenção especial às trabalhadoras de saúde na linha de frente da resposta para as crianças e suas famílias" disse Laila Gad, representante do UNICEF na UA e na Comissão Económica das Nações Unidas para a África.

Gad disse que esse investimento não só acelerará as metas de saúde para todas as crianças africanas, mas também preparará melhor os sistemas de saúde para futuras pandemias e emergências de saúde pública, acrescentou ela, observando que a parceria é fundamental nesse esforço.

Em fevereiro deste ano, o CDC da África e o UNICEF anunciaram uma estrutura de parceria estendida destinada a reforçar os cuidados de saúde primários, o gerenciamento da cadeia de suprimentos, a aquisição conjunta, a fabricação local e as respostas de emergência em saúde pública.

O Dr Abdulaziz disse que esta colaboração se baseia no Acordo-Quadro de Parceria existente entre a África CDC e a UNICEF, alinhado com os objetivos da Agenda 2063 da União Africana: A África que queremos.

No centro desta iniciativa está a defesa de alto nível para a priorização política e integração dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em recursos humanos para a saúde com o plano de implantar 50.000 ACS nos próximos dois anos, progredindo para 500.000 até 2027. Isto em consonância com a iniciativa dos Chefes de Estado da União Africana de implantar 2 milhões de ACS em África.

Para alcançar este objetivo, a parceria baseia-se na Decisão da União Africana de 2017 sobre os ACS e no Apelo à Ação de Monróvia, reforçando os compromissos de investir, escalar e fortalecer os programas de Agentes Comunitários de Saúde.

Lançamento dos Institutos Africanos de Saúde Pública Colaborativos (APHIC)

Três parceiros globais de saúde lançaram uma iniciativa pioneira de aprendizagem entre pares, o African Public Health Institutes Collaborative (APHIC, *African Public Health Institutes Collaborative*), em uma [reunião inaugural](#) em Addis Abeba, destacando a importância de fortalecer as colaborações entre as principais funções de saúde pública para ter maior impacto trabalhando em conjunto.

A nova iniciativa é uma colaboração entre os Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças (África CDC), o Plano de Emergência para a Ajuda à AIDS (PEPFAR, *U.S. President's Emergency Plan for AIDS Relief*) do Presidente dos EUA no Departamento de Estado da Segurança e Diplomacia Global da Saúde, e o CDC dos Estados Unidos. Com o objetivo de reforçar a liderança dentro dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (NPHI, *National Public Health Institutes*), fortalecer os sistemas de saúde resilientes e melhorar as funções essenciais de saúde pública - esse empreendimento colaborativo sustentará os ganhos e o impacto na resposta ao HIV em todo o continente.

Os participantes na reunião inaugural discutiram como no coração do APHIC reside um compromisso para capacitar os NPHI em toda a África, reforçando suas capacidades centrais e integrando os componentes de saúde pública da resposta ao HIV, sustentando e acelerando o progresso para o controle epidêmico. Esta iniciativa promoverá o desenvolvimento do NPHI, fortalecerá as principais capacidades de saúde pública e promoverá o aprendizado entre a liderança do NPHI e as principais partes interessadas, incluindo os Ministérios da Saúde e os Conselhos Nacionais de AIDS.

Falando no lançamento, o Diretor Geral Adjunto do CDC África, Dr Raji Tajudeen destacou a natureza transformadora das ISFLSF em garantir respostas inclusivas de saúde pública e definir agendas de saúde baseadas em evidências. Ele observou que o fortalecimento das capacidades de liderança nos NPHI é fundamental, enfatizando o papel instrumental que essas instituições desempenham no alcance da meta global de acabar com o HIV/ AIDS como uma ameaça à saúde pública até 2030.

John Nkengasong, Embaixador (*Ambassador-at-Large*), Coordenador Global da Aids e Oficial Sênior da Mesa para a Segurança e a Diplomacia Globais da Saúde, expressou o otimismo sobre o potencial de APHIC.

"A convocação de hoje do African Public Health Institutes Collaborative é um passo na direção certa para fortalecer a vigilância, redes de laboratórios, força de trabalho, coordenação de centros de operações de emergência, gerenciamento de dados e informações em toda a África. PEPFAR é orgulhoso em juntar-se ao CDC dos EUA no apoio a este esforço conduzindo pelo CDC África."

Alinhado aos pilares estratégicos da Nova Ordem de Saúde Pública (NPHO, *New Public Health Order*), o APHIC destaca a importância das "Parcerias respeitadas e orientadas para a Ação" e centra-se no mandato central do CDC África em reforçar as capacidades dos Estados-Membros a todos os níveis para uma preparação e resposta eficazes às futuras ameaças à saúde. "Um tema comum que ouvimos em todos os contextos e áreas técnicas do país é que as emergências impulsionam a integração dos sistemas de HIV com resposta a outros surtos", diz o Dr Elias Durry, Assessor do CDC dos EUA ao CDC África. "As emergências exigem que nos unamos para o bem da saúde pública."

As principais atividades do APHIC serão implementadas através de compromissos colaborativos com líderes dos NPHI em África, a fim de incluir a partilha das melhores práticas, desafios, oportunidades e lições aprendidas sobre as atividades relacionadas com o VIH, alavancar os planos de apoio aos NPHI na COP23 do PEPFAR e os investimentos em curso no âmbito dos NPHI através de outras instituições bilaterais e multilaterais.

CPLP - I congresso de Bancos de Leite Humano

O "I Congresso de Bancos de Leite Humano da CPLP" decorreu de 14 a 16 de maio de 2024, em Luanda, com foco na "Segurança Alimentar e Nutricional para Recém-Nascidos de Risco e Lactentes".

Promovido pelos governos do Brasil e de Angola em parceria com o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Congresso foi realizado em formato híbrido, com transmissão ao vivo no YouTube da Agência Brasileira de Cooperação

(ABC), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e estará disponível em francês, espanhol e inglês.

A mesa oficial de abertura do evento aconteceu no dia 14 de maio, e contou com a participação da Ministra da Saúde de Angola, Silvia Lutucuta; da Secretaria para os Assuntos Sociais do Presidente da República de Angola, Marinela Gamboa Laureano; do Secretário de Atenção Primária à Saúde do Brasil, representando a Ministra da Saúde do Brasil, Felipe Proenço; do Embaixador do Brasil em Angola, Rafael de Mello Vidal; do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Embaixador Ruy Pereira; do Diretor de Cooperação do Secretariado Executivo da CPLP, Manuel Clarote Lapão; e do Diretor do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, representando o Presidente da Fiocruz, Antônio Vitarelli Meirelles.

Os Bancos de Leite Humano representam uma "iniciativa estratégica para promover, proteger e apoiar o aleitamento materno, envolvendo a coleta, processamento e distribuição de leite para bebês prematuros ou de baixo peso que não podem ser alimentados por suas mães, além de oferecer suporte e orientação ao aleitamento materno", realçou a ABC.

Recorde-se, a I Reunião da Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP decorreu em Cabo Verde, na cidade da Praia, entre os dias 15 e 17 de outubro de 2018. Na ocasião, os representantes debateram temas como “Experiências de Bancos de Leite Humano na CPLP”, “Leite Humano: Qualidade e Controle”, “Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano” e “Rede de Leite Materno Humano como estratégia política pública para qualificação da atenção em termos de segurança alimentar e nutricional”. Nesta matéria, na IV Reunião Ministerial da Saúde da CPLP, em Brasília, no dia 26 de outubro de 2017, os Ministros afirmaram a importância dos Bancos de Leite Humano para “o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no que diz respeito à redução da morbimortalidade infantil e à promoção do aleitamento materno”, decidindo avançar com a criação desta rede no espaço da Comunidade.

No próximo informe traremos outros detalhes desse I Congresso que ainda não está disponível ao público.

Seminário da CPLP de capacitação para a ratificação do acordo BBNJ

Representantes dos Países da CPLP participaram num [seminário](#) dedicado ao Acordo sobre a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade marinha nas zonas não sujeitas à jurisdição nacional, também conhecido como “Acordo [BBNJ](#)” (*Biodiversity of Areas Beyond National Jurisdiction*). O Seminário teve lugar no Oceanário de Lisboa, entre os dias 13 e 15 de maio.

Este evento é resultado de uma parceria entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a Fundação Oceano Azul, o Secretariado Executivo da CPLP e a Divisão das Nações Unidas dos Oceanos e Direito do Mar e tem como principais objetivos o apoio à ratificação e entrada em vigor do Acordo BBNJ, promovendo simultaneamente o reforço da Estratégia da CPLP para os Oceanos.

Este Acordo, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, tem natureza vinculativa e constitui um importante contributo para a governação integrada dos mares. Entre outros aspetos, é considerado um passo essencial para o cumprimento do compromisso internacional de proteger 30% do Oceano até 2030.

Para a entrada em vigor do Acordo são necessárias sessenta (60) ratificações por parte dos Estados-Membros das Nações Unidas. Portugal, Cabo Verde, Timor-Leste e Brasil, estiveram entre os 80 signatários do Acordo BBNJ do primeiro momento de assinaturas.

CPLP - Observadores Associados da CPLP celebram Dia Mundial da Língua Portuguesa

No contexto das celebrações do 5 de maio - «Dia Mundial da Língua Portuguesa» e «Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP», os Estados-Membros e organizações internacionais com a categoria de Observador Associado da Comunidade da CPLP organizaram um evento, no dia 14 de maio de 2024, na sede da CPLP.

Após a sessão de abertura, proferida pelo Secretário Executivo da CPLP, Zacarias Albano da Costa, e pelo Representante Permanente de São Tomé e Príncipe junto da CPLP, Esterline Género, em representação da Presidência *pro tempore* da Comunidade, decorreu uma mesa-redonda subordinada ao tema “Promoção da Língua Portuguesa no Espaço Extracomunitário”. Contando com a moderação do assessor político-diplomático do Secretariado Executivo da CPLP, Miguel Levy, este momento teve como oradores o Diretor de Ação Cultural e Língua Portuguesa do Secretariado Executivo da CPLP, João Ima-Panzo, com os representantes da Embaixada da Geórgia em Lisboa, Tsone Zurabiania, da Embaixada do Japão em Lisboa, Yukiko Aoki, da Embaixada do Luxemburgo, Joaquim Monteiro, da Embaixada da Turquia em Lisboa, Pedro Filipe Godinho, a Embaixadora do Canadá, Élise Racicot, e a Diretora do Escritório da OEI em Portugal, Ana Paula Laborinho.

Durante o evento, foi inaugurada, na sede da CPLP, a Exposição das obras produzidas no âmbito do ArtCamp, promovida pela Embaixada do Principado de Andorra. Na ocasião, o Secretário Executivo da CPLP e a Embaixadora do Principado de Andorra, Eva Descarrega Garcia, proferiram breves notas introdutórias e o comissário da exposição, Faust Campamá, discorreu sobre as obras patentes.

O evento foi, também, marcado pelos momentos musicais oferecidos pela Embaixada da Roménia e pelo Instituto Cultural Romeno em Lisboa. A cantora romena Madalina Petre e o músico português Gonçalo Pires brindaram o auditório com interpretações de canções em língua portuguesa durante a manhã e, no período da tarde, decorreu um concerto com estes artistas.

O evento terminou com a apresentação da tradução em português do livro “Noli Me Tangere”, de José Rizal, uma iniciativa da Embaixada das Filipinas. Este momento contou com as alocações do Secretário Executivo da CPLP e do Embaixador das Filipinas em Lisboa, Paul Raymund P. Cortes, para além das intervenções sobre a obra efetuadas pelos professores Paulo Pinto e Isabel Araujo, da Universidade Nova de Lisboa, enquanto coordenação da tradução para a Língua Portuguesa de “Noli Me Tangere”, e uma mensagem dos tradutores Alex Tordesillas e Rita Custódio. A Embaixada das Filipinas organizou, ainda, uma mostra gastronómica.

O Dia Mundial da Língua Portuguesa celebra-se a 5 de maio desde a sua consagração pela 40.ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), decorrida a 25 de novembro de 2019. A consagração traduz o reconhecimento do trabalho político-diplomático empreendido pelos Estados-Membros da CPLP, na sequência da institucionalização da data como Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP pela XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade, realizada a 20 de julho de 2009, na Cidade da Praia, Cabo Verde.

Recorde-se, a Categoria de Observador foi criada na IIª Cimeira de Chefes de Estado e do Governo da CPLP, na Cidade da Praia, em julho de 1998. Em 2005, no Conselho de Ministros da CPLP, reunido em Luanda, foram estabelecidas as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo.

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) - Fórum de envolvimento da indústria no fabrico de produtos de saúde em África

O [Fórum de Envolvimento da Indústria 2024](#), com o tema "Desbloquear as cadeias de valor dos cuidados de saúde e impulsionar o investimento através de parcerias: Acelerar o acesso equitativo a produtos de saúde sustentáveis e de qualidade garantida", decorreu de 7 a 9 de maio, em Lagos, na Nigéria. Mais de 300 participantes participaram no fórum, que teve como objetivo acelerar o acesso equitativo a produtos de saúde urgentemente necessários através de parcerias de colaboração e facilitar oportunidades de investimento como intervenções para expandir o fabrico farmacêutico local.

O Fórum foi coorganizado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), pela Sociedade Financeira Internacional (IFC) e pela [Unitaid](#), em associação com a Iniciativa Presidencial para o Desbloqueio das Cadeias de Valor dos Cuidados de Saúde (PVAC, *Presidential Initiative for Unlocking the Healthcare Value Chain*). A iniciativa reflete um movimento estratégico para desbloquear bilhões em novos investimentos e remodelar o panorama dos cuidados de saúde na Nigéria e em África através de parcerias multifacetadas e compromissos financeiros substanciais.

Embora África seja responsável por 25% do fardo mundial de doenças – incluindo as principais doenças infecciosas como o HIV, a tuberculose e a malária – mais de 95% dos ingredientes farmacêuticos ativos e 70% dos produtos farmacêuticos consumidos no continente são importados. Este facto deixa os países vulneráveis à volatilidade dos preços, a perturbações na cadeia de abastecimento ou à indisponibilidade de produtos de saúde essenciais, em especial durante períodos de escassez da oferta face a aumentos da procura regional ou global ou após choques relacionados com o clima ou fenómenos meteorológicos extremos.

A adoção de uma abordagem inteligente para disponibilizar testes, tratamentos e instrumentos de saúde em África, através do reforço da produção regional no continente, reforçará a segurança sanitária, aumentará o acesso sustentável a soluções de saúde a preços acessíveis e proporcionará soluções adaptadas às necessidades regionais. Isso contribuirá também significativamente para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com a saúde e apoiará a realização das metas climáticas, reduzindo os custos de transporte e as emissões de carbono.

"Já não é uma opção industrializar o setor dos cuidados de saúde. É um imperativo e uma necessidade para a estabilidade e o crescimento futuros", afirmou o Dr. Abdu Mukhtar, Coordenador Nacional do PVAC.

O Fórum reuniu representantes internacionais e africanos do setor dos cuidados de saúde, incluindo agências governamentais, instituições de pesquisa, agências reguladoras, parceiros industriais, parceiros de desenvolvimento, instituições financeiras de desenvolvimento, agências doadoras e fundações que trabalham no acesso a medicamentos e diagnósticos. Ao longo de três dias, os participantes debateram a criação de cadeias de valor regionais sustentáveis para produtos de saúde, que são cruciais para alcançar a Cobertura Universal de Saúde (UHC) e reforçar a segurança sanitária em todo o continente.

"A elevada dependência de África em relação aos produtos farmacêuticos e vacinas importados (50% a 70% ou mais) coloca-a em risco, tal como evidenciado pelas recentes perturbações na cadeia de abastecimento internacional durante a pandemia da Covid-19. A [IFC](#) (membro do Grupo Banco Mundial) foi coanfitriã deste evento em África para sublinhar o nosso compromisso de reforçar as cadeias de valor da produção local e criar ecossistemas de saúde resilientes. O forte setor de produção farmacêutica da Nigéria e as reformas regulamentares para os cuidados de saúde universais fazem da Nigéria uma escolha importante para este evento", afirmou Dahlia Khalifa, Diretora Regional da IFC para a África Central, Libéria, Nigéria e Serra Leoa.

Os destaques do Fórum incluíram painéis de discussão sobre as melhores práticas para o fabrico de produtos de saúde com garantia de qualidade, oportunidades de financiamento estratégico e o papel da tecnologia digital na melhoria das redes de distribuição de produtos de saúde. O evento também organizou clínicas de investimento individuais e oportunidades em rede (*networking*) para promover colaborações entre empresas e entre governos e empresas. A Fiocruz, através da sua Bio-Manguinhos, também participou num desses painéis.

"O Banco Africano de Desenvolvimento está a implementar um Plano de Ação Farmacêutico inovador com um investimento de 100 milhões de dólares anuais para reforçar o ecossistema farmacêutico de África através de intervenções e parcerias estratégicas dos setores público e privado", afirmou Solomon Quaynor, Vice-Presidente do BAD para o Setor Privado, Infraestruturas e Industrialização. "No importante Fórum de Envolvimento da Indústria de Cuidados de Saúde, apresentamos o nosso visionário Plano de Ação Farmacêutico 2021-2030 e uma série de ferramentas financeiras e não financeiras concebidas para capacitar o setor privado farmacêutico."

O continente africano representa quase 17% da população mundial, com cerca de 1,3 mil milhões de pessoas, mas produz apenas 3% da produção mundial de medicamentos. Reduzir significativamente a dependência de produtos de saúde importados em África é essencial para o sucesso e a sustentabilidade dos programas de saúde pública em todo o continente, para alcançar a cobertura universal de saúde e atingir o ODS 3: Boa Saúde e Bem-Estar, reforçando os sistemas de saúde, aumentando a equidade social e melhorando o bem-estar geral.

"Agora é o momento certo para investir no fabrico regional de produtos de saúde de qualidade garantida e acessíveis em África. O atual panorama global da saúde, combinado com as crescentes capacidades de fabrico de produtos farmacêuticos em África, oferece uma oportunidade única para alcançar sistemas de saúde mais robustos e autossuficientes em todo o continente", afirmou Robert Matiru, Diretor de Programas da Unitaid. "Ao localizar a produção, melhoramos o acesso a produtos de saúde essenciais, reduzimos a dependência das cadeias de abastecimento internacionais e

fortalecemos as economias locais. O fortalecimento da produção regional é vital para uma assistência médica sustentável e resiliente. É crucial que as partes interessadas trabalhem em conjunto nesta visão”, acrescentou.

O Fórum de Envolvimento da Indústria 2024 (IEF, *Industry Engagement Forum*) faz parte de uma série de compromissos das partes interessadas em todo o mundo para promover o acesso à inovação em saúde, apoiar o acesso equitativo a soluções de saúde e aumentar a capacidade de preparação e resposta eficazes a emergências de saúde em países de baixo e médio rendimentos.

Aquisição agrupada de suprimentos médicos

Os Ministros Africanos da Saúde, Finanças e Comércio, especialistas e parceiros de desenvolvimento adotaram uma abordagem para a transição da Iniciativa Farmacêutica ancorada na AfCFTA (Iniciativa Farmacêutica) para a Fase de Arranque do Mecanismo Africano de Aquisição Agrupada (APPM, *African Pooled Procurement Mechanism*) garantir a continuidade e manter o impulso no avanço do acesso à saúde, impulsionar a industrialização e garantir a segurança econômica e da saúde no continente.

Mais de 100 especialistas em saúde, finanças e comércio de toda a África se reuniram em Mombaça, no Quênia, para uma reunião de três dias destinada a melhorar a acessibilidade, disponibilidade e acesso equitativo a suprimentos médicos essenciais.

Em seu discurso de abertura, Susan Nakhumicha Wafula, Ministra da Saúde, disse que um mecanismo africano de aquisição conjunta (APPM) apresenta uma oportunidade para o continente harmonizar coletivamente regulamentos que aumentarão o fornecimento de suprimentos médicos de qualidade e seguros para o continente.

"A abordagem ajudará a melhorar o fornecimento de suprimentos médicos de qualidade e seguros, bem como reduzir o custo dos produtos farmacêuticos", disse Nakhumicha aos participantes. Ela mencionou que a África continua a enfrentar os desafios da entrega de produtos de qualidade e acessíveis, um obstáculo que torna os cuidados de saúde inacessíveis para milhões em todo o continente.

O encontro, organizado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA), CDC África e Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), visa moldar o mercado, promover a produção local e transformar as economias africanas.

Hanan Morsy, Vice-Secretário Executivo e Economista-Chefe da UNECA, disse que é hora de as nações africanas aprenderem com as vulnerabilidades expostas pelas recentes emergências de saúde e a carga crescente de pandemias. Morsy instou os formuladores de políticas a enfrentar os desafios que impedem a realização de um desenvolvimento sustentável e inclusivo no continente.

Abebe Genetu Bayih, Coordenador interino da Parceria para a Fabricação de Vacinas Africanas, do CDC África, disse que a APPM tem uma proposta de valor única de produtos e tecnologias de saúde fabricados localmente que atendem aos padrões globais. Bayih observou que o poder de negociação coletiva para esta proposta de valor ajudaria as nações africanas a alcançar a segurança do fornecimento e reduzir os custos.

Por sua vez, Chimwemwe Chamdimba, responsável de Saúde da AUDA-NEPAD, disse que as lições da implementação farmacêutica nos últimos cinco anos exigem facilitar e defender a produção local para sistemas de saúde resilientes, inclusivos e sustentáveis na África. Disse ainda que o setor privado deve ser incluído para preencher as lacunas e contribuir para melhores resultados de saúde no continente.

Em suas recomendações tiradas da conclusão da reunião de três dias, os Ministros concordaram que o APPM, liderado CDC África CDC, com apoio do Afreximbank e da Comissão Econômica para a África (UNECA) facilitará a transição contínua da Iniciativa Farmacêutica ancorada na AfCFTA para a fase inicial da APPM.

"A UNECA, o CDC África e o Afreximbank também iniciarão a aquisição conjunta dos produtos já selecionados no âmbito da Iniciativa Farmacêutica, expandindo-se gradualmente para incluir mais produtos e fabricantes", lê-se na resolução de Ministros.

A AUDA-NEPAD, segundo eles, acelerará a operacionalização da Agência Africana de Medicamentos (AMA, *African Medicines Agency*) para melhorar o acesso a produtos médicos de qualidade, seguros e acessíveis em todo o continente.

Stephen Karingi, Diretor da Divisão de Integração e Comércio Regional da UNECA, disse que a APPM fornecerá uma estrutura colaborativa de padrões regulatórios e de qualidade comuns para garantir que medicamentos e produtos farmacêuticos sejam eficazes, acessíveis e seguros.

"Vincular essa iniciativa de saúde à AfCFTA e à AMA apresenta grandes oportunidades com potencial para mudar vidas, reduzir a pobreza e contribuir para o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável do continente", declarou Karingi. Mencionou ainda que a implementação da Iniciativa Farmacêutica é voltada para promover o desenvolvimento socioeconômico inclusivo e sustentável através de um mercado único de aproximadamente 1,4 bilhão de pessoas que enfrentam continuamente impactos desproporcionais de doenças e altos custos de importação de produtos de saúde críticos que salvam vidas.

De acordo com o Dr. Abebe Bayih, Coordenador Interino da Parceria para a Fabricação de Vacinas Africanas (PAVM), *"o APPM, assim como a iniciativa Pharma, será ancorado na produção farmacêutica localizada, na aquisição conjunta, e um quadro harmonizado de normas regulamentares e de qualidade."*

Foco na fase de arranque da APPM agora também incluirá Saúde Sexual, Reprodutiva, Materna, Neonatal e Infantil (SRMNCH, *Sexual, Reproductive, Maternal, Neonatal and Child Health*) para mostrar uma prova de conceito nos dez países africanos da iniciativa Pharma: Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagascar, Maurício, Ruanda, Seychelles e Sudão.

"Uma aquisição conjunta de um mínimo de cinco medicamentos SRMNCH é uma parte importante da fase de inicialização do APPM", afirmou Abebe, acrescentando que "a execução bem sucedida de compra agrupada para SRMNCH na fase de arranque fornecerá provas credíveis e fiáveis aos países de África e a outras partes interessadas e criará o ímpeto para a fase de expansão."

Kwabena Ayirebi, Diretor de Operações Bancárias do Afreximbank, enfatizou a importância da avaliação de risco e da integração de moeda estrangeira no financiamento da saúde africana. Ele reiterou a disposição do banco em apoiar a iniciativa e agir rapidamente para

garantir seu sucesso na área de financiamento e quaisquer outras necessidades de implementação imediata.

Bernard Valentin, Secretário Permanente do Ministério da Saúde das Seicheles, destacou a necessidade de minimizar o risco associado aos medicamentos falsificados e abaixo do padrão no mercado africano e garantir medicamentos e dispositivos médicos de qualidade, seguros e acessíveis em África.

Tom Mende, do Ministério da Saúde do Quênia, disse que a iniciativa evitará consequências negativas de compras competitivas e garantirá o cumprimento das leis de compras públicas no Quênia. Afirmou ainda que é necessário garantir que os países têm sistemas nacionais de registros médicos para preencher as lacunas de dados no continente e para um acesso confiável à informação.

Recorde-se, o mecanismo APPM (*African Pooled Procurement Mechanism*) é o resultado de uma decisão da Cúpula da União Africana, em que os Chefes de Estado e de Governo reconheceram a necessidade de estabelecer o mecanismo de aquisição sob a liderança do CDC África e aprovaram a Plataforma Africana de Suprimentos Médico, a AMSP (*Africa Medical Supplies Platform*) para o mecanismo. Consequentemente, a Iniciativa Farmacêutica ancorada na AfCFTA está agora a ser implementada no APPM. A reunião de três dias é organizada conjuntamente pela Comissão Económica para África, CDC África, a Agência da União Africana para o Desenvolvimento (AUDA-NEPAD) e parceiros.

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

25ª Sessão Ordinária da Assembleia dos Ministros da Saúde da CEDEAO

A vigésima quinta (25ª) sessão ordinária da Assembleia dos Ministros da Saúde (AMS) da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) teve lugar em Abuja, na República Federal da Nigéria, a 17 de maio de 2024, sob a presidência do Prof. Mohammed Ali Pate, Ministro Federal da Saúde e da Segurança Social da República Federal da Nigéria. A Assembleia dos Ministros da Saúde (AMS) é um órgão estatutário da CEDEAO onde as autoridades políticas da saúde avaliam a situação sanitária na região e tomam decisões harmonizadas sobre as questões sanitárias de atualidades.

Para esta 25ª Sessão Ordinária da AMS, estiveram presentes Ministros da saúde dos 12 Estados-Membros da CEDEAO. De notar que o Burkina Faso, o Mali e o Níger, três países do Sahel que haviam declarado em janeiro último a sua intenção de se retirar da CEDEAO não marcaram presença neste encontro anual considerado a instância máxima de diplomacia e de decisões políticas em matéria da saúde da Comunidade.

Além dos Ministros da Saúde, a reunião contou igualmente com a presença do Presidente da Comissão da CEDEAO, do Diretor Geral do CDC África, do Representante do Auditor Geral das Instituições da CEDEAO, do Comissário da UEMOA para o Desenvolvimento Humano, de representantes de numerosas instituições, entre elas, Aliança dos Líderes Africanos contra a Malária, a UNICEF, o Banco Mundial, a União Europeia, a USAID, Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), entre tantas outras¹⁸⁴.

¹⁸⁴Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), Expertise France, Helen Keller International (HKI), UK Health Security Agency (UKHSA), Emergency NGO, RBM partnership, UniveilCare, Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI), West African College of Physicians (WACP), GFA

A cerimónia de abertura foi marcada pelas intervenções de personalidades tais como Sua Excelência, [Dr. Omar Alieu Touray](#), Presidente da Comissão da CEDEAO; do [Dr Jean Kaseya](#),

Director Geral de África CDC, [Dr. Melchior Athanase J.C.](#)

[AÏSSI](#), Diretor Geral da OOAS,

(2) Sr. [Mamadou Serifo Jaquité](#),

Comissário da UEMOA. O discurso de abertura foi proferido pelo Prof. Mohammed Ali Pate, Ministro

Federal da Saúde e do Bem-Estar Social em nome de Sua Excelência, Sr. [Ahmed Bola Tinubu](#), Presidente da República Federal da Nigéria e Presidente em exercício da CEDEAO.



Foto Oficial da OOAS

Foto Oficial da OOAS Bem-Estar Social em nome de Sua Excelência, Sr. [Ahmed Bola Tinubu](#), Presidente da República Federal da Nigéria e Presidente em exercício da CEDEAO.

Durante a cerimónia de abertura, a Assembleia de Ministros da Saúde aproveitou esta solene oportunidade para felicitar as autoridades políticas e sanitárias de Cabo Verde pela certificação de eliminação do paludismo recebida da OMS. Os Ministros realçaram que esta Certificação representa, por um lado, um importante momento de saúde pública para toda a África Ocidental e, por outro lado, um apelo a um maior compromisso político a todos os níveis para vencer não só a malária, mas também os outros grandes desafios de saúde pública na região.

No seu discurso de abertura, o Diretor-Geral da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), Dr. Melchior Aissi, apelou aos Estados membros da CEDEAO para intensificarem os esforços com vista a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) antes do prazo de 2030. Recordou que estamos a cinco anos do prazo estabelecido para a realização dos ODS, pelo que a pressão é cada vez maior sobre todos os Estados em geral e sobre os do espaço CEDEAO em particular, tendo em conta os progressos realizados e a evidência efetiva de mecanismos e abordagens capazes de reforçar e amplificar os efeitos das nossas ações, na esperança de alcançar os resultados esperados a longo prazo.

“A qualidade dos cuidados de saúde na região da CEDEAO: determinantes e perspetivas” é o tema escolhido para esta 25ª AMS da CEDEAO. Para o DG da OOAS, o tema escolhido para esta 25ª Assembleia dos Ministros da Saúde representa uma continuidade do tema da 24ª AMS (Recursos Humanos para a saúde). Ele sublinhou que a componente “qualidade” na dupla “cuidados e recursos humanos de saúde” deve ser explorada na sua globalidade, porque alimenta as nossas esperanças em todo o sistema de saúde, que tem de ser cada vez mais eficiente ao serviço da população para que, em caso de necessidade, ninguém tenha mais receio

Consulting Group, HOMINTEC, African Population and Health Research Center (APHRC), African Constituency Bureau- The Global Fund (ACB-GF), West African Private Healthcare Federation (FOASPS) and Institut Pasteur de Dakar (IPD)

de utilizar os serviços disponíveis. Segundo o DG, para alcançar a qualidade exigida na prestação de cuidados, devem estar disponíveis os recursos humanos qualificados, que aplicam e respeitam as normas e padrões de qualidade estabelecidos para todos os níveis de cuidados.

Para finalizar sua intervenção, o DG sublinhou os esforços apreciáveis envidados pelos Estados Membros para melhorar a saúde e o bem-estar geral da população da Comunidade em direção aos ODD. Como ilustração destes esforços, o DG da OOAS pediu aos participantes que aplaudissem de pé as autoridades políticas e sanitárias de Cabo Verde pelo facto inédito de o país ter acabado de receber a certificação da OMS para a eliminação do paludismo, um momento importante no panorama epidemiológico da África Ocidental que indica que o espaço CEDEAO também é capaz de vencer esta doença que continua a representar a maior endemia em todos os países e, por conseguinte, poderá ainda vencer outros desafios de saúde pública.

Ainda na sessão dos peritos em saúde que aconteceu nos dias 14 e 15 de maio em preparação da AMS, o Diretor Geral da OOAS havia também solicitado uma análise crítica e proposta de soluções concretas para cumprir com as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre o aleitamento materno exclusivo até aos seis meses de idade, como uma das práticas mais eficazes para preservar a saúde e garantir a sobrevivência das crianças no nosso contexto epidemiológico e saneamento de base.

Em resposta, o representante da Nigéria, em sua qualidade de Presidente do Comité dos peritos em saúde, chamou atenção aos seus homólogos nacionais afirmando que a reunião não se destinava apenas a representar os seus respetivos países, mas também uma ocasião singular de servir como guardiões da saúde e do bem-estar das populações de toda a região. Ele afirmou em seguida que a Nigéria, sendo o maior e o mais populoso país da região, oferece oportunidades e desafios únicos. Segundo ele, com uma paisagem diversificada e uma parte significativa da população a residir em zonas rurais de extrema dificuldade de acesso, o sistema de saúde se vê permanentemente confrontado com o desafio de garantir um acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade em todas as comunidades. No entanto, afirmou ele, o compromisso do país para com a saúde permanece inabalável. No entanto, reconhece que ainda há muito trabalho a fazer, em especial no que se refere a questões persistentes como a saúde materna e infantil, as doenças infecciosas e a ameaça emergente das doenças não transmissíveis. Por isso e, para isso, só *“Juntos, através da colaboração, inovação e partilha de recursos, podemos ultrapassar os desafios, reforçar os sistemas de saúde e construir um futuro mais brilhante e saudável para toda a África Ocidental”* afirmou ele no fim.

Essa declaração de só juntos podemos avançar vem tem a sua razão de ser se lembrarmos que a Comunidade da CEDEAO é composta de 15 estados-membros, mas somente 12 estão presentes na reunião por razões atrás invocadas.

Ao termo deste mais alto encontro anual de diplomacia de saúde da região, os Ministros produziram um comunicado final cujo conteúdo se resume:

Relativamente aos indicadores de saúde:

1. Os ministros da saúde destacaram os principais desafios de saúde pública que a região enfrenta.
2. Os ministros apelaram-se para uma utilização racional e eficiente dos recursos financeiros limitados de que os países dispõem para implementação dos programas de saúde.

Em relação a qualidade dos cuidados de saúde:

3. Os ministros tomaram conhecimento da situação dos cuidados de saúde na região da CEDEAO, que se caracteriza essencialmente pela:
 - a. existência, em todos os países, de políticas e/ou estratégias sobre a qualidade dos cuidados;

- b. existência de estruturas responsáveis da implementação e/ou controlo de qualidade dos cuidados de saúde; mas também;
 - c. pela necessidade de harmonizar a regulamentação e as normas em matéria de controlo da qualidade e assim como da mobilização de recursos financeiros para garantir a implementação/controlo da qualidade dos cuidados de saúde.
4. Os ministros da Saúde da CEDEAO reafirmaram o seu engajamento em encontrar soluções duradouras destinadas a garantir a qualidade dos cuidados de saúde a todos os níveis das pirâmides sanitárias
 5. Os ministros instruíram a OOAS a trabalhar sobre iniciativas inovadoras para desenvolver normas e padrões destinados a harmonizar os regulamentos e garantir a qualidade dos cuidados de saúde para os cidadãos da comunidade

Em relação ao aleitamento materno exclusivo e mulheres em situação de trabalho:

6. Os ministros constataram a importância de promover o aleitamento materno exclusivo até aos 6 meses de idade na região, bem como a necessidade de adaptar as legislações nacionais para garantir a proteção da mulher que amamenta em situação de trabalho;
7. Os ministros pediram à OOAS, em colaboração com os parceiros técnicos e financeiros, que propusessem estratégias regionais adaptadas ao contexto sociocultural da comunidade para conciliar o respeito pelo aleitamento materno exclusivo até aos 6 meses de idade com as exigências do trabalho

Em relação a 26ª Sessão da MAS:

8. Os ministros realizaram uma sessão à porta fechada para debater questões institucionais e outras preocupações de interesse comum;
9. Os ministros apelaram aos parceiros técnicos e financeiros para que apoiem a implementação das recomendações saídas da 25ª AMS
10. Os ministros acordaram em realizar a próxima AMS em Cabo Verde, numa data a acordar.

Lançamento do projeto Regional de Reforço dos Recursos Humanos em Saúde Pública (RHSP).

A margem da 25ª Reunião Ordinária da Assembleia dos Ministros da Saúde da CEDEAO, a Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), em colaboração com a Expertise France, procedeu, a 16 de maio de 2024, o lançamento de um novo projeto regional destinado a reforçar os recursos humanos em saúde pública nos Estados membros da CEDEAO.



O projeto, financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e executado pela [Expertise France](#)¹⁸⁵, visa contribuir, através das organizações regionais de saúde, para a redução

¹⁸⁵ **Agência Pública, Expertise France** é uma agência interministerial de cooperação técnica internacional e uma filial do Grupo *Agence Française de Développement* (AFD). Segunda maior agência da Europa, a Expertise France concebe e implementa projetos que reforçam de forma sustentável as políticas públicas

da mortalidade face às crises sanitárias na África Ocidental até 2030. O projeto basear-se-á numa abordagem “*One Health*” e sensível ao género, e terá como objetivo desenvolver as competências dos profissionais de saúde numa série de áreas-chave, incluindo:

- Prevenção, vigilância e controlo de epidemias;
- Disponibilidade de recursos humanos no domínio da saúde pública em quantidade e a qualidade;
- A luta contra as doenças transmissíveis;
- Promoção da saúde comunitária, materna e infantil;
- Gestão de emergências de saúde;
- Promoção da equidade entre homens e mulheres e uma abordagem multisectorial.

"Na sua intervenção de lançamento do projeto, o Diretor da AFD Abuja referiu que este projeto é um passo importante para melhoria da saúde da população da CEDEAO. Ao reforçar os recursos humanos no domínio da saúde pública, podemos ajudar a prevenir doenças, melhorar os cuidados de saúde e salvar vidas. Uma das prioridades da França no domínio da saúde global é trabalhar com os seus parceiros para promover sistemas de saúde equitativos, sustentáveis e resilientes para melhor antecipar, prevenir, preparar e responder às emergências de saúde pública e às alterações climáticas, no âmbito de uma abordagem “Saúde Única”. Continuando sua intervenção, o diplomata francês afirmou que o projeto, financiado pela *Agence Française de Développement*, inscreve-se plenamente na estratégia mundial de saúde da França e é perfeitamente coerente com os objetivos prioritários da OOAS, que, na sequência das resoluções da 24ª Sessão ordinária da AMS de 2023, tem como um dos seus pilares estratégicos a implementação de estratégias atrativas de retenção, gestão, formação e desenvolvimento dos RHS. O projeto RHSP vem em complemento a outros projetos financiados pela AFD em parceria com a OOAS.

Por seu lado, o Diretor-Geral da OOAS declarou no seu discurso que um dos principais desafios sanitários que a nossa comunidade enfrenta é a questão dos recursos humanos para saúde, que está atualmente na agenda dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO. O novo projeto de apoio ao reforço dos recursos humanos para saúde pública (com focos nesta primeira fase nos países francófonos) da CEDEAO, apoiado pelo Grupo AFD através da Expertise France, é uma das soluções credíveis esperadas para a prevenção, deteção e gestão das crises sanitárias no espaço CEDEAO».

A Senhora Vice-Presidente da Comissão da CEDEAO, ao proceder o lançamento oficial o projeto, afirmou que o novo projeto de RHSP, financiado a um montante de 4,5 milhões de euros por um período de 4 anos (2023-2027), está totalmente em conformidade com os objetivos da OOAS, uma vez que visa assegurar que as capacidades de gestão e produção de Recursos Humanos de Saúde Pública dos países melhorem e se adaptem para prevenir, detetar e responder a crises sanitárias. Que também integra a igualdade de género, a abordagem multisectorial “*One Health*” e o reforço institucional. Que esta é uma nova oportunidade que complementar as estratégias existentes e facilitará a abordar as prioridades, proteger, restaurar e melhor a saúde dos povos e dos cidadãos da comunidade da CEDEAO.

nos países em desenvolvimento e emergentes. Governança, segurança, clima, saúde, educação... A AFD opera em áreas-chave do desenvolvimento e trabalha com os seus parceiros para ajudar a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por um mundo em comum (www.expertisefrance.fr)

Presidente do Senegal visita a Nigéria para discutir a democracia na África Ocidental¹⁸⁶

Bassirou Diomaye Faye, Presidente do Senegal e o seu homólogo nigeriano, Bola Tinubu, querem convencer o Níger, o Burkina Faso e o Mali a não abandonarem a CEDEAO.

Logo após a sua recente eleição no passado mês de março, o novo Presidente senegalês, Bassirou Diomaye Faye priorizou contactos de vizinhança. Depois dos países fronteiriços, optou desta vez por começar com a Nigéria, o país que assume a presidência rotativa da CEDEAO. Os dois Chefes de Estado comprometeram-se a promover a democracia na África Ocidental, palco de numerosos golpes de Estado nos últimos quatro anos. Os dois países têm “um interesse comum na democracia”, afirmou o Presidente nigeriano Bola Tinubu, citado num comunicado de imprensa emitido pela Presidência na quinta-feira, 16 de maio.

O Presidente da República Federal da Nigéria pediu ao seu homólogo senegalês para trazer de volta os países “irmãos” da África Ocidental afetados por “derrubes inconstitucionais de governos”. Referia-se ao Níger, ao Burkina Faso e ao Mali, países governados por militares na sequência de sucessivos golpes de estados, que anunciaram no início do ano a sua decisão de abandonar a Comunidade devido às sanções que lhes foram impostas¹⁸⁷.

De acordo com o comunicado de imprensa nigeriano, Bassirou Diomaye Faye disse esperar convencer outros países, a par da Nigéria, a “regressar e partilhar os nossos valores democráticos comuns e o que representamos”. A CEDEAO, presidida por Tinubu, “está a atravessar um período difícil, mas nem tudo está perdido”, acrescentou Faye, segundo o comunicado de imprensa. “A democracia constitucional é o que o Senegal provou ao resto do mundo e a África, em particular. É uma alegria tê-lo aqui”, disse o Sr. Tinubu ao Sr. Faye, de acordo com o comunicado de imprensa de presidência nigeriana. Os dois líderes também afirmaram querer enfrentar desafios comuns, entre os quais o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes.

Pan-africanista de esquerda, o Presidente Faye, aos 44 anos, tornou-se no mais jovem presidente do Senegal. Ganhou as eleições presidenciais de 24 de março 2024 com a promessa de uma rutura com o sistema atual, que considera ter sido encarnado pela classe política do seu país e de uma boa parte dos líderes africanos.

***Standard Chartered Bank* da China financiará empresas chinesas verdes em África**

O banco ‘*Standard Chartered*’ da China está interessado em [financiar significativamente](#) empresas chinesas que defendem *ethos* (etos) verde para expandir sua presença em África.

Há uma demanda crescente no continente por tecnologias sustentáveis de consumo e produção para alcançar um futuro resiliente ao clima para as comunidades locais, declarou Richard Li, chefe do banco acima referido, em Nairobi, na capital do Quênia.

"Posso ver oportunidades e capacidades que podemos trazer como *Standard Chartered Bank* para apoiar nossos clientes a responder a essa tendência entre a China e o Quênia que acelerará a transição verde na África", afirmou Li, acrescentando que o credor multinacional também ajudará as empresas chinesas a alavancar seu envolvimento no corredor comercial

¹⁸⁶ https://www.lemonde.fr/afrique/article/2024/05/17/le-president-senegalais-en-visite-au-nigeria-pour-evoquer-la-democratie-en-afrique-de-l-ouest_6233805_3212.html

¹⁸⁷ https://www.lemonde.fr/afrique/article/2024/05/08/afrique-de-l-ouest-face-aux-velleites-de-depart-des-juntas-saheliennes-la-cedeao-cherche-la-parade_6232222_3212.html

África-China para aumentar a capacidade do continente de produzir produtos verdes para atender à crescente demanda do mercado.

"Também responderemos à nova tendência em que os produtos que antes eram feitos na China agora são feitos no Quênia", disse Li.

Especialistas avaliaram que o Quênia precisa acelerar seus esforços de transformação verde para responder aos efeitos da mudança climática, como as recentes inundações que mataram mais de 260 pessoas no país.

Li afirmou que o Standard Chartered Bank já fornece financiamento sustentável na cadeia de suprimentos no espaço verde ao longo do corredor comercial África-China e que o Quênia já é líder em energia verde, com mais de 80% da produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis, como hidrelétrica, geotérmica, eólica e solar.

Li sublinhou que o banco desenvolveu muitos produtos financeiros que garantirão que a África possa se beneficiar da nova indústria de energia da China, que cresceu rapidamente.

Health and justice in Sudan: a political will broken down by the war

Eslam Elbasheer

Freedom, peace, and justice. These are three words that defined the 2018 Sudanese revolution and whose impact impelled the fall of the Bashir regime in 2019 (1), ending the president's 30-year rule. The revolution was a significant and transformative period in Sudan's history and marked a pivotal period in impacting both the country's political sphere and the healthcare landscape.

My own personal introduction to public health was during my childhood, whilst visiting my ancestral hometown, which lined the banks of the Nile River. I recall peering into the town's only clinic and becoming distinctly aware of the inequalities that exist between urban and rural healthcare centres. Additionally, interacting with patients from various socio-economic backgrounds as a dental student led me to gain broader insights into the state of healthcare in Sudan. I noticed that health services were often a challenge for many, with huge volumes of rural citizens pouring into the capital city of Khartoum to seek basic treatment. Whilst conversing with these individuals, I learned that these journeys were often hard for many, considering the financial strain it placed on individuals and families. These under-resourced health services which for me, characterized Sudan pre-revolution sparked my initial interest in public health, and the revolutions aspirations of a more equitable state propelled my desires to contribute to an inclusive healthcare system.

The movement began in December 2018 and was driven by widespread protests due to economic hardships (2), mainly rising bread prices and fuel shortages. Despite violent crackdowns, massive demonstrations continued, which were led by a coalition of civil society groups, professionals, and most importantly-citizens. In 2019, after months of protests, followed by negotiations mediated largely by the African Union and Ethiopia, a power-sharing agreement was reached in August 2019 (3). This agreement established a Sovereignty Council, consisting of both military and civilian members, to oversee a 2-year transitional period, which would lead to democratic elections (4).

I distinctly recall resuming back to university in my final year as a student and feeling the considerable hope that defined the transitional period. The atmosphere was filled with talks of a promise of democratic governance, economic recovery, justice, and national reconciliation. The administrative staff in my university as well as other governmental institutions had changed significantly, with new staff assuming the old leadership posts. Although many challenges remained, these changes were expected to lay the groundwork for a more prosperous and democratic institution, embodying the aspirations of the revolution.

The Federal Ministry of Health also underwent several significant changes during this time, aimed at addressing the longstanding issues in the health sector and aligning with the goals of the transitional government. The transitional government appointed new leadership (5) within the Federal Ministry of Health, to reflect a commitment to reform and to ensure the ministry was aligned with the goals of the revolution. There had also been appointment of various new professionals across the respective ministry directorates, and the international community's support for Sudan's transition, including economic aid, debt relief initiatives and

diplomatic recognition (6) , reinforced the hope that Sudan was on a path to recovery and integration into the global community.

As a result of the new international support and the fresh leadership within the Federal Ministry of Health, it became essential for Sudan to establish a strong international presence in the global health arena. To achieve this, the International Representation Office was formed as part of the International Health Directorate, in 2020. The primary goals of this office were to ensure that Sudan was well-represented in global health forums, to foster international collaborations, and to advocate for the country's health priorities on the global stage. This initiative aimed to integrate Sudan more deeply into the global health community, enhancing its ability to contribute to global health discussions and initiatives, to benefit from international expertise, funding, and partnerships. International representation was aimed to become a key element of foreign policy to strengthen the country's role as a coherent and transparent negotiating partner, which I believe was a particularly important initiative given Sudan's historically poor representation in the global health arena prior to the revolution.

In 2022, as a fresh graduate with a passion for making a significant impact in the international health arena, I joined the Federal Ministry of Health. My initial role was with the COVAX initiative, where I worked to increase COVID-19 vaccination coverage across Sudan. This three-month campaign was an eye-opening experience and gave me my first professional role in contributing to the pandemic response, which, when combined with the economic challenges Sudan had previously faced, significantly impacted the health sector.

Motivated by a desire to further enhance my contribution to global health, I transitioned to the International Representation Office shortly after the campaign. In this new role, I focused on public health diplomacy and governance. Witnessing the crucial role of international cooperation in addressing global health challenges in the COVAX campaign, I became convinced that effective governance and diplomatic engagement were key to combating public health issues. This experience solidified my belief that fostering international partnerships and leveraging diplomatic channels are essential strategies for advancing global health initiatives.

I worked during this time, to contribute to this office and help establish a well-represented Sudan to achieve positive health outcomes. I felt that the 2018 revolution opened many doors for the reassessment of healthcare policies and practices in Sudan, and opportunities to redistribute the country's resources and focus, would shift it to a more equitable public health system.

In April 2023, a war erupted in Sudan, significantly disrupting my work with the International Representation Office. The conflict began as tensions between rival factions within the military escalated, leading to widespread violence and instability. General Abdel Fattah al-Burhan, who led the Sudanese Armed Forces, clashed with the paramilitary group, the Sudanese Armed Forces(7), resulting in a power struggle that plunged the country into chaos. I recall waking up to the sound of fighter jets over my house, a chilling reminder of the escalating conflict. From that moment, my family and I did not leave our home, hoping the clashes would soon end and refusing to accept that a full-scale war had erupted. We remained in Khartoum until the end of the month, clinging to the hope that peace would return. However, as the fighting drew dangerously close, with drones destroying homes and stray bullets taking lives, it became clear that our safety was in jeopardy.

One day, as the clashes became dangerously close to my home, my family was forced to leave the capital of Khartoum. With the airport bombed and burned down, we had no choice

but to make our way to my family's hometown in the countryside. The journey was fraught with uncertainty and fear, but it was our only option to find safety amid the escalating violence. The situation in the town was dire, with impossible living conditions. In search of stability, we boarded a bus to Port Sudan in the red sea state, and from there, we travelled to Jeddah, Saudi Arabia, by sea. The journey was exhausting, taking over a week, filled with uncertainty and hardship. Little did I know, this would be the last time I set foot in Sudan, marking the end of a chapter in my life amidst the chaos of war.

This sudden outbreak of fighting not only changed the trajectory of my personal life, but also interrupted the progress we were making in public health diplomacy and governance at the ministry. The deteriorating security situation forced all initiatives and institutions to halt, and the country was at a stand-still. As the war continues, the situation is extremely sad, but we remain hopeful that Sudan will return to its former state. We hold on to the revolution's slogan of "freedom, peace, and justice," believing that these principles will guide the restoration of our nation to what it once was.

References:

1. Journal of Democracy [Internet]. [cited 2024 May 19]. Sudan's Uprising: The Fall of a Dictator. Available from: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/sudans-uprising-the-fall-of-a-dictator/>
2. Zunes S. The Conversation. 2020 [cited 2024 May 19]. How the people of Sudan pulled off an improbable revolution. Available from: <http://theconversation.com/how-the-people-of-sudan-pulled-off-an-improbable-revolution-132808>
3. Abubaker H, El N. Sudan: Present Situation; Challenges and Prospects.
4. The Military-Civilian Relationship and Challenges to Democratic Transition in Sudan [Internet]. [cited 2024 May 19]. Available from: <https://www.dohainstitute.org/en/PoliticalStudies/Pages/The-future-of-the-Military-Civilian-Relationship-and-Challenges-of-Transition-in-Sudan.aspx>
5. Sudan's Hamdok takes office as new prime minister, vows to tackle conflicts and economy | Reuters [Internet]. [cited 2024 May 19]. Available from: <https://www.reuters.com/article/idUSKCN1VB0UJ/>
6. Sudan Faces Staggering Challenges to Democracy Despite Significant Advances on Political Transition, Special Representative Tells Security Council | Meetings Coverage and Press Releases [Internet]. [cited 2024 May 19]. Available from: <https://press.un.org/en/2021/sc14460.doc.htm>
7. Fighting in Sudan: Rival Generals Duel for Power in Sudan, Dashing Hopes for Democracy - The New York Times [Internet]. [cited 2024 May 20]. Available from: <https://www.nytimes.com/live/2023/04/15/world/sudan-fighting-news>

Europa à direita *Europe on the right*

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *The growth and articulation of the far right on the eve of the European Parliament elections is the main topic of the Europe chapter. In the health sphere, the Region records an increase in cases of measles and whooping cough.*

Keywords: *Global Health; European Union; Migration; Far right;*

Resumo. O crescimento e a articularção da extrema-direita às vésperas das eleições para o Parlamento Europeu, é o principal assunto do capítulo da Europa. Na esfera da saúde, a Região registra aumento nos casos de sarampo e coqueluche.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Migração; Extrema direita;

O crescimento e a articulação da extrema-direita na Europa, associado ao tema da migração, marcam a quinzena e, conseqüentemente, este informe sobre o continente. [Nos países baixos, onde a extrema direita se sagrou vitoriosa nas eleições legislativas antecipadas, em 2023, formou-se a coalizão para a formação do gabinete, ainda que sem a indicação do próximo primeiro-ministro.](#) O novo gabinete, tem como figura central, o líder ultradireitista, Geert Wilders e como membros, outros 3 diferentes representantes, unidos em torno de alguns temas em comum, em especial a migração, tema que derrubou o governo anterior. O pacto envolve 4 partidos: o Partido da Liberdade (PVV), de Wilders, hostil à imigração e ao islã, o partido camponês BBB, o Liberal VVD e o Novo Contrato Social (NSC), que tem a anticorrupção como bandeira. Espera-se que todo o procedimento de posse dos novos cargos esteja concluído até junho.

[Segundo o programa de governo divulgado, "serão adotadas medidas concretas para aplicar ações mais duras" na política de asilo, assim como um pacote global que permita "controlar a imigração".](#) O texto sugere a possibilidade de prescindir das regras comuns sobre a política de asilo, será solicitada à Comissão Europeia. Na política externa, além do apoio à Ucrânia nos campos "político, militar, financeiro e moral", o acordo partidário defende a análise da transferência da embaixada holandesa em Israel de Tel Aviv para Jerusalém.

[Na Alemanha, às vésperas das eleições para o parlamento europeu, crescem o discurso e as ações de ódio da extrema direita.](#) Max Reschke, porta-voz do Partido Verde no estado da Turíngia, na antiga Alemanha Oriental, declarou serem constantes ameaças e ataques contra militantes de seu partido e de outros de esquerda ou de centro-esquerda. Relatou que durante manifestações dos agricultores da região, era comum encontrar estrume nas portas dos gabinetes de políticos do partido. Muitas vezes esses gabinetes tiveram suas janelas quebradas e suas caixas de correio destruídas. O porta-voz declarou que agora é norma que políticos em campanha não andem nem viajem desacompanhados. A pedido da Fundação Körber de Proteção à Democracia, a agência Forsa realizou uma pesquisa com 6.400 prefeitos ou presidentes de câmaras municipais na Alemanha sobre o tema da violência política: 2.500 delas

ou deles afirmaram que já sofreram violência e ameaças ou sabem de casos que aconteceram na sua jurisdição. Sven Tetzlaff, dirigente regional da Fundação Körber, ressaltou que [este aumento da violência não se restringe à Alemanha, mas é observado em toda a Europa](#) e nos Estados Unidos, motivado por ressentimentos e frustrações contra políticos e a política de um modo geral.

[Na Espanha, líderes da extrema direita se reuniram para o Europa Viva 24, uma espécie de convenção dos partidos populistas e ultraconservadores.](#) O evento, organizado pelo partido espanhol Vox, acontece regularmente em outubro com o nome “Viva Vox”, mas este ano foi antecipado em função das eleições para o parlamento europeu que acontecem entre 6 e 9 de junho. Personalidades da extrema direita mundial estiveram presentes, como a francesa Marine Le Pen, o português Andre Ventura, e o polonês Mateusz Morawiecki. A chefe do governo italiano Giorgia Meloni e o líder húngaro Viktor Orbán participaram por meio de videoconferência.

Javier Milei, presidente argentino, esteve presente e participou do evento, mas antes, foi recebido com protestos nas ruas da capital espanhola. [Milei, disse que sua presença era um “imperativo moral”. Não satisfeito, criticou o socialismo e o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sanchez,](#) que se recusou a se encontrar com ele: “Não sabem que tipo de sociedade e de país pode produzir [o socialismo] e que tipo de pessoas se meteram no poder e que níveis de abuso pode gerar. Quero dizer, quando ele [Pedro Sánchez] tem a mulher corrupta, isso mancha-o e ele leva cinco dias a pensar nisso”. Os comentários de Milei levaram ministro de Relações Exteriores da Espanha, José Manuel Albares, a convocar o embaixador argentino em Madrid para exigir um pedido de desculpas público do presidente da Argentina.

[Uma crise diplomática se instaurou e o rompimento de relações entre Espanha e Argentina não está descartado.](#) O ministro Albares, novamente convocou o embaixador argentino no país, Roberto S. Bosch, para exigir um novo pedido de desculpas públicas por Milei. O primeiro-ministro da Espanha o acusou de não estar “à altura” dos “laços de irmandade” entre Espanha e Argentina: “Tenho plena consciência de que quem falou ontem, não o fez em nome do grande povo argentino”, declarou Sánchez.

O primeiro-ministro espanhol segue sendo assunto deste informe, com o anúncio de que vai propor ao parlamento espanhol o reconhecimento do Estado Palestino. Durante um comício na Catalunha, [Sánchez defendeu que a Espanha vai reconhecer oficialmente o Estado palestino durante o seu mandato, “por convicção moral”,](#) considerando a medida como “uma causa justa” e a “única forma” de alcançar a paz e a segurança no conflito. A Espanha será décimo país europeu a reconhecer o Estado Palestino, juntando-se à Bulgária, Chipre, República Checa, Hungria, Malta, Polónia, Roménia, Eslováquia, Suécia e Eslováquia.

Intimamente ligada ao crescimento da extrema-direita na Europa, está a questão migratória. [Após a adoção definitiva, pelo Conselho da União Europeia, de uma vasta reforma no sistema migratório europeu que endurece o controle da imigração na UE, um grupo de 15 países pede “novas soluções” para poder enviar migrantes para fora do bloco.](#) Sob a liderança da Dinamarca e da República Tcheca, pedem “novas soluções” para poder transferir mais facilmente migrantes para outros países de fora do bloco – inclusive durante operações de resgate no mar. Para estes países, o pacto de migração, recentemente adotado para reforçar o controle da imigração na Europa, pode ser mais ambicioso.

Eles pedem para a Comissão Europeia [“identificar, desenvolver e propor novos meios e novas soluções](#) para prevenir a imigração irregular para a Europa”. Os 15 países signatários são:

Grécia, Itália, Holanda, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Finlândia, Estônia, Chipre, Letônia, Lituânia, Malta, Áustria, Polônia e Romênia. São solicitados mecanismos para “detectar, interceptar e, em caso de perigo, resgatar migrantes em alto mar e levá-los para um local seguro em um país parceiro fora da UE, onde possam ser encontradas soluções duradouras para estes migrantes”. A demanda é que se possa enviar mais facilmente os requerentes de asilo, para países externos ao bloco, onde os pedidos seriam estudados. A atual legislação europeia, prevê esta possibilidade apenas quando o requerente tenha ligação suficiente com este terceiro país.

[No Reino Unido, que celebrou acordo com Ruanda para exportação de refugiados, o Parlamento dá luz verde à deportação dos imigrantes.](#) O primeiro-ministro, Rishi Sunak, prevê o início de tais atividades para julho, assegurando que tudo já está preparado: o aeroporto, os voos e os responsáveis pela operacionalização.

Entrando na seara da saúde, [milhares de pessoas saíram às ruas em Madrid, capital da Espanha, em defesa do sistema de saúde pública.](#) A manifestação, no entanto, não foi espontânea, mas convocada por uma plataforma de residentes na capital, que quis protestar pelas políticas de "destruição" da Comunidade de Madrid, liderada por Isabel Díaz Ayuso, do Partido Popular. Com o lema "Madrid continua de pé pela saúde pública", a marcha começou ao meio-dia em 4 pontos diferentes da cidade, terminado na Praça Cibeles, onde se leu um manifesto em defesa da saúde. Integrou o protesto, a ministra da Saúde do governo de Pedro Sánchez, bem como vários militantes de partidos de esquerda, sindicatos e outras associações.

Os manifestantes protestaram contra as políticas do executivo regional de Madrid, que segundo eles está degradando a saúde pública com privatizações e cortes nas despesas. Uma das principais críticas é relativa as listas de espera: cerca de um milhão de pessoas aguardam por uma consulta ou cirurgia. Segundo a plataforma que convocou o protesto, a Comunidade de Madrid é aquela que menos investe em saúde pública e é na capital que os profissionais de saúde têm piores condições laborais.

[Preocupante, é o aumento de casos de coqueluche em toda a Europa.](#) Na Romênia, só neste ano, foram registrados 122 casos. As autoridades sanitárias aconselham a vacinação, como a melhor forma de prevenção. Os números em Portugal também inspiram preocupação: foram registrados 200 casos no primeiro quadrimestre de 2024, em contraste com os 22 casos de todo o ano de 2023, conforme dados da Direção-Geral de Saúde. A República Tcheca diagnosticou 827 casos da doença em apenas 1 semana e já coleciona 3.101 casos confirmados desde o começo do ano. Por lá, a faixa etária mais afetada são jovens de 15 a 19 anos, o que pode ser justificado, segundo especialistas, por uma alteração na vacina em 2007, que tem menos efeitos colaterais, mas uma imunidade menos duradoura.

[O ministro da Saúde tcheco, Vlastimil Válek, explica o elevado número de casos de coqueluche com uma combinação de dois fatores: o ressurgimento de doenças respiratórias à medida que a sociedade abandona as medidas de prevenção da covid-19, bem como à imunização incompleta dos mais novos.](#) A vacina usada no país exige 5 doses: as primeiras 3 nos primeiros 12 meses de vida das crianças e as últimas 2 doses aos 6 e 10 anos. O problema é que praticamente todas as crianças recebem as 3 primeiras doses, mas 10% não completam o esquema vacinal. As autoridades sanitárias ainda não consideram medidas de larga escala para combater o surto, mas a última semana foi marcada por polêmicas, quando autoridades de Praga recomendaram às escolas, a volta para casa de crianças vacinadas, quando um caso fosse diagnosticado em uma sala. A orientação, contudo, foi rapidamente revertida pelas autoridades nacionais de saúde pública, que declararam que os estabelecimentos de ensino não podem

mandar para casa crianças não vacinadas apenas por precaução e que todos os casos devem ser alvo de avaliação individual. A vacina para a coqueluche é obrigatória na República Tcheca desde 1958, o que voltou a levantar a questão de falhas na imunização, não só nos adolescentes, mas também nos bebês - para quem a coqueluche pode ser letal.

[A este propósito, o Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças \(ECDC\), salientou o aumento dos casos de sarampo e coqueluche em toda a UE e sublinhou a necessidade de seguir os protocolos de vacinação.](#) Embora se tenha verificado diminuição drástica da mortalidade e das doenças evitáveis por vacinação, a diretora do ECDC, Andrea Ammon, alertou que tais doenças continuam a circular e a "infligir sofrimento às pessoas desprotegidas ou especialmente vulneráveis de todas as idades". O número de casos de sarampo começou a aumentar em 2023 em toda a UE. Entre março de 2023 e o final de fevereiro de 2024, foram notificados pelo menos 5770 casos de sarampo e 5 mortes. Devido à sua fácil propagação, uma pessoa doente pode infectar entre 12 a 18 outras, pelo menos 95% da população deve ser vacinada com 2 doses para impedir a transmissão do sarampo.

No caso da coqueluche, infecção respiratória altamente contagiosa, também se registou um aumento acentuado dos casos desde meados de 2023. Os dados preliminares do ECDC mostram um aumento de 10 vezes em 2023 e 2024 em comparação com 2022 e 2021. O Centro atribui o aumento do número de casos a vários fatores, incluindo uma maior circulação da doença após uma diminuição durante os anos de pandemia, combinada com uma diminuição da taxa de vacinação.

[Da OMS/Europa, vem a notícia de que as doenças cardiovasculares matam 10.000 pessoas na Região a cada dia, com prevalência de homens.](#) O relatório alerta para os letais níveis de consumo de sal e pressão alta, salientando que muitas pessoas da Região consomem muito sal e que mais de 1, a cada 3 adultos entre 30 e 79 anos, tem hipertensão. A relação entre o consumo de sal e a hipertensão é enfatizada e o relatório clama por uma abordagem integrada para reduzir o consumo de sal e controlar os casos de hipertensão, que constitui fator de risco para doenças cardiovasculares, como ataques cardíacos e derrames.

O relatório prevê a oposição e resistência da indústria alimentícia, reconhecendo o desafio de opor os interesses dela e da saúde pública. Pela perspectiva da indústria, comidas com alto teor de sal tendem a ser mais lucrativas, mas à custa da saúde das pessoas. A redução do consumo de sal da população por intermédio de reformulações obrigatórias, produzem resultados rápidos, é viável, economiza custos e salva vidas.

Considerações Finais

Ao que tudo indica, o crescimento da extrema-direita na Europa vai chegar ao Parlamento Europeu (PE), com as próximas eleições que acontecem em pouco mais de 15 dias. Partidos nacionalistas, populistas e ultraconservadores, devem aumentar sua representação no PE, comprometendo agendas importantes como a ambiental e a migratória. O Pacto Verde Europeu, que visa zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2050, está ameaçado. O negacionismo climático associado aos protestos dos agricultores europeus, colaboram para o cenário de degradação das políticas ambientais da EU. O Pacto Migratório, recentemente aprovado, já está sendo questionado. Em última instância, a própria unidade do continente europeu será posta à prova.

Cúpula da Liga Árabe: consenso árabe sobre Gaza e solução de dois Estados

Lucia Marques

*O destino da causa palestina é o destino do mundo árabe*¹⁸⁸

Resumo: A Cúpula da Liga Árabe acontece em um momento crucial para a mudança de rumo para palestinos e para a região árabe. O consenso dos países árabes para essas e outras questões é reflexo de amadurecimento e entendimento de que há muito em jogo. Como disse um diplomata do Bahrein, o destino da causa palestina, é o destino do mundo árabe. E como destacou o Secretário Geral da ONU “a unidade e a solidariedade em todo o mundo árabe amplificariam a voz vital da região e aumentariam ainda mais a sua influência na cena global.” A solução de dois Estados – Palestina e Israel – tem recebido cada vez mais adeptos. Com 143 votos a favor do reconhecimento da Palestina como Estado soberano, a votação na ONU também sinalizou que cresce o isolamento dos EUA e de Israel nessa questão.

Positivo de um lado, mas o cenário na região pede calma e união. A morte em acidente do presidente iraniano, pode não significar que um líder menos linha dura poderia assumir. Considerado herdeiro do Ayatolá Khamenei, a morte de Raisi pode jogar o aparato do Estado em um pandemônio e disputas e, como mostra a história, em momentos de crise, os regimes encrudescem. Somam se isso a divisão no poder de Israel sobre a guerra em Gaza e o mandado de prisão expedido pelo Tribunal Penal Internacional para Netanyahu e seu ministro da defesa Gallant e líderes do Hamas, envolvendo acusações de crimes de guerra e contra a humanidade. Contra o Hamas, acusações de extermínio, assassinato, tomada de reféns, estupro e agressão sexual durante a detenção. Contra Netanyahu e Gallant incluem causar extermínio, causar fome como método de guerra, incluindo a negação de suprimentos de ajuda humanitária, visando deliberadamente civis em conflito.

Palavras chaves: Cúpula da Liga Árabe, solução de dois Estados, divisão no governo de Israel, morte do presidente do Irã

Abstract: *The Arab League Summit comes at a crucial moment for a change of course for Palestinians and the Arab region. The consensus of Arab countries on these and other issues reflects maturity and understanding that there is a lot at stake. As a Bahraini diplomat said, the fate of the Palestinian cause is the fate of the Arab world. And as the UN Secretary General highlighted, “unity and solidarity across the Arab world would amplify the region’s vital voice and further increase its influence on the global stage.” The two-state solution – Palestine and Israel – has received more supporters. With 143 votes in favor of recognizing Palestine as a sovereign state, the vote at the UN also signaled that the isolation of the USA and Israel on this issue is growing.*

Positive on the one hand, but the scenario in the region calls for calm and unity. The death of the Iranian president in an accident may not mean that a less hardline leader could take

¹⁸⁸ Tawfeeq Almansour, ex diplomata do Bahrein, em [Ministros da Liga Árabe buscam consenso sobre Gaza antes da cúpula do Bahrein \(thenationalnews.com\)](https://thenationalnews.com)

over. Considered heir to Ayatollah Khamenei, Raisi's death could throw the State apparatus into pandemonium and disputes and, as history shows, in moments of crisis, regimes come to a head. Added to this is the division in Israel's power over the war in Gaza and the arrest warrant issued by the International Criminal Court for Netanyahu and his defense minister Gallant and Hamas leaders, involving accusations of war crimes and crimes against humanity. Against Hamas, accusations of extermination, murder, hostage taking, rape and sexual assault during detention. Against Netanyahu and Gallant include "causing extermination, causing famine as a method of warfare, including denying humanitarian aid supplies, deliberately targeting civilians in conflict.

Keywords: Arab League Summit, two-state solution, division in Israel's government, death of Iran's president

A solução de dois Estados – Palestina e Israel – para avançar num caminho de paz para o Oriente Médio tem recebido cada vez mais adeptos, embora ainda tenha um longo caminho a percorrer. E ainda esbarra no poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como versado no [Capítulo 2 da Carta das Nações Unidas](#). Todos os Estados-membros da ONU são membros da Assembleia Geral. Os Estados são admitidos como membros por decisão da Assembleia Geral, sob recomendação do Conselho de Segurança – instância mais poderosa das Nações Unidas.

No entanto, a aprovação pela Assembleia Geral da ONU¹⁸⁹, em 10 de maio, da [resolução](#) que pede o reconhecimento da Palestina como Estado soberano e como membro do organismo, apresentada pelos Emirados Árabes, em nome de 22 países árabes e copatrocinada por cerca de 65 Estados, funcionou como uma pesquisa global de apoio à candidatura palestina para se tornar membro de pleno direito da ONU, tendo em conta o reconhecimento da elegibilidade da Palestina pela Assembleia, o parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça datado de 28 de Maio de 1948 e em conformidade com o artigo IV da Carta das Nações Unidas, que pelos seus termos, determinou que o Estado da Palestina é qualificado para ser membro das Nações Unidas, em conformidade com o artigo 4.º da Carta das Nações Unidas, devendo, por conseguinte, ser admitido como membro da Organização.¹⁹⁰

Foram 143 votos a favor, nove contra (Argentina, República Tcheca, Hungria, Israel, Micronésia, Nauru, Palau, Papua-Nova Guiné, Estados Unidos) e 25 abstenções. A votação também sinalizou que cresce o isolamento dos EUA e de Israel nessa questão. O texto da resolução também recomenda ao Conselho de Segurança que reconsidere sua posição de 18 de abril – quando os EUA vetaram a tentativa recente de reconhecimento da Palestina como Estado.¹⁹¹ A justificativa para o veto americano é que a medida deve ser negociada com Israel e não ser um ato da comunidade internacional.¹⁹²

¹⁸⁹ [Em sessão especial de emergência, Assembleia Geral apoia esmagadoramente a adesão da Palestina às Nações Unidas e pede apoio ao Conselho de Segurança | Cobertura de Reuniões e Press Releases](#)

¹⁹⁰ <https://veja.abril.com.br/mundo/com-apoio-do-brasil-onu-aprova-pedido-de-reconhecimento-da-palestina>

¹⁹¹ <https://www.hurriyetaidailynews.com/palestinians-eye-un-membership-vote-in-april-192177>

¹⁹² Lei mais sobre a solução de dois Estados em Marques, L. ["Uma solução de dois Estados está de volta à agenda – à custa de milhares de mortos"](#), em *Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 5-2024*, p. 172-178. e no ["Tabuleiro da Geopolítica: Quem tem poder de influenciar os dois rivais – Israel e Irã?"](#) em *Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 6-2024*, p. 180 (174-183).



<https://www.wam.ae/pt/article/13x4esy-declara%25C3%25A7%25C3%25A3o-bahrein-liga-%25C3%25A1rabe-pede-envio-for%25C3%25A7as>

E é exatamente sobre a necessidade de ação da comunidade internacional que a **Declaração de Manama**, assinada pelos líderes do 22 países árabes, na Cúpula da Liga Árabe, em 16 de maio, no Bahrein, aponta e apela para uma conferência de paz, apoiada pela ONU, para resolver a questão palestina, uma vez que os dois lados não conseguem se entender.¹⁹³

A Declaração de Manama exigiu um cessar-fogo “imediato” em Gaza e o fim do deslocamento forçado no território palestino. Também apelou à proteção internacional e às forças de manutenção da paz da ONU nos territórios palestinos ocupados até que uma solução de dois Estados seja implementada.¹⁹⁴

Embora não discuta o corte de laços com Israel, o documento – elaborado pelos Ministros de Relações Exteriores dos países da Liga Árabe e aprovado pelos líderes de forma unânime¹⁹⁵ - aborda a causa palestina de forma abrangente e traça um plano de ação conjunta do bloco, que começa com uma conferência internacional de paz, sob os auspícios da ONU, a ser realizada em Bahrein. “Como países árabes, temos um plano. Sabemos o que queremos. Queremos a paz com base na solução de dois Estados”, disse o ministro das relações Exteriores da Jordânia, Ayman Al Safadi.¹⁹⁶

O plano – elaborado pelo Conselho Econômico e Social da Liga Árabe - chama atenção para a necessidade de determinar um prazo temporal específico para o processo político para o fim da ocupação com base em referências internacionais para o processo de paz, incluindo a Iniciativa de Paz Árabe.¹⁹⁷ Além disso, os 22 membros descartam propostas ocidentais e

¹⁹³ Não há negociações de paz substantivas entre Israel e os palestinos desde 2014, e os dois lados estão ferozmente divididos sobre as questões centrais do conflito.

¹⁹⁴ <https://www.arabnews.com/node/2511321/Oriente%20M%C3%A9dio>

¹⁹⁵ O ministro de Relações Exteriores do Bahrein, Abdullatif bin Rashid Al Zayani, [esteve em turnê](#) pelos países árabes se reunindo com os líderes para uni-los em torno de um texto final.

¹⁹⁶ [Cimeira da Liga Árabe no Bahrein para pedir conferência de paz Palestina-Israel \(thenationalnews.com\)](#)

¹⁹⁷ A Iniciativa de Paz Árabe é uma proposta de 10 frases para encerrar o conflito árabe-israelense que foi endossada pela Liga Árabe em 2002 na Cúpula de Beirute e reendossada nas conferências dessa

israelenses para que os países árabes intervenham diretamente em Gaza e sua governança pós-guerra – o bloco afirma que nenhum plano que permita a presença israelense em Gaza será aceitável.

As iniciativas árabes envolvem duas etapas: plano de emergência para lidar com as repercussões da guerra e planos de reconstrução pós-guerra para Gaza.¹⁹⁸ O consenso do bloco mostrou a união do grupo, bem representada na fala do ex diplomata do Bahrein, Tawfeeq Almansour, “o destino da causa palestina é o destino do mundo árabe.”

A união também foi o destaque no [discurso](#) do Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, na abertura da Cúpula da Liga Árabe. Guterres lembrou que “enfrentamos outras guerras e crises globais. A emergência climática; aumento das desigualdades, da pobreza e da fome; dívida esmagadora; e novas tecnologias – incluindo inteligência artificial – que estão à frente da governança e das regulamentações. Não há melhor momento para a região árabe se unir.” “A unidade e a solidariedade em todo o mundo árabe amplificariam a voz vital da região e aumentariam ainda mais a sua influência na cena global. Pode ajudar esta região a encontrar a paz, tirar o máximo partido do seu enorme potencial e contribuir ainda mais para o bem global.” Complementou o secretário geral.

Guterres manifestou sua preocupação com as tensões na Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém Oriental, com o aumento das colônias israelitas ilegais, violência dos colonos, uso excessivo da força pelas Forças de Defesa israelitas, demolições e despejos. Ele alertou que a única maneira permanente de acabar com o ciclo de violência e instabilidade é através de uma solução de dois Estados, Israel e Palestina vivendo lado a lado em paz e segurança, com Jerusalém como a capital de ambos os Estados. E lembrou que caráter demográfico e histórico de Jerusalém deve ser preservado, e o status quo nos Locais Sagrados deve ser mantido, de acordo com o papel especial do Reino Hachemita da Jordânia. A cúpula também discutiu os conflitos na Líbia, Sudão, Síria e Iêmen, entre outros pontos.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Bibi começa a enfrentar divisões no governo

Ministro do gabinete de guerra de Israel, Benny Gantz, promete renunciar se não houver um plano do pós-guerra para Gaza

Em um discurso televisionado dia 18, sábado, Gantz disse a Netanyahu que "o povo de Israel está observando você". "Vocês devem escolher entre o sionismo e o cinismo, entre unidade e facções, entre responsabilidade e ilegalidade, entre vitória e desastre", disse ele.¹⁹⁹

organização multilateral de 2007 e 2017. A iniciativa oferece a normalização das relações entre o mundo árabe e Israel, em troca da retirada completa de Israel dos territórios ocupados após a Guerra dos Seis Dias, uma "solução justa" para o problema dos refugiados palestinos com base na [Resolução 194 da ONU](#) e o estabelecimento de um Estado palestino com Jerusalém Oriental como sua capital.

¹⁹⁸ [Ministros da Liga Árabe buscam consenso sobre Gaza antes da cúpula do Bahrein \(thenationalnews.com\)](https://thenationalnews.com)

¹⁹⁹ <https://www.bbc.com/news/articles/cekkz82gnzgo>

Gantz estabeleceu um prazo de 8 de junho para um plano para alcançar seis "objetivos estratégicos", incluindo o fim do governo do Hamas em Gaza e o estabelecimento de uma administração civil multinacional para o território:²⁰⁰

1. O retorno dos reféns de Gaza;
2. A derrubada do Hamas e desmilitarização de Gaza;
3. Formação de uma força internacional para o controle civil de Gaza até que haja uma opção viável local;
4. Retorno dos desabrigados do norte às suas casas até 1º de setembro e reconstrução da região próxima à fronteira de Gaza; Normalização das relações com a Arábia Saudita;
5. Um plano para a lei de alistamento

A crescente divisão ocorre no momento em que os combates se enfurecem em ambos os extremos da Faixa de Gaza, com as forças israelenses operando na cidade de Rafah, no sul, e na cidade de Jabalia, no norte do país, um dos campos de refugiados históricos de Gaza e uma área que os militares israelenses disseram anteriormente que havia limpado os combatentes do Hamas.

Gantz estava falando poucos dias depois que outro membro do gabinete de guerra, o ministro da Defesa Yoav Gallant, pediu a Netanyahu que declare publicamente que Israel não tinha planos de assumir o governo civil e militar em Gaza. O porta-voz das Forças de Defesa de Israel (FDI), Daniel Hagari, também cobrou do governo pela ausência de um objetivo político para a guerra.²⁰¹ O que demonstra que os três estão de acordo.

Embora a troca de agressividades tenha ocorrido entre réplicas e trélicas, no pronunciamento, Gantz fez coro com Netanyahu ao dizer que nem Hamas, nem Abbas, presidente da Autoridade Palestina, são opções para Gaza. E completou que **não permitirá que ninguém, amigo ou inimigo, imponha a criação do Estado Palestino a Israel.**

A crise política da coalizão de Netanyahu envolve os ultraortodoxos, o partido Campo Republicano e até o exército.

A campanha militar de Israel contra o Hamas em Gaza matou 35.386 pessoas, informou o Ministério da Saúde do Hamas.

A morte do presidente do Irã aconteceu num momento delicado e pode ter consequências

Um acidente de helicóptero matou o presidente do Irã, Ebrahim Raisi, seu Ministro das Relações Exteriores, Hossein Amir-Abdollahian, e outros políticos do Irã, no dia 19 de maio. Um olhar superficial poderia pensar que um líder menos linha dura poderia assumir. Mas pode não ser assim. A morte de Raisi pode jogar o aparato do Estado em um pandemônio. Em momentos de crise, os regimes encrudesce.

A morte acontece em um momento bastante delicado para a política regional e para o próprio país que vive um momento em que o regime tem uma de suas menores aprovações. O Irã pode viver uma crise e desestabilizar o país e produzir reflexos na região.

Cenário: O líder supremo Ayatolá Khamenei é o líder de fato do país. No poder desde 1989, ele já é octogenário e Raisi era considerado seu sucessor. A Guarda Revolucionária que

²⁰⁰ <https://www.rfi.fr/pt/mundo/20240519-israel-benny-gantz-amea%C3%A7a-demitir-se-caso-n%C3%A3o-haja-plano-de-ac%C3%A7%C3%A3o>

²⁰¹ <https://x.com/Joaokm/status/1791901311186735607?t=8zcHOyTCKLAlvLr4N4fpdw&s=08>

atua na defesa ideológica/moral do Estado está fracionada, olhando para a guerras em Israel, e outros lugares (Líbano, Síria, Iraque, Yemen) e com os protestos internos desde a morte da jovem curda, Mahsa Amini, em setembro de 2022, contra corrupções e aumento das repressões. Divisão que pode se desdobrar em acusações, em brigas sucessórias, etc.

Os países que mantêm relações com a República iraniana ou, como no caso da Arábia Saudita, retomaram relações, se apressaram em oferecer ajuda para as buscas do helicóptero, e em apresentar condolências oficiais (Arábia Saudita, Paquistão, Emirados árabes, Turquia, Rússia, China, Qatar, Egito, Iraque, Síria, Índia, Malásia, Conselho Europeu). O momento é de manter os canais diplomáticos abertos.

O Líder Espiritual Supremo se apressou em dizer que nada vai mudar. O primeiro vice-presidente do Irão, Mohammad Mokhber, assume como presidente interino e Ali Bagheri Kani foi nomeado ministro interino dos Negócios Estrangeiros.

Mokhber permanecerá no cargo até que uma nova eleição presidencial seja realizada dentro de 50 dias. Ele disse que o governo dará continuidade às políticas do falecido presidente.²⁰²

Kani foi encarregado de conduzir as negociações nucleares com o trio europeu – Alemanha, Grã-Bretanha e França – e os Estados Unidos.²⁰³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo árabe insta a toda comunidade internacional, incluindo os aliados de Israel, a convocar uma conferência internacional de paz que incorpore a visão amplamente apoiada dos dois Estados. Esta conferência deverá apoiar ativamente e orientar ambas as partes no sentido de concretizar esta visão num futuro próximo. Fazê-lo é crucial para salvaguardar o futuro de todos os povos que merecem paz e segurança, incluindo os da Palestina, do mundo árabe e do próprio Israel.²⁰⁴

O envolvimento da comunidade internacional se tornou necessário a partir do momento em que os dois atores envolvidos – Israel e Palestina – não conseguem conversar. Israel não aceita a solução de dois Estados por uma série de argumentos, mas, principalmente, porque significa abrir mão de todo território ocupado na Cisjordânia. A Autoridade Palestina, embora seja o representante legal, não é unânime entre os palestinos. E ainda existe o Hamas que é o atual governante da faixa de Gaza.

Mas muitas coisas vêm mudando. E o consenso dos países árabes para as questões palestinas é reflexo de amadurecimento e entendimento de que há muito em jogo. Como disse um diplomata do Bahrein, o destino da causa palestina, é o destino do mundo árabe. E o Secretário geral da ONU, António Guterres, destacou que a unidade e a solidariedade em todo o mundo árabe amplificariam a voz vital da região e aumentariam ainda mais a sua influência na cena global.

Shukran.

²⁰² <https://www.tehrantimes.com/news/498770/Mokhber-takes-over-as-Iran-s-interim-president>

²⁰³ <https://www.tehrantimes.com/news/498764/Ali-Bagheri-Kani-appointed-caretaker-foreign-minister>

²⁰⁴ <http://www.leagueofarabstates.net/en/news/Pages/NewsDetails.aspx?RID=2728>

Vulnerability, politics and emergencies: a personal report from bad days in Syria and Turkey

Amina Suveha

During my years working in the Turkish and Syrian health systems, assuming that we can call scattered, donor-dependent health services in Northwest Syria a health system, I rarely, if ever, heard terms equivalent to health equity in these contexts. This absence became glaring during emergencies, revealing the inability to see and interpret disparities in health services. In 2023, I worked as a pharmacist in the public maternity and childcare hospital in Gaziantep, Southeast Turkey, while also monitoring the WHO's supply chain in Northwest Syria. On February 5, 2023, I texted my colleagues about bringing pancakes to work the next day. However, these pancakes never made it to the hospital. At 04:17 on Monday, February 6, two consecutive earthquakes of magnitudes 7.8 and 7.7 struck within an 80 km radius of my home, marking a new chapter of our lives, and unfortunately the loss of many Turkish and Syrian lives.

To understand how the earthquake changed our lives, it is essential to grasp the political and social situation in Turkey and Northwest Syria. The earthquake's epicentre, Kahramanmaraş, is in southeastern Turkey, a region densely populated with Syrian refugees who stayed close to their homeland, anticipating a short displacement that has now stretched to 12 years. Approximately 4 million Syrians live in Turkey under various labels, with 3.7 million under "temporary protection," a status that restricts their movement and complicates their daily lives, leading to a massive feeling of lack of any protection. A minor incident, such as a traffic fine can end this state of "protection" and cause suspending their health insurance coverage if they are lucky or instant deportation to Syria if they are not. The author assures that the probability of being lucky in such cases is very low."

This status has deteriorated over the years, especially after 2016, when the European Union paid Turkey to keep Syrian refugees away from the European countries, resulting in worsening conditions of racism, financial limitations, and an increase in hate crimes towards Syrians. Since 2016, Syrian refugees have been scapegoated for Turkey's economic and social instability. They have become political pawns, with hate crimes against them escalating. Syrian refugees have faced harassment, destruction of property, and even murder, such as the burning of three young Syrians in Izmir to death. Additionally, the Turkish political parties used the refugees as a card in every municipal and national election that has taken place since 2016, with the last presidential election campaign from the liberal party using the slogan "Syrians will be deported" as their main vendetta in the second round of the elections. This backdrop of discrimination and political manipulation set the stage for the profound impact of the February earthquake.

Explaining the situation in Syria, I still face difficulty in explaining, and sometimes even understanding, what exactly happened in Syria. There is a lack of a unified narrative among Syrians about their homeland's events. Despite Syria being a "democratic" republic, the reality has been far from democratic. Hafez Al-Assad, who came to power through a military coup in 1971, was succeeded by his son Bashar Al-Assad in 2000 under a constitutionally dubious referendum. The 2011 revolution, initially peaceful, sought to improve political and social conditions but escalated into an armed conflict in response to the regime's brutal crackdown.

The regime did not hesitate in using banned weapons such as the Sarin gas and releasing criminals from its jails who eventually formed extremist groups. With the support of Iran, Russia, and Hezbollah, the Syrian regime not only mass murdered and tortured hundred of thousands of Syrians but also changed the identity of the country and the demographics creating a new "Useful Syria" excluding the east and the north of the country and stating that 6 of the 14 cities are "useful" and will get its attention and resources leaving the remaining to their destiny.

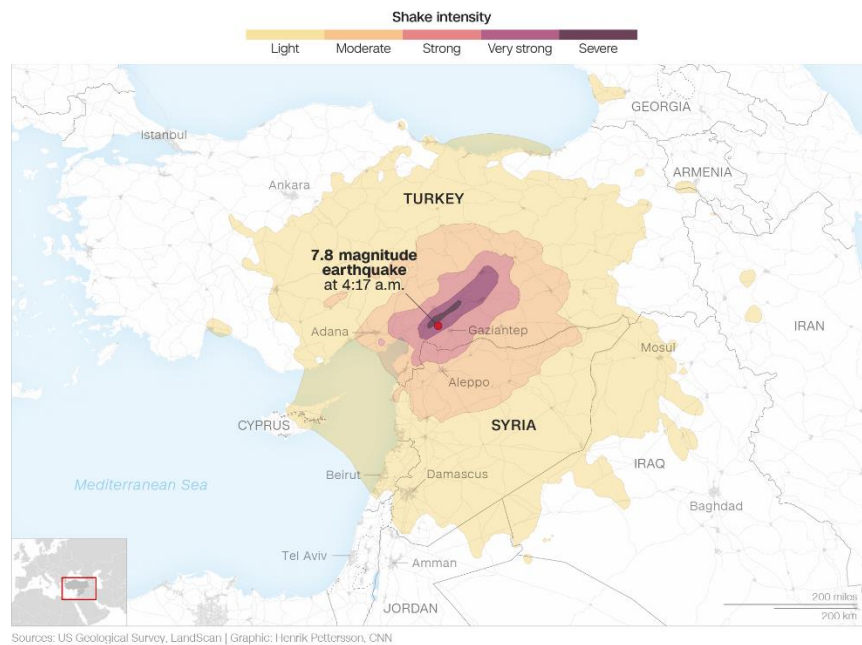
I come from Raqqa, in the "unuseful" part of Syria, which gained notoriety as ISIS's headquarters. The international coalition against ISIS (2014-2017) succeeded in ousting the group but at a high civilian cost. Raqqa is now under the control of the US-backed Syrian Democratic Forces (SDF). Northwest Syria, another "unuseful" region, includes Idlib and parts of Aleppo's countryside. It is controlled by various groups, including the Turkish-backed Free Army and Islamist factions, all of which continue to battle with each other and with the Syrian/Russian militias, causing displacement and civilian casualties. Northwest Syria, around 8000 km², hosts 5.06 million people, 3.45 million of whom are displaced from all around Syria. Around one and a half million of them are women and more than 2 million are children. It is considered one of the most dense areas in the region. Over the years, the regime asked the civilians of each city after attacking it to move to Northwest Syria, deporting them with what became a symbol for displacement, the green buses. One might think that Israel was inspired by the Al-Assad Regime to inclose all the Gazans in Rafah before attacking the area. NWS is heavily dependent on humanitarian aid from Turkey. Gaziantep, a key hub for humanitarian activities, played a crucial role before and after the earthquake.



On the morning of February 6, 2023, amidst a snowstorm, devastating earthquakes took place and spread horror and death all around us. Hospitals, including the one where I worked, were partially evacuated. As refugees with limited connections, we spent the night in our car before deciding to move to Ankara for safety. Four days later, I was summoned back to

Gaziantep to work in a field hospital in a severely damaged area. The time I spent in the field hospital was more educational than most of my studies. Words such as ethics, dignity, and equity were always in my mind but only in my mind. My batch was the first arrivals to the field hospital. Thus, we established the pharmacy and dispensations system in the hospital. This work was done under the supervision of a pharmacist who volunteered from Western Turkey and seemed proud to treat his fellow pharmacists in the most inhumane way possible. This supervisor kept screaming and shouting and especially mistreating the female pharmacists and calling them weak during the first day. This supervisor claimed that he was following the Russian president, Vladimir Putin's style of leadership and said: "I love dictatorships, they always work". As a Syrian, who Putin caused the majority of destruction that happened in her country, and lost several loved ones to Russian airstrikes, these words affected me in a way I can never express.

As far as I know, I am the only Syrian pharmacist who worked under the Gaziantep Health Directorate. This means that only the refugee patients who coincided to attend the hospital during my post were able to receive proper examination and information regarding their condition and the medicines they should use. Many times, I was called to the examination camps and one to the red zone where a 6-year-old child was brought with severe anaphylactic shock and the only way to understand what she ate or touched was through my translation. In an area where almost half of the population is Syrian refugees, there were no translators nor any channel for communication. This issue was not only prevalent for Syrians. Gypsy communities constituted a large population of the area and the difference in treating them was visible. As a conclusion, the nationalist trend in Turkey grew bigger and bigger in the emergency state.



<https://www.bbc.com/news/world-europe-64533851>

Eleven governorates in Turkey were affected by the earthquake. Refugees in these governorates experienced heightened vulnerability during the emergency. Initially, they were not allowed to leave the destroyed cities due to the "temporary protection" rule that restricted movement. Even with an emergency state declared, airport and bus station staff prevented

Syrians from moving to safer states, instructing them to obtain permissions from immigration directorates that were not operating. After a few days, immigration authorities permitted refugees to leave the affected cities at their own expense, but only by land transportation, prohibiting them from using evacuation planes reserved for Turkish citizens. In terms of shelter, similar restrictions applied: refugees were told they needed to secure their own shelters if they moved to other cities. This directive came after many Syrian refugees were expelled from shelters in several cities. Nearby villages attacked Syrians with stones and sticks as they tried to find hotels or buses to other cities. All these events occurred in the initial days after the earthquake, even while many people remained trapped under rubble.

Despite these challenges, Syrian youth and volunteers traveled from various cities to help with rescue and first aid efforts in the affected areas. Medical staff, engineers, and construction workers arrived to offer support. Unfortunately, these efforts were often halted, and volunteers were sometimes attacked by Turkish civilians who assumed Syrians came to steal and loot. Reports indicated several Syrians were attacked while trying to rescue their families and relatives, as people doubted their intentions. It is undeniable that the earthquake inflicted significant damage and loss on Turkish people, and poor management and delayed responses exacerbated the tragedy. What remains shocking is that during such a devastating time, some people found the energy to spread hate, cause further harm, and even neglect saving lives due to nationality differences. In nearly all humanitarian aid distributions during the emergency response, Syrians were asked to wait until the "host community" received aid. Similarly, handling missing persons, recording deaths, and managing unaccompanied children showed significant disparities, often left to the staff's discretion.

The situation was even worse in Northwest Syria. This area, dependent solely on aid from the Turkish borders, saw its border gates closed to any humanitarian aid or entry from Syria into Turkey. The only movement across the border was the transportation of Syrians who had died in Turkey in the earthquake, sent back for burial. The Syrian regime was the sole beneficiary of the earthquake, exploiting the humanitarian crisis to claim that sanctions hindered its response capabilities. This led to a partial lifting of sanctions and a renewed welcome for the regime on the international stage, overshadowing its past war crimes and violations. Northwest Syria remained trapped between the heavily affected Turkish borders and the manipulative Syrian regime, with no humanitarian aid reaching the area.

Although the UN Under-Secretary-General for Humanitarian Affairs and Emergency Relief Coordinator stated that 5,000 search and rescue experts have been deployed to NWS in the first 72 hours after the earthquake, the reality was that none of these experts actually reached NWS. They remained in Turkey, focusing on rescue operations there, leaving NWS to fend for itself. The only rescue team in the region was the Syrian Civil Defense, known as the White Helmets, who had gained experience from conducting search and rescue operations following Syrian/Russian airstrikes. Syrians in NWS were forced to return to living in tents without proper planning, infrastructure, drinking water, or WASH capacity, leading to the emergence of many infectious diseases, including a cholera epidemic. On February 12, 2023, the UN Under-Secretary-General for Humanitarian Affairs and Emergency Relief Coordinator admitted the failure in the emergency response in NWS, stating, "We have so far failed the people in north-west Syria." Unfortunately, this acknowledgement could not bring back the lives lost.



Martin Griffiths ✓
@UNReliefChief

Follow



At the [#Türkiye](#)-[#Syria](#) border today.
We have so far failed the people in north-west Syria.
They rightly feel abandoned. Looking for international help that hasn't arrived.
My duty and our obligation is to correct this failure as fast as we can.
That's my focus now.

06:27 · 12/02/2023 From Earth · **1M** Views

As someone directly affected by the earthquake and its impact on our social determinants of health, I can recount countless instances of inadequate response, lack of coordination, inequity, and injustice. Both Syrian and Turkish people suffered due to national and international systems that failed them. The earthquake killed more than 50,000 people in Turkey, including 7,300 refugees. In NWS, over 6,000 people died due to the earthquake, and the number of missing persons in both countries remains unclear.

Disclaimer: the opinions and stands stated in this piece represents the author only and limited to her experience. For more information and additional context, you can explore the following sites:

1. https://aljumhuriya.net/ar/article_types/english/
2. <https://reliefweb.int/report/syrian-arab-republic/northwest-syria-factsheet-16-april-2024>
3. <https://gr.boell.org/en/2024/02/05/one-year-earthquakes-hit-turkey-refugees-are-even-deeper-hole>
4. <https://reliefweb.int/report/syrian-arab-republic/syrian-arab-republic-2024-humanitarian-needs-overview-february-2024>

Quem tem um amigo tem tudo

Who has a friend has all

André Costa Lobato

Abstract. *Vladimir Putin visited China, at the invitation of Xi Jinping, to celebrate 75 years of bilateral relations, where the proximity of the leaders and the "Joint Declaration" to deepen strategic partnerships were highlighted. The statement addressed the war in Ukraine, BRICS cooperation, and global health, with an emphasis on resisting hegemonism and promoting fair multilateralism. Dengue cases in southern China and Shanghai and the search for a balance between motherhood and employment.*

Keywords: Russian-Chinese Relations, Demography, Motherhood and employment

Resumo. Vladimir Putin visited China, at the invitation of Xi Jinping, to celebrate 75 years of bilateral relations, where the proximity of the leaders and the "Joint Declaration" to deepen strategic partnerships were highlighted. The statement addressed the war in Ukraine, BRICS cooperation, and global health, with an emphasis on resisting hegemonism and promoting fair multilateralism. Dengue cases in southern China and Shanghai and the search for a balance between motherhood and employment.

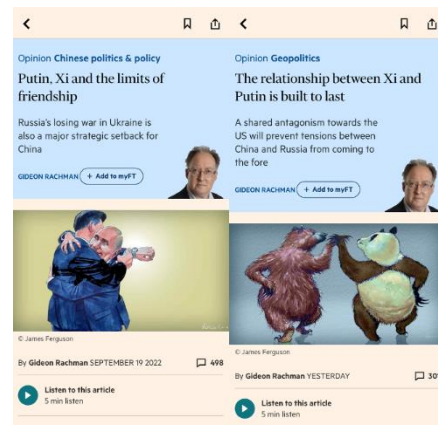
Palavras-chave: Russian-Chinese Relations, Demography, Motherhood and employment

Diplomática

- Nos dias 16 e 17 de maio, o presidente russo Vladimir Putin esteve na China a convite do presidente Xi Jinping para comemorar os 75 anos das relações bilaterais entre Pequim e Moscou. Durante sua visita, Putin recebeu um abraço cordial de Xi, um gesto raro e fora do protocolo usual, simbolizando a proximidade entre os dois líderes. Xi, que normalmente não exibe calorosas demonstrações públicas, tocou em Putin pelos ombros e o abraçou duas vezes. Imagens da emissora estatal CCTV mostraram os líderes se abraçando no complexo de liderança de Zhongnanhai, em Pequim, e essas imagens se tornaram populares nas mídias sociais. Os dois presidentes passaram quase o dia inteiro reunidos com suas equipes discutindo temas de interesse comum. A “Declaração Conjunta da República Popular da China e da Federação Russa sobre o Aprofundamento da Parceria Colaborativa Estratégica Abrangente na Nova Era por ocasião do 75º Aniversário do Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre os dois países”²⁰⁵ deixa claro o objetivo de reforçar os laços históricos entre as duas capitais. O documento menciona a doutrina militar de segurança indivisível, com ambos os lados vendo a guerra na Ucrânia como uma tática de divisão da Eurásia, quebrando a confiança militar e limitando oportunidades econômicas. O documento estimula as relações de vizinhança e a importância de não se interferir na soberania nacional, opondo-se ao hegemonismo e promovendo um multilateralismo mais justo e próspero.

²⁰⁵ https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202405/t20240516_11305860.shtml

- Outro ponto relevante do tratado foi a cooperação no enfrentamento ao fascismo, protegendo memoriais antifascistas contra profanação ou destruição, e planejando a celebração do 80º aniversário da vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e a Grande Guerra Patriótica da União Soviética.
- O BRICS foi mencionado 18 vezes no documento, mais do que a Cooperação de Xangai ou a Rota da Seda. Os dois lados se comprometeram a promover a cooperação entre os países do BRICS em áreas como comércio, economia digital e saúde pública, além de incentivar o uso de moedas locais entre os membros. Também foram abordadas a cooperação em segurança, aplicação da lei e intercâmbios esportivos.
- Em coletiva de imprensa²⁰⁶, Putin afirmou que a Rússia nunca se recusou a negociar e que retirou tropas de Kiev em 2022 para assinar acordos que depois foram desrespeitados. Ele questionou a legitimidade dos formuladores de propostas de paz na Ucrânia e disse que as decisões tomadas em nome da Europa são contrárias aos interesses europeus, dificultando a promoção da paz. Da mesma forma, os chineses afirmaram que os EUA não estão interessados em cumprir promessas feitas em reuniões bilaterais, especialmente em relação a Taiwan. Ambos os países expressaram interesse em manter a paz na Eurásia e fortalecer a segurança econômica mútua.
- Em relação à saúde, os dois lados vão “continuar a promover a cooperação em catástrofes, doenças infecciosas, oncologia e medicina nuclear, oftalmologia, farmacologia, saúde materno-infantil e usar a experiência avançada no campo da tecnologia médica moderna para promover a formação de talentos médicos. Realizar a cooperação no campo da prevenção e controle de doenças infecciosas, transmissão local e transfronteiriça e saúde, expandir a cooperação em alerta e resposta precoce a desastres biológicos, salvaguardar a soberania nacional dos dois países no campo biológico, e atribuem grande importância à cooperação relevante nas zonas fronteiriças sino-russas. A fim de melhorar a saúde de toda a humanidade, os dois lados continuam a trabalhar em estreita colaboração em questões de saúde global, inclusive apoiando o papel da Organização Mundial da Saúde e opondo-se à politização de seu trabalho”.
- **Os limites** da amizade dos líderes, das coincidências estratégicas dos governos e da coordenação entre os povos chineses e russos entraram em uma nova fase. O quanto ela temporária, da diplomacia presidencial atual, e o quanto representa uma nova fase do arranjo de poder global é difícil de estipular. De um lado, a desconfiança histórica, marcada por tratados desiguais, apoio revolucionário antifascista e antifeudal, alianças com inimigos. De outro, o forte consenso de que ambos estão sob ameaça de contenção de desenvolvimento econômico pelos mesmos estrategistas. Xi certamente não quer ver Taiwan virar outra Ucrânia. Do ponto de vista econômico, a Europa está renunciando ao mercado russo, abrindo-o para os produtos chineses, mas do ponto de vista da governança global está erodindo o Conselho de Segurança, mecanismos de paz como os jogos olímpicos e OMS e, claro, a integração continental da Eurásia. Uma nova relação com o Sul Global –



²⁰⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=2wOV5JsvlpQ>

seja lá mais ou menos o que for isso – pode se iniciar, e o papel dos BRICS se esboça como um mecanismo político de despressurização da hegemonia.

Sanitária

- Xangai e outras regiões da China estão enfrentando um surto significativo de dengue este ano, com um aumento notável no número de casos reportados em comparação com o mesmo período do ano anterior. O Centro de Controle e Prevenção de Doenças de Xangai registrou 21 casos de dengue em 2023, enquanto no ano passado, nesse período, houve apenas um caso. Segundo Chen Jian, diretor do instituto de prevenção e controle de doenças infecciosas do CDC de Xangai, a maioria dos casos é importada do Sudeste Asiático²⁰⁷²⁰⁸. **Entretanto, há, na China surtos de casos locais, como mostra o gráfico abaixo:**

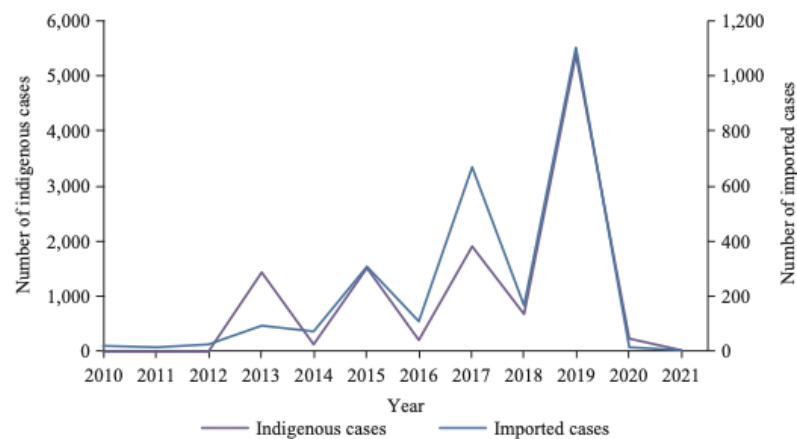


FIGURE 1. Annual distribution of dengue fever cases in Yunnan Province, 2010–2021.

- Pela primeira vez no mundo, médicos chineses trataram com sucesso um paciente diabético tipo 2 em estágio final implantando células progenitoras pancreáticas. De acordo com os cientistas, o método foi eficiente em fazer um paciente de 59 anos ficar mais de 33 meses independente de insulina. O diabetes tipo 2 (T2D) geralmente começa com resistência à insulina nos tecidos periféricos e, com o tempo, ocorre uma perda gradual da função das ilhotas pancreáticas devido à redução da massa das células β ou à desdiferenciação dessas células. Mais de 30% dos pacientes com T2D precisam de tratamento com insulina externa. O transplante de ilhotas de doadores falecidos é uma forma eficaz de tratamento para diabetes dependente de insulina, mas há uma escassez crítica de órgãos doadores²⁰⁹.

Socioeconômica

- A discussão sobre políticas de apoio às gestantes e mães trabalhadoras na China envolve diversas estratégias e propostas de diferentes setores. Liang Jianzhang, cofundador da Ctrip, financiou e comentou um estudo dedicado a criar um ambiente mais favorável à fertilidade e às mulheres na China. Horário de trabalho mais flexível, contratação de babás estrangeiras e apoio a reprodução assistida estão entre os tópicos²¹⁰. Várias regiões da China têm

²⁰⁷ <https://weekly.chinacdc.cn/en/article/doi/10.46234/ccdcw2024.088>

²⁰⁸ <https://mp.weixin.qq.com/s/pvrsHSOYLtj9hO0bDwsw8w>

²⁰⁹ <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC11058776/>

²¹⁰ <https://www.globaltimes.cn/page/202402/1307468.shtml?id=11>

respondido à decisão do governo de aumentar a taxa de fertilidade do país. Algumas províncias introduziram subsídios de até 20.000 yuans para famílias com três filhos. Relatórios indicam que o custo médio de criar uma criança desde o nascimento até os 17 anos de idade é de cerca de 538.000 yuans, e até a graduação na faculdade, é de 680.000 yuans. Esses custos aumentaram significativamente em comparação com estimativas anteriores, refletindo o aumento da carga econômica sobre as famílias. Uma das sugestões no debate sobre aumento da taxa de fertilidade está a abolição do exame de entrada do nível médio, o que cria muito estresse para as mães e as famílias. Um desafio é manter postos de trabalho flexíveis e com remuneração adequada para mães²¹¹²¹².

²¹¹ <https://www.reuters.com/world/china/china-offers-flexible-jobs-women-after-childbirth-2024-05-06/>

²¹² <https://www.globaltimes.cn/page/202404/1311070.shtml?id=11>

Atualização EUA

Guto Galvão

Sumário: Um [relatório](#) da Kaiser Family Foundation (KFF) dá uma descrição detalhada das principais descobertas sobre as perspectivas dos eleitores relacionadas às provisões de preços de medicamentos do Medicare, política de aborto, confiança nos candidatos, programas de direitos e o futuro dos cuidados de saúde.

Palavras-chave: saúde nas eleições presidenciais de 2024, EUA

Summary: *A Kaiser Family Foundation (KFF) report provides a detailed breakdown of key findings about voter perspectives on Medicare drug pricing provisions, abortion policy, trust in candidates, entitlement programs, and the future of health care.*

Keywords: *health in the 2024 presidential election, USA*

O relatório da Kayser Family Foundation KFF sobre a Saúde nas Urnas: Opiniões sobre as perspectivas dos eleitores sobre cuidados de saúde (KFF Health Tracking Poll: Insights into Voter Perspectives on Healthcare)

Uma pesquisa da KFF (KFF Health Tracking Poll May 2024: Voters' Views of Health Policy Issues in Context of Presidential Campaigns) analisou de forma abrangente as opiniões dos eleitores sobre várias questões de saúde. Baseado nessa pesquisa a KFF pesquisa feita pela KFF publicou um [relatório](#) que visa fornecer uma descrição detalhada das principais descobertas da pesquisa, lançando luz sobre as perspectivas dos eleitores sobre as provisões de preços de medicamentos do Medicare, política de aborto, confiança nos candidatos, programas de direitos e o futuro dos cuidados de saúde.

Conforme a pesquisa KFF Health Tracking Poll, o presidente Joe Biden tem uma vantagem de confiança sobre o ex-presidente Donald Trump em muitas áreas da saúde. No entanto, em relação ao enfrentamento dos altos custos de saúde, ambos os candidatos estão empatados em termos de confiança do eleitor. A pesquisa revela que uma parcela maior dos eleitores confia em Biden em relação a Trump para determinar o futuro do Affordable Care Act (ACA), manter proteções para pessoas com condições de saúde pré-existent, garantir acesso a um seguro de saúde acessível e determinar o futuro do Medicare e do Medicaid.

No entanto, em relação ao enfrentamento dos altos custos de saúde, parcelas semelhantes de eleitores confiam em Biden (38%) e Trump (36%). Isso indica que nenhum dos candidatos tem uma liderança clara na abordagem dessa questão crítica. Vale ressaltar que, mesmo entre os partidários, uma parcela significativa dos eleitores expressa desconfiança em relação a ambos os candidatos em questões relacionadas ao custo da saúde. Por outro lado, os eleitores independentes dão uma ligeira vantagem a Biden, com 39% confiando mais nele em comparação com 26% para Trump no enfrentamento dos altos custos de saúde. No entanto, muitos eleitores independentes (34%) desconfiam de ambos os candidatos nesta questão.

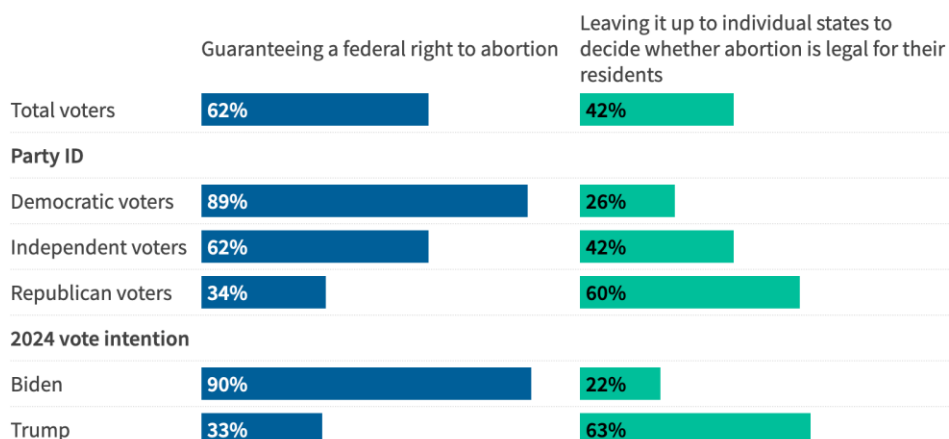
No geral, embora Biden tenha uma vantagem de confiança sobre Trump em muitas áreas da saúde, incluindo o ACA, condições pré-existent e Medicare, ambos os candidatos estão empatados quando se trata de lidar com os altos custos de saúde. Isso sugere que os eleitores têm opiniões e preocupações confusas em relação à capacidade dos candidatos de enfrentar essa questão urgente de forma eficaz. Abaixo segue um resumo não exaustivo de algumas das principais conclusões mencionadas no relatório:

1. Provisões de preços de medicamentos do Medicare: A pesquisa revela que a maioria dos eleitores apoia a extensão das provisões de preços de medicamentos do Medicare para cobrir todos os adultos segurados. Isso inclui limitar os custos mensais do próprio bolso para insulina e limitar os custos de medicamentos prescritos do próprio bolso. O apoio a essas disposições é consistente em todas as linhas partidárias, com democratas, republicanos e independentes expressando opiniões favoráveis.

2. Política de aborto: As opiniões dos eleitores sobre a política de aborto estão divididas. Embora a maioria dos eleitores apoie a garantia de um direito federal ao aborto, uma parcela significativa acredita que a decisão deve ser deixada para cada estado. Os eleitores democratas apoiam esmagadoramente uma garantia federal, enquanto os eleitores republicanos tendem a deixar a decisão para os estados.

Nine in Ten Democratic Voters Support Guaranteeing a Federal Right to Abortion, While Six in Ten Republican Voters Support Leaving Abortion Policy Up to States

Percent who say they support each of the following:



Note: Among registered voters. These were two separate items on a support or oppose list, not two separate answer choices to a single question. See topline for full question wording.

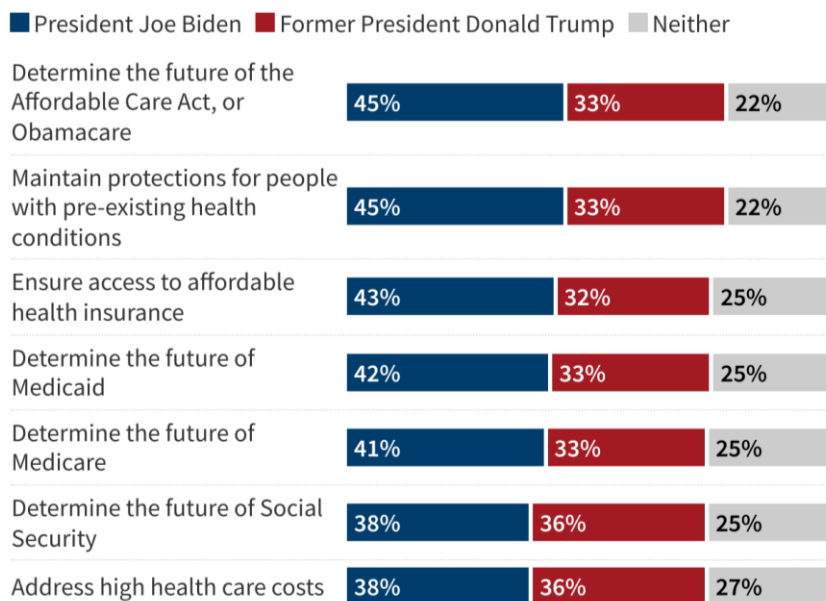
Source: KFF Health Tracking Poll (April 23-May 1, 2024) • [Get the data](#) • [Download PNG](#)

KFF

3. Confiança nos candidatos: Quando se trata de confiança nos candidatos em questões de saúde, o presidente Joe Biden é favorito em relação ao ex-presidente Donald Trump. Biden é visto como mais confiável para determinar o futuro de grandes programas de direitos como Previdência Social, Medicare e Medicaid. Os eleitores mais velhos, sendo os principais beneficiários desses programas, expressam maior confiança na capacidade de Biden de salvaguardar seu futuro.

Voters Trust Biden More than Trump on a Variety of Health Care Policy Measures, but Are Split When It Comes to Social Security and Addressing Health Care Costs

Which candidate for president do you trust more to do each of the following?



Note: Among registered voters. See topline for full question wording.

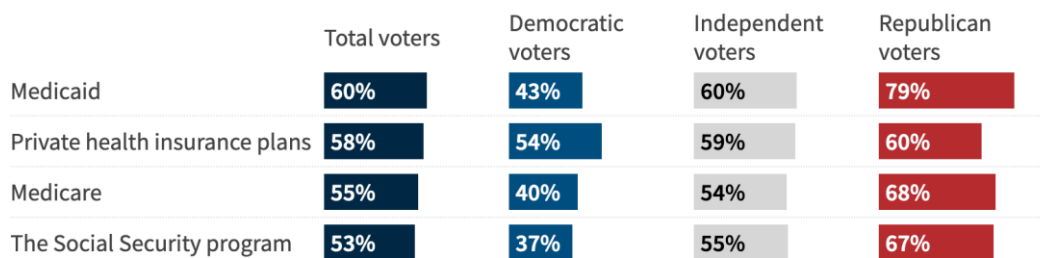
Source: KFF Health Tracking Poll (April 23-May 1, 2024)

KFF

4. Programas de Direitos: Os eleitores de todas as linhas partidárias têm visões favoráveis de programas de direitos, como Medicare, Previdência Social e Medicaid. No entanto, existem preocupações quanto à sustentabilidade futura desses programas. Muitos eleitores temem que os futuros beneficiários possam não receber o mesmo nível de benefícios, e há preocupações sobre fraude, desperdício e abuso dentro desses programas.

Majorities of Republican and Independent Voters Say Fraud, Waste, and Abuse Are Major Problems in Entitlement Programs, but Fewer Democratic Voters Agree

Percent who think think fraud, waste and abuse are a major problem in each of the following:



Note: See topline for full question wording.

Source: KFF Health Tracking Poll (April 23-May 1, 2024) • [Get the data](#) • [Download PNG](#)

KFF

5. Futuro do Medicaid: A pesquisa indica que a maioria dos eleitores quer que o Medicaid continue em grande parte como é hoje, enquanto uma parcela significativa apoia a mudança do Medicaid para limitar o financiamento federal e fornecer aos estados mais flexibilidade no design do programa. Os eleitores republicanos estão divididos sobre esta questão, com alguns apoiando a revogação e substituição do Affordable Care Act (ACA).

6. Apoio às provisões da ACA: Há um apoio generalizado entre os eleitores para estender a assistência financeira aprimorada para indivíduos que compram cobertura de saúde por meio do mercado ACA. Esse apoio é observado em todos os grupos partidários, indicando um desejo de maior acessibilidade e acesso à saúde.

7. Eleitores independentes: Os eleitores independentes desempenham um papel crucial na definição da política de saúde. Eles são mais propensos a confiar no presidente Biden em relação ao ex-presidente Trump em várias questões de saúde, incluindo o futuro do ACA, garantindo o acesso a um seguro de saúde acessível e lidando com os altos custos de saúde. No entanto, uma parcela significativa dos eleitores independentes expressa desconfiança em ambos os candidatos.

Conclusão

A pesquisa KFF Health Tracking fornece visões valiosas sobre as perspectivas dos eleitores sobre cuidados de saúde. Ela destaca o apoio à extensão das provisões de preços de medicamentos do Medicare, a divisão na política de aborto e a confiança na capacidade dos candidatos de moldar o futuro da saúde. A pesquisa também enfatiza as visões favoráveis aos programas de direitos e o desejo de maior acessibilidade e acesso à saúde. Esses resultados podem informar os formuladores de políticas e as partes interessadas em seus esforços para abordar as preocupações com os cuidados de saúde e moldar políticas de saúde eficazes.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Amina Suveha – Farmacêutica, mestranda em Saúde Internacional e Medicina Tropical da Universidade de Oxford, estagiária do CRIS/Fiocruz

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

Eslam Elbasheer – Dentista, mestranda em Saúde Internacional e Medicina Tropical da Universidade de Oxford, estagiária do CRIS/Fiocruz

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

João Miguel Estephano – Pesquisador do CRIS/Fiocruz

Juan E. Garay - Professor de Ética, Equidade e Métricas da Saúde Global em Cuba, México e Espanha; Pesquisador visitante sênior do CRIS FIOCRUZ

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marcilei Brito Morais - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; Assessor da AISA/MS

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tiago Nery - Doutor em ciência política e assessor de cooperação internacional do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) da Fiocruz

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **90** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2024

29 de maio – Migração, refúgio e saúde

12 de junho – Agenda da Saúde Global II – A Assembleia Mundial da Saúde 2024

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 08/2024

Período de 08 a 21 de maio de 2024

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2024

240 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz